

presença da paraíba no brasil

VOLUME I

abelardo jurema

Coletânea
UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

REITOR

José Jackson Carneiro de Carvalho

VICE-REITOR

Antônio de Souza Sobrinho

CHEFE DE GABINETE

Damião Ramos Cavalcanti

PRÓ-REITORES

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

José Vitaliano de Carvalho Rocha Filho

ADMINISTRAÇÃO

Serafim Rodriguez Martinez

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Vicente de Paula Carvalho Madeira

GRADUAÇÃO

Lenilda do Nascimento Melo

ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Rui Gomes Dantas

ASSUNTOS DO INTERIOR

Itan Pereira da Silva

EDITORA UNIVERSITÁRIA

Diretor: José Sávio Parente Miranda

981.33

J 95

Jurema, Abelardo

Presença da Paraíba no Brasil.
João Pessoa, Editora Universitária
/UFPb, 1985.

2. v.

1. PARAÍBA – HISTÓRIA.

2. ESCRITORES PARAIBANOS.

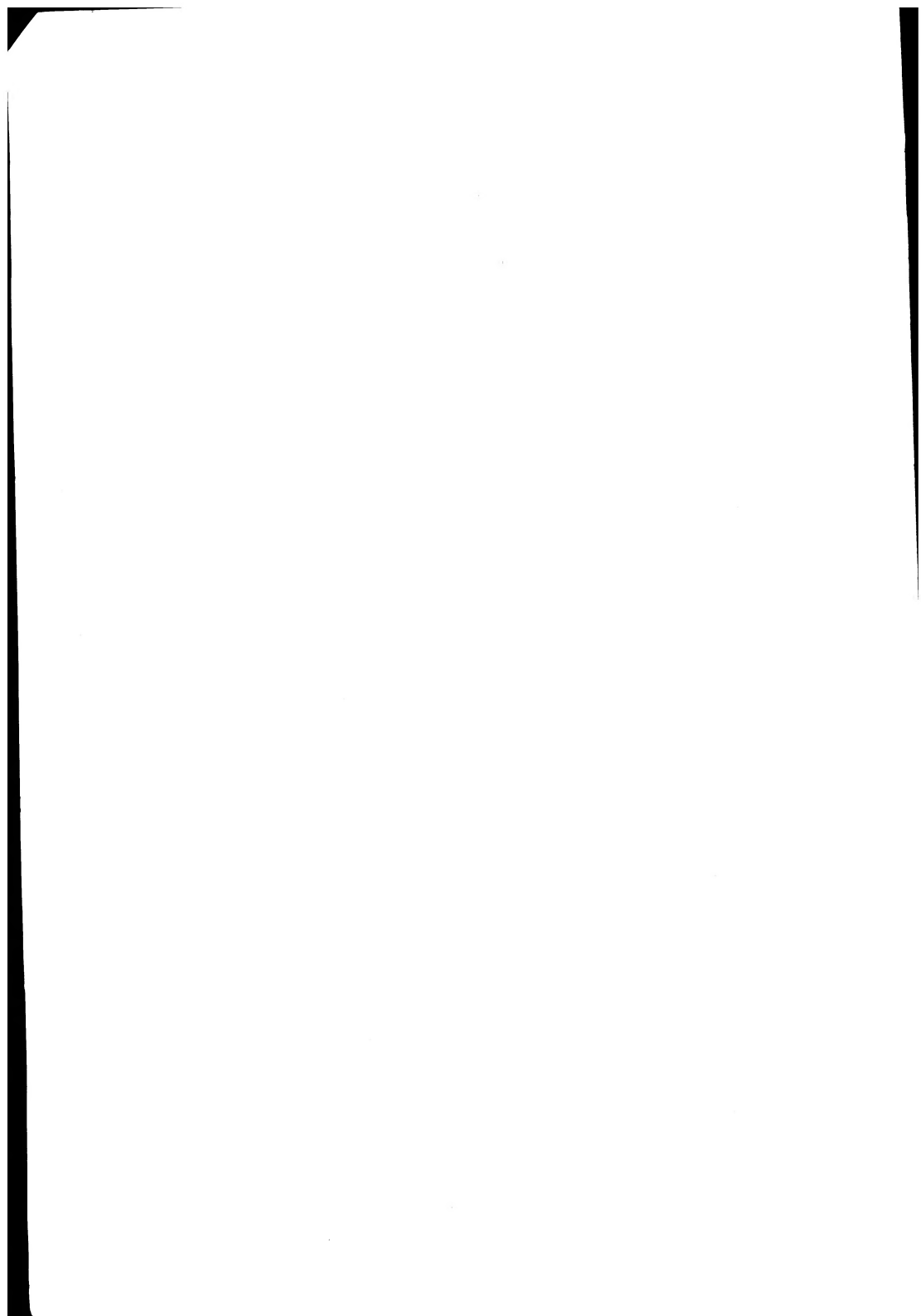
UFPb/BC

"Senhor: Digne-se Vossa Alteza Real tomar debaixo da égide de sua particular proteção e sabedoria a esse bom e leal povo da Paraíba do Norte que tão sincera e filiarmente se entrega todo aos paternais braços de Vossa Alteza Real, enquanto em outras Províncias ainda desgraçadas, de cujas luzes e civilização deveríamos esperar maior patriotismo e mais decidida união e fraternidade, ainda reina o espírito infernal da discórdia e do maquiavelismo"

(Palavras de José Bonifácio, em Junho de 1822, ao Príncipe Regente, citadas por Eudes Barros, na sua conferência em Junho de 1972, nas festas do Sesqui-centenário da Independência Nacional, em João Pessoa, Paraíba).

"A Província da Paraíba do Norte é aquela que tem sido firme, certa e constante".

(Palavras de D. Pedro I, em agradecimento, citadas por Eudes Barros)



SUMÁRIO

VOLUME I

Nota Explicativa / 9
Prefácio / 11
Da Idéia do Livro / 13
Personagens / 21
Dedicatórias / 25
Agradecimentos / 27
André Vidal de Negreiros / 29
Aristides Lobo / 41
Ascendino Vicente Magalhães / 49
Assis Chateaubriand / 53
Arthur de Souza Marinho / 73
Abelardo de Araújo Jurema / 79
Alcides Vieira Carneiro / 85
Argemiro de Figueiredo / 103
Aurélio de Lyra Tavares / 109
Celso Monteiro Furtado / 129
Diogo Velho Cavalcanti / 145
Djacy Alves Falcão / 157
Epitácio da Silva Pessoa / 185
Ernani Ayres Sátiro e Souza / 221
Feliciano Dourado / 241
Francisco de Paula da Silveira Lobo / 249
Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega / 257
Floriano de Lima Brayner / 273
Geminiano Monteiro da Franca / 291
Horácio de Almeida / 299
Humberto Coutinho de Lucena / 303

VOLUME II

João Florentino Meira de Vasconcelos / 317
João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque / 389

João de Lourenço / 409
João Agripino / 419
José Pereira Lira / 423
Leonel Miranda / 437
Jayme Portela / 445
José Américo de Almeida / 463
Luiz Rafael Mayer / 523
Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo / 533
Pedro da Cunha Pedrosa / 553
Raul de Góis / 563
Ruy Carneiro / 577
Samuel Duarte / 589
Vergniaud Wanderley / 611

NOTA EXPLICATIVA

Este livro está escrito há oito anos. Foi encomendado pelo Governador Emani Sátyro, no fim do seu Governo, com o propósito de proporcionar a quem quizesse melhor conhecer a Paraíba, os seus homens que ultrapassaram as suas linhas do horizonte, projetando-se lá fora, nos mais altos cargos públicos.

Nos começos do Governo Ivan Bichara, entreguei os originais, cumprindo contrato que assinara com o Estado. Dizem que o Governador de então ficou receioso que a publicação do livro de um "cassado" pudesse provocar reação negativa ao seu governo, nos altos escalões da República revolucionária de 1964.

Passou o meu amigo Tarcísio Buritiy a quem servi como assessor especial em nível de Secretário de Estado, não me ficando bem cobrar a publicação do livro.

Por fim, o Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba, Berilo Borba, sob a inspiração do seu auxiliar, o médico Lindberg Farias, Diretor do Hospital de Clínicas, e para me homenagear como o "federalizador" da Universidade, resolveu editá-lo pela Editora Universitária, dentro do programa de divulgação cultural e histórica do organismo universitário.

O Conselho Estadual de Cultura da Paraíba em decisão recente resolveu incorporar a edição de "Presença da Paraíba no Brasil", às comemorações do Quarto Centenário da Fundação da Paraíba, o que ressalta e personaliza a obra de interesse histórico para a terra.

Resolvi que o livro seria editado como foi escrito e na forma e inspiração como surgiu de uma pesquisa ampla, além de uma análise das coisas e dos homens à época em que foi preparado. Ao longo do tempo em que foi elaborado e agora em que está sendo editado, no próprio dinamismo da vida, da história e da política, fatos aconteceram, dolorosos até como o faleci-

mento de vários dos seus personagens, mudanças nos quadros administrativos até que este modesto autor mereceu a honra insigna de ser eleito para a Academia Paraibana de Letras.

Está assim uma obra autêntica. Sem alterações do tempo. Mudaram os homens de postos. Não mudou entretanto a Paraíba sempre vigorosa na apresentação de personagens da grandeza daqueles que tratei que vão de Vidal de Negreiros a José Américo de Almeida.

É uma presença compacta, a da Paraíba, no cenário nacional.

O Autor

PREFÁCIO

A proximidade das comemorações do nosso 4º Centenário, como unidade geográfica e administrativa, no século XVI, vai ser movimentada (e bem) pela edição deste livro PRESENÇA DA PARAÍBA NO BRASIL, de autoria do Ministro Abelardo Jurema e editado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

A UFPb começou, assim, a participar das celebrações, pois este foi o propósito do ex-Reitor Berilo Ramos Borba e continua sendo o do atual, Professor José Jackson Carneiro de Carvalho.

Os paraibanos de hoje sabem pouco a respeito da atuação dos antepassados durante os quatro séculos que nos separam das afortunadas conciliações entre o escrivão João Tavares, de Olinda, e o errático chefe Piragibe, das margens são-franciscanas, que permitiram as primeiras casas de pedra e cal na futura, clara e saudável Felipéia de Nossa Senhora das Neves, já nascida com foro de cidade no alto da colina.

E desde os primórdios foram tantos os que daqui saíram e se distinguiram pelas armas ou obras talentosas que o mestre Abelardo, em buscas e pesquisas, tresnoitado, nos oferta agora, em ordem alfabética, uma espécie de galeria dos notáveis com revelações das mais interessantes e oportunas.

Assim é que os nossos da terra logo marcaram presença no Brasil, ainda indeterminado do Século XVII pelos feitos valorosos do destemido mestre de Campo, André Vidal de Negreiros, também governador de capitânias e províncias daquém e dalém mar.

Isto para não falar dos anteriores à fundação que Assis Chateaubriand, ao preficiar a CONQUISTA DA PARAÍBA, de J. F. de Almeida Prado, aponta como “domando a natureza hostil, submetendo o gentio trêfego e repelindo o forâneo atrevido.”

E naquele mesmo atribulado e difícil século XVII, de lutas sangrentas e campos talados, neste Nordeste, de águas periódicas, vamos identificar essa figura ao que parece extraordinária e ainda sem contornos bem definidos, de Feliciano Dourado, paraibano, sem dúvida, presidindo na corte o Conselho

Ultramarino que substituiu o antigo Conselho das Índias, doutor em Coimbra e diplomata, amigo Del Rey, honrado com árduas e delicadas missões diplomáticas junto ao Papa e ao impopular e poderoso Cardeal Mazarino que servia, obstinado, a Luiz XII, Rei de França.

Abelardo, em boa hora, mesmo sem dele maiores notícias que às já conhecidas, situa-o na galeria dos pretéritos "presentes" ilustres. Mesmo assim, Feliciano, na memória dos pósteros, é apenas nome de rua no bairro pobre da Torrelândia, em João Pessoa.

A ordem alfabética adotada pelo Autor possibilitou convocar vivos e mortos para encenação biográfica de sua paraibanidade.

Em 1963, precisamente a 13 de setembro, o então Ministro Abelardo de Araújo Jurema recebeu o título de professor *honoris causa* da Universidade Federal da Paraíba. Em nome da instituição, coube a mim o discurso, segundo a tradição.

Concluí, assim, a *alocação*: "S. Excia., acompanhou todo o itinerário legislativo e executivo da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, que federalizou a Universidade da Paraíba, desde o envio da mensagem presidencial à Câmara dos Deputados até a sua devolução, devidamente aprovada, para a sanção presidencial. A sua atuação parlamentar, vigilante e constante, foi contribuição decisiva para o nosso ingresso na órbita das universidades federais.

A proclamação pública e oficial do seu esforço e dedicação, nesta cerimônia, é uma homenagem que prestamos à verdade dos fatos e o cumprimento de um dever de justiça. A Universidade nos dá, sem dúvida, maioridade em terras nordestinas. Representa uma contribuição importante ao desenvolvimento da região que foi berço também da civilização brasileira, palco de ingentes lutas pela unidade da conquista lusa, desde as refregas dos montes Guararapes e as guerrilhas sangrentas no nosso vale do Paraíba ao exemplo significativo de inconformismo de hoje ante o subdesenvolvimento e a pobreza."

Havia, então, lavas incandescentes na erupção cívica do Nordeste, que logo se apagaram.

Hoje, o Professor Abelardo Jurema permanece nos mesmos propósitos de servir à província natal e o faz através deste livro consagrado a trinta e seis dos maiores varões aqui nascidos.

Houve omissões que ele mesmo confessa. No entanto, na passarela sócio-política da História provincial, é difícil de promover mais amplo desfile de personalidade autênticas, selecionadas no mundo dos vivos e naquele dos mortos.

É o que vamos ler e acompanhar.

CLÁUDIO SANTA CRUZ COSTA

Da Academia Paraibana de Letras.

DA IDÉIA AO LIVRO

Entre preocupações de ordem política e aquelas de execução programática de Governo, além das responsabilidades do comando Administrativo do Estado, o ex-governador Ernani Sátiro, nos últimos meses de Governo, conversava com o jornalista Ormeu Fontenele de Brito, no escritório da Paraíba, no Rio.

Desta conversa surgiu a Idéia. Escrever-se um livro sobre A União e Imprensa Oficial, jornal com quase cem anos de existência. Além de jornal oficial, A União é noticioso e está ligado à história política e intelectual da Paraíba. Não só era a gráfica mais importante do Estado, como o abrigo seguro para as vocações literárias paraibanas. De suas colunas e das suas linotipos surgiram vigorosas vocações de jornalistas, críticos, ensaístas, romancistas, poetas e cronistas.

Das páginas de A União, a conversa passou para as páginas da história político-administrativa da Paraíba. Ou melhor, a participação da Paraíba na história político-administrativa do País. A presença da Paraíba no Brasil. O então Governador Ernani Sátiro abordou com Ormeu Fontenele o tema. A Paraíba tinha sido pródiga, ao longo da vida brasileira, na projeção de seus filhos nos mais altos escalões nacionais, nos campos mais variados das atividades humanas.

Escolhera-me o ex-governador Ernani Sátiro para redigir o trabalho, alegando a minha vivência com a política do Estado, com a sua história e com os seus valores humanos.

Quando de uma de suas últimas viagens, antes de transmitir o Governo, o Ministro Ernani Sátiro convocou-me ao escritório da Paraíba, juntamente com o jornalista Ormeu Fontenele de Brito, discutindo-se o assunto que já amadurecera no ex-governador paraibano: Focalizar a Paraíba no cenário nacional, desde Vidal de Negreiros a José Américo.

Inicialmente, modesto era o plano. Um opúsculo perfilando as grandes fi-

guras paraibanas. E o Ministro Ernani Sátiro ia escrevendo num papel de ras-cunho que guardo como o início deste livro: Aristides Lobo, Epitácio, José Américo, João Pessoa, Fernando Nóbrega, João Agripino, Cunha Pedrosa, Alcides Carneiro, Pereira de Lira, Vergniaud Wanderley, Aurélio de Lyra Tavares, Jayme Portela e Samuel Duarte.

Tanto o plano era de pequenas proporções, que desta reunião, em janeiro de 1975, já se programava a publicação da plaquete antes de 15 de março do mesmo ano, quando se efetuariam a passagem do Governo, de Ernani Sátiro a Ivan Bichara.

A obra projetada, entretanto, crescera na proporção do crescimento da Paraíba, na História. A pesquisa que passei de logo a empreender, trouxe-me vultos que não poderiam ser focalizados em duas linhas, nem tampouco ignorados, ainda que dentro dos critérios estabelecidos para a feitura do livro, nas limitações ao campo político-administrativo.

No parlamento, nas artes, nas letras, na poesia e na Imprensa, para escrever sobre a Paraíba, ter-se-ia que fazer uma enciclopédia, tantos os seus valores e tão diversificadas as suas atividades. A Paraíba, realmente, é "maior por dentro do que por fora", com figuras marcantes nos tempos coloniais, imperiais e republicanos, numa seriação impressionante.

Dos vários nomes inicialmente citados na discussão do plano do livro, ao longo das pesquisas realizadas, numerosos outros foram surgindo como personagens de romance que pela força de presença, nem podem ser passados para trás, nem tampouco ignorados, pois o vigor da personalidade quebra qualquer poder de síntese.

O que impressiona no levantamento dessas figuras, que são nomes de ruas e praças nas cidades paraibanas, e, várias, em cidades de todo o Brasil, quase ignorados pela maioria dos que transitam pelas mesmas, no dia-a-dia, são as suas origens modestas e a força própria que as jogaram nos cenários até de além-mar, numa destinação histórica que escapa às previsões mais corujas das famílias.

Um Feliciano Dourado, por exemplo, chegou a ser membro e Presidente do Conselho de Ultramar de Lisboa e o embaixador das Cortes Portuguesas, na Holanda e até em Paris e Roma, quando aquela se assemelhava a uma Inglaterra onde, em seus domínios, o sol nunca se punha. Um João Florentino Meira de Vasconcelos, saído da vila do Pilar, para ser Presidente de Minas Gerais e Ministro do Império. Um Francisco da Silveira Lobo que partiu de Mamanguape para Presidente de Pernambuco e de Minas Gerais e Ministro da Marinha, no Império, quando da guerra do Paraguai. Um Epitácio que desce a serra de Umbuzeiro para subir à Presidência da República. Um José Américo que vem de um engenho de Brejo de Areia armado, ora de pena, ora do fuzil, ora do verbo candente, ora de romances e ensaios, ora de força moral e política, para candidato à Presidência da República, Ministro da Viação por duas vezes, Presidente da UDN, Governador de Estado e imortal da Academia Brasileira de Letras. Um Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, da vila velha

do Pilar para ser Visconde de Cavalcanti, deputado e senador do Império, Presidente do Piauí, Ceará e Pernambuco, Ministro de Estado três vezes e Ministro do Conselho do Imperador.

E são sem conta os paraibanos que partiram do nada e subiram. Galgaram posições. Fizeram nome e deram à Paraíba. Há que se considerar que a terra, por sua conformação geográfica, pelas suas proporções territoriais, pela sua densidade populacional, pela sua importância econômica e conseqüentemente pela sua diminuta significação política, não ajudava praticamente a estas ascensões. Evidentemente que paulistas, sulriograndenses e mineiros, já tinham por ajuda a importância política e econômica de seus Estados. Desde que nasciam, tinham um grande hand-cap. Nascidos em grandes Estados, já traziam emblemas e roteiros definidos.

Qualquer luz, qualquer empurrão, qualquer ajuda, o êxito estava assegurado, a projeção firmada. O sucesso e o lugar marcados na constelação brasileira.

Se ainda hoje é comum a migração de paraibanos para o Sul, misturados aos nordestinos, em geral, que buscam oportunidades, melhores salários e condições mais condizentes de vida, no passado-colônia, império e república velha, os primeiros passos paraibanos audaciosos, com chama, com sentido de expansão, com espírito de luta, com desejo de vitória, ultrapassavam as fronteiras domésticas, citadinas e estaduais, para percorridas mais amplas. Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio, sempre foram mecas de todos os que assim sonhavam, assim sentiam, assim pensavam.

Por isso é que inúmeros deles, transformavam-se em verdadeiros matogrossenses, paranaenses, santacatarinenses, mineiros, gaúchos, paulistas e cariocas. Entretanto, seus umbigos continuavam ligados à Paraíba. Na hora de se escrever a história do nosso Estado, há que se vasculhar tudo, nos horizontes mais amplos do País, para que não se verifiquem omissões, desde que não tiveram culpas de se distanciarem da terra comum, na luta pela sobrevivência, na busca de um lugar ao Sol.

Mesmo assim, radicados em outras terras, outros meios, outra gente, os paraibanos guardam e cultivam suas raízes com a terra-máter, não só com viagens periódicas, como por correspondência e, muitas vezes, através de manifestações literárias e jornalísticas. Além do mais, ao primeiro chamamento, lá de novo estão em terras paraibanas, atuando com todo o calor da inteligência e todo o fervor da imaginação criadora.

Conheci um paraibano em Nova Iorque, Arthur Coelho, nascido em Itabaiana, que, com mais de 40 anos de residência nos Estados Unidos, mantinha assídua correspondência com conterrâneos e homens de letras de todo o País, dizendo: que, assim, permanecia cada vez mais paraibano e brasileiro, até na gíria, na pornografia de ocasião.

José Américo deixou as culminâncias de figura nacional para governar a Paraíba, em 1950, seguindo o exemplo de João Pessoa; que abandonou o Superior Tribunal Militar, para atender a um chamamento de Epitácio e ser o Presidente da Paraíba.

Assis Chateaubriand dizia sempre que os paraibanos, até mesmo os candangos de Brasília ou os trabalhadores de obras de São Paulo e Rio, estão sempre de ouvidos colados à terra, como índios, e, aos primeiros sinais de bonançosa invernada ou de convocações políticas, acorrem, aos tropéis, na mais desenfreada ânsia de retorno a tudo que plasmou, formou e tisnou nas cabeceiras da vida.

Vergniaud Wanderley largou a promotoria de Santa Catarina, onde já se achava radicado, para ir ser Prefeito de Campina Grande. Oswaldo Trigueiro fez o mesmo, para ser Prefeito de João Pessoa. Nilton Rique deixou a diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento, para ser Prefeito de Campina Grande.

Nenhum paraibano resiste ao chamado da terra. Vem correndo, na maior felicidade.

Outro aspecto curioso de paraibanidade é o cuidado que todos manifestam no sentido de não serem esquecidos, os que cresceram e fizeram crescer a Paraíba.

Neutralizam-se as graduações de posição em todos os campos de atividade e se anulam preferências políticas e ideológicas, contanto que se faça justiça àqueles que, no julgamento de cada um ou de todos, não só se destacaram dentro e fora dos horizontes paraibanos, como alçaram vãos mais largos pelo mundo. Àqueles que se isolaram nos gabinetes de estudo e os que se deixaram ficar na terra, se bem que com qualidades e condições de largadas mais amplas, mas arraigados a um provincianismo sadio de peixe que não sabe, não pode e não quer viver em outras águas, em outros viveiros. Como um Celso Mariz, por exemplo, que apesar de sua aguda inteligência, sua cultura e sua sensibilidade, jamais abandonou João Pessoa. São 90 anos de lucidez, de beleza moral, de presença nas letras paraibanas. Um José Leal, o velho José Leal - todos o chamam de "velho" há quase meio século, pela sua liderança amadurecida e precoce de equilíbrio, bom senso, cultura e acuidade aos problemas cotidianos - escrevendo diariamente, apoiando e estimulando iniciativas e vocações literárias, não larga por preço nenhum nem *O Norte* nem João Pessoa. Um Heitor Falcão que há um quarto de século faz crônica social e que já andou por Brasília, Roma e Santiago do Chile, nunca com o *animus ficandi*, sempre de cabeça, pensamento, alma e coração voltados para a terrinha onde põe sal nos jornais que se lê com mais agrado e interesse quando tem ele sua coluna permanente. E outros tantos valores comprovados que em qualquer grande metrópole seria bom jornalista, como Hélio Zenaide que tanto é o assessor fazendário racional, como o cronista leve, tanto é o comentarista político como o pesquisador da História, tanto é repórter como jornalista do dia-a-dia. São muitos a emprestar inteligência à paisagem paraibana, definitivamente enraizados ao meio.

Não foi fácil o roteiro deste livro, justamente por estes tão bem cultivados sentimentos de justiça dos paraibanos que conhecem a terra, os homens e a História.

Em qualquer reunião social, em qualquer ambiente de cultura, em qual-

quer contato com homens da Paraíba, quer da indústria, do comércio, da agricultura, da imprensa, da política e da administração e da sociedade, não são poucos os que me chegaram e logo iam indicando nomes para que não fossem esquecidos. Iam logo informando com conhecimento de causa, enumerando feitos, fatos, acontecimentos e posições que deram relevo a paraibanos ilustres. Há, mesmo, aqueles que se prontificam a fornecer subsídios, a colher elementos em pesquisas voluntárias e desinteressadas, como em apontar as fontes onde colheria o que precisasse para fixação do personagem sugerido.

Escreveria eu uma enciclopédia, tantos são os vultos paraibanos em todos os campos de atividade. E, confesso, até tenho ficado em embaraçosa situação, não conseguindo convencer a esse sem número de paraibanos que não se conformam que "Presença da Paraíba no Brasil" não focalize um Arruda Câmara, um Borges da Fonseca, um Augusto dos Anjos, um Alcides Bezerra, um Carlos Dias Fernandes, um Raul Machado, um França Leite, um Castro Pinto, um Coelho Lisboa, um Maciel Pinheiro, um Adhemar Vidal.

Prosseguiria em páginas inteiras focalizando paraibanos de projeção que dariam para um dicionário volumoso e dos mais úteis no plano da bibliografia, onde mergulharam Blake, Velho Sobrinho, Liberato Bittencourt, Dunsches de Abranches, A. Tavares de Lira, Ramiz Galvão.

Sem demérito, sem seleções espúrias, sem prevenções históricas, sentimentais ou políticas, absolutamente isento de paixões tão comuns na análise dos homens sobre os homens, sobre coisas e fatos, o roteiro de *Presença da Paraíba* se alinha entre critérios mais limitativos de personagens, numa contribuição sólida e justa à história político-administrativa do País, com a participação da Paraíba e dos paraibanos.

Sair só da Província, não seria condição única. Atuar no Parlamento, na Imprensa, nas Letras, nas Artes, nas Profissões técnico-liberais, ainda que em grande escala e ainda que a consagração lhes envolvesse os nomes, como aconteceu a tantos como José Lins do Rego, Permínio Asfôra, Ascendino Leite, Nelson Lustosa, Eudes Barros, Paulo Pontes, não se ajustaria ao nosso propósito nem ao nosso objetivo. O que me propus a focalizar, dentro do plano do livro, foi a de alinhar, para a voz da História, aqueles paraibanos que, ao deixarem a Província, impulsionados por suas qualidades e alicerçados em conhecimentos e experiências, com vivência dos problemas políticos, em ajustamento às condições sócio-administrativas do País, foram incluídos nas seleções organizadas que constituíram altos escalões de comando da Colônia, do Império e da República.

Gostaria de escrever a história da Paraíba, no Parlamento, nas Artes, nas Letras, na Imprensa e nas barricadas revolucionárias. A Paraíba, na guerra contra os holandeses. Na Independência. Na República. Na revolução de 1930. A presença total da Paraíba no Brasil. Outros de mais fôlego o farão.

Realizar-me-ia, sem dúvida, se pudesse reviver a história dos pioneiros da agricultura e da pecuária. Do comércio e da indústria. Das atividades que constituíram a riqueza do Estado. As suas primeiras bases econômicas. Os

seus pontos de partida não só para a sua unidade política e geográfica, como para a sua integração sócio-econômica.

Iria focalizar, como cita em artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, n. 20, o pesquisador Wilson Seixas, “o primeiro dono de engenho da Paraíba, engenho Salvador, que possuiu a mais sólida fortuna em bens materiais, nos começos do século XVII, tendo-a aplicado em obras de piedade, assim como no progresso e desenvolvimento da nossa cidade, foi Duarte Gomes da Silveira”.

Prosseguiria, como Deusdedith de Vasconcelos Leitão, em discurso — “Cajazeiras um pouco de sua história”, na epopéia que dá um romance, de Teodósio de Oliveira Ledo que “nos meados do século XVII, com parentes e agregados, disseminou pelos vales secos do Piranhas e do Piancó as suas fazendas de criação, estendendo as suas atividades até o chamado sertão do Rio do Peixe”.

Acompanharia o José Américo de Almeida, no seu admirável “Paraíba e seus Problemas”, na análise da contribuição dos primeiros sertanistas que pisaram o solo paraibano. E desta penetração, como diz Deusdedith Leitão, foram surgindo vilas e cidades que deram conteúdo ao Estado da Paraíba. E não esqueceria de focalizar os primeiros em tudo. Industriais, Doutores, Comerciantes, Agricultores.

Não esqueceria um Tito Silva, fazendo os primeiros vinhos. Um João Amorim, fabricando com Roque Barbosa, os primeiros cigarros “popular”, de “boca fechada”. Aprigio de Carvalho e João Minervino, nos secos e molhados, continuando o pioneirismo de Francisco Honorato Vergara e Paiva Valente. Lundgren e Veloso Borges, na indústria de Tecidos, em Rio Tinto e Santa Rita. Abílio Dantas, João Vasconcelos Corálio Soares, no beneficiamento e exportação de algodão e agave. Clemente Rosas e Heitor Gusmão, na corretagem de exportação. Os Ribeiro Coutinho na industrialização do açúcar e os “coronéis” Trombone, João Raposo, Henrique Vieira, Gentil Lins, Ascendino Neves, Cassiano Cícero Carneiro da Cunha e Filinto Rocha, nos engenhos de açúcar bruto e aguardente. As primeiras manipulações farmacêuticas de Manoel Soares Londres. As linhas da Empresa Telefônica da Paraíba, de Manoel Henrique de Sá. O bonde e a luz da Empresa Tração Luz e Força do engenheiro Alberto San Juan. Os primeiros ônibus, no transporte urbano, de Oswaldo Pessoa.

Henrique Siqueira, conhecido como “Marinheiro”, com o seu Hotel Globo, de toalhas bordadas, espelhos enormes, bacias e jarras de porcelana, móveis franceses, baixelas e talheres de prata, quadros clássicos, abrigando políticos do interior convocados à Capital e onde se realizavam banquetes oficiais, sem esquecer a prestação de serviços nas recepções do Palácio do Governo, onde a comida do Hotel Globo era servida farta e primorosa. Os Seixas Irmãos com a Saboaria Paraibana. A Livraria Andrade, de Elvídio de Andrade, onde se reuniam os intelectuais da época — uma espécie de José Olímpio Cabocla. Brito Lira & Cia no comércio de tecidos. A mercearia Maia, reunindo comerciantes e advogados para os papos de hora de almoço e fins de tarde.

João Gomes Carneiro e Carlos de Barros Moreira, na panificação, sendo deste último as famosas bolachas "Yayá" que eram disputadíssimas até nos Estados vizinhos. Manoel Caldas Gusmão, com o seu cortume na Ladeira de São Francisco. A projeção dos advogados Guilherme da Silveira, Irineu Joffily, Antonio Sá, Isidro Gomes, José Rodrigues de Carvalho, sendo admiradíssima na época, a biblioteca, toda em francês, do primeiro. A medicina psicosomática de Joaquim Hardman e Flávio Maroja e José Maciel.

Toda esta gente desfilaria na história dos começos de vida da Paraíba, juntando iniciativas que constituíram bases de sua organização de hoje, graças ao arrojo, à pertinácia e à imaginação de poucos que se multiplicaram em muitos, à medida que os seus êxitos estimulavam novos empreendimentos.

Sempre me preocupou o esquecimento a que são relegados esses homens que revolveram terra, plantaram, fincaram as primeiras estacas de nossa economia, numa participação ativa, constante e efetiva do desenvolvimento da Paraíba.

Sem qualquer outra intenção, mas apenas por consciência hereditária, o suor, o pão nosso de cada dia, o trabalho braçal, o sacrifício físico, a ação técnica desta gente não merecia comparação à ação dos doutores que tiveram sempre os seus nomes nos anais, nas praças, nas ruas, nas avenidas, nos monumentos. Dificilmente, os artesãos do patrimônio material furam esses critérios consagratórios. Aqui e ali surge um nome, mais pela constância em sua pronúncia diária pelo povo do que pelo julgamento posterior do seu valor. São assim o bairro de Dona Julia, a Torrelândia, Firmino Cotinha (Itabaiana), Brejo do Cruz.

Não seria o caso das Confederações de Indústrias, do Comércio e da Agricultura, movimentarem-se junto a intelectuais da província, para a perenização dos seus vultos maiores nas obras da construção destes brasões afora?

A inteligência, o talento, a imaginação criadora e a chama viva das ambições que criam valores eternos, não apagam aqueles que deram condições de vida e de progresso ao meio. A participação de todos deve ser cantada em prosa e verso. Está faltando quem escreva a saga do homem do campo, do comércio e da indústria.

Por enquanto, fiquei eu na saga dos que fizeram, da Paraíba, um predestinada na participação dos conselhos de Governo da Colônia, do Império e da República.

Abelardo Jurema

PERSONAGENS

VOLUME I

- 1 – *André Vidal de Negreiros*, Governador do Maranhão, Pernambuco (duas vezes) e de Angola (África)
- 2 – *Aristides Lobo*, Deputado, Senador e Ministro do Interior do Governo de Deodoro
- 3 – *Ascendino Vicente de Magalhães*, Chefe de Polícia do Mato Grosso, auditor da Marinha e Ministro do Superior Tribunal Militar
- 4 – *Assis Chateaubriand*, criador de um Império Jornalístico (imprensa falada, escrita e televisionada), Senador e Embaixador do Brasil em Londres
- 5 – *Arthur de Souza Marinho*, Secretário de Estado em Pernambuco, Juiz Federal, Ministro do Tribunal Federal de Recursos
- 6 – *Abelardo de Araújo Jurema*, Secretário de Estado na Paraíba (por duas vezes), Prefeito da Cidade de João Pessoa (Capital da Paraíba), Deputado Federal, Suplente de Senador em exercício por várias vezes, Líder da Maioria na Câmara dos Deputados e Ministro do Interior e Justiça
- 7 – *Alcides Vieira Carneiro*, Deputado Federal, Presidente do Ipase e Ministro do Superior Tribunal Militar
- 8 – *Argemiro de Figueiredo*, Governador da Paraíba, Secretário de Estado, Deputado Federal e Senador da República
- 9 – *Aurélio de Lyra Tavares*, General de Exército, Ministro do Exército, Membro da Junta Governativa Presidencial em 1969, Embaixador do Brasil em Paris, Membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 10 – *Celso Monteiro Furtado*, Ministro do Planejamento, Diretor Superintendente da Sudene (primeiro) Professor da Sorbonne e de Universidades Americanas

- 11 – *Diogo Velho Cavalcanti*, Ministro do Império (Agricultura, Justiça e Estrangeiros), Deputado Federal, Senador e Presidente das Províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco
- 12 – *Djacy Alves Falcão*, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente do Supremo Tribunal Federal
- 13 – *Epitácio da Silva Pessoa*, Secretário de Estado (Paraíba), Ministro da Justiça, Senador, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente da República
- 14 – *Ernani Ayres Sátyro de Souza*, Deputado Federal, Secretário de Estado, Prefeito da Cidade de João Pessoa, Deputado Federal, Líder da Maioria na Câmara dos Deputados, Presidente da União Democrática Nacional, Governador da Paraíba e Ministro do Superior Tribunal Militar
- 15 – *Feliciano Dourado*, Embaixador das Cortes Portuguesas junto aos Governos da Holanda, França e Itália e Presidente do Conselho de Ultramar de Lisboa
- 16 – *Francisco de Paula da Silveira Lobo*, Deputado Federal, Senador da República, Presidente das Províncias de Minas Gerais e Pernambuco e Ministro do II Império (Marinha e Fazenda)
- 17 – *Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega*, Deputado Federal, Ministro do Trabalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Secretário de Estado (Paraíba) Prefeito da Cidade de João Pessoa
- 18 – *Floriano de Lima Brayner*, Marechal de Exército, Ministro do Superior Tribunal Militar. Chefe do Estado Maior do Exército e da F.E.B.
- 19 – *Geminiano Monteiro da Franca*, Chefe de Polícia da Capital Federal e Ministro do Supremo Tribunal Federal
- 20 – *Horácio de Almeida*, Secretário de Estado, Advogado, Historiador, Membro da Academia Paraibana de Letras, Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 21 – *Humberto Coutinho de Lucena*, Deputado Federal, Deputado Estadual, Líder do M.D.B. na Câmara dos Deputados

PERSONAGENS

VOLUME II

- 1 – *João Florentino Meira de Vasconcelos*, Deputado Federal, Senador, Presidente da Província de Minas Gerais, Ministro do Império Marinha e Sem Pasta
- 2 – *João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque*, Ministro do Superior Tribunal Militar, Presidente da Província da Paraíba e candidato a Vice-Presidente da República, ao lado de Getúlio Vargas, em 1930
- 3 – *João de Lourenço*, Ministro do Tribunal de Contas da União e destacado técnico em política econômico-financeira
- 4 – *João Agripino*, Político, Ministro das Minas e Energia, Deputado Federal, Senador e Governador do Estado
- 5 – *José Pereira Lira*, Chefe da Casa Civil do Governo Dutra, Professor Universitário, membro da Ordem dos Advogados do Brasil
- 6 – *Leonel Miranda*, Ministro da Saúde, médico e empresário
- 7 – *Jaime Portela*, General de Exército, exercendo os mais relevantes postos no governo Costa e Silva de quem foi Chefe da Casa Civil
- 8 – *José Américo de Almeida*, Ministro da Viação por duas vezes, Governador de Estado e renomado escritor
- 9 – *Luiz Rafael Mayer*, Ministro do Supremo Tribunal Federal, assessor jurídico de diversos órgãos federais, professor de Direito Penal
- 10 – *Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo*, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Governador de Estado, Deputado Federal e Embaixador no Brasil na Indonésia
- 11 – *Pedro da Cunha Pedrosa*, Ministro do Tribunal de Contas da União, Deputado, Senador
- 12 – *Raul de Góis*, Empresário, Presidente de várias Associações Comerciais, político
- 13 – *Ruy Carneiro*, Interventor Federal, Senador, advogado do Banco do Brasil, Presidente da Companhia de Navegação Costeira e Banco Lar Brasileiro
- 14 – *Samuel Duarte*, Jurista, Deputado Federal, tendo presidido a Câmara dos Deputados por duas vezes
- 15 – *Vergniaud Wanderley*, Senador da República, Prefeito Municipal, bacharel em Direito

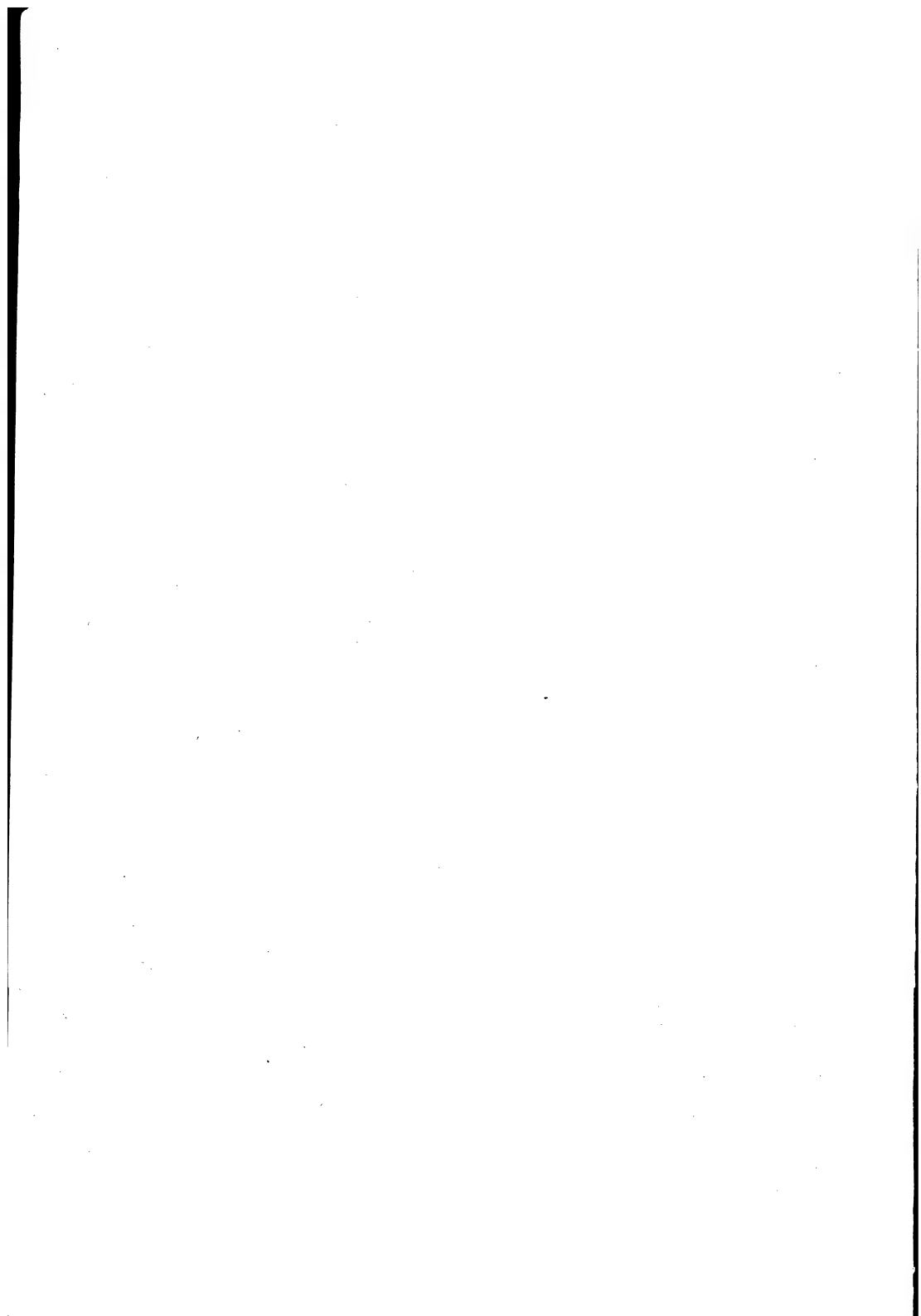
A ERNANI SÁTYRO,
O inspirador

A JOÃO LUIZ, MEU FILHO,
O colaborador

A HORÁCIO DE ALMEIDA,
O orientador

A ORMEU FONTENELE,
O estimulador

O autor ,
ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA



AGRADECIMENTOS

Registro a cooperação espontânea e desinteressada, na feitura deste livro, de paraibanos que se dedicam às letras e, de modo muito particular, à História, sobretudo da Paraíba.

Emprestaram-me livros, deram-me indicações, sugeriram-me fontes de consulta, orientaram-me como chegar até eles, numa prestimosidade que me sensibilizou.

Profundamente agradecido, registro os seus nomes não para satisfação nem orgulho deles, pois são desprendidos e devotados, mas para prestar, também, a minha colaboração aos que vierem depois de mim, com estes mesmos objetivos de levantar a história dos que a escreveram por atos e ações.

São eles:

HORÁCIO DE ALMEIDA

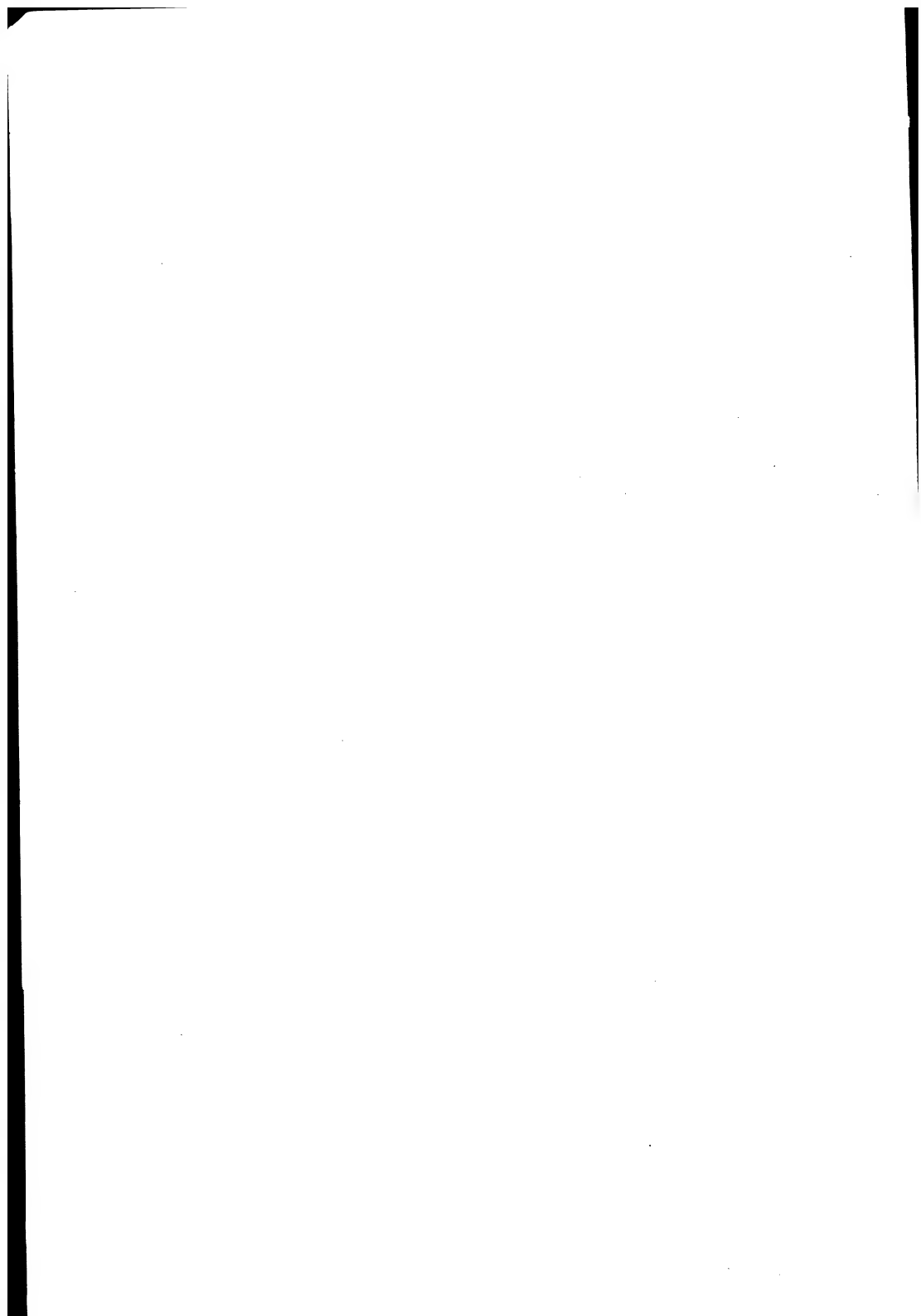
WILSON DE SEIXAS NÓBREGA

DEUSDEDITH DE VASCONCELOS
LEITÃO

DEMÓCRITO DE CASTRO E SILVA

HILDETE MARINHO

BENEDITO COUTINHO



ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS

Regimento Vidal de Negreiros

(Denominação dada ao atual 15º Regimento de Infantaria, com sede em João Pessoa)

Decreto nº 56.833 — de 3 de setembro de 1965

Dá a denominação de Regimento Vidal de Negreiros ao atual 15º Regimento de Infantaria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, Item I, da Constituição Federal e considerando que:

Contribuir para a exaltação dos nomes gloriosos de nossa História é fazer obra de patriotismo e de estímulo às mais nobres virtudes militares; o nome André Vidal de Negreiros está indelevelmente ligado à defesa de nosso território, em que se distinguiu pela tenacidade, bravura e amor à Pátria, na luta contra os holandeses;

O 15º Regimento de Infantaria tem sua sede no lugar de Cruz das Armas, onde existiu o engenho de propriedade do Mestre de Campo Vidal de Negreiros, na cidade de João Pessoa, onde nasceu esse valoroso soldado; decreto:

Art. 1º — Fica atribuída ao 15º Regimento de Infantaria a denominação de “Regimento Vidal de Negreiros”.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de Setembro de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República.

H. Castelo Branco
Arthur da Costa e Silva
(Do Diário Oficial, de 6 de setembro de 1965)

Angola está na pauta das atenções universais, mantém-se na pauta, melhor dizendo, através de uma luta que já se arrasta por mais de 10 anos e que, na verdade, constituiu fator preponderante na deterioração do governo salazarista.

Esta Angola, das melhores colônias do velho Reino de Portugal e do Algarve, d'Aquém e de Além mar e d'África teve a governá-la por mais de 5 anos, o paraibano André Vidal de Negreiros, que vinha com a experiência das lutas contra os holandeses, de Pernambuco à Bahia, e ainda testado como administrador à frente que esteve dos governos do Maranhão e Pernambuco, este por duas vezes.

É das enciclopédias o registro de que "realizou uma obra muito notável, sobretudo na fortificação de Luanda e na organização de uma expedição contra o rei do Congo, a qual, comandada por Luis Lopes Sequeira, ganhou a formidável batalha de Ambuila".

Dom João IV seguiu o conselho que lhe vinha do Padre Antonio Vieira que, conforme transcreve o beneditino D. Domingos de Loreto Couto, no livro "Desagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco", publicado por volta de 1700 e republicado em 1902, pela Biblioteca Nacional, diz:

"De André Vidal de Negreiros direi a V. Magestade o que não me atrevi até agora, por me não apressar, e porque tenho conhecido tantos homens, sei que há mister muito tempo para conhecer um homem. Tem Vossa Magestade muy poucos no seu Reino que sejam como André Vidal, eu o conhecia pouco mais que de vista, e fama. É tanto para tudo o demais, como para soldado: muito Cristão, muito executivo, muito amigo da justiça, e da razão, muito zeloso do serviço de Vossa Magestade, e o observador das suas reais ordens, e sobretudo muito desinteressado, e que entende muy bem todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta, que lhe achava certo Ministro grande da Côrte de Vossa Magestade. Pelo que tem ajudado a esta cristandade lhe teho obrigação, mas pelo que toca ao serviço de Vossa Magestade de que nem ainda cá me posso esquecer, digo a Vossa Magestade que está André Vidal de Negreiros perdido no Maranhão e que não estivera a Índia perdida se Vossa Magestade lhe entregara, digo isto porque o digo neste papel, que não há de passar das mãos de Vossa Magestade e assim o espero do conhecimento que Vossa Magestade tem da verdade, e desinteresse com que sempre falei a Vossa Magestade e do real e católico zelo, com que Vossa Magestade deseja que em todos os reinos de Vossa Magestade se faça justiça e se adiante a fé, etc".

E do beneditino Loreto Couto, são estas palavras em seguida:

"... até aqui o elogio que lhe faz o grande Padre Antonio Vieira, e bem poderemos fazer um perfeito paralelo deste herói insigne com os mais famosos capitães do inundo, pois não tiveram nas suas ações, menos semelhantes, que Rômulo, e Theseo, Marcello e Pelópidas, Angecilao e Pompeu, Scipião, Lizandro e Sylas, Humenes e Sertório, Aníbal, e outros heróis que os antigos compararão se não entendêramos que André Vidal de Negreiros só consigo mesmo se compara bem."

É este o vulto que impressiona os seus contemporâneos e os que o seguiram depois aqui por estes brasis coloniais, e que mais tarde entrou para a História. Aliás, a Paraíba também com ele entrou na História, de vez que é o "traço de união entre todos, é a mola de tudo que se vem tramando na sombra. É o grande conspirador", como dizia João Fernandes Vieira a Frei Manoel, no perfil que lhe é traçado por Demócrito de Castro e Silva no seu "Retrato Vivo de Paraibanos Mortos", Edição Saraiva.

No inconformismo de um Vidal de Negreiros à dominação holandesa no Nordeste, começa a surgir a nacionalidade brasileira, ainda que a peleja se dirigisse no sentido do prestígio e do fortalecimento do domínio português no Brasil. A luta de bastidores que se processa nas antigas províncias nordestinas, com um Portugal oficialmente em acordo com a Holanda ante as conveniências da política internacional da época, propicia a formação de núcleos de resistência fortemente animados por um sentimento nativista que era a primeira manifestação de amor pátrio.

Os vinte e quatro anos decorridos desta dominação curtiram uma geração diferente, não só determinada e audaz como, sobretudo, inspirada por aspirações de certo modo libertárias que imprimiram um estranho patriotismo, em que a causa defendida era mais dos guerrilheiros e soldados em porfia, do que mesmo da bandeira portuguesa que se erguia nos campos de batalha.

Vidal de Negreiros, por exemplo, filho de portugueses ricos, com propriedades e engenhos nas várzeas do Paraíba, depois de participar das primeiras escaramuças, integrando batalhões que se organizaram para o combate ao invasor, vai fazer curso de armas em Lisboa. Como ele, outros assim o fizeram. Preparam-se militarmente para prosseguimento da campanha de libertação. Conspiraram como "maquis", arregimentaram-se nos subterrâneos da clandestinidade, articularam-se do Maranhão à Bahia. E entre os seus melhores e mais atilados articuladores, estava Vidal de Negreiros.

E se Vidal de Negreiros foi o correio incansável para a formação da frente de resistência, mais ainda o relevo que assumiu nas batalhas pela expulsão. É uma sucessão delas, com o seu nome vinculado a vitórias de situações, de logo sentiu que a posição holandesa não tinha raízes e que o fermento de insubordinação e de luta estava apenas à espera de boa manipulação. E a cada êxito, a cada sucesso, a cada vitória, seguiam-se novas incursões aqui e ali, até que o acordo de retirada foi firmado.

Evidente que tão provadas tropas de libertação imprimiriam nova feição a uma gente que vira e participara de campanhas duras e sangrentas, num sacrifício que iria amalgamar uma consciência de força, de decisão e de auto-suficiência.

E o grande agente catalisador foi Vidal de Negreiros. As pesquisas históricas assim o apontam. Tanto é assim que mal silenciaram os canhões e os arcabuzes, sua vocação de comando é aproveitada na direção suprema das províncias do Maranhão e do Pará. E, mais tarde na própria província de Pernambuco, onde a sua atuação já como um General, de fato e de galões, foi das

mais assinaladas.

Os títulos e galardões que lhe conferiu a Corte Portuguesa, alcaidarias-mores de Marialva e Morim e a Comenda de Ordem de Cristo, não foram brasones de herança, mas conquistados de tacape em punho.

Do Capitão de Mato a General, de General a Governador de Províncias do Nordeste, e destas para o Governo de Angola, é trajetória muito singular a vencer preconceitos colonialistas, numa disputa muito desigual entre pares dos Reinos de Portugal e Algarves d'Aquém e d'Além Mar, e d'África.

Poucos a percorreram com altivez e ao longo do tempo até o seu desaparecimento, a projeção de sua personalidade era uma constante como uma constante foi a sua desambição pelos bens materiais, transferindo por testamento, do próprio punho, tudo o que tinha e que era de grande vulto, para patrimônio religioso e público.

Este testamento, que transcrevemos em parte, fala alto de quem guerreiro foi por amor à terra onde nasceu, governador de povos por vocação de liderança, herói por força de uma predestinação, servo de Deus na plenitude de uma fé inquebrantável:

"... Primeiramente encomendo minha alma a Deus, que a criou e remiu com seu sangue precioso, pedindo-lhe me perdoe os meus pecados, e a Virgem Senhora Mãe Sua e Rainha dos Anjos, seja minha advogada e intercessora com o seu Unigênito Filho, para que me dê perdão de todas as culpas e ofensas que contra Ele tenha cometido; e o mesmo peço ao Arcanjo S. Miguel, e aos S.S. Apóstolos S. Pedro e São Paulo, e ao Santo do meu nome, e a todos os Santos e Santas da Corte Celestial; e protesto morrer e viver na Sta. Fé Católica, como verdadeiro Cristão e filho seu.

Declaro que sou natural da Cidade da Paraíba, filho de legítimo matrimônio de Francisco Vidal, natural da Cidade de Lisboa, e de Catarina Ferreira, natural de Porto Santo, os quais são falecidos da vida presente, e que sou solteiro, e nunca fui casado e nem fiz promessa de ser.

Declaro que não tenho herdeiro nenhum forçado que haja de herdar minha fazenda; pelo que instituo por **minha herdeira universal a minha alma**, de todos os meus bens que se acharem me pertençam líquido monte, cumprindo-se em tudo as dotações que tenho feito à minha Capela, invocação N.S. do Desterro, sita nos meus Currais, à qual doe e dotei os bens nela declarados, e dos que acharem fora das ditas doações, meus Testamenteiros disporão deles na forma que em meu testamento ordenado; porque minha última vontade é que inteiramente se guarde as ditas doações e instituições da Capela; e se necessário é para sua validade por esta minha última vontade, confirmo tudo que nas ditas escrituras tenho posto, e no mais que parecer melhor a meus Testamenteiros que abaixo nomeio, os quais me farão os mais sufrágios que aqui nomear"

Após fazer as designações dos seus testamenteiros, determina que seja enterrado na Capela de N.S. do Desterro, com o hábito de N.S. do Monte do Carmo e S. Francisco, proíbe sermão à sua alma e manda que se reze 2.400 missas pelo seu repouso eterno.

Em seguida enumera o que possuía, um patrimônio dos maiores, em Engenhos, pastos, lenhas, escravos, bois, currais, terras e "chãos" no Recife.

A tudo explica, a quem comprou e a quem deu para tomar conta ou dado mesmo, com detalhes inconfundíveis, na preocupação de confirmar tudo o que havia feito em vida, desde as doações às capelinhas, aos amigos e parentes distantes e afilhados e afilhadas, às libertações e alforrias de escravos, aos pagamentos de dívidas particulares, pagamentos de pensões a padres. Era uma só preocupação a Vidal de Negreiros: não faltar à Igreja e aos amigos e aos que o serviram.

Luiz Pinto, em seu livro "Vidal de Negreiros", da Editora Alba Limitada, e que me foi emprestado pelo General Aurélio de Lyra Tavares, o antigo comandante do IV Exército, de Recife, que promoveu a denominação de 15 R.I., de João Pessoa, para "Vidal de Negreiros", conclui a vida do herói, assim:

"Terminada a leitura dos testamentos de André Vidal de Negreiros o leitor sente a impressão de que viajou por mundos ignotos, por desertos, ou que ouviu lendas, coisas imprecisas, fatos que não poderiam encontrar sinfonia no século XVII. É aí justamente que se encontra o X da questão. Só um homem privilegiado, portador de uma grande alma, após enrijecer o coração diante da matança humana, preparando-se para destruir, arruinar, aniquilar; após sofrer as durezas da guerra e as decepções dos homens, conseguir alhear o seu espírito e, na paz da velhice, passando uma esponja de esquecimento em todo aquele passado, tudo contornar, tudo fazer, com pureza e belamente para oferecer aos pósteros esse magnífico quadro que pode ser tido como a fisionomia moral de um magnífico homem.

Como se vê facilmente, estes testamentos, bem feitos e claros, são a estrutura, o alicerce, o argumento fundamental da história de André Vidal de Negreiros."

Por isso é que, quando dos meus primeiros contatos para a preparação deste livro, José Américo me dizia que não podia começar a escrevê-lo senão a partir de Vidal de Negreiros, acrescentando ser a maior figura de todos os paraibanos até hoje. Coincidia com as sugestões de Emani Sátyro de que, à medida que fosse penetrando na vida dos conterrâneos da primeira plana, teria que, necessariamente, demorar-me em Vidal de Negreiros, a seu ver o fundador da nacionalidade brasileira, plantando e regando com os seus exemplos e o seu sangue, as sementes da própria pátria brasileira.

Aurélio de Lyra Tavares, em 1970, na imprensa pernambucana, escrevendo sobre "Coisas da História da Paraíba", preocupava-se com as dúvidas postas em circulação por "notável historiador pernambucano", sobre a naturalidade de Vidal de Negreiros.

Dizia o General e hoje Acadêmico:

"E esse fato, de que Vidal de Negreiros teria nascido em Pernambuco, me deu muito trabalho para restabelecimento da verdade, quando estava empenhado, como Comandante do IV Exército, no Nordeste, em atender ao velho anseio dos meus camaradas do 15 R.I., de João Pessoa, na justa reivindica-

ção para que fosse oficialmente declarado Vidal de Negreiros como Patrono daquela gloriosa unidade do Exército, no Nordeste. O obstáculo que se opunha a essa aspiração estava na afirmação do historiador consagrado, em cuja opinião muito difundida e já por muitos aceita, Vidal de Negreiros era pernambucano. A dúvida se explica, embora não se justifique. E é fácil dirimi-la, com base em documentos que ninguém poderia contestar de boa fé. A história da Paraíba se confunde, também aí, com a de Pernambuco, pois foi o grande soldado paraibano que, já como autêntico Chefe Militar Brasileiro, homologou, em nome de Pernambuco, como aliado dos portugueses, os termos da rendição batava, na colina do Taborda, quando se encerrou definitivamente o capítulo das invasões holandesas no Nordeste. Ao tempo em que comandeie o IV Exército, tive de recorrer ao meu arquivo, onde possuo cópia autêntica do testamento formal, lavrado em cartório, em que Vidal de Negreiros, ele próprio, tira qualquer dúvida a respeito da sua cidadania e da sua vida. Tive, também o cuidado de mandar fotografar a inscrição do seu túmulo, na Igreja de N. S. dos Prazeres, em Guararapes, para fazer nova prova de que Vidal de Negreiros nasceu na Paraíba, fato que eu já conhecia e era motivo do meu grande orgulho cívico de menino paraibano”.

General Delmiro Pereira de Andrade, participante da F.E.B. e condecorado pelos Governos dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Itália — **ad valori militari** — além de tê-las, das mais altas, do Governo brasileiro, em conferência pronunciada em 1948, estuda Vidal de Negreiros, concluindo:

“Como aqueles cabos de guerra da antiguidade, o grande Capitão General, o mestre de campo André Vidal de Negreiros, não foi um conquistador, porém um apóstolo que se consagrou ao serviço de sua Pátria oprimida; foi um dos restauradores de Pernambuco, provando sobejamente suas qualidades de chefe nas duas sanguinolentas batalhas dos Montes Guararapes, nas quais Vidal de Negreiros adquiriu o nome que revive nos séculos, anunciando o termo das guerras dos nove anos com a queda do domínio holandês. E André Vidal de Negreiros revivendo a História, lembra Alexandre quando tomou Salônica; nada quis para si, anseava apenas a transformação social e tudo fez por zelo e amor ao Brasil. O nome do General André Vidal de Negreiros foi projetado no Universo, sob múltiplos aspectos, crescendo pelo entusiasmo causado pelos feitos militares, como figura central da expulsão dos holandeses, que culminou com a restauração portuguesa que prendeu a atenção do mundo durante os anos de encarniçada luta”.

Liberato Bittencourt, em “Paraibanos Ilustres”, livro da maior oportunidade para melhor conhecimento dos homens da terra de Vidal de Negreiros, assinala:

“Grande lidador brasileiro no século XVII. É por ventura o maior dos paraibanos na ação. Nasceu na Paraíba, em 1608. Abraçando a carreira das armas, não por interesse material, mas por acendrado patriotismo, em 1625, quando se deu o primeiro assalto dos holandeses à Bahia. Foi elevado de simples soldado ao posto de Alferes, exercendo, porém, a profissão à sua própria

custa. Era homem rico. Na heróica resistência de Pernambuco, chefiada por Matias de Albuquerque, com felicidade, distinguiu-se como capitão ajudante, grande na bravura e invencível na tenacidade. Depois foi um dos mais intrépidos defensores da Bahia. Revoltado contra o domínio batavo, João Fernandes Vieira agita um dia Pernambuco contra os holandeses; e Vidal de Negreiros, conhecendo o fato, entra em território pernambucano, fingindo nada ter com o governo português, toma a chefia militar da revolução, ganha a batalha de Casa Forte, mostrando-se mais uma vez inimitável na bravura, na abnegação e na tenacidade. Distinguiu-se na Batalha de Guararapes, como na tomada de Recife. Foi, enfim, o principal elemento da expulsão dos holandeses do Brasil”.

Demócrito de Castro e Silva, no seu “Retrato Vivo de Paraibanos Mortos”, entre outros feitos de Vidal de Negreiros, marca:

“A agitação contra os invasores, os intrusos, tinha começo na Paraíba, onde Paulus Von Lynge governava em nome de sua Pátria flamenga e começava a experimentar o descontentamento dos nativos, dada a situação dos seus atos e ingerências preponderantes. André Vidal de Negreiros, aglutinador experimentado e emérito, deu largas à sua capacidade de organizador e reuniu, num trabalho bem urdido junto aos senhores de engenho, os valores humanos que apoiavam a sua causa e se preparavam para a revolta. Crioulos e mamelucos afluíam para a Província e os contingentes se formavam disfarçadamente à espera da voz de comando e do início das lutas”.

Não poderia encerrar o esboço biográfico deste personagem de tão intensa fulguração histórica, sem trazer, para este livro, trechos de Francisco Adolfo Varnhagen — O Varnhagen que tanto amava e admirava o Brasil, que escolheu para título honorífico o de Visconde de Porto Seguro, em homenagem ao primeiro porto em que se abrigou Pedro Álvares Cabral, “História das Lutas com os Holandeses no Brasil (desde 1624 a 1654)”, pelos quais André Vidal de Negreiros emerge em contornos muito nítidos de sua fabulosa participação em episódios marcantes da história brasileira.

Aqui estão, mostrando o primeiro deles a audácia de Vidal:

“Quanto a Vidal sabemos que na Paraíba angariava aos senhores d’engenho, a fim de que tivessem preparado farinhas e mais alimentos para quando chegasse a esquadra, e que então se alçassem contra os dominadores, e que conseguira hostilizar a muitos proprietários, queimando engenhos e canaviais; pelo que Nassau resolvera por a sua cabeça a preço, oferecendo por ela dois mil florins, ao que respondera Vidal com editais em que prometia seis mil cruzados “pela cabeça de João Maurício, conde de Nassau”. Este último chegou a acreditar e a participar que Vidal havia sido feito prisioneiro; porém o seu panegirista, escrevendo anos depois, contenta-se em afirmar que o mesmo Nassau oferecera sobre isso prêmios aos soldados “(este panegirista é o Padre Calado, em Valeroso Lucideno)”.

Da ajuda de André Vidal de Negreiros, aos insurretos pernambucanos, quando os recursos eram poucos, assinala Varnhagen:

“Os primeiros planos para se levar isso a cabo em Pernambuco, pelos es-

forços dos seus próprios habitantes, haviam tido lugar antes de ser ocupado o Maranhão, e até já antes das entrevistas de tréguas entre Nassau e Monttálvão. Se não foi André Vidal o autor da idéia, desde que no tempo do conde da Torre chegou, com um punhado de homens, quase a dominar em toda a capitania da Paraíba e a ameaçar e aterrorizar os vizinhos, ele veio depois a patrocinar de tal forma a mesma idéia que podemos dizer que a perfilhou, que a fez familiar na Bahia, e veio a ser, por assim dizer, a alma do plano que foi posto em execução, depois de abraçado pelo governador Antonio Teles, que tudo sacrificou para esse fim e a quem talvez algum dia Pernambuco honrará com uma estátua”.

Na preparação do conspirador a Corte festeja Vidal de Negreiros e já o convida por antecipação, para Governador do Maranhão, conforme escreve o historiador paulista:

“Sabemos por documentos oficiais, que no dia 23 de maio de 1642, achando-se Vidal em Lisboa, e ao que parece já para regressar ao Brasil, donde tinha vindo, o rei D. João lhe fez pessoalmente promessa de lhe dar, quando se restaurasse, o governo do Maranhão, ainda então sob o domínio holandês. Vidal favorecido com a mencionada promessa, feita por ventura na própria hora da despedida, embarcou-se para o Brasil, acompanhado a Antonio Teles da Silva, nomeado para suceder no governo geral a Monttálvão como “capitão geral de mar e terra”. Chegado com este governador à Bahia no princípio da última quadra do mês de agosto de 1642, foi logo Vidal pelo mesmo governador encarregado de passar ao Recife, a pretexto de entender-se com o conde de Nassau acerca dos assuntos da Angola, a respeito dos quais lhe escrevera Monttálvão; mas o verdadeiro intuito de fomentar aí a insurreição, mostrando secretamente documentos para prova de como os serviços nela feitos seriam bem aceitos e recompensados pelo rei, e vindo já autorizado, pelo próprio rei, para distribuir esse fim em Pernambuco até seis hábitos de Cristo, conseguiu Vidal conversar não só com João Fernandes Vieira, a quem foi procurar em companhia do beneditino Fr. Inácio, mas também com outros moradores, e de tal modo contava já com a revolução no Maranhão (que aliás só rebentou no último dia desse mês de setembro), que parece ter dado dela notícia como causa assentada, o que não deixou de alarmar muito o povo, que falava de insurreição; chegando a acreditar-se que estava entre os conjurados o próprio comandante da guarda de Nassau, Carlos Tournalon, casado com a bela pernambucana D. Ana Pais, viúva de Pedro Correia da Silva”.

Libertado o Maranhão, comprovando-se o poder de articulação de Vidal de Negreiros, Varnhagen acrescenta:

“O Rei mandava passar a carta patente de 11 de agosto de 1644, nomeando-o governador e capitão general do Maranhão, em conformidade da promessa que fizera em 23 de maio de 1642”. Prossegue o historiador: “Ainda antes de ter conhecimento da carta patente, propôs-se ele patrioticamente a voltar de novo a Pernambuco e ir até à Paraíba; afim de alentar os tíbios e de combinar um plano, por meio do qual se pudessem conseguir resultados tão favorá-

veis como os que os maranhenses haviam obtido, ao cabo de dez meses de luta. Concebeu e concertou para isso um expediente, e propôs ao Governador Antonio Teles, o qual desde logo o aprovou autorizando a Vidal a segui-lo”.

Ativo na conspiração, Vidal de Negreiros consegue salvo conduto dos holandeses para visitar seu pai na Paraíba, Francisco Vidal, levando amigos de confiança, como assinala Varnhagen:

“Partiu Vidal, em setembro de 1644; e ao chegar ao Recife, obtiveram, Vidal e os amigos, licença para desembarcar; hospedou-se na casa de João Fernandes Vieira, passando a combinar o plano da conspiração, com Fernandes Rodrigues de Bulhões, Manoel Queiroz Sequeira, Jerônimo Cadena, Lopo Curado Garro e outros; ficando assentado que, por satisfazer aos desejos e exigências de João Fernandes Vieira, na Paraíba devia o movimento rebentar primeiro. Antes de retirar-se ao Recife, foi Vidal examinar o estado da fortaleza de Cabedelo... e no caminho, de regresso, se achegou a costa, como fizera dois anos antes, e não longe da Barra Grande deixou escondidas algumas munições que não conseguira desembarcar no Recife. Apenas Vidal regressou à Bahia deu conta ao governador de quanto ajustara, foram destacados daí para Pernambuco, por terra, uns quarenta soldados de linha, todos destros de milícia e capazes de serem oficiais na guerra e governar companhias, às ordens do valente e ativo oficial Antonio Dias Cardoso e dos distintos oficiais Paulo Veloso e Antonio Gomes Taborda”.

Vê-se assim o fôlego do paraibano; não se descuidava dos menores detalhes e planta a semente da insurreição por toda a parte e com uma estratégica digna dos melhores cabos de guerra. Prepara tudo, desde os homens às munições, inspecionando até fortes dos conspiradores.

Varnhagen descreve a arrancada de Vidal de Negreiros para a libertação de Recife, dizendo inicialmente:

“Vidal e Martin Soares, apenas desembarcaram, puseram-se em marcha, e fizeram logo pronunciar-se abertamente pela restauração os povos vizinhos, publicando uma proclamação em que declaravam virem por ordem do governador da Bahia, a pedido dos de Recife por ordem à guerra civil; e dela mandavam em 9 de agosto oficialmente cópia aos do Recife... Avançou contra o forte de Serinhaem, e depois de lhe tomar a água, escreveu ao comandante convidando-o a entrar em negociações com os mestres de campo. Repetiram este, dois dias depois, a oferta escrevendo, no dia 4, do engenho do Rio Formoso, onde se alojavam, uma carta ao chefe do distrito Samuel Lambert, expondo-lhe ao que vinham, em cumprimento das promessas feitas pelo governador Antonio Teles aos do Supremo Conselho, e propondo-lhe a entrarem em negociações. Reconhecendo este, e todos os oficiais da guarnição, que não havia meio de resistir com esperança de bom êxito, assentaram que mais lhes convinha capitular logo, aceitando as condições favoráveis que se lhes propunham”.

Está aí o Vidal de Negreiros negociador, tomando sempre terreno aos adversários, minando a terra ocupada, galvanizando uma luta que tudo lhe deve, obviamente.

inimigos, com singular valor, tendo muita parte dos bons sucessos e vitórias que na dita capitania alcançaram contra os holandeses, com grande reputação do nome português, não reparando para esse feito na perda de sua fazenda; porque quando foi necessário abrasar os canaviais engenhos daquele distrito, foi o primeiro que com suas mãos pôs fogo a um de seu pai, para a esse exemplo se fazer o mesmo aos demais”.

Conclui Varnhagen que “o retrato de Fernandes Vieira foi gravado, e publicado na obra panegírica de Fr. Rafael de Jesus. O de Vidal encontra-se em Angola, entre os dos demais governadores desse reino, donde o Brasil há de solicitar uma cópia fotografada”.

Não é preciso se dizer mais nada do herói. Vidal de Negreiros, se lhe faltassem historiadores e biógrafos, está bem esteriotipado na opinião do Padre Vieira e na de Varnhagen.

Jean Paul Sartre, dos começos deste século, vivendo-o quase todo até os nossos dias, é a voz a definir todo o exemplo de Vidal de Negreiros, quando diz:

“Não se é homem enquanto não se encontra alguma coisa pela qual se está disposto a morrer”.

ARISTIDES LOBO

"O sofrimento da filha extremosa, os padecimentos da esposa angustiada, o vivo comentário dos acontecimentos, tudo isso, Aristides Lobo escutava, atento, refletindo precocemente nos anseios da nacionalidade que, com tanta exuberância, se tinha evidenciado nas lides patrióticas de 1817.

Independência. . . República. . . Nacionalismo. . . A cabeça do avô exposta aos corvos. . . O pai nas masmorras. . . A mãe, estóica, em meio de tamanhas aflições. . .

Eis a formação de Aristides Lobo.

Foi a lógica de seu sangue. Foram as lições de sua mãe".

(De "Aristides Lobo e a Revolução de 1817",
de F.J. da Silveira Lobo Júnior, p. 60, vol. 10
— 1946 — Rev. do I.H.G.P.)

Uma revolução de estruturas não se faz sem que, primeiro, haja uma pregação de idéias renovadas, para que se propaguem e dêem corpo às mesmas perante o povo; segundo, desenvolva-se o processo conspiratório; terceiro, eclosão do movimento. Em seguida, passa-se à execução do ideário, com a constituição dos primeiros escalões revolucionários e, conseqüentemente, instituição do novo Governo.

Da Monarquia à República, o paraibano Aristides Lobo viveu todas estas fases. Foi o pregador. Foi o conspirador. Foi agente na sua explosão. Foi integrante do primeiro Governo Republicano.

Em 1870, assinava manifesto de formação do Partido Republicano, publicado aliás em jornal que dirigia, "A República". Um dos seus biógrafos, Moreno Brandão, diz:

“Foi Aristides Lobo um conspirador ativo, destemido, porém cheio de precauções, que visavam o intuito de evitar o malogro da revolução tramada. Imensamente discreto, o pertinaz revolucionário tudo fazia para que uma levandade qualquer não viesse a comprometer grandiosa causa, pela qual tanto se esforçava”.

De sua participação na pregação republicana, ainda é Moreno Brandão que diz:

“Fora principalmente como jornalista que Aristides Lobo granjeara as esporas de general nas hostes republicanas. Na obra de demolição da monarquia, a pena de Aristides Lobo teve a eficácia incontestável de clava de Hércules. Na ação quotidiana, a prédica era convincente e tinha a valor dela um grande fator moral: a sinceridade”.

Das articulações revolucionárias, Evaristo de Moraes, em “Da Monarquia para a República”, assinala:

“Dentre os republicanos civis, quem primeiramente se inteirou do que se estava projetando foi Aristides Lobo, em contato com Benjamin Constant, desde fins de outubro. Procurou ele dar aos correligionários de São Paulo ciência da conspiração para que cooperassem, tanto quanto possível. Já a 3 de novembro, escrevia ao seu sobrinho Silveira Lobo, recomendando-lhe que convidasse Francisco Glycério e Campos Sales, a virem ao Rio. Operou-se a aproximação do elemento civil em casa de Deodoro na noite de 11 de novembro de 1889. Estiveram presentes à reunião: Quintino Bocayuva, Francisco Glycério, Aristides Lobo, Ruy Barbosa, Benjamin Constant e coronel Solon Ribeiro”.

Da importância de Aristides Lobo, entre os conspiradores da República prestes a se constituir, fala o termo lavrado no Paço Municipal em 16 de novembro de 1889, quando o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, já constituído, comprometia-se solenemente, sob sua honra, em “manter a paz e a liberdade pública, os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da Nação, quer no interior, quer no exterior”. Assina-o, em primeiro lugar, pelo Chefe do Governo Provisório, Aristides da Silveira Lobo, seguindo-se as assinaturas do Benjamin Constant, Ministro da Guerra; Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda, Quintino Bocayuva, Ministro de Estrangeiros; Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha, e o Presidente e vereadores do Conselho Municipal.

Urias A. da Silveira, em “Galeria Histórica da Revolução Brasileira”, registra que Aristides Lobo, Ministro do Interior falava por todos, declarando que “o empenho do novo governo seria sustentar a paz e promover uma nova era de prosperidade e grandeza para o País”.

Pedro Calmon, em sua “História do Brasil” particulariza: “Ruy Barbosa tinha duas preocupações: atender às finanças e dar ao regime o figurino norte-americano; Aristides Lobo zelava a pureza das instituições, confiadas aos correligionários da propaganda: um intransigente; Quintino Bocayuva meteu-se num plano difícil: acabar desde já com o dissídio de fronteiras a questão

das Missões; Campos Sales, esforçando-se pela transformação legislativa que não abalasse as classes conservadoras; Demétrio Ribeiro, por um programa de fortalecimento Militar; Benjamin Constant e Eduardo Wandenkolk, garantia do ideário republicano”.

Não importa que já a 10 de fevereiro de 1890, afasta-se Aristides Lobo, do Governo Provisório Republicano. Saiu, ainda pelas idéias e numa atitude desprendida e desambiciosa. Foi prosseguir no combate das idéias e princípios republicanos. Mesmo assim, com pouquíssimos meses de Ministério — novembro a fevereiro, dão conta os registros de suas atividades: Regularização das naturalizações, pensões e subsídios de Ministro; fixação de limites de atribuições dos Chefes de Estado quanto a nomeações e demissões de funcionários públicos; fixação de diretrizes das Câmaras Municipais; instituição de medalhas para serviços humanitários; fixação de normas à polícia sanitária e ao combate às epidemias; instituição do processo de cobrança executiva; instruções normativas do processo de coleta de dados estatísticos; organização do Hospício Nacional de Alienados, do Conselho de Saúde Pública e nova denominação do Instituto dos Cegos e os Estatutos de Montepio Popular.

Dunsches de Abranches, na história dos ministros, da Independência à República, afirma que “Aristides Lobo, alma sensível e puríssima, caráter franco e decidido, amando a República, acima de tudo, sentia-se deslocado em um ministério, que pouco a pouco ia sendo empolgado por uma oligarquia reacionária e fatídica”.

Ao afastar-se do Ministério, Aristides Lobo não se revelou nem frustrado nem vencido, e as suas divergências de ordem doutrinária mais o conduziam a uma pregação pública das idéias republicanas, com a mesma disposição e coragem como tinha conspirado pela sua efetivação e instituição constitucional.

É o próprio Aristides Lobo que diz pela imprensa:

“O que se faz é um degrau, talvez nem tanto para o advento da grande era. Em todo caso, o que está feito pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à Liberdade. Como trabalho de saneamento, a obra é edificante”

Evidentemente, Aristides Lobo viveu grandes honras e com ele a Paraíba, que já havia visto um Vidal de Negreiros, herói da restauração nordestina; que já havia recebido de Pedro I o reconhecimento por ter sido “firme, certo e constante”; que já havia assistido Francisco de Paula da Silveira Lobo e João Florentino Meira de Vasconcelos e Diôgo Velho Cavalcanti de Albuquerque emprestarem colaboração direta ao segundo reinado, como Ministros de Pedro II; que acompanhou a ação de Epitácio nos três Poderes da República; que viu José Américo entre os condutores da Nação em 1930; viu também a Paraíba um dos seus filhos à frente do primeiro escalão que implantou a República no Brasil: Aristides Lobo.

Na verdade, a presença da Paraíba em todos os grandes e marcantes episódios da história, é daquelas que não apenas nos comovem e emocionam,

mas nos imprimem roteiros que dão aos homens públicos contemporâneos que tiveram o privilégio de nela nascerem, altas responsabilidades e nos mais altos padrões de eficiência e espírito público.

Sobre as origens paraibanas de Aristides Lobo, cabe-nos discorrer. Não é surpresa, a dúvida que já assaltou alguns historiadores e biógrafos. Os homens nordestinos se misturam na sua história. Tanto paraibanos servem a Pernambuco, como pernambucanos à Paraíba, alagoanos ao Rio Grande do Norte, cearenses a Sergipe, e vice-versa, numa reciprocidade até patriótica. Paraibanos governaram Pernambuco e um agora está no Governo do Rio Grande do Norte, como há um vice-governador paraibano em Pernambuco. Crescem os homens e as disputas surgem naturalmente, pela sua naturalidade. Vidal de Negreiros não escapou a essas indagações, pois vivera muito pernambucanamente, em cujo Estado, além de comandante dos mais bravos foi Governador por duas vezes.

Assim acontece com Aristides Lobo. Liberato Bittencourt, em "Paraibanos Ilustres", registra-o como nascido no município de Mamanguape, na Paraíba. Velho Sobrinho, no seu "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", já o situa como alagoano. José Honório Rodrigues, em "O Parlamento e a Evolução Nacional", anota-o como paraibano. A Enciclopédia e Dicionário Internacional, vol. II, firma-o alagoano. Dunsches de Abranches, em "Governo e Congresso da República", diz nascido em Alagoas, em 12 de fevereiro de 1838. A "Enciclopédia Brasileira Mérito", vol. 12, começa: "Lobo, Aristides da Silveira Lobo, jornalista e político brasileiro, nascido em Mamanguape, Estado da Paraíba, em 12.9.39, morto em Cacheira, Estado do Rio, em 27.3.96. Da "Enciclopédia Delta Larousse", consta os assentamentos paraibanos de Aristides Lobo. Já da "Enciclopédia Barsa", figura como alagoano. O "Dicionário Enciclopédico Brasileiro" igualmente o marca como alagoano. Moreno Brandão, em biografia escrita e editada pela "A Noite", faz o seu pagnégirico como alagoano. F. J. da Silveira Lobo Júnior em artigo publicado em revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, levanta toda a vida da família, oriunda de Minas Gerais e que palmilhou campos alagoanos e paraibanos, tendo sido o pai de Aristides Lobo, não só Presidente da Província de Alagoas, por duas vezes, 1831 e 1839, como vice-Presidente da Província da Paraíba. Chegando a exercer, interinamente as funções de Presidente. A vida de Manoel Lobo de Miranda Henriques, pai de Aristides Lobo, é uma sequência de acontecimentos que o empurram da Paraíba para Alagoas, de onde regressa à Paraíba, por várias vezes, terminando por morrer em Recife, em 1856. E o seu último filho, conforme assinala F. J. da Silveira Lobo Júnior, é Aristides Lobo. Já o seu irmão mais velho, com uma vida pública passada em Minas Gerais, era paraibano, também, e se inclui na galeria dos maiores da Paraíba.

Na Enciclopédia dos Municípios brasileiros, vol. 17, lá se encontra sobre Mamanguape:

"Vultos Ilustres — Mamanguape é berço fértil de paraibanos insígnies. Seu

solo amigo viu nascer homens que se ligaram, indissoluvelmente, à história da Paraíba, como Álvaro de Carvalho, emérito professor, prosador exímio e político de envergadura, que teve oportunidade de exercer, por algum tempo, o Governo Provisório do Estado; *Aristides Lobo*, propagandista republicano e notável jornalista, teve papel relevante no Governo Provisório instalado em 1889, do qual fez parte; Carlos Dias Fernandes, espírito polímorfo, cultor da poesia, do romance e do jornalismo, foi um dos mais destacados personagens das letras tabajaras; João Pereira de Castro Pinto, político de grande influência, tendo sido Governador do Estado em cujo cargo notabilizou-se como administrador abalizado e escrupuloso, e, ainda senador, deputado federal e conhecido advogado”.

O paraibanismo de Aristides Lobo exprime-se, incidentemente, pela palavra de Coelho Lisboa, no Senado da República, cujos discursos foram enfechados em livro - “Problemas Urgentes (Oligarquias, Secas do Norte e Clericalismo)”, edição da Imprensa Nacional, de 1909.

A preocupação de Aristides Lobo, Ministro do Interior do Primeiro Governo Republicano, era a de filho, e de filho que não adotou outra terra para berço nem domicílio político. Assim é que se dirige ao Senador Coelho Lisboa, dizendo-lhe:

“Nomeei seu amigo, Dr. Albino Meira, Governador da Parahyba, conforme as nossas constantes conversas. Elle está em Pernambuco como sabe; telegrafe-lhe dizendo que siga immediatamente para a Parahyba a assumir o Governo”.

Continua, Coelho Lisboa, o seu discurso (7 de Maio de 1908), dizendo:

“Com o advento da República, mais de uma vez Aristides Lobo me dissera: “Proclamada a República”, tu seguirás imediatamente para a Parahyba afim de organizares a política”.

Depois de narrar os episódios de que resultou outra candidatura que não a anteriormente projetada de Albino Meira, prossegue Coelho Lisboa:

“O Dr. Gama e Mello me disse que iria sair um juiz para Governar a Paraíba. Entendi-me com Aristides Lobo a respeito, e ele me tranquilizou dizendo que sobre esse boato, nada lhe tinha chegado aos ouvidos. Dois dias depois, repetiu-me o Dr. Gama e Mello: “Meu amigo, a causa da política da Parahyba corre sério perigo, não se descuide! A candidatura do Venâncio Neiva caminha”. Voltando a conferenciar com o Ministro do Interior, me disse *aquelle grande parahybano*: “Estalou o raio! O General Deodoro annunciou-me hontem essa pretensão do General Barreto; *eu sahírei do Governo, mas não nomearei governador do meu Estado quem me não mereça toda a confiança*”.

Exclama, Coelho Lisboa, no Senado da República: “V. Ex. sabe, Sr. Presidente, qual era o caracter que ornamentava esse grande factor do advento da República no Brasil. Ele disse — “Eu sahírei do Governo” — Demonstrou mais tarde em uma questão muito inferior que não se submeteria à imposições, que o seu caracter puramente republicano só se batia pela República, seu ideal! Demitiu-se; mas não transigiu!”

Ainda se robustecem mais as provas de cidadania paraibana de Aristides Lobo, ao longo dos discursos de Coelho Lisboa, no Senado, pois mais adiante conta-se a atuação do Ministro do Interior com relação à política do Estado da Paraíba. Ainda é Coelho Lisboa a dizer no Senado:

“Aristides Lobo me impuzera como condição para a nomeação do Dr. Venâncio Neiva a aceitação por minha parte da nomeação de Chefe de Polícia da Parahyba, para se tornar effectiva a minha colaboração na organização do Estado. Obtendo, por esta forma a conciliação de que falo, segui para aquelle Estado no papel de Chefe de Polícia”. Se não fora paraibano, iria fazer isto com Alagoas. . . Em carta a Coelho Lisboa, de 9 de janeiro de 1890, sobre assuntos correlatos à política e interesses na Paraíba, Aristides Lobo volta a afirmar-se *paraibano*, dizendo: *A nossa pobre província*, que andou em público leilão, deve, mais de que todas, encontrar-se em uma situação difícil”.

Nesta carta ainda há expressiva confissão de Aristides Lobo, do seu desprendimento, do seu amor à Paraíba, quando termina dizendo a Coelho Lisboa: “Não te preocupes com a minha candidatura, não a quero, podes crer. A minha questão, porém, é a da República e dos republicanos”.

Veja-se mais este telegrama, de 23 de dezembro de 1889, a Coelho Lisboa, já Chefe de Polícia da Paraíba: “Juiz de Direito Areia fallei Campos Salles, espere decisão, quanto ao indicado telegramma de hoje, fallarei amanhã. Preciso de cartas, informações circunstanciadas das suas e do governador. Não declino intervenção política *de minha terra*. Paulo Primo aqui. Que influência tem ele em Piancó? Aristides Lobo, Ministro do Interior”.

Observe-se que cuida de Juiz de Areia — cidade que lhe é apontada como a de nascimento, por alguns historiadores, inclusive pelo atual Governador da Paraíba, Ivan Bichara, que assumiu a Academia Paraibana de Letras, tendo como patrono da cadeira Aristides Lobo, como se determina a não ser marginalizado da política paraibana e tem em Coelho Lisboa, o seu representante na Paraíba.

Aliás, a respeito do nascimento de Aristides Lobo em Areia, a respeitabilidade de um historiador e dos melhores intelectuais de Pernambuco, Nilo Pereira aponta discurso de Aristides Lobo, nestes termos:

“Não tocaria em tão melindroso assunto, qual esse que entende como o meu parco e obscuro nome, se não fora a necessidade de dizer aos meus leitores que pertença ao mundo dos felizes que podem contar com duas terras natais, ambas elas generosas e grandes, cada uma a seu modo, para uma só única existência. É assim que se por um lado, tive meu berço encravado e perdido na campanha paraibana, terra que vive, há muito tempo das heróicas recordações dos mártires extintos em 1817, por outra parte nasci na província de Alagoas”.

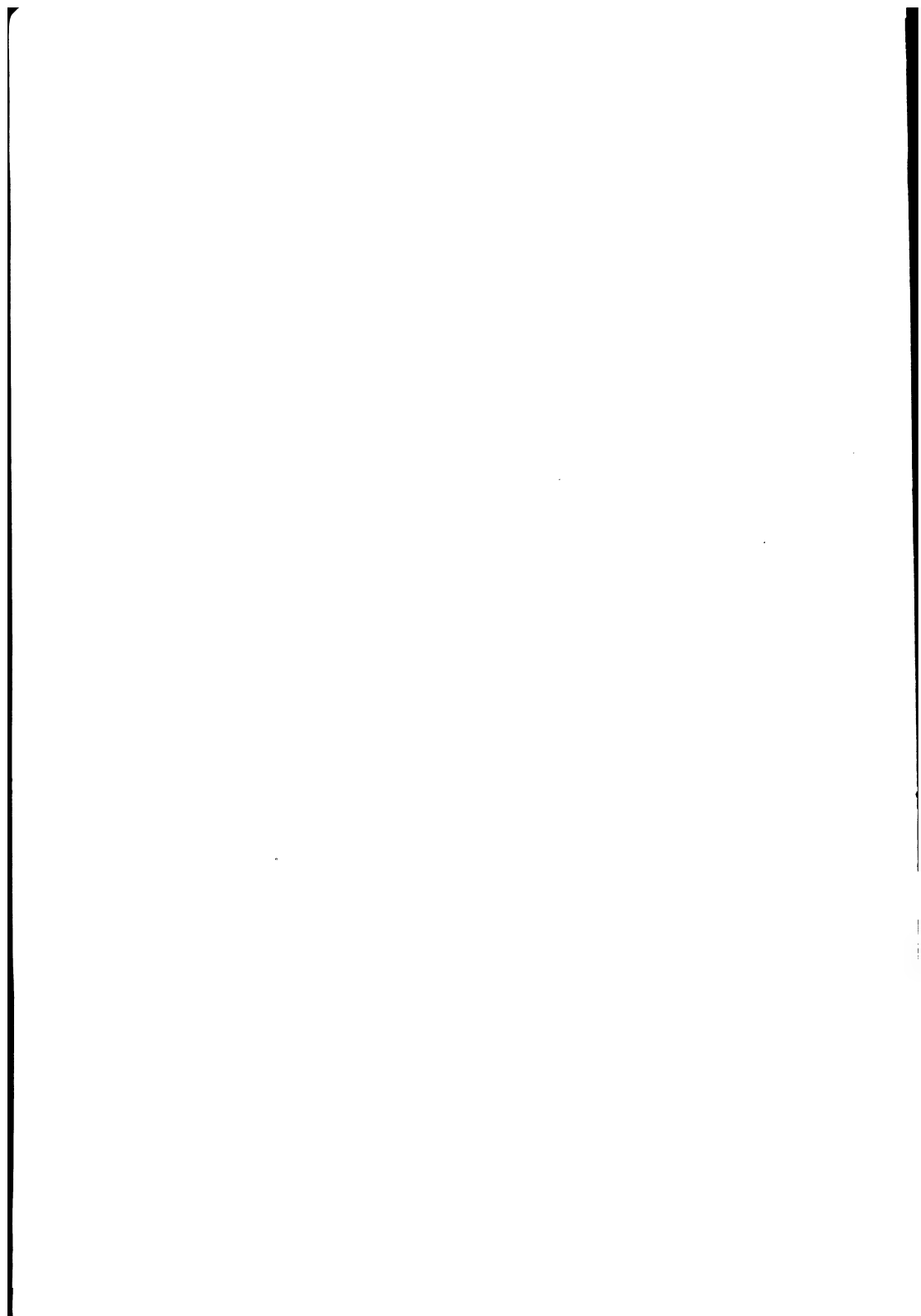
Esta confissão que poderia lançar dúvidas ainda mais às já existentes, é, no mesmo discurso, corrigida, confirmando sua naturalidade quando afirma: “Bem moço, mas bem perseguido por moléstias, lembro-me de ter empreendido uma viagem ao Brejo de Areia, dentro da Paraíba do Norte, minha terra natal”.

Claro que tendo sido, Aristides Lobo, deputado por Alagoas, em duas legislaturas, 1866 e 1868, com vida política ali por algum tempo, seu pai tendo sido Presidente das Alagoas por duas vezes, e ainda mais, atingido por campanha insidiosa de adversários, conforme confessa Moreno Brandão, na biografia que escreveu e já citada, dizia de sua alagoanidade, na verdade alicerçada na convivência e na sua vivência da época.

Mais tarde, entretanto, já figura nacional, deputado à Constituinte de 1890 e Senador em 1892, pelo então Distrito Federal, e, em seguida, Ministro do Interior ao instalar-se a República, voltou-se de todo para a sua terra natal, a Paraíba, interferindo direta e permanentemente na sua vida e destino, conforme tão claramente caracteriza Coelho Lisboa, no Senado da República.

Em discurso de 22 de junho de 1908, ainda é Coelho Lisboa que afirma solenemente:

“ *A historia da Parahyba*, Sr. Presidente, que tem neste Senado vultos como Silveira Lobo (irmão mais velho), chefe político de Minas, que sabia destruir, com o fulgor da sua palavra e do seu character, as manobras da baixa política do Império e Aristides Lobo, esse primeiro elemento da propaganda vitoriosa, predominante pelo seu character e persistencia, bem como pelo látigo com que zurzia a face aos vendilhões do templo. . . ”



ASCENDINO VICENTE DE MAGALHÃES

“O estudioso que empreendeu o árduo e pouco interessante trabalho de analisar a jurisprudência militar há de encontrar nas opiniões e nas sentenças desse juiz a fonte mais pura de interpretação da lei penal militar nas mais belas páginas das letras jurídicas.”

(De um jornal carioca, registrando o quinquagésimo aniversário de formatura na Faculdade de Direito de Recife de Ascendino Magalhães).

Seguiu este o rumo de muitos dos seus conterrâneos, emigrando para outras regiões do país, especialmente para as terras do Paraná. Não fugiu à regra. Promotor, juiz de Direito, são cargos que atraíam muitos paraibanos para Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso. Ascendino Vicente de Magalhães, nestas andanças chegou a ser Chefe de Polícia de Mato Grosso, atingindo depois, já perto dos cinquenta, o alto posto de Ministro do então Supremo Tribunal Militar, hoje Superior Tribunal Militar.

Radicou-se, entretanto, mais fortemente no Sul, não deixando raízes mais fortes e mais espalhadas pela Paraíba que muito pouco o conheceu. Poucos o conhecem por lá, e as indicações iniciais que tive, nas pesquisas para o levantamento desta galeria, devo ao historiador Wilson Seixas Nóbrega, em carta que me dirigiu aplaudindo a iniciativa de “Presença da Paraíba no Brasil”.

Do Superior Tribunal Militar, apenas tomei conhecimento do ofício nº 3.107, de 2 de outubro de 1968, dirigido ao desembargador Onesipo Novais, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no qual informa “a participação na Justiça Militar, como seus Juízes, dos seguintes e ilustres fi-

lhós da Paraíba: Ascendino Vicente de Magalhães, nascido na Capital da então província da Paraíba, em 20 de abril de 1851, filho de Antonio Vicente de Magalhães e D. Felícia Perpétua de Magalhães; nomeado Auditor da Marinha em 31 de outubro de 1893, cargo que exerceu até 28 de março de 1898, quando foi nomeado Ministro do então Supremo Tribunal Militar; aposentou-se em 17 de outubro de 1928; faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1935", seguindo-se João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Floriano de Lima Brayner e Alcides Vieira Carneiro.

No livro "História do Tribunal Militar", do General Raimundo Rodrigues Barbosa, Ministro Aposentado desta Corte, há notícia mais ampla de Ascendino Vicente de Magalhães que incorporamos a este livro:

DR. ASCENDINO VICENTE DE MAGALHÃES

Nasceu a 20 de abril de 1851, na capital da então província da Paraíba, filho de Antonio Vicente de Magalhães e D. Felícia Perpétua de Magalhães.

Cursou a Faculdade de Direito de Recife, onde, a 6 de novembro de 1875, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Exerceu sua operosa atividade, durante cerca de meio século, na magistratura em cujo labor destacou-se pelo talento, independência inflexível, imparcialidade nos arestos e invulgar coragem cívica.

Perlustrou por várias vezes Estados sulinos, a começar pelas alterosas terras do Paraná, onde exerceu o cargo de Juiz municipal de Ponta Grossa, para o qual foi nomeado a 4 de julho de 1877.

Depois o vemos Juiz de Direito da Comarca de Miranda (Mato Grosso), chefe de polícia de Mato Grosso, Juiz de Direito da Comarca de Pilar em Goiás, em iguais funções em Camaquã no Rio Grande do Sul e em Vassouras no Estado do Rio de Janeiro.

Noticiando o transcurso do quinquagésimo aniversário de sua formatura disse um periódico desta capital:

"Por uma irrisão das coisas é esse ancião venerando, que a velhice não afastou do estudo, quem no seio de seus pares tem a iniciativa das soluções mais adiantadas, quem levanta as questões e os problemas mais difíceis que a vida forense tem suscitado nos últimos vinte anos; e, por ele, nos seus pareceres e nos seus votos, é que se tem proposto as medidas mais sábias. Dir-se-á que lhe foi consignado o destino de ficar como um símbolo do saber, da virtude e da tolerância no meio das novas gerações. O estudioso que compreender o árduo e pouco interessante trabalho de analisar a jurisprudência militar há de encontrar nas opiniões e nas sentenças desse juiz a fonte mais pura de interpretação da lei penal militar nas mais belas páginas das letras jurídicas".

Foi nomeado auditor de Marinha em 31 de outubro de 1893, sendo Presidente da República o marechal Floriano Peixoto, que bem o conhecia e já demonstrava em documento elogioso o alto conceito em que o tinha.

Chefe de Polícia em Mato Grosso ao tempo do Governo do Barão, Marechal de Batovi, Manuel de Almeida Gama Lobo d'Eça, mereceu deste infeliz chefe militar assassinado nas escarpas da estrada de ferro Paraná-Curitiba, o seguinte conceito, exarado em um dos seus relatórios:

“Inteligente, laborioso e ativo, íntegro e adstrito ao cumprimento dos seus deveres, a par de uma conduta que pode dar exemplo de moral, o Dr. Ascendino torna-se um excelente auxiliar da minha administração e acima de qualquer elogio”.

Esteve como auditor da Marinha até 28 de março de 1898, data em que foi nomeado ministro do então Supremo Tribunal Militar.

Era casado com D. Adelaide Matos de Magalhães, filha do Barão de Casavasco, desembargador Dr. Firmo José de Matos, cujo título foi criado por decreto de 24 de agosto de 1889, e de D. Francisca Rosa de Moraes.

O barão aposentou-se em 17 de outubro de 1928; faleceu, no Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1935 e foi inumado no cemitério de S. Francisco Xavier.

ASSIS CHATEAUBRIAND

“Amo as dificuldades, as impossibilidades. Amo sobretudo a vida, e acredito que a produção, seja qual for, é sempre preferível ao repouso”.

(Emili Zola)

Chateaubriand é um caso à parte na comunidade brasileira. O seu império jornalístico, imprensa falada, escrita e televisionada, cobre todo o País. Sem falar nas revistas, na editora, nas fazendas, na indústria, no parque imobiliário. Por onde passou fez erguer monumentos de iniciativa, de arrojo, de confiança no futuro da Nação. Tudo tirado de sua inteligência, de sua capacidade realizadora, de sua trepidação construtiva.

Controvertido, combatido, negado, incompreendido, Assis Chateaubriand impôs-se à iniciativa privada e ao próprio Governo, pois foi parte integrante e uma e do outro, numa presença inconfundível, corpórea e incorpórea, na expectativa do que poderia advir de bem ou de mal, de sua ação contundente e decisiva.

Lembro-me de seus debates no Senado, quando o então Senador Kerginaldo Cavalcante investia, minuto a minuto, sobre os seus discursos, mal lhe dando tempo a rearticular-se na ordem de idéias que expunha. Aconselhado por alguns pares a deixar o Senador Assis Chateaubriand livre na tribuna, o ex-parlamentar norte-rio-grandense, respondia:

“Não sou dono de jornal, nem de rádio, nem de televisão. A única maneira de ter cobertura para o que digo, é apartear-lo. Amanhã, todo o Brasil tomará conhecimento do que ele disse, sem dúvida, e, também dos meus apertes. . .”

Viajando várias vezes com Assis Chateaubriand, de Norte a Sul, pude observar como usufruia o tempo, nas alturas, já que, na terra, os múltiplos afa-

zeres e compromissos de toda ordem não lhe davam liberdade. Lia ou dormia, com um papinho de perneiro sem muito entusiasmo. E, as suas leituras, eram acompanhadas de anotações nas margens dos livros.

Tive oportunidade de ver como a sua memória era privilegiada, pois nos debates mais movimentados no Senado Federal, esmagava os interlocutores com estatísticas e mais estatísticas, com números e mais números, com citações de autores nacionais e estrangeiros.

Certa feita dava uns cochilos ao meu lado, na bancada do Senado, enquanto Kerginaldo Cavalcante, em grande vozerio, analisava o acordo Brasil-Estados Unidos no campo da Saúde, mostrando regalias que funcionários norte-americanos gozavam na execução, no país, do plano de combate à febre-amarela. Despertou e foi me perguntando de que falava Kerginaldo Cavalcante. Expus-lhe, rapidamente, do que se tratava. Foi o bastante, e já Assis Chateaubriand estabelecia uma corrente de apartes sobre o discurso de Kerginaldo Cavalcante, levando viva vantagem pela fundamentação. Até parecia que o seu sono era aparente, pois estava tão dentro do assunto abordado. Vale acentuar que, na sua vida parlamentar, muito aprendeu. Indisciplinado, orgulhoso, sem dúvida, do que era e do que representava, sem soberba, aliás, Assis Chateaubriand curvava-se ao regimento. E, quando dele se excedia, à voz de advertência de um Marcondes Filho ou de um Café Filho, humildemente se curvava.

Uma vez, Cunha Melo, antigo senador pelo Amazonas na época, discorria sobre a região amazônica, combatendo a idéia de sua inviabilidade econômica, quando se estabeleceu um violento diálogo com Assis Chateaubriand que, a certo momento, excedera-se na linguagem. O senador Cunha Melo sentou-se, indicando que não podia continuar a falar com um opositor exaltado e fora dos padrões parlamentares. De imediato, Assis Chateaubriand levantou-se, pediu desculpas e apelou para que o seu colega continuasse o discurso que seria ouvido com todo o respeito. Disciplinava-se o gigante...

De sua autenticidade, muitos episódios poderão ser contados. Em vésperas de eleições, candidato a Senador pela Paraíba, Estado pobre e com um funcionalismo que representava base eleitoral substancial, chegava a Recife para transportar-se à campanha paraibana. Ouvido pela imprensa, não titubeou e foi dizendo o que pensava. Era contra o aumento de vencimentos do funcionalismo, porque o considerava fator inflacionário.

Outra vez surpreendeu os seus conterrâneos do Piancó. Este município tem tradição guerreira. Lá Prestes sofreu a primeira resistência séria, durante a marcha de sua coluna pelo interior do Brasil. Morreram revoltosos e homens da resistência legalista, inclusive o Padre Aristides, valoroso pároco local.

Pois bem: recebido ali por uma sertanejada de boa cepa, percorrendo o seu vale que é um dos melhores do sertão paraibano, foi logo se mostrando interessado em adquirir uma fazenda por aquelas bandas. Orgulhosos, os fazendeiros, já contando com um bom e poderoso vizinho, foram logo indicando que o umbuzeirense, de alto porte, poderia criar zebu que dava bem na região.

Chateaubriand num gesto comum aos grandes centros, tratando a todos de menino, foi dizendo:

“Qual nada, quero criar colibris. . .

Ora, nos sertões paraibanos os homens se ofendem quando dizem que criam bode, pois criador de verdade é o de gado!

Na verdade, entretanto, foi um representante da Paraíba, no Senado Federal, dos mais úteis, pois sem falar na projeção que dava ao Estado, abria todas as portas dos altos conselhos da República, aos pleitos do Estado, através dos seus deputados e senadores e de delegações das associações de classes.

Postos de Puericultura, Aero-clubes, doações a iniciativas hospitalares, financiamentos à agricultura, incentivos à pecuária, assistência a estudantes, constituíam pontos positivos de sua ação constante.

O paraibano Demócrito de Castro e Silva, num esboço biográfico de Assis Chateaubriand, em *Retrato Vivo de Paraibanos Mortos*, retrata-o com fidelidade:

“Assis Chateaubriand integrou a vida brasileira em todas as suas palpitantes agitações e sempre se fez presente nos momentos difíceis de sua História. Jamais foi um ausente. Jamais passou ao largo dos problemas nacionais, que os conhecia como poucos e os debatia, diariamente, ao longo de muitos lustros, com a sabedoria de sua experimentada observação, e vivência e contacto com os outros povos e outras terras, num intercâmbio de conhecimento e idéias, que fertilizavam o solo pátrio, com a substância de suas palavras e conceitos proveitosos. Foi o jornalista consagrado e, permanentemente, jornalista. Era o Repórter em eterno plantão, varando o Brasil ou o mundo, onde se fizesse necessário a presença do homem em busca da notícia, à procura do fato, ao encontro da nova dimensão jornalística. Foi o Advogado que dignificou a profissão e inscreveu com destaque a sua passagem pelo Fórum brasileiro. Foi o professor universitário que deu à cátedra uma forma mais ativa e real, desmanchando aquela concepção caricata do Mestre, na figura compreensiva de um aluno mais conhecedor da matéria. Foi o Parlamentar que encheu de entusiasmo e vibração as galerias do Congresso e deixou nos anais as páginas mais brilhantes de quantos por lá passaram. Foi o Embaixador que, quebrando todos os protocolos, num país protocolar, deixou a imagem mais duradoura e inesquecível pelo muito que soube transmitir de calor humano a um ambiente climaticamente frio. Foi o Acadêmico que na Casa de Machado de Assis, também Assis como ele, substituiu Getúlio Vargas, de quem traçou o retrato mais perfeito e mais humano, ele que já havia antes, com outros pinéis e outras tintas, delineado o perfil do caudilho, o esfumado esboço do ditador e a caricatura do político que se fazia e refazia em muitos traços”.

A vulnerabilidade de Assis Chateaubriand aos ataques e críticas que o cobriam por toda a parte, sobretudo nas áreas estudantis, críticas e ataques que chegavam até ao opróbrio, negando-se-lhe patriotismo e estigmatizando-o como advogado de interesses estrangeiros sobre os nossos próprios interesses, deve-se à sua maneira de ser e de agir, como um *boxeur* que se abre ao

adversário.

Atirava-se às teses mais surpreendentes ao meio e à média de opinião. A cobertura às mesmas era ele próprio que as dava, nos seus artigos diários e nos seus pronunciamentos pela tribuna parlamentar e através também dos jornais de fora de sua cadeia jornalística. Nunca articulou campanhas de pré-lançamentos de suas idéias. Jogava-as ao mercado das especulações. Acutilava aqui e ali e em sua defesa, só ele mesmo, esgrimindo-as sem prudência da hora, movido sobretudo por uma coragem de dizer e de afirmar que poderia parecer até suicídio.

Quando pregava um Nordeste só, os adversários paraibanos lançavam logo a deixa para liquidá-lo, divulgando que Chateaubriand queria transformar João Pessoa em subúrbio de Recife, que seria a capital do Estado nordestino idealizado. Chateaubriand sonhava, entretanto, com uma bancada nordestina que pudesse se rivalizar com as de São Paulo, Minas e Rio Grande, para forte influência nos destinos nacionais. Sonhava com a força econômica da região. Sonhava com unidade de ação política no sentido do desenvolvimento do Nordeste.

Agora vem a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio. Objetivos comuns àqueles imaginados por Chateaubriand com relação à sua região nordestina. Juarez Távora pregou nova divisão administrativa do Brasil, com as correções dos limites que deixaram o Piauí quase sem acesso ao mar, uma Minas isolada e um Espírito Santo de larga costa, uma Paraíba espremida entre Pernambuco e Rio Grande do Norte, e assim por diante. Já se fala, no momento, em divisão de Mato Grosso.

A sua pregação pelo primado da agricultura no Brasil, sem preocupações mais fortes com a indústria, movia-se pelas suas observações, vendo um mundo carente de alimentação e achando, assim, que seria nos produtos agrícolas que iríamos encontrar as divisas de que necessitávamos. Quem tivesse mais terra para produzir, devia fazê-las centros de abastecimento do mundo.

A sua preocupação em desenvolver o desenvolvido para depois chegar-se ao subdesenvolvido não significava abandonar-se à sua própria sorte regiões brasileiras que, por contingências ecológicas, não atingiram altos níveis de progresso e de bem estar-social. Buscava maior sustentação nos pólos do desenvolvimento brasileiro, para ação posterior convergente às zonas mais necessitadas.

Fascinavam-no os êxitos dos grandes empreendimentos, como o empolgavam os altos níveis de progresso a que alcançavam países que haviam partido de uma agricultura de base de sustentação à uma industrialização racionalmente planejada para assegurar também ampla e sólida base de consumo dos seus produtos. Seria da exportação agrícola, que surgiriam meios de elevação dos padrões de consumo.

Não era atitude, julgada *a priori*, anti-patriótica. Era pensamento, ação, vontade realizadora.

E tanto o dominava o sonho de uma grande Nação, que todo o seu império jornalístico surge cobrindo todas as fronteiras nacionais, quando a sua

concentração nos grandes centros desenvolvidos e populosos do País iria garantir-lhe maior rentabilidade. Manaus tem o seu jornal, a sua rádio, a sua televisão. Seguem-se todas as capitais de menor porte. Não há capital por menor que seja que não tenha um jornal associado para ler e uma rádio para ouvir.

Em João Pessoa, por exemplo, *O Norte* é o grande jornal, como em Campina Grande, o *Diário da Borborema*, a *Rádio Borborema* e a *TV Borborema*, são veículos associados plantados por Assis Chateaubriand.

Piauí, Sergipe, Alagoas, Goiás, por menor que seja a sua importância política e econômica, são bases do império jornalístico de Assis Chateaubriand.

Quem assim fez e quem constituiu tanto e por toda a parte deste Brasil, não poderia pensar senão no seu desenvolvimento, no seu progresso, no seu bem estar.

Ninguém planta se não acredita na terra. Ninguém semeia sem ter fé na colheita. Chateaubriand plantou no Brasil todo.

Theófilo de Andrade, em artigo publicado no *O CRUZEIRO*, de 20 de abril de 1968, todo ele dedicado a Assis Chateaubriand, quando de sua morte, diz muito bem que “é difícil para o jornalista, como o seria para o ensaísta e para o biógrafo, definir a personalidade de Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo”.

E Theófilo de Andrade continua:

“Foi a sua vida uma explosão revolucionária em tantos sentidos, que deixou confusos a quantos se atreveram a traçar-lhe o perfil”. Cita Theófilo, o professor Gilberto Amado, quando assinalava que “nele se haviam reunido as potencialidades de conceber e de fazer uma só pessoa, dando como rendimento ao império ou aos impérios que tirou do nada”.

Acrescenta ainda Theófilo, que Gilberto Amado fez “uma análise filosófica perfeita” e que poderia ir mais além, dizendo que Chateaubriand, como um demiurgo, recebeu da divindade o dom de criar e que, para ele, imaginar e realizar eram a mesma coisa”.

As conclusões deste atualizado comentarista internacional definem o homem:

“Se tivesse de buscar uma expressão para definir a personalidade de Assis Chateaubriand, iria arrancá-la ao idioma francês, tão rico de modismos e de intenções: “*Bâtisseur d'Avenir*”. A tradução brasileira, “construtor do futuro”, não estadeia a mesma eloquência, nem apresenta a sutileza da expressão francesa. Só ela explica bem a figura homérica desse homem que criou até o último momento da vida, superando a carne paralítica, e projetando-se pelo seu espírito, para o amanhã. Em uma época em que o Brasil mal engatinhava na senda do progresso, divisou Chateaubriand para ele destino colossal, condenado, pelas forças da história, a ser, dentro em breve, uma das potências líderes da terra. Do aceleração deste processo fez a sua missão. E levou a existência a forjar instrumentos de cultura para bem cumpri-la. É ele grande pelo que realizou ontem e hoje, e grande pelo que preparou para o porvir

quando as sementes plantadas houverem florescido e se transformado em frutos da terra. George Brandes, o filósofo, escreveu: "O grande homem não é jamais um resumo da civilização existente. É a fonte e a origem de um Estado de civilização nova". Chateaubriand, com as suas premonições de profeta olhado em perspectiva histórica, crescerá ainda mais o gigante .

Ainda nesta revista, O CRUZEIRO, encontra-se uma ampla reportagem de Jorge Ferreira, que é completa sobre Assis Chateaubriand, analisando o homem sobre todas as suas múltiplas facetas, o "Velho Capitão", como bem o chamavam os "ASSOCIADOS".

Neste esboço biográfico de Assis Chateaubriand, cabe a transcrição desta reportagem, a última que se escreveu sobre o "Velho Capitão", pois é completa em todas as "nuances" do grande paraibano:

"DEUS CONVOCOU O VELHO CAPITÃO

Assis Chateaubriand morreu. É quase impossível, sob o impacto do seu desaparecimento, retratar-lhe a alma, a vida e os feitos. Só a História dará as suas dimensões exatas. A grande cadeia "associados" de rádios, televisões e jornais disseminada pelo País, o Museu de Arte de São Paulo, o Museu de Olinda, o Museu de Araxá, a Campanha Nacional da Aviação, a Campanha Nacional de Redenção da Criança, o Parque Nacional do Xingu, as fazendas-modelo que montou e todos os beija-flores serão o atestado eterno de sua grandeza. Grandeza sublimada durante os sete anos em que ele, privado até da própria fala, teimou em viver. Viver pensando sempre, mas sempre mesmo, no Brasil. Esta Nação deve cobrir-se de luto. As crianças haverão de chorar. Os pássaros não alçarão vôo. Os motores dos aviões ficarão em silêncio. Haverá tristeza nas galerias dos museus. Os artistas não pintarão. As linotipos e os microfones e as câmaras de televisão cobrem-se de negro. Em qualquer parte do mundo, em todos os lugares do mundo há alguém chorando porque Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o "Velho Capitão", morreu."

CURRÍCULO

Nome: Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

Nascimento: 5 de outubro de 1892.

Localidade: Umbuzeiro, setor da Paraíba.

Filiação: Francisco Chateaubriand Bandeira de Melo e D. Carmen Chateaubriand Bandeira de Melo.

Instrução: Aprendeu a ler em jornais velhos, auxiliado por um tio — Tavares Cavalcante. Pobre, teve que custear seus próprios estudos. Fez o curso secundário no Ginásio de Pernambuco. Com 15 anos de idade ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Formou-se com 20 anos e aos 22 fez concurso para a Cátedra de Direito Romano, que venceu brilhantemente. Lecionou durante 3 anos na Faculdade de Direito do Recife, onde na época pontificavam as mais altas expressões jurídicas do País.

Títulos: Jornalista, advogado, professor catedrático, embaixador, senador e membro da Academia Brasileira de Letras. Fundou a “Ordem dos Jagunços”, conferindo-a a Churchill, Schiaparelli, Greenwalt, general von Clucher e a grandes personalidades brasileiras.

Livros & Ensaios: “Em Defesa de Oliveira Lima”, “O Conceito do Direito”, “Interdito Utis Possidetis”, “Alemanha, Terra Desumana”, “A Morte da Polidez”, “O Pretor”, “O Ressurgimento da Construção Naval no Brasil”, “Conquistadores Desenraizados” e “Um Professor de Energia — Pedro Lessa”.

Obras: Fundador dos “Diários, Emissoras e Televisões Associados” e das Campanhas Nacionais da Awaíção, da Redenção da Criança, dos Cafés Finos, dos Beija-Flores, do Museu de Arte de São Paulo, do Museu de Araxá, do Museu de Olinda e da Fundação Pedro II. Foi um defensor intransigente da agropecuária brasileira, batalhando pela racionalização da exploração da terra, em todas as suas modalidades. Constituiu nove fazendas, todas elas administradas dentro de alto padrão técnico. Destinavam-se a servir de modelo às regiões em que se situavam.

O HOMEM

Vinte e um anos de contato pessoal, direto e permanente com Chateaubriand fizeram com que eu o amasse. Conheci-o em todas as circunstâncias, em todos os ambientes e em quase todas as situações. Nunca o surpreendi pequeno: era um rebentar contínuo de grandeza. Tinha repentes que lhe revelavam a alma. Um dia, quando íamos do Aeroporto de São Paulo à casa de Ian de Almeida Prado, voltou-se para mim e disse:

— Você é o único homem do mundo que eu invejo.

— Eu? — retruquei espantado. Por que, Dr. Assis?

— Porque você vive metido no mato, com bugres e bichos. É o que eu gostaria de fazer.

Era o sangue Caeté que repontava nele. Nietzscheano na grandeza, revelava-se amiúde um batedor de sertões. Preparei-lhe certa vez, uma expedição ao Xingu. Incorporou a ela o embaixador da Áustria, e o vice-presidente da RCA-Victor dos Estados Unidos e o general Olímpio Mourão Filho. Durante uma semana viveu feliz. Cruzava o rio a nado de manhã e à tarde, apesar das advertências. Brincava com os índios, que nele reconheceram o Chefe. Participou dos preparativos do Kuarup, a festa dos mortos, com a desenvoltura de um Kuikuro. Acampou na aldeia dos guerreiros Camaiurá, na Lagoa do Papu, sentando-se na taba do Conselho como um Grande Capitão. Com a mesma dignidade e a mesma nobreza como se estivesse na Corte de St. James.

Esse era o esplendor máximo de Chateaubriand: a sua centelha não oscilava. Ele era um só, único, variando de todas as formas e não variando de forma alguma. O êxtase que lhe provocou Rembrandt não diferia daquele que o possuiu quando Airiroá, o Cacique, lhe cingiu a fronte com o mais rico cocar da taba Meinaco.

Como todos os gênios, Chateaubriand não pode ser medido. Da mesma forma, nenhum código se lhe aplica. Esteve além do bem e do mal. Onde quer

que tenha pisado, deixou a sua marca. Aplaudido e combatido, amado e odiado, respeitado, e temido, compreendido ou negado, jamais diante dele alguém permaneceu neutro. Como ele próprio nunca soube ser neutro diante de alguém: ou dava-se por inteiro ou por inteiro se negava.

Afirmção da vida e da inteligência, nenhum setor no Brasil, nestas últimas quatro décadas deixou de receber a sua influência. Revolucionou o jornalismo, protegeu as artes, amparou a criança, consolidou a geografia deste país através da aviação, lutou pelo café, melhorou a pecuária, abriu mercados externos, dignificou a vida pública através do Senado e do Itamarati. Fez tudo com espírito universal, pois a sua personalidade não podia ser contida por fronteira nenhuma, mesmo a de uma Nação das proporções do Brasil. Era um cidadão do mundo, com a ferra paraibana.

Foi um visionário: profetizou muitas vezes, o que estava para acontecer. E nunca deixou de lutar para que acontecesse o melhor. Vivendo por antecipação, já que as suas antenas lhe traziam aos pés o futuro, quantas vezes amargou a pregação do que antevia! Lembro-me de que fez, em Erechim, há quinze anos, em plena Festa do Trigo, um discurso que scandalizou a Nação. Com palavras jocosas, seu verbo queimava. Chamou a todos os presentes de beócios: que deixassem de cultivar trigo e se dedicassem ao boi:

— O mundo inteiro tem sobras de trigo. Podemos comprá-lo dos Estados Unidos, da Argentina, do Canadá ou da Rússia a qualquer preço, nas condições que impusermos. Mas o mundo tem fome de carne. Produzindo carne vocês poderão importar o trigo que quiserem. E máquinas, e técnica, e implementos, e adubos. E até mesmo champagne e mulheres francesas.

Após a II Guerra Mundial, previu que a televisão acabaria por se tornar a grande arma do jornalismo moderno. Senhor de um arrojo que não conheceu limites, em menos de dois anos pôs em funcionamento a TV Tupi de São Paulo, pioneira no gênero em toda a América Latina.

Através da cadeia “Associada” — uma das maiores redes jornalísticas do mundo — tornou-se o campeão das grandes causas nacionais. Usou-a sempre como escudo ou estilete e às vezes até mesmo como “pé-de-cabra”. Nunca porém, em proveito próprio. Atrás de suas campanhas estava ou criança, ou o avião, ou um quadro de arte, ou a escola. E sempre o Brasil. Gostava da expressão “tomar uns cobres”. Mas o que pouca gente sabe é que Chateaubriand deu mais do que recebeu. Lembro-me que certa vez, para “tomar” 300 contos do Banco do Estado de São Paulo, deu ao estabelecimento de crédito publicidade avaliada em mais de 1.500 contos. E para que os 300 contos? Para construir postos de puericultura: um no Estado de São Paulo, e outro em Pernambuco e um terceiro em Minas Gerais.

Nunca tolerou a mesquinha ou a sovinice. Por uns mil-réis indispsê-se com os Matarazzo — mil-réis destinados à Campanha Nacional da Aviação. A tal ponto que jogou os seus diários em tremenda onda de agitação, inclusive promovendo greves nas fábricas do magnata paulista.

Da mesma forma que não pode ser medido, Chateaubriand nunca teve

medidas. A um carregador ou porteiro de hotel dava tudo o que tinha no bolso: podia ser um tostão ou uma pequena fortuna. O dinheiro para ele era um instrumento apenas. Não tinha noção do seu valor. Certa feita, no Rio, em 1954, deu ao seu motorista Arlindo vinte cruzeiros:

— Encha o tanque de gasolina e fique com o troco.

O carro era um Cadillac e o tanque estava vazio. . .

Gostava de amolar giletes usadas, afiando-as num copo.

— Faça a barba o ano inteiro com dois pacotinhos de lâminas.

Por causa de uns suspensórios velhos — daqueles largos, de elásticos — quase demitiu, em São Paulo, dois dos seus mais antigos servidores. Em viagem nunca deixou de observar se os “seus” homens estavam sendo bem atendidos. Vi, muitas vezes, levantar-se da mesa para dar lugar a um repórter.

Idealista, alistou-se no movimento revolucionário de 30, integrando-se no Estado Maior de Getúlio Vargas. Em 32 formou ao lado de São Paulo, combatente pela constitucionalização do País. Isto lhe custou a prisão e o exílio, além da expoliação de O Jornal, que o governo mandou invadir e expropriar.

Não dormindo mais do que duas ou três horas por noite, tinha uma mobilidade espantosa. Em uma semana podia percorrer Bonn, Londres, Nova Iorque e o Sertão da Bahia. Privou da intimidade de Rotschild, Rockefeller, Lunardelli e do “coronel” Chico Romão. Abstêmio de álcool e fumo, deliciava-se com requeijão da caatinga, doce de coco, mel de abelha urucu e suco de caju.

Um dos períodos áureos da vida de Chateaubriand ocorreu na sua fase de embaixador do Brasil na Inglaterra. A Corte de St. James, perplexa, assistiu deliciada à explosão do gênio paraibano. Rompedor de protocolos — que aliás nunca respeitou — era uma das estrelas cintilantes do corpo diplomático da velha Albion. As jóias que, às expensas do seu bolso, presenteou à Rainha em nome do Brasil, são as favoritas de Elizabeth. Que teve por ele predileção especial.

Apaixonado da fauna e da flora brasileira, jogou o peso de toda a sua ca-deia de jornais, revistas, rádios e televisão para criar parques nacionais no Brasil. O do Xingu deve-lhe muito. Ao morrer empenhava-se pela criação do Parque Internacional de Tumucumaque, na fronteira do Brasil com as Guianas.

A Campanha de Beija-Flores é a revelação de sua alma lírica. Despendeu dezenas de milhões de cruzeiros para salvar da extinção essa espécie. As suas custas repovoou os campos e as cidades de Minas, São Paulo, Estado do Rio, Guanabara, e Espírito Santo de colibris. Da sua janela, na Casa Amarela, nos anos que ali permaneceu inválido, repousava os olhos e a mente na grande gaiola de beija-flores que mandou construir na Rua Polônia, e que hoje é um ponto de atração em São Paulo.

À frente de suas empresas, administrando através de três lugares-tenentes — João Calmon, Edmundo Monteiro e Leão Gondim de Oliveira — todos eles crias do seu rebanho, a sua preocupação máxima era fazer delas um elo de unidade nacional. Do Diário de Notícias de Porto Alegre ao Alto Madeira, de Porto Velho (e pelo qual tinha particular ternura), sabia tudo, com porme-

nores. E exigia mais, sempre mais.

Espírito democrático, foi sempre uma bandeira de luta contra o comunismo. Mas era tolerante ao extremo.

— Há uma quadrilha de comunistas nos meus jornais — costumava dizer.

Nunca porém em toda a história dos Diários Associados, um só funcionário foi demitido por questões políticas ou ideológicas. Quando, nos primeiros dias da Revolução de Março, a Polícia de São Paulo, recebendo denúncia de que trinta e dois empregados “associados” eram comunistas, janguistas ou anti-revolucionários, chamou Edmundo Monteiro e deu-lhe instruções:

— Diga ao general Aldevio (então Secretário da Segurança) que não são 32, mas 34. Acrescente o seu e o meu nome à lista.

Não permitiu que um só fosse punido. E todo mundo sabe que a Casa Amarela foi um dos centros da conspiração contra o Governo Goulart. Chateaubriand montou, ali, seu Estado-Maior revolucionário com Calmon, Edmundo, David Nasser, Leão Gondim e Theóphilo de Andrade.

O CRUZEIRO, 20-4-1968

Poucos homens, ao longo da História deste País, podem apresentar a folha de serviços que Chateaubriand prestou à sua Pátria. Para realizar seus sonhos, jamais mediu sacrifícios. Renunciou a tudo, inclusive a família.

— Se a força da família coexistisse dentro de mim, não haveria realizado a quinta parte do que produzi. Considero a família, com a minha velha mentalidade de amator da sociologia, como pedra de larga dimensão da estrutura social, insubstituível mesmo. Entretanto, julgo o patriarca incompatível, em muitos pontos, com o criador obstinado de valores coletivos. A verdadeira grandeza é solitária. Quem admite César, conquistando a Gália e descendo da Bretanha, com uma mulher de sobrecarga?

Essa confissão ele a fez pouco antes de morrer. Tudo o que era, tudo o que foi, sob todos os aspectos, vibrava unicamente em torno daquilo que se propôs fazer. Viveu em função do império que construiu, sem exclusivismos e sem apetites pessoais. Esteve voltado apenas para as grandes causas do Brasil. Ninguém foi mais nacionalista do que ele. Ninguém amou mais este País do que ele. Apenas o Brasil que ele sentia só os gênios podem sentir. Chateaubriand viveu cem anos à frente de sua época.

Em 1960 — a 27 de Fevereiro precisamente — o gigante pagava o preço de quarenta anos de luta sem descanso. Esquecera-se de que era humano e sua estrutura mortal tinha um limite. Uma dupla trombose cerebral acometeu-o. Médicos — os melhores do País — dedicaram-se a ele, numa vigília sem paralelo. Salvo das garras da morte, durante mais de oito anos padeceu imobilizado numa cadeira de rodas, em S. Paulo. Sem fala e sem gestos. Hemiplégico. Nem assim, porém dobrou-se. Deu mostras, então, do quanto era capaz. De que fibra era composto. Continuou no comando geral dos Associados. Conspirou contra Goulart. Deu festas, inspirou campanhas, recebeu e visitou. Londres e Recife, Nova Iorque e Belo Horizonte, Porto Alegre e Moscou, Pedra de

Fogo e Roma continuaram sendo por ele freqüentados. Não cedeu. Era um exemplo edificante de excepcional vontade. Nunca Chateaubriand foi tão Chateaubriand.

Antes de ficar doente, ele, preocupado em dar continuidade ao seu império jornalístico, instituiu o Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados. Distribuiu 49 por cento das ações e quotas que possuía dentro de toda a "cadeia" a 22 dos seus auxiliares, gravando-as com as cláusulas de inalienabilidade. Em 1961 resolveu doar os restantes 51 por cento das ações e quotas que reservara para si. Nada mais lhe pertencia, mas àqueles que o ajudaram a erguer a maior rede jornalística da América Latina.

A 19 de Outubro de 1965 o Grande Capitão sofreu mais um abalo em seu estado de saúde, quando foi atacado por um distúrbio nas coronárias. Além de paralítico, passou a ser um cardíaco. Mesmo assim, seu ritmo de trabalho não diminuiu. Escrevia diariamente seus artigos, com sacrifícios de que só Deus é testemunha. Não interrompeu suas viagens. Até que veio o ponto final. Chateaubriand voou para o infinito. Seu rastro de luz será eterno. Ele foi um grande Homem. Deixou de viver para ingressar na História.

O JORNALISTA

Assis Chateaubriand iniciou sua carreira jornalística aos 14 anos, escrevendo no n'º Pernambuco, de Pedro Avelino, pai do falecido senador Georgino Avelino. Para custear seus estudos trabalhou posteriormente no Jornal do Recife e no Diário de Pernambuco escrevendo artigos políticos e fazendo comentários nacionais e internacionais. Colaborou ainda no Jornal Pequeno, entrevistando personalidades que transitavam em navios que escalavam na capital pernambucana. Com 21 anos foi redator-chefe d'O Estado de Pernambuco.

Nessa "fase pernambucana", ele plasmou a sua personalidade, dando objetivo e direção às forças telúricas que atuavam dentro de si, impelindo-o de forma irresistível para a causa pública. O jornalismo seria a sua grande arma. Porque jornalista ele era por predestinação.

— Em toda a minha vida, tenho sido apenas um repórter. Jamais abdiquei da condição de sê-lo. E orgulho-me de ser o que fui.

O Recife era pequeno para contê-lo. Com 25 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, abandonando inclusive a sua Cátedra da Faculdade de Direito. Abriu escritório de advocacia na então Capital da República, não perdendo, entretanto, nunca, contato com o jornal. Colaborou na Época e no Jornal do Comércio, sendo ainda comentarista de assuntos internacionais para o Correio da Manhã. Tão brilhante era, que o Conde Pereira Carneiro convocou-o para assumir a chefia da redação do Jornal do Brasil. La Nación, de Buenos Aires, reclamou nesse tempo a sua colaboração, enquanto Nilo Peçanha chamava-o para consultor de Leis de Guerra e a Light nomeava-o seu advogado. Em 1920 embarca para a Europa como correspondente do Correio da Manhã percorrendo a Itália, Suíça, Alemanha, Holanda, Inglaterra, França e Bélgica. Traçou na missão, um quadro geral da Europa saída de guerra, detendo-se em es-

tudos mais profundos na Alemanha, sobre a qual escreveu um livro.

Regressado ao Brasil em 1921, pediu demissão do Correio da Manhã, resolvido a fundar seu próprio jornal. Auxiliado por Alfredo Pujoi e Alexandre Manchenzie e sendo incentivado por Júlio Mesquita (pai), levantou capital para comprar O Jornal (5.800 contos), que se encontrava em situação financeira precária. Chateaubriand passou, então, a dispor de um instrumento seu, onde desse largas ao seu espírito, às suas doutrinas e à sua pregação. O Rio de Janeiro também era, porém, pequeno para suas dimensões. Ele era um homem de tiro longo. Tinha que se esparramar pelo Brasil inteiro. Em 1924 fincou o pé em São Paulo, comprando o Diário da Noite. Estabelecido o "eixo", fa-lo-ia girar com tamanha força que viria a multiplicar-se pelos quadrantes da Pátria.

— Dificilmente o Brasil terá um dia, um jornal de circulação nacional. Por motivos geográficos, econômicos e sociológicos. Os Diários Associados, na sua multiplicidade aparente, se transformarão, no setor da imprensa, em elo de unidade da Pátria. Eis por que, antes de mais nada, o civismo é o ingrediente básico das nossas empresas.

Pedra a pedra, ele ergueu a pirâmide. Hoje são 34 jornais em todo o País, refletindo os mesmos anseios, voltados para as mesmas causas, empunhando a mesma bandeira.

Em 1934 Chateaubriand montava a Rádio Tupi do Rio de Janeiro, trazendo para inaugurá-la, em 1935, o pai da moderna eletrônica: Marconi. Em seguida comprou a Rádio Tupi de São Paulo, iniciando também a constituição de uma cadeia de radioemissoras. Que hoje é composta de 25 estações.

Em 1949 inaugurou em São Paulo a TV Tupi, a primeira estação de televisão da América Latina. Hoje são 18 ao todo, cobrindo praticamente o território nacional.

Em 1928 ele fundou a Empresa Gráfica O CRUZEIRO S.A., que viria a ocupar, no seu gênero, o topo da escala do jornalismo latino-americano. A revista O CRUZEIRO, sua principal edição, chegou a atingir uma tiragem de 720.000 exemplares, fato inédito em todas as Américas, exceção feita aos Estados Unidos. Em 1934 a revista A Cigarra foi a ela incorporada, e em 1957 lançou O CRUZEIRO Internacional, que tirava 300 mil exemplares na época em que suspendeu sua circulação, em 1965, por motivo de dificuldades cambiais insuperáveis. Com sua linha de publicações infantis, as revistas Associadas atingem hoje o número de dezenove.

Na edificação de seu imenso império, Chateaubriand contou — e disso fez sempre alarde — com o apoio da economia cafeeira e com a rede bancária privada do País. Das centenas de milhões de dólares que investiu em sua cadeia de jornais, rádios, revistas e televisões, nunca se socorreu de órgãos oficiais

de crédito. A sua fé na livre-empresa e na iniciativa privada fez com que se afastasse dos financiamentos oficiais. Ele acreditava no que dizia, e fazia o que pregava.

CHATEAUBRIAND E AS ARTES

A História da Arte no Brasil pode ser dividida em dois períodos: antes de Chateaubriand e depois de Chateaubriand. Ninguém a protegeu mais do que ele. Ninguém a incentivou como ele. Espírito universal, fazendo de sua própria vida um trampolim para projetar o Brasil em todos os setores, ele entregou-se de corpo e alma, qual moderno Mecenas, a tirar os cueiros da estrutura artística nacional. Deu-lhe forma, fê-la adulta. Muitos foram os museus que ele fundou – e museus no sentido amplo da sua própria essência. Não são casas de exposição de coisas mortas. São organismos vivos, verdadeiras forjas de artistas.

A realização máxima de Chateaubriand nesse campo é o Museu de Arte de São Paulo. O país jamais sonhara com empreendimento de tal vulto. Seu patrimônio, hoje avaliado em mais de cem milhões de dólares, orgulharia qualquer Nação. Filtrando recursos da burguesia brasileira e da internacional, através do seu prestígio e irresistível charme, Chateaubriand compareceu a todos os grandes leilões do mundo, na Europa e nos Estados Unidos, arrebanhando para o Brasil obras célebres dos mais renomados artistas de todas as épocas, clássicas e modernas, transferindo à Capital Bandeirante uma autoridade no terreno artístico que viria rivalizar com Nova Iorque. Rembrandt, Bellini, Cézanne, Raphaël, Nattier, Gaughin, Renoir, Goya, Van Goh figuraram nas galerias famosas do Museu de Arte de São Paulo ao lado de Portinari, Dali, Siqueira, Rivera, Aldemir, Graciano, Di Cavalcanti. Coleções de São Paulo já estiveram expostas em Paris, Dusseldorf, Londres, Berna, Nova Iorque, Milão e Cincinnati. Sua consagração é absoluta, figurando entre os maiores e melhores acervos do mundo.

Num dos muitos artigos que escreveu sobre o Museu de Arte de São Paulo Chateaubriand falou da filosofia que orientou a sua campanha da seguinte maneira: “No espírito dos que acumularam o patriotismo do Museu de Arte de São Paulo predominou uma direção. Nada de fazer uma grande galeria de obras de arte e tampouco um prédio capaz de comportá-las. Dirigiu-se, o pensamento dos organizadores da galeria à questão da qualidade. Pouca, mesmo pouquíssima, porém, uma substância capaz de resistir à erosão dos anos e dos séculos. Era preciso que o mundo de hoje e as gerações de amanhã pudessem reconhecer que existiu no Brasil de nossos dias um grupo de homens com inteligência, cultura e sensibilidade para elaborar uma coleção de peças de arte com condições de formar o gosto de um povo, disciplinar o das elites e representar, no estrangeiro, o nível intelectual de nossa terra”.

CHATEAUBRIAND E A TERRA

Chateaubriand foi um apaixonado das lides agrárias. A terra fascinou-o desde a infância. Já em 1913, em Pernambuco, batalhava como jornalista

pela racionalização da agropecuária brasileira. Em 1938 em São Paulo, resolveu ingressar na vida rural, praticando o que pregava. Adquiriu a Fazenda Rio Corrente, em Porto Ferreira, e dedicou-se ao cultivo do café e algodão. Quis provar que a recuperação da terra através do adubo, correção da acidez e combate à erosão, era antes de tudo um bom negócio. E provou. Do mesmo solo cansado, onde a produção não chegava a 25 arrobas de algodão por alqueire paulista, conseguiu até 600. E teve safras de 30 quilos de café fino por árvore em região onde a média não ultrapassava 8. Fez dos seus colonos sócios na exploração da terra, proporcionando-lhes assistência médica, financeira e social com resultados altamente satisfatórios. Ao morrer tinha fazendas no Nordeste, no Centro e no Sul do Brasil, todas elas em posição de liderança em relação ao meio em que se situavam. Na Fazenda Jean Angô na Paraíba, cultivava o abacaxi. Na de Manga, em Minas, explorava café mamona, algodão e gado. Na Rio Vermelho, em Santa Luzia do Rio das Velhas, e na Roteiro, ambas também em Minas Gerais dedicava-se à criação de gado Gir e Hereford. Na Fazenda Beijo, em Campinas (SP), criava gado Galloway. Na Saúde, em São José dos Campos (SP), era gado e café. E na Chambá, em Vião, no Rio Grande do Sul, criava Hereford importado da Inglaterra, onde efetuou a maior operação jamais vista pela Grã-Bretanha nesse setor, adquirindo um plantel puro por 50 mil libras esterlinas.

CHATEAUBRIAND E O AVIÃO

Chateaubriand foi um amante fiel do avião. Com paixão, fez dele a sua vasoura mágica. Sua e do Brasil. Compreendeu desde logo que o país dado o seu despovoamento e a sua pobreza, só através do avião poderia manter a sua grandeza territorial. Fez com que a Nação saltasse do carro de boi para o teco-teco, que foi o grande fator de consolidação de nossas fronteiras.

Ao lançar, em 1941, a “Campanha Nacional da Aviação”, tinha em mente fazer com que cada município brasileiro se transformasse num centro de treinamento para pilotos civis. Onde não havia chegado ainda o automóvel, Chateaubriand fez aterrissar o aeroplano. Levantou, para a Campanha, na época dois milhões e meio de dólares. Salgado Filho, criador do Ministério da Aeronáutica, presidiu o movimento. De uma só feita, em Manguinhos, a 20 de outubro de 1951, com a presença de Getúlio Vargas, fez batizar oitenta aeronaves, entregando ainda ao Presidente da República um cheque no momento de 500 mil dólares para serem adquiridos mais 41 aparelhos.

CHATEAUBRIAND E A CRIANÇA

Se a Campanha Nacional da Aviação “revelava a preocupação de Chateaubriand pelo Brasil físico, a Campanha Nacional de Redenção da Criança o era pelo Brasil humano. Impressionado com o espantoso índice de mortalidade infantil e as trágicas conseqüências que a falta de cuidados elementares no período pré-natal e de puericultura acarretavam para o País, mobilizou todos os recursos dos “Diários e Emissoras Associados” para debelar o flagelo.

Nesse mesmo ano de 1956, impulsionado pela sua paixão à natureza, em toda a sua amplitude, lançou campanha para promover o retorno às praças e jardins brasileiros de beija-flores e pirilampos. Esse movimento culminou com uma grande revoada de colibris, realizada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com a presença do Presidente J.K. Hoje, graças a ele, dezenas de milhares desses pássaros povoam os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Estado do Rio e Paraná.

DIÁRIOS E EMISSORAS ASSOCIADOS

“O Jornal” (Rio – GB), “Jornal do Comércio” (Rio – GB), “Diário de S. Paulo” (S. Paulo – SP), “Diário da Noite” (S. Paulo – SP), “Diário nos Esportes” (S. Paulo – SP), “O Diário” (Santos – SP), “Estado de Minas” (Belo Horizonte – MG), “Diário da Tarde” (Belo Horizonte – MG), “Diário Mercantil” (Juiz de Fora – MG), “Diário de Notícias” (Porto Alegre – RS), “A Razão” (Santa Maria – RS), “Estado da Bahia” (Salvador – BA), “Diário de Notícias” (Salvador – BA), “Diário de Aracaju” (Aracaju – SE), “Diário de Pernambuco” (Recife – PE), “O Norte” (João Pessoa – PB), “Diário da Borborema” (Campina Grande – PB), “Diário de Natal” (Natal – RN), “O Poti” (Natal – RN), “A Província do Pará” (Belém – PA), “Correio do Ceará” (Fortaleza – CE), “Unitário” (Fortaleza – CE), “O Imparcial” (C. Luis – MA), “Jornal do Comércio” (Manaus – AM), “A Nação” (Florianópolis – SC), “Jornal de Joinville” (Joinville – SC), “Jornal de Alagoas” (Maceió – AL), “Folha de Goiás” (Goiânia – GO), “Diário do Paraná” (Curitiba – PR), “Monitor Campista” (Campos – RJ), “Correio Brasileiro” (Brasília – DF), “O Rio Branco” (Rio Branco – Acre), “Alto Madeira” (Porto Velho – Rondônia), “Diário da Serra” (Campo Grande – Mato Grosso).

REVISTAS ASSOCIADAS

O CRUZEIRO, O GURI, A CIGARRA, LULUZINHA, BOLINHA, BRASINHA, GASPARZINHO, AVENTURA, GURILÂNDIA, PRÉ-ESTRÉIA, MANDA-CHUVA, OS FLINTSTONES, OS JETSONS, PIMENTINHA, ZÉ COLMEIA, COMBATE, HOMEM DO ESPAÇO, GALÁXIA.

EMISSORAS ASSOCIADAS

Rádio Tupi (Rio – GB), Rádio Tamoio (Rio – GB), Rádio Difusora (S. Paulo – SP), Rádio Tupi (S. Paulo – SP), Rádio Cultura (S. Paulo – SP), Rádio Guarani (Belo Horizonte – MG), Rádio Mineira (Belo Horizonte – MG), Rádio Sociedade (Juiz de Fora – MG), Rádio Farroupilha (Porto Alegre – RS), Rádio Sociedade da Bahia (Salvador – BA), Rádio Clube de Pernambuco (Recife – PE), Rádio Borborema (Campina Grande – PB), Rádio Cariri (Campina Grande – PB), Rádio Poti (Natal – RN), Rádio Marajoara (Belém – PA), Ceará Rádio Clube (Fortaleza – CE), Rádio Araripe (Crato – CE), Rádio Guarani (S. Luis – MA), Rádio Baré (Manaus – AM), Rádio Progresso (Maceió – AL), Rádio Vitória (Vitória – ES), Rádio Difusora (Te-

resina – PI), Rádio Clube de Goiânia (Goiânia – GO), Rádio Planalto (Brasília – DF).

TELEVISÕES ASSOCIADAS

TV Tupi (Rio – TV) Tupi (S. Paulo – SP), TV Cultura (S. Paulo – SP), TV Ribeirão Preto (Ribeirão Preto – SP), TV Itacolomi (Belo Horizonte – MG), TV Alterosa (Belo Horizonte – MG), TV Mariano Procópio (Juiz de Fora – MG), TV Piratini (Porto Alegre – RS), TV Itapoan (Salvador – BA), TV Rádio Clube (Recife – PE), TV Borborema (Campina Grande – PB), TV Marajoara (Belém – PA), TV Rádio Clube (Fortaleza – CE), TV Vitória (Vitória – ES), TV Rádio Clube (Goiânia – GO), TV Paraná (Curitiba – PR), TV Coroadó (Londrina – PR), TV Brasília (Brasília – DF).

AGÊNCIAS ASSOCIADAS

Agência Meridional (de notícias, com matriz no Rio e sucursal em todo o Brasil), SIRTÁ – Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados (publicidade, com matriz no Rio e filiais em todo o Brasil).

ARTHUR DE SOUZA MARINHO

“Era exemplo de homem excepcionalmente bem dotado: culto, honrado, inteligente, amigoso no trato e fiel aos seus amigos”.

(De Arthur de Moura)

Num prédio velho da Rua Imperador, 468, 1º andar, em Recife, cinco advogados reunidos viviam modesta mas dignamente, com uma clientela, na maior das vezes, do “pague quando puder”: Agamenon Magalhães, Geminiano Jurema Filho, Arthur de Moura, Demóstenes Macêdo e Arthur Marinho. Nos fundos, dois contabilistas amigos: Vicente Dourado e Pinheiro Lins. Como era natural, entre homens inteligentes, assuntos de toda a natureza eram debatidos, mas, predominantemente, a política brasileira que tomava conta da pauta quase toda. Era antes de 1930, quando toda a Nação estava abalada por surtos revolucionários e pela luta político-eleitoral Júlio Prestes X Getúlio Vargas.

Dali saiu um grande líder: Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho e da Justiça, Governador de Pernambuco, professor da Faculdade de Direito do Recife. Arthur de Moura, para Presidente das Usinas Nacionais. Demóstenes Macêdo, ficou só advogado e próspero. Geminiano Jurema Filho, para exílio em Lisboa, com a vitória do movimento de 1930. E Arthur Marinho, para Secretário do Interior e Justiça, no Governo de Carlos de Lima Cavalcanti, logo após o triunfo da Revolução que levou Getúlio Vargas à Presidência, Juiz Federal e, por fim, Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Homem sóbrio, estudioso, mais jurista do que mesmo advogado apesar dos êxitos alcançados na profissão, professor, extremamente delicado, amigo dos amigos.

Um episódio que conheço de perto, marca bem o sentimento de solidariedade que nutria pelas suas amizades. Em 1930, quando o seu companheiro de escritório escondera-se, em Recife, graças à atuação devotada de Arthur de Moura e Pinheiro Lins, para escapar com vida das injustiças conseqüentes a todas as revoluções, Arthur Marinho não o abandonou, apesar de ser figura principal do Governo que se instalava, ainda com a Revolução de 30 marchando para o domínio do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

Lembro-me ainda da partida do meu pai para o exílio. Na entrada do transatlântico “Geleria”, da Mala Real Holandesa, depois das homenagens prestadas ao General José Pessoa, irmão do Presidente da Paraíba, João Pessoa, assassinado meses antes na Confeitaria Glória, do Recife, deixava-se ficar, discretamente, ali, somente para dar cobertura ao embarque clandestino do seu amigo e companheiro de escritório da Rua Imperador. A adversidade batia à porta de Jurema Filho, mas não ficara sozinho nem abandonado. Amigos de verdade cuidaram de sua sobrevivência pelas terras de Portugal. E Arthur Marinho era um deles na hora incerta.

Um ano depois, quando do regresso do velho Jurema Filho, de Portugal, continuaram os mesmos amigos, ainda que a posição privilegiada de Arthur Marinho o levasse a outros planos de vida.

Curioso em Arthur Marinho, era o seu amor à matemática, apesar de ter sido também professor de história e jornalista amador, porém assíduo às páginas da imprensa pernambucana e do Rio de Janeiro.

Apesar das posições que assumiu nos quadros políticos pernambucanos, toda a sua ascensão até às altas funções de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, foi uma escalada técnico-profissional. Docente-livre de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito do Recife, por concurso para catedrático, no qual se colocou no 2º lugar, disputando com Agamenon Magalhães, já este figura nacional, em 1934, passou, também por concurso perante o Supremo Tribunal Federal, para Juiz de Sergipe, onde desempenhou as funções de Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado.

Em 1947, o Supremo Tribunal Federal o incluiu em lista de seis para a escolha de três às nomeações para Ministros do Tribunal Federal de Recursos, julgando-o implicitamente com os requisitos de Ministro do próprio Supremo, de acordo com as disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946. Ainda desta vez não chegava ao Tribunal Federal de Recursos, mas como Juiz da Fazenda Pública, substituiu Ministros do Tribunal Federal de Recursos, durante mais de quatro anos.

Já em 1953, era promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e daí, para Ministro do Tribunal Federal de Recursos, em 23 de Dezembro de 1954, de cuja alta casa chegou a ser Presidente. Integrou o Tribunal Superior Eleitoral.

No seu *curriculum*, verifica-se que só não prestou concurso para Secretário de Estado, mas todas as outras posições que desempenhou, a elas chegava pelo valor técnico-profissional checado em provas de autêntica competição.

Do Ministro do Tribunal Federal de Recursos, agora aposentado, Américo Godoy Ilha, ex-parlamentar, são estas palavras sobre Arthur Marinho:

“Dos colegas e contemporâneos ouvi sempre as saudosas manifestações de alto apreço às invulgares qualidades de caráter, de inteligência e cultura de provecto magistrado paraibano, cujos magníficos votos ilustram os anais do Tribunal Federal de Recursos”.

Depoimento dos melhores ainda fui buscar, procurando o velho compa-

nheiro de escritório do Recife, Arthur de Moura, para pronunciar-se sobre Arthur Marinho. De uma convivência de longos anos, de um conhecimento de perto e íntimo, de um caráter dos melhores que me acostumei a admirar, desde os bancos de colégio e de Faculdade, como também, ao longo da convivência fraterna com o meu pai, o velho Jurema Filho, o testemunho é sem dúvida dos mais valiosos.

Aqui está ele:

“Arthur Marinho veio de família modesta e apareceu no Recife como professor de humanidades. Encontrou, em colégios particulares, o ambiente propício à revelação da inteligência e das faculdades naturais que dele fizeram um mestre perfeito: segurança e fluência, verbal e escrita, na exposição das disciplinas ministradas; domínio cada vez mais aprofundado das várias matérias a seu cargo e a compostura serena e bondosa que aproxima estudantes e professor.

Com o lastro de conhecimentos gerais que adquiriu ensinando, somados aos do seu distinto curso jurídico, tão imprescindíveis no exercício da advocacia, Marinho preparou-se para as lides do foro, estudando com afinco a teoria e a praxe, especialmente quanto ao Direito Constitucional, Civil e Comercial. Sua iniciação na atividade forense foi, desde logo, não somente promissora, mas afirmativa de um combatente bem armado e capaz de figurar, como de fato figurou, na linha de vanguarda dos profissionais que Recife apresentava na sua época.

Foi curta, mas eficiente, sua participação na Política. Revolucionário atuante em 1930, vitorioso o Movimento de Outubro, aceitou o convite do Interventor Carlos de Lima Cavalcanti para exercer o cargo que chamaríamos de Secretário Geral, pois muito contribuiu para a reorganização do Governo do Estado, praticando corajosos atos que nem sempre a todos poderiam agradar. Nessa fase em diferentes oportunidades, foi generoso e imparcial, garantindo até mesmo a liberdade e o livre trânsito de políticos adversários no momento perseguidos. Pouco tempo estive no cumprimento dessa tarefa, voltando à sua profissão de advogado.

Inscreveu-se, logo depois, como candidato à cadeira de Direito Constitucional da Faculdade do Recife, disputando-a com um adversário também altamente categorizado, como professor e advogado, além de então com notável desempenho em elevadas funções políticas. A tese que Arthur Marinho apresentou e brilhantemente defendeu, perante a Congregação, é demonstração evidente de uma sólida cultura jurídica, baseada nas mais autorizadas fontes, nacionais e estrangeiras, até então publicadas. Afinal, foi classificado em segundo lugar, por ínfima diferença na contagem de pontos.

Em seguida, encaminhou-se para a Magistratura. Começando, porém, por um dos mais altos postos dessa profissão. Inscreveu-se em concurso para Juiz Federal, conseguindo-o com o excelente dossiê de títulos que exibiu. Sua atuação destacada na judicatura deu-lhe, por fim, o merecido prêmio da convocação para integrar o Tribunal Federal de Recursos. Af, seus pareceres

e votos, ouvidos sempre com o máximo de interesse e geral atenção, tornaram-se extraordinárias contribuições ao esclarecimento das questões debatidas naquela egrégia Corte, influenciando decisivamente nas suas altas deliberações.

Foi nessa fase vitoriosa de uma carreira, iniciada pelo moço paraibano, humilde e desprotegido de qualquer influência econômica ou social, que sua vida terminou prematuramente, por força de um colapso cardíaco inesperado, cruel, irremediável.

Era exemplo de homem excepcional bem dotado: culto, honrado, inteligente, amigoso no trato e fiel aos seus amigos. Digno, portanto, de ser para sempre lembrado, com respeito e admiração.

Entre os filhos mais ilustres que a Paraíba tem produzido, deve figurar, com toda justiça, Arthur de Souza Marinho”.

CURRICULUM

Nascimento: 30 de Maio de 1899, na cidade de João Pessoa - PB

Filiação: Silvano de Souza Marinho e Felismina Neves de Souza Marinho

TÍTULOS E OFICIÁRIO:

Títulos Científicos:

Doutor em Direito (1934). Antes, Bacharel em Ciências e Letras (1917) e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1922).

Oficiário:

1922: Ainda estudante do curso jurídico quando também atuava como professor em Colégios particulares (história e matemática elementar) e como jornalista, foi Adjunto da 2a. Promotoria Pública do Recife, Estado de Pernambuco: exerceu plenamente a Promotoria em atividade restrita àquele ano;

1930 — 1932: Secretário de Estado e Justiça e Negócios Interiores de Pernambuco. E também da Educação. Comissões concernentes a problemas educacionais, v.g. junto ao IV Congresso realizado no Rio de Janeiro (oficial, em 1931);

1932 — 1935: Procurador dos feitos da Fazenda do Estado de Pernambuco (advogado geral do Estado). Professor de Sociologia Educacional da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Pernambuco. Nesse mesmo período, em 1934, após concurso para catedrático, docente livre-de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito do Recife;

1935 — 1937: Juiz Federal de Sergipe (titular: concurso perante o S.T.F., então Corte Suprema). Por função, Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado.

Extinta a Justiça Federal de 1a. Instância (Carta de 1937 e decreto-lei nº 6, do mesmo ano), ficou em disponibilidade; em consequência, foi aproveitado como:

1938: Oficial Administrativo, classe L, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Requisitado, serviu junto ao Departamento Administrativo

do Serviço Público (DASP), como especialista em Direito Público, particularmente Administrativo. Aceitou aquele cargo sob protesto de voltar à Magistratura judiciária;

1939: Juiz—Pretor da 8ª Pretoria Criminal da Justiça do Distrito Federal (reaproveitamento por volta à Magistratura);

1940—1952: Juiz de Direito (promoção). Da 13ª Vara Cível até 1944, da 2ª Vara da Fazenda Pública e no final, por poucos dias, da 3ª Vara Criminal; por função, Juiz Eleitoral da 7ª e da 4ª zonas.

Como ex-Juiz Federal, o Supremo Tribunal Federal, em 1947, o incluiu em lista de seis para escolha de três às nomeações para Ministros do Tribunal Federal de Recursos, julgando-o, portanto, com os requisitos de Ministro do próprio Supremo (art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1946). Não foi um dos nomeados, mas como Juiz da Fazenda Pública, substituiu Ministro do Tribunal Federal de Recursos durante quatro anos e tanto (Lei nº 33, de 1947);

1952: Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (promoção);

1953: Professor catedrático de Direito Constitucional e Administrativo da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, I.B.G.E., Distrito Federal.

1954: Ministro do Tribunal Federal de Recursos por Decreto do Presidente da República de 23 de dezembro de 54, publicado no Diário Oficial de 23/12/54.

1957: Prestou serviços no Tribunal Superior Eleitoral no período de 1/8/57 a 31/12/57;

1958: Eleito Presidente do Tribunal Federal de Recursos tomou posse em 1º de Janeiro de 1958;

1959: Eleito Membro do Tribunal Superior Eleitoral, na Sessão Administrativa de 14/1/59 do T.F.R., a partir de 15/1/59.

Faleceu no pleno exercício de suas Funções no dia 16 de Fevereiro de 1959.

OUTROS TÍTULOS:

Advogado militante, desde 1923 até 1935, salvo quando Secretário de Estado. Membro efetivo de 1928 — 1932 e benemérito (desde 1932) do Instituto dos Advogados de Pernambuco;

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco (1932—1935); Sócio honorário do Instituto dos Advogados de Sergipe (1936); Sócio avulso do Instituto dos Advogados do Brasil.

Membro doutras associações técnico-científicas, v.g. Instituto Histórico e Geográfico.

Antigo jornalista militante e, depois, colaboração eventual na imprensa, particularmente na técnica.

Quando exercia atividade político-partidária, embora sem outro interesse que não o de orientação técnica, pertenceu a quadros dirigentes do Partido

Democrático Nacional (1928 – 1930), depois incorporando-se, após aliança episódica, ao Partido Social Democrático, membro de Diretório, tendo sido apontado, por duas vezes, para cargo eletivo (deputado federal); quando entrou para a magistratura, era suplente eleitoral de deputado federal por Pernambuco.

Trabalhos publicados em revistas do país e do estrangeiro, em avulso e em livro.

ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA

CURRICULUM VITAE

Natural de Itabaiana – Paraíba

Nascido a 15 de fevereiro de 1915

Residente à Rua Professor Gastão Bahiana, 43/201 – Copacabana – Rio

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Recife, em 13 de dezembro de 1937

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, secções da Paraíba e de Pernambuco, cart. nº 218, nº de insc. 236, em 13 de outubro de 1944.

1933 – Auxiliar de Escritório dos Correios e Telégrafos, em Recife.

1934 – Colaborador do “Diário da Tarde” e do “Diário de Pernambuco”, de Recife.

1936 – Chefe do Escritório Comercial da Fábrica de Cigarros “Estrela do Norte,” em João Pessoa (PB)

1937 – Redator de “A União” (órgão oficial do Governo do Estado da Paraíba – Prefeito de Itabaiana (PB))

1938 – Diretor de Publicidade do Departamento de Estatística e Publicidade, Adjunto de Procurador da Fazenda Estadual (PB)
Redator da Rádio Tabajara da Paraíba (emissora oficial do Estado) (PB)

1940 – Diretor da Rádio Tabajara da Paraíba e redator de “A União”.

1941 – Professor de Literatura do Curso Pré-Jurídico do Colégio Estadual da Paraíba.

1943 – Diretor do Departamento de Educação e Radiodifusão (Rádio Tabajara da Paraíba)

1944 – Membro do Conselho Administrativo do Estado (PB)

- 1945 – Secretário de Educação e Saúde do Estado (PB)
Prefeito do Município de João Pessoa (PB)
- 1946 – Delegado do Ipase (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado) – Agência de Pernambuco – Sede em Recife.
- 1950 – Inspetor Regional do Ipase – Zona do Norte – Nordeste – Sede em Recife (PE)
Eleito Suplente de Senador Federal da Paraíba, companheiro de chapa do Senador Ruy Carneiro – PSD, seção da Paraíba.
Senador Federal em exercício, por várias vezes, substituindo o titular efetivo
- 1952 – Assessor de Previdência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio
- 1953 – Assessor Jurídico da Confederação Nacional do Comércio, Assistente Jurídico da Confederação Nacional de Indústria, Redator da Agência Nacional, Assessor Técnico do Ministro da Viação.
- 1954 – Diretor do Departamento de Assistência do Ipase.
- 1955 – Diretor do Departamento dos Serviços Gerais do Ipase.
- 1957 – Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado (PB)
- 1958 – Eleito e Diplomado Deputado Federal pelo Estado da Paraíba.
- 1959 – Empossado, em Fevereiro, Deputado Federal pela Paraíba;
Escolhido e Eleito Líder da Maioria da Câmara dos Deputados (Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira);
Membro da Comissão de Justiça e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.
- 1960 – Delegado do Brasil na ONU, como representante da Bancada do Governo na Câmara dos Deputados.
- 1961 – Delegado do Brasil na ONU, como representante da Bancada de Oposição (Governo de Jânio Quadros).
- 1962 – Reeleito Deputado Federal pela Paraíba.
- 1963 – Ministro do Interior e Justiça (Junho/63 a Março/64);
Professor Honoris Causa da Universidade da Paraíba.
- 1964 – Presidente do Diretório da Continental Bel Mar S/A firma importadora e exportadora, com sede em Lima – Peru.
- 1965 – Exportador de Farinha de Peixe, representante da firma Continental de Fibras SARRL, de Lisboa, para os mercados europeus, asiáticos, americanos e africanos.
- 1968 – Gestor Financeiro da Cia. Brasileira de Papel (Fábrica de Papel), Isapel (Fábrica de sacos de papel), Cia. Continental de Fibras (exportação de sisal), Sacraft (indústria de celulose) e Continental de Fibras

da Bahia.

1970 — Advocacia e Assessoria de empresas, com escritório à Rua Alcindo da Guanabara, 24, Sala 713, Tel: 2.24.62.62.

ABELARDO E JOSÉ LEAL

O Ex-Ministro Abelardo Jurema enviou carta ao jornalista José Leal, exaltando a sua participação no “Presença da Paraíba no Brasil” e afirmando que o decano da imprensa paraibana, juntamente com Silvino Lopes, Eugênio Coimbra e Aníbal Fernandes, são “figuras marcantes às minhas veleidades literárias”.

Na íntegra a carta de Abelardo:

Rio, 24 de Outubro de 1975

Meu caro José Leal,

Confesso que muito me emocionou o seu pronunciamento sobre “Presença da Paraíba no Brasil”, no “O Norte”, de 19.10.1975, sobretudo pela sua espontaneidade e, mais ainda, pelas evocações de velhos tempos em que a literatura vivia nas veias, alimentando sonhos e fazendo de um artigo publicado, o maior salário moral que se podia esperar.

Você, Silvino Lopes, Eugênio Coimbra e Aníbal Fernandes são figuras marcantes às minhas veleidades literárias, pois era da compreensão de você e deles que recebi os melhores estímulos, na publicação de artiguetes. Lá se foram os anos! E quantos? Um bocadão que nem é bom contar! E você volta a me estimular como nos velhos tempos. O velho José Leal — já todos nós o chamávamos de “velho”, pela sua liderança de equilíbrio, bom senso, cultura e acuidade aos problemas na época — era sempre acolhedor e abria espaço gostosamente para nos empurrar para a frente.

Em toda a minha vida pública, sempre estava a lembrar da verdadeira escola que o velho O Norte e a não menos velha A União representaram para a minha formação intelectual. E você era o professor de todos, sem empáfia e com muito carinho, corrigindo erros e perdoando muita besteira que teria de sair da inexperiência da juventude.

Para que você tenha uma idéia mais complexa do livro que será apenas um roteiro para outros complementarem com mais profundidade, mando-lhe algumas páginas do seu começo e do seu fim.

O capítulo de Raul de Góes é para explicar a sua inclusão, pois do Rio Grande do Norte, apenas o berço, com toda a sua vida paraibanizada do anonimato de Campina Grande à projeção do Palácio da Redenção, deste à Presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Estou incluindo o livro, com o perfil de Diogo Velho Cavalcanti, e logo no fim deste mês irei entregar os originais ao Governador Ivan Bichara, a quem convidei para prefaciar.

Se não fosse lhe pedir demais, gostaria que você me mandasse algo mais so-

bre a paraibanidade de Aristides Lobo. Fiz levantamento da vida dele toda, consegui documentos de importância, mas há um discurso de Orris Soares, na praça com o seu nome, no Governo de Camilo de Holanda, que não consegui botar a mão. Será que você têm? Gratíssimo pelo que mandar.

Um abraço com a melhor evocação de uma Paraíba que nunca esmaece nos meus pensamentos e nas minhas mais gratas recordações.

INFILTRAÇÃO

(José Leal)

Criou-se clima de expectativa, em torno do anunciado aparecimento do livro *Presença da Paraíba*, em cujas páginas desfilará a vasta galeria dos valores humanos de maior qualificação, nascidos nestas plagas amigas. Antecipando-se ao lançamento da grande obra bibliográfica, um jornal carioca classificou-a como "infiltração" de filhos desta província nos diferentes setores da vida nacional, adiantando que a seqüência começará com André Vidal de Negreiros, a encerrar-se com Aurélio de Lira Tavares, ambos figuras exponenciais das classes armadas do Brasil.

O autor, que já escreveu livros autobiográficos e de análise do momento político nacional, surgiu no periodismo de opinião nas páginas do famoso *Boletim de Ariel* que circulava quase ao mesmo tempo do vitorioso *Dom Casimiro*, veículo de pensamento de uma elite de jovens intelectuais. O Sr. Abelardo Jurema, que teve uma carreira parlamentar e política rápida embora tenha, depois, mergulhado no limbo de uma cassação dos direitos individuais, sempre deu provas da irrequietude do seu espírito e assim a escolha para a realização dessa obra foi, sem dúvida, extremamente feliz.

Por enquanto, o livro do Sr. Abelardo Jurema constituirá mais um repositório de informações sobre o papel desempenhado pelos paraibanos de projeção nos diferentes pontos do país e no estrangeiro, certamente. O vulto histórico escolhido para ocupar a etapa inicial das biografias, encheu toda a sua época com a retumbância dos eleitos, tanto nos campos de combate quanto no setor, não menos ativo, da administração pública, tendo ocupado os governos da Angola Portuguesa e das Capitanias do Maranhão e de Pernambuco. Em Olinda resta da sua impetuosidade o velho Palácio dos Governadores, belo exemplar da arquitetura portuguesa. Entre o primeiro e a última biografia desfila toda uma vastíssima galeria de autênticos valores humanos.

A contribuição da Paraíba para formação das elites dirigentes do Brasil tem pontos altos como o transcurso da atuação de Paulo Lobo, Maciel Pinheiro, Nicolau França Leite e tantos outros, sob o regime imperial aos quais se seguiram na Era Republicana, Aristides Lobo, Epitácio, João Pessoa, José Américo e vários outros homens de pensamento e ação, ainda participando da movimentação dos setores políticos, culturais e das profissões liberais, para usar uma classificação um tanto superada.

Temos pontos para edição, faz cinco anos, um Dicionário Bibliográfico, ainda inédito, não obstante o parecer aprovático emitido pelo escritor Galante de Souza, em nome da comissão de alto nível do Instituto Brasileiro do Livro. De acordo com o noticiário à margem do trabalho daquele conterrâneo, corre o risco da superação, embora reúna mais de três mil verbetes, e não se limite a destacar apenas os expoentes como parece ser o sentido da obra do Ex-Ministro paraibano.

Entretanto se se verificar o contrário, não teremos outra atitude senão a da conformação com o fracasso das nossas boas intenções, porque a vida nos tem ensinado que dificilmente os Deuses do Olimpo têm sido proibidos às atividades que tem constituído o móvel de uma vida não muito curta.

(De "O Norte", de João Pessoa, de 19.10.1975)

ALCIDES VIEIRA CARNEIRO

“Devemos modelar nossas palavras até se tornarem o mais fino invólucro dos nossos pensamentos”

(Virginia Woolf)

Caravaneiro em 1930 da Aliança Liberal, com o verbo solto sacudido por uma mocidade idealista, Alcides Carneiro deixou pelo Brasil afora a imagem bem esculpida de orador. Aliás, nesta época, juntaram-se às caravanas da Aliança Liberal, grandes oradores: João Neves da Fonseca, Raul Bittencourt, Batista Luzardo, Maurício Lacerda, Adolfo Bergamini, Paulo Duarte, Assis Brasil e outros que se prestigiavam, às vezes pelas imagens e muitas vezes pela voz modulada e tonitroante na praça pública, justamente na época em que era precaríssima a radiocomunicação e os alto-falantes eram peças raras nos comícios.

Sem nome feito, obviamente, o jovem estudante de Princesa Isabel, ia ganhando fama e já nas idas e vindas das caravanas, constituía-se em atração popular. Na Paraíba, então, toda gente começou a querer ouvir Alcides Carneiro que passou a ser figura obrigatória em todas as solenidades cívicas e até sociais.

Fixado no Rio de Janeiro, após a vitória da revolução de 1930, os paraibanos passaram a ter notícia de Alcides Carneiro, pelas informações daqui e dali, onde aparecera e o seu encantara. Só em 1945, é que o povo paraibano voltou a ser regalado com a oratória do princesense realmente de grande talento verbal. Era candidato do antigo PSD (Partido Social Democrático) a Governador do Estado e em disputa com outro paraibano de primeira plana, grande expositor e dialético, o oposto de Alcides Carneiro, Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello, na época advogado no Rio de Janeiro.

Os comícios de Alcides Carneiro arrastavam multidões. Em João Pessoa, Campina Grande, Patos, Pombal, Sousa, Piancó, Guarabira, Itabaiana e em

inúmeros outros centros do sertão ao litoral, a palavra do candidato peessedista era ouvida com carinho, com entusiasmo, com embevecimento e com amor por homens, velhos e crianças. A emoção era contagiante. Estudantes, jornalistas e poetas sabiam quase de cor os seus discursos. O poeta Jansen Filho recitava-os nas casas de família, nas festas de aniversário e de casamento. Era o prato do dia da sociedade, tanto mais absorvente quanto hoje dominam audiências as novelas de rádio e televisão. O Direito de Nascer perderia em audiência para a oratória, na época, de Alcides Carneiro.

Se bem que derrotado nas urnas por insignificante maioria para o seu opositor, Alcides Carneiro continuou a voz disputada pela Paraíba. Na Presidência do Ipase, inaugurando freqüentemente obras pelo Brasil e sempre na Paraíba, Alcides Carneiro amadurecia na tribuna sob os aplausos constantes, entusiásticos e carinhosos dos seus conterrâneos.

DESAFIO DE ORATÓRIA

Em 1950, numa das campanhas mais empolgantes realizadas na Paraíba — José Américo, candidato a Governador, Ruy Carneiro, candidato a Senador e Alcides Carneiro, disputando a Deputação Federal, massas humanas se comprimiam nas principais cidades do Estado, atraídas pelo verbo de José Américo e Alcides Carneiro. Os dois até se esqueciam da luta meramente política para disputarem os aplausos das multidões, no caprichando de uma oratória que superasse a outra.

No bairro densamente populoso de Cruz das Armas, num dos maiores comícios até hoje realizados na capital paraibana, Alcides Carneiro prendia a atenção de todos quando começou a chover — chuva de saída de lua, como se diz no Nordeste. Imediatamente, eletrizou o povo, dizendo: “Pensava que falava apenas sob os aplausos, bênçãos dos homens; mas agora vejo que também falo debaixo de chuva, bênção de Deus”.

Logo em seguida, José Américo assomando à tribuna, foi logo de arrancada: “Há os que pensam que falam sob os aplausos, bênçãos dos homens e sob a chuva, bênção de Deus (já passara a chuva, e o luar cobria toda a massa humana). Eu quero falar é à luz da lua que é o castiçal do pobre, a inspirar sentimento e amor na plenitude da realização humana”.

E prosseguiu Alcides Carneiro a sua trajetória de homem público, com um nome aureolado entre conceitos afins, conjugando coração com inspiração, bondade com talento, verbo com espírito.

De Deputado a Ministro do Superior Tribunal Militar, mesmo numa hora de difíceis julgamentos, cujas decisões nem sempre eram bem recebidas pelo consenso político-militar, Alcides Carneiro já escolheu o seu epitáfio: “Foi Juiz: se absolveu por compaixão, não condenou por fraqueza”.

CONCEITUAÇÃO CONSAGRADORA

Homem de rara sensibilidade, com passagens pela poesia, autor que foi de inúmeras quadras primorosas e profundas que a imprensa publicava vez por outra, sobretudo o antigo *Correio da Manhã*, mereceu de um magistrado, jurista e primeiro reitor da Universidade Federal da Paraíba — Mario Moacyr

Porto, conceituação como esta: "Alcides Carneiro é um artesão da frase perfeita. Os seus discursos são peças de ourivesaria. Há quem os "recite" pela suntuosa cadência do andamento. Há quem os repita pela extraordinária riqueza das idéias. Um contraponto entre as especulações do pensador e os requintes da sensibilidade do artista".

José Américo que é sobrio nas suas manifestações ainda que sob as mais intensas emoções, pela sua própria figura e por ser um homem vivido profundamente entre as coisas do espírito e as manifestações da vida humana, disse da oratória de Alcides Carneiro: "É o orador nato, notável pela fluência e pelo colorido. Sua riqueza de imagens nunca decaiu no romantismo porque não é simples retórica, mas uma criação verbal possuída de imprevistos e de visões poéticas".

De um homem frio, João Agripino Filho, ex-governador da Paraíba, ex-ministro de Minas e Energia e Ministro Aposentado do Tribunal de Contas da União, há esta manifestação por si mesma válida mas muito mais ainda por ser de quem é: "Alcides Carneiro, primoroso orador, notabilizou-se pela beleza da forma literária em seus discursos. Em homenagens e na política, Alcides despertava o entusiasmo dos ouvintes, atraía multidões para ouvi-lo e delas arrebatava aplausos ensurdecedores. Mestre da oratória, não conseguiu fazer escola política. E não se molesta por isso. Encara a realidade dessas contradições para se tornar magistrado, honrando a Superior Corte Militar a que pertence e, assim, projetando a Paraíba em novo cenário".

Registra-se que João Agripino sempre formou do outro lado da política em que sempre se situou Alcides Carneiro. É assim manifestação consciente, séria e fruto da sinceridade de admiração e julgamento.

Um Celso Mariz, escritor paraibano do maior comedimento na adjetivação e que nunca vestiu ninguém a não ser com roupas próprias e adequadas, não se impressionando nem com os "custosostamos" do Poder Político e muito menos com as fantasias faiscantes do Poder Econômico, disse de Alcides Carneiro.

"É o mais inspirado, imaginoso e eloquente orador paraibano. Desde 1930, quando ele surgiu nos debates revolucionários da Democracia, sua palavra é jorro de ouro nas tribunas que ocupa. Vigor, estilo, música e beleza dos improvisadores de vocação e de gênio".

No equilíbrio crítico de Samuel Duarte, ex-presidente dos Deputados e um dos melhores cultores de Eça de Queiroz e na algidez de um temperamento que talvez o tenha sacrificado ao longo de sua brilhante vida pública, abre-se clareira para Alcides Carneiro, quando ele diz: "A poesia dos símbolos penetra sua frase onde a linha exterior das criações de Celini e as ritmas de Bach se combinam num milagre plástico de imaginação. No feitiço de sua voz se afirma uma glória autêntica da oratória brasileira de todos os tempos.

Gilberto Amado o classificava como o "maior orador de minha Pátria", enquanto Assis Chateaubriand arrebatado por seu próprio temperamento e agitado por sua inteligência privilegiada ao nível de gênio, dizia em discurso "Se eu fosse Presidente da República, nomearia Alcides Carneiro o orador oficial do Brasil". Do alto da catedral em que se situava como um dos mes-

tres de maior poder de comunicação, de exposição e de beleza estilística, Santiago Dantas proclamava: "Alcides Carneiro conseguiu atingir a perfeição da oratória".

O atual Secretário do Interior e Justiça do Governo Paraibano, Joacil de Brito Pereira, também orador de massa e de condução de massa testado em várias campanhas políticas, diz com muita sensibilidade: "Ouví-lo, é limpar o espírito; mergulhá-lo e lavá-lo em águas lustrais. Que encanto de beleza e de fantasia! Que mistura singular de cores, vivas, ardentes, esplendorosas e rutilantes. . . Esparge luz viva e pura. E não é só o pensamento. Seu valor é função de estilo, da criatividade, mas também, do gesto, do movimento e até da atmosfera em que envolve o auditório".

Um ex-governador, Ernani Sátiro, e um outro, o atual Governador da Paraíba, Ivan Bichara; o primeiro, fora da política e enquanto, um romancista consagrado por "Quadro Negro" e "Mariana", o segundo, também quando licenciado da vida pública, jornalista, crítico literário e pesquisador da história, ambos não fogem da regra de todos os paraibanos nem de todos os brasileiros que já ouviram Alcides Carneiro.

Diz Ernani Sátiro:

"Vai ficar perpetuada em letras esta oratória que é um milagre de pensamento, de sons, de música e de cores, tudo impulsionado por uma imaginação de fábula, nascida com toda a força da terra, embalada pelo ritmo do mar e iluminada pela cintilação dos astros".

Ivan Bichara:

"Ouvir Alcides Carneiro é ficar por ele conquistado. Nos salões sociais, na praça pública, nas inaugurações, em qualquer ocasião que ele comece a falar, o ambiente se transforma pelo poder mágico de seu verbo. De seu verbo só, não, dos seus gestos, do timbre inconfundível de sua voz, de sua atitude, do fogo do seu olhar; tudo nele concorre para revelar o orador, o artista raro e inigualável. Feliz o povo que tem um intérprete do seu porte; feliz ele, também por ser o portador de tão nobre e bela missão: a de nos tornar mais ricos e felizes, ouvindo-o".

De um dos mais brilhantes membros da Corte de Justiça paraibana, Osias Gomes, cuja vida de jornalista, advogado e político na província, é pontilhada de admiração, aplausos e conceituação da mais alta, sobretudo agora como desembargador dos mais austeros e íntegros da magistratura paraibana, pude colher entre muitas afirmações, esta:

"Vocação demostênica que desponta nos bancos acadêmicos em Recife e frondeja, distende-se por espaços inimagináveis, ganha altura e profundidade, multiplica-se de recursos numa marcha batida de requintes e polimentos. E que atinge, afinal, aquela madureza tão suspirada pelos mais conscientes trabalhadores intelectuais. A sua presença na tribuna, lembra Joaquim Nabuco. Sobriedade nos gestos, nada de bracejar imoderado. As mãos só erguiam até a linha da estatura. E essa serenidade contribui para a fusão psicológica do expositor com o seu verbo faiscante. Só os íntimos sabem que lá dentro da

alma de Alcides Carneiro borbulha um vulcão incandescente”.

Um dos mais novos e dos mais densos escritores da Paraíba, Juarez da Gama Batista, professor, ensaísta, crítico literário e das mais belas figuras humanas da paisagem intelectual da terra, foi ver em Alcides Carneiro o homem que:

“Cultivou, assim uma arte já agora incomum, embora os oradores da sua categoria nunca tenham deixado de ser incomuns, homens raros, mágicos a única arte que faz adeptos em vez de invejosos. E prossegue Juarez, “o artista plástico lida com formas ostensivas. As palavras de Alcides Carneiro são palavras mas são também carne, sumo, pensamento, força da personalidade criadora, paixão e imaginação.” Conclui Juarez da Gama Batista que “a palavra de Alcides Carneiro é um filão de ouro. Ouro Vivo”.

De Fernando Nóbrega, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (aposentado), ex-Ministro do Trabalho ao tempo de João Goulart, ex-deputado federal da Paraíba, ex-prefeito da cidade de João Pessoa, advogado de larga atuação no passado no forum de João Pessoa, fui buscar estas palavras:

“Assistí em Recife o gigante e mágico da palavra, preparar, andando de um lado para outro, o discurso com que saudou José Joaquim Seabra, de volta do exílio em 1926. Foi a primeira e definitiva consagração. Emocionou tanto o velho que ele, ao agradecer, beijou Alcides Carneiro na face”.

O orador nasce feito e Alcides, já estudante de Direito, era consagrado e pelos homens que tinham o domínio da palavra e que já sentiam, como o grande Seabra da Bahia, aquele tribuno que já brotava na Faculdade de Direito do Recife, antes de 1930.

Do poeta Alcides, basta que se repita o que ele próprio confessou que “faço discursos como o violeiro toca e o cantador canta”.

Numa secção dirigida pelo poeta Adelmar Tavares, sob título *Para o Álbum de Mademoiselle*, no velho tradicional e saudoso *Correio da Manhã*, Alcides Carneiro era o poeta permanente das quadras e sextilhas, ora filosóficas, ora satíricas.

Eis uma mostra:

“Prá desconto dos pecados
Esta mulher, encontrei
Novos pecados vieram
E os velhos, não descontei”

“Um outono já chegou
E não voltaste querida
Daqui a pouco é inverno
A hora da despedida!
Apressa os passos e vem
Doirar o fim desta vida”

“Mulher feia é sossêgo
Mulher bonita, aflição
Já notei que andar aflito
Me faz bem ao coração”

“Não sou fingida, tu dizes
Entre arrogante e faceira
Não esqueces que casaste
Com flores de laranjeira”

TIMIDEZ

Certa dama me dizia
Em tom de camaradagem
Não te falta inclinação
O que te falta é coragem

GRATIDÃO

À mentira devi sempre
O sucesso nos amores
À verdade que venero,
Metade das minhas dores
Muito obrigado à mentira
À verdade, meus louvores

ANDORINHA

Na torre da velha igreja,
Uma andorinha pousou
Mas, bateu asa assustada
Quando o sino repicou
Meu coração não repiques
Uma andorinha pousou

PRECIPITAÇÃO

Jurei ser teu, e só teu
Eternamente querida,
Mas nunca pensei, confesso
Que fosse tão longa a vida

As flores do cajueiro
Ao nosso idílio assistiram
Mas, depois, o resultado
As castanhas é que viram

D. QUIXOTE

Contra as rochas de tu'alma
com toda a força investi
Mas eram montões de cinza
As grandes rochas que eu vi

Teu amor é uma cabana
Dizias, e eu confiava
Mas depois de certo tempo
Nem um palácio bastava

Sete anos já se foram
E outro tanto aí vem
Jacob esperou Rachel
Eu não espero ninguém

DESACÓRDO

De riqueza me falaste
De ternura te falei
Foi esta a última vez
Que na vida te encontrei

O RETRATISTA

Alcides Carneiro entretanto, não é só o orador e o poeta. Também falando, é o escritor. O paisagista. O psicógrafo. O analista. O retratista.

Veja-se, por exemplo o que falou sobre José Lins do Rêgo:

“Mas não foi só nas várzeas, nos brejos, nos cariris, nas caatingas, nos sertões nordestinos que ele se embeveceu de sentimento, enriqueceu-se de observações, lastreou de emoção o espírito, aberto a tudo o que significasse verdade humana, interesse humano. Também lhe serviu, e muito, o turbilhão de uma grande cidade. E essa lhe marcou a alma e destino, foi a altaneira cidade que um dia, por lealdade e fé, redusou nome e aliança de um príncipe flamengo, guerreiro e artista, que para a eternidade gravou em pedras e corações, as angústias e os anseios do seu formoso e trágico romance. José Lins do Rego formou o espírito na encantadora cidade maurícea, o velho e glorioso Recife, onde, como disse o paraibano Eliseu César “até as pedras das ruas são travesseiros de heróis”. O Recife, que ele chamava com entusiasmo e ternura, “o meu Recife querido”, foi, para muitas gerações nordestinas, a metrópole da cultura, do vivismo, do ideal, a um tempo Sparta e Atenas, Roma e Paris. Ali estavam almas e nervos, cérebro e coração da atalaia inabordável o imortal Pernambuco, apontado pela providência a escrever sozinho, metade

da nossa história. Ali estavam amparados nos braços do rio romanesco os sonhos, as ilusões, as esperanças da mocidade do Norte, que via, com assombro e veneração, aquele reduto de todas as grandezas, o qual, num simbolismo eterno, apresenta de um lado Guararapes a esquentar-lhe as costas, de outro lado a sobranceira Olinda a espreitar a terra, a vigiar o mar, como gajeiro no mastro da caravela Guararapes e Olinda montes e Catedrais, fé e bravura, a cruz nos corações, a hóstia nas consciências, e o gládio de Negreiros a expulsar invasores!

Ao Recife, tudo o que é belo e bom chegava primeiro. Chegavam primeiro os livros, aportavam primeiro as idéias. Estudante que não gostasse de aprender lendo, aprendia ouvindo, aprendia vendo, aprendia lutando. E os ideais vinham com os exemplos dos que tinham a coragem de aceitá-los, proclamá-los, difundí-los. Estudantes não passavam sem ídolos, ídolos das cátedras, ídolos das ruas, corifeus das doutrinas, paladinos das reações. E os estudantes seguindo-os, batendo palmas, brigando na praça pública. O Recife dá coragem. Ninguém vai usar medo numa terra em que o medo não se usa. Dali pode sair atribiliário, pode sair um mistificador, mas não sai um covarde. O moço saía dali (e ainda sai hoje) tendo aprendido de tudo, inclusive o mais difícil de se aprender na vida: a ser homem”.

PSICOGRAFANDO JOSÉ LINS DO RÊGO

Eis como Alcides descreve o mundo que José Lins guardou da infância, para trazê-lo ao romance.

“Ele foi psicólogo implacável dos orgulhos subjugados, das vaidades feridas, das antigas importâncias inconformadas do espírito de casta do bondoso Zé Paulino, da saudade raidosa do coronel Lula, da fibra, indomável do Capitão Vitorino. E o menino de engenho, menino perdido, nada perdia de vista. Nenhum pormenor, gesto ou matiz escapou àquele Proust sutil dos canaviais. Montado no carneiro “Jasmim”, ia contemplado, observando aquele sistema em ruínas, um mundo de gente a falar e a girar, ninguém prestando atenção a ele, ele prestando atenção a todos. Longe estavam de supor todos eles, que eram meros atores, que ali se movimentavam num palco modesto, à luz fraca das lamparinas, servindo de gambiarras, e que mais tarde apareceriam em cenas fantásticas, como marionetes que um menino endiabrado expusesse ao enlevo e espanto de milhões de olhos ávidos. Mal sabiam que suas conversas incensuradas, seus gestos desprevenidos, suas pequenas comédias, seus pequenos dramas, andariam depois, de livro em livro, de boca em boca, interessando a todos, que todos gostam de história bem contada, crianças e adultos, histórias da velha Totonha ou do Zé do Rêgo, e cada um acha que sua vida daria um romance, do bom e do melhor. Mal sabiam que ali estavam enterrando botijas, para o menino depois arrancá-las e ganhar o mundo com elas. O mundo e a fama. E todo esse extenso cabedal, esforçadamente, magnificamente aproveitado, fez o nosso encanto e o fastígio do escritor, por ventura o escritor brasileiro mais lido e mais traduzido até os nossos dias”.

Veja-se a força descritiva de Alcides Carneiro, fixando e velho Cariri:

"O vento do cariri, quando sopra, impetuoso, na lombada do Nordeste, copas e raízes estremecem de espanto, e as próprias cigarras silenciam, assustadas. As árvores mais altivas inclinavam-se como se as frondas procurassem confundir-se com as relvas para fugir ao açoite e à destruição. E a um traçar e destrançar de cipós, um rolar de seixos, um estalar de ramos partidos, tão magoroso que faz pensar em ninhos de metralhadoras ocultas nas touceiras dos cardos e dos mandacarus, espalhando pânico e morte por matas e tabuleiros. Viçoso só fica o que era realmente viçoso, verde o que era realmente verde. De pé, impassíveis em face do massacre, e satisfeitas de mostrar a pujança dos troncos e a rijesa dos galhos, só as aroeiras e as baraúnas. O entusiasmo parai-bano é como o vento do cariri, violento, estrepitoso, arrasador".

Aqui está o biógrafo, e quem conheceu Agamenon Magalhães, o grande líder pernambucano, não terá nada a acrescentar. É um retrado de corpo inteiro e que dá realmente ao biógrafo as cores necessárias à fixação de uma vida, em traços tanto ou quanto breves como o artista busca fazê-lo em pinceladas precisas.

Trago aqui apenas trecho de discurso de Alcides Carneiro sobre Agamenon Magalhães:

"Político de atitudes e de processos diferentes, ele havia de ter, como teve, muitos amigos e muitos inimigos, mas, assim como sabia perder os primeiros sabia converter os últimos. É que ele possuía uma maneira toda sua, toda pessoal de conservar os amigos e de tratar os inimigos. Isso lhe veio de uma influência a que nunca pode fugir, a influência do meio, que se trazia em todos os seus sentimentos e em todos os seus gestos. Na realidade, o tom pessoal que imprimia às suas campanhas, o arrojo nas arremetidas, a extraordinária capacidade de decisão que revelava nas horas mais críticas, nos lances mais difíceis, tudo que exornava a sua personalidade ímpar, ele trouxe do berço, trouxe dos seus sertões nativos, da sua famosa e antiga Vila Bela, que ele mesmo, depois, crismou de Serra Talhada. O seu gosto de luta, a sua impetuosidade de nos entreversos partidários, tudo isso lhe veio da dura terra, dos homens duros, onde os Pereira e os Carvalho inscreveram sangrentas legendas de heroísmo e ódio; daquela terra onde as cruzes enfeitadas de ramos, que pontilham os caminhos, falam de tragédias que deflagraram em nome de um código de honra que o sertão guardou; daquela terra onde o velho e legendário rio Pajeú corre ou se arrasta, sombrio e silencioso, tal como os valentes de lá, que não gostam de contar histórias de valentia..."

AUTENTICIDADE NORDESTINA

Vivendo quase toda a sua vida no Rio de Janeiro, mesmo assim não se perdeu no grande centro de cultura nem esmaeceu a sua autenticidade sertaneja, nem tampouco esqueceu velhas paisagens.

Eis a sua autenticidade, num discurso de saudação ao Ministro Ernani Sá-tyro, na sua investidura ao Superior Tribunal Militar:

"Sei muito bem que estou dizendo ao Ministro Ernani Sátiro o que não era para ser dito neste instante e neste recinto. Era para ser dito, de sertanejo para sertanejo, no alpendre de uma velha casa de fazenda, ao embalo da rede, visualizando, na cordilheira distante, o perfil das últimas palmeiras que ainda esperam a morte. Ouvindo, ao longe, o aboio dos vaqueiros e o gemitido do carro de boi: um, a mais sentimental de todas as cantigas, outro, o mais lamentoso de todos os lamentos. Era para ser dito à sombra remansosa da oitica, estalagem gratuita de beira de estrada, que acolhe homens e bichos, e nem de espanta os bichos nem pergunta aos homens, como se chamam, de onde vem, para onde vão. . . E ouve e vê o rio, na fúria da cheia, a gritar desaforos, a afogar bezerros e matar o matapasto, turbulento como um valentão que bebe nas quatro festas do ano. E, nas longas estiadas, ouve mas não vê o ramalhar do vento do Nordeste na fronde solitária".

É a volta às origens, ainda que as roupagens sejam de Ministro de uma Corte Suprema a que também empresta compostura e postura, quando diz no mesmo discurso:

"V. Excia., sai de um colegiado onde era líder e chega a outro que não admite lideranças. Posso dar-lhe um quinau. Receba-o com humildade, como diariamente fazemos. Ninguém é obrigado a conhecer todas as leis. A velha sentença latina "Nemo jus ignorare consetur" é norma vã, utópica, destinada a um mundo impossível, povoado de juriconsultos com memória de anjos, e bibliotecas e arquivos guardados nas infinitas prateleiras dos espaços infinitos. Aqui não pretenda ser o primeiro, porque iria desagradar a muitos. Nem queira ser o último, que o lugar já é meu".

"Não se preocupe com os que se aborrecem com os seus votos. Quando mudarem as conveniências, quando se deslocarem os interesses, também esses censores mudarão, como tudo muda. Imutável mesmo, só a consciência, intransigente, só ela. Balzac dizia que a consciência é uma bengala que se usa para bater na cabeça dos outros".

E prossegue Alcides Carneiro em lições de vida:

"Até hoje, V. Excia., foi julgado pelos outros. Julgado com ódio, e parecendo um corvo; julgado com amor, e parecendo um cisne, como na imagem do Padre Vieira. Julgado com precipitação, com justiça, mas sempre julgado. Os juízes desfavoráveis, iníquos, o aborreciam, amofinavam-no, transformavam-no. É que, em geral, não têm misericórdia, porque não têm entranhas, os que julgam, passionalmente, os homens públicos. Agora, V. Excia., julgará os outros. Na hora em que estiver julgando, basta que pense no quanto sofreu e se revoltou, quando era julgado, embora se considerasse réu sem culpa".

"Disse V. Excia., que iria julgar também com o cérebro, além do coração. Terrível é a missão de julgar. Cada caso é um caso, tão diversos um do outro, com os destinos humanos. Ponha na balança sensibilidade que é mais que coração. Sensibilidade que se compara a uma mulher excessivamente caridosa que se casa com um avarento. Sofrerá a crueza das recusas constantes; ele se

mortificará com a ronda infundável das impertinências que enervam”.

INTÉRPRETE DE SENTIMENTOS UNIVERSAIS

Quando da recepção em João Pessoa, dos restos mortais de Epitácio Pessoa, Alcides Carneiro se alteia mais uma vez na sua oratória, para dizer, entre muitos conceitos e sentenças:

“É esta a hora de tanta angústia que só um coração paraibano, acostumado ao sofrimento, pode suportá-la. Mas a imaginação, que as vezes é mais forte que a realidade, mais dominadora do que tudo, a imaginação está a segredar-me que é verdade aquilo que outros já disseram: que isto não é uma volta, é uma ressurreição. Sim, é uma ressurreição. Saudoso de esvoaçar nos cimos das cordilheiras nativas, regressa o condor. A águia altívola, cansada dos mais altos remígios, pouxa as asas triunfais nos píncaros da terra adorada”.

“Epitácio Pessoa, aqui está o teu povo que não gosta de baixar olhos para ver pigmeus, mas gosta de levantar olhos maravilhosos para contemplar gigantes”.

Sobre a morte de John Kennedy, a oratória de Alcides Carneiro prossegue no estilo que lhe é próprio, na continuidade de expansão de idéias e pensamentos, envolvida num halo que não é só dele mas de todos, pois a fala do princesense é de todos, voz das multidões:

“A morte de Kennedy foi um descuido de Deus. Morte que ninguém no mundo desejava. Vida que, no mundo, todos aplaudiam. Não conhecemos na história da humanidade um vulto que, ao desaparecer, fizesse tanta falta, que nos abrisse n’alma um vazio tão profundo, tão desalentador. Se quiséssemos usar uma velha imagem, diríamos que as lágrimas choradas inundaram a terra. Mas, na realidade, a terra está hoje inundada de apreensão, angústia, desespero, terror, descrença e mágoa. Não houve entre humano, pontífice, soberano, guerreiro, santo ou apóstolo que morto, estendesse sobre a terra tão espesso véu de amargura, tão arrasadora acusação de orfanda de insegurança e abandono. Enquanto os amigos choram de dor, os inimigos tremem de medo. Porque ele era a esperança de muitos e a proteção de todos”.

“Os apóstolos só chegaram a ser apóstolos porque se enganam pensando que os outros são realmente seus semelhantes. Kennedy, herói de guerra, tornou-se o campeão da paz. O apóstolo cuidou que todos pensavam como ele pensava e ansiavam o que ele ansiava. Eis porque sucumbiu nas batalhas da paz o lutador que vencera batalhas da guerra”.

“Conta-se que, na França ao tempo de Napoleão, apareceu um místico que desejava fundar um novo credo religioso. Solicitou uma audiência ao Imperador para expor suas idéias. E o imenso guerreiro e estadista, conhecedor profundo da alma humana, respondeu sabiamente: Diga-lhe que vá a Jerusalém, seja crucificado e volte”.

Sobre Mahatma Gandhi “uma fase na consciência do homem” Alcides Carneiro se expande; na confrontação com Napoleão:

“Duas grandes trajetórias, por direções diversas. Um fez da violência a sua

fê; outro da não violência o seu credo. Um incendiou o mundo com a força; outro iluminou-o com a razão. Tiveram ambos um inimigo comum: a opulenta Inglaterra. Só tem que, se a "loira Albion" dos poetas conseguiu abater a águia sangrenta, não conseguiu amarrar a cabra insubmissa. É que, se Bonaparte foi um gênio, faminto de poder, Gandhi foi um apóstolo, sedento de humanidade".

"Na verdade, das virtudes que o Cristo aconselhou aos homens, qual a que Gandhi desprezou? Nenhuma; da humildade ao amor, cultivou-as, todas, com renúncia de asceta e desvelos de amante. O asceta que não pensava na própria salvação e só pensava na salvação de sua gente. O alucinado amante da liberdade, que abandonou família, abandonou esposa, para cantar com Tagore a "magnífica harmonia de todas as raças humanas" para bradar ao mundo, aos desertos e às multidões: "Minha família é a Índia. Minha esposa é a sua causa, a causa sublime de sua redenção".

"Se Balzac definia a teimosia como a persistência dos tolos, Gandhi provou que a persistência é a teimosia dos sábios".

"Se Gandhi disse "sou hindú, judeu, cristão e muçulmano" era como se dissesse: não tenho crença nenhuma porque tenho todas reunidas num ideal a solidariedade entre os homens. Ideal impregnado daquelas palavras de Jesus, cheias de compreensão e harmonia, para os adeptos de todos os credos: "A casa de Meu Pai tem muitas moradas".

O POETA E O FILÓSOFO DAS FRASES

Um dos aspectos mais curiosos e de melhor receptividade popular da figura de Alcides Carneiro é sem dúvida a sua facilidade em compor frases que ninguém esquece.

Colhi algumas delas:

No Hospital dos Servidores do Estado:

"Este Hospital nasceu da bondade dos que sentem e viverá da confiança dos que sofrem".

No Sanatório do Ipase, em Correias:

"Esta é uma casa que por infelicidade se procura, mas por felicidade se encontra".

Sobre Cajazeiras, cidade localizada no fim do Estado, no extremo oposto à capital, João Pessoa, nas fronteiras do Ceará, onde o Padre Rolim pregou, fundou escolas e colégios:

"Cajazeiras do Padre Rolim, tu ensinaste a Paraíba a ler".

Falando em comício político em frente à Catedral, Igreja de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa:

"Falo da porta da Catedral, pois é este o meu lugar, pobre vive sempre nas portas das Igrejas".

Numa campanha dura, disputando com muitos candidatos endinheirados, no antigo Ponto Cem Réis (Praça Vidal de Negreiros), disse "Eu vos falo tão liso como as pedras da cachoeira".

Na posse de Presidente do Ipase, entre inúmeras pessoas, na maioria para-

banos, exclamava: "A vida do homem público é difícil. Se nomeia os parentes, todo mundo diz: Só se lembra dos seus. Se não os nomeia, todo mundo e mais os próprios parentes exclamam a toda a hora: Tão ruim que nem dos parentes se lembra".

Visitando a Paraíba como Presidente do Ipase:

"Tenho uma imensa dificuldade em prometer, porque sinto ter uma imensa facilidade em cumprir".

Percorrendo o Cemitério São João Batista, no auge de seu prestígio como Presidente do Ipase, interpelado por um oficial de gabinete sobre qual o parente morto que tinha vindo prestar homenagens, respondeu:

"Nenhum. É sempre bom se visitar cemitérios, porque se quebra o rôço".

Na crise do PSD paraibano, com o professor Pereira Lira, Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Ruy Carneiro, tradicional chefe político paraibano, ameaçado a toda a hora de demissão, por manter-se leal ao PSD, negando-se a participar de dissidência, visitava sua mãe, d. Maroquinha, no Hospital dos Servidores. A velhinha foi logo dizendo muito preocupada que estava rezando muito pelo filho para que se saísse bem à frente do Ipase. Alcides Carneiro foi respondendo:

"Reze alto, minha mãe, pois os santos andam muito moucos..."

"A vida não sabe pagar, mas sabe cobrar".

"Deus estava irado quando inventou a paixão".

"Quando os olhos de um homem amortece, alguma coisa na sua alma está agonizante".

"Gosta da simpatia mais do que do amor, porque dela se vive e dela não se morre".

"O exagêro é a mentira reduzida".

"Recordar não é viver, porque recordar é viver de lembrança e viver de lembrança é morrer de saudade".

"A mulher na vida de um homem ambicioso é um estímulo; o homem na vida de uma mulher ambiciosa, um trambôlho".

"Quem foi vicioso é como quem foi doido, está sempre sujeito a uma recaída".

"Há duas formas de favorecer os outros; fazer o bem e evitar o mal".

O ADMINISTRADOR

O poeta, o filósofo, o retratista, o prosador e o tribuno não fazem perder, no político, o administrador. Na Presidência do Ipase, no Governo do Presidente Dutra, entre muitas obras espalhadas por todo o Brasil, destacou-se sobretudo por fazer efetiva a presença do Instituto no funcionalismo público em geral, por todo o Brasil, sem distinção de Estados grandes e pequenos.

Implantou em todos os Estados o serviço médico-social, com uma rede de ambulatórios bem equipados e instruções normativas de auxílio médico-social-assistencial para todas as enfermidades.

De modo especial, com relação ao combate à tuberculose e às medidas terapêuticas, sobressai-se o Ipase, na sua Administração, como a organização que amparava neste campo, de maneira completa, desde o servidor enfermo até a família, esta através de assistência preventiva.

Entre as suas maiores obras de pedra e cal, figuram os edifícios sedes construídos em João Pessoa, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e um no Rio, na Rua Santa Luzia, que os servidores chamavam de brotinho do Ipase. Construiu o Santório de Pocinhos (Campina Grande), o Hospital Alcides Carneiro (Campina Grande — cidade), reformou totalmente o Sanatório de Correias (Petrópolis) e instalou o Hospital dos Servidores do Estado (H.S.E.), hospital padrão A, tipo americano, ainda hoje um centro de pesquisa e que através do seu sistema de médico-residente, propicia por todo o Brasil, uma nova consciência técnico-profissional e espírito de equipe que se faz sentir na assistência prestada a todas as camadas sociais.

De conjunto residencial, no Nordeste e nos Estados e Territórios, fez sentir igualmente a presença do Ipase, além da atuação da carteira imobiliária do Ipase que era uma precursora do BNH favorecendo casa própria aos funcionários públicos em geral.

Realmente, na vida do Ipase, se não foi o maior, poucos Presidentes se igualam a Alcides Carneiro, o poeta, o tribuno e o Administrador.

Para levantar a imagem dos paraibanos que procurei contactar, ao longo das pesquisas realizadas para a feitura de “Presença da Paraíba”, organizei um questionário.

As Perguntas:

Como e porque deixou a Província?

Da vida pública, qual o cargo ou função que mais se ajustou à sua personalidade?

Qual o Presidente da República que mais o impressionou?

Quais os seus momentos mais difíceis e árduos da vida pública?

Da vida pública paraibana, qual a figura que mais se firmou nas suas recordações, como na admiração e no conceito?

Quais as suas preferências literárias?

Há quanto tempo se acha afastado da Paraíba?

Da convivência paraibana, quais os amigos de infância, de colégio e de curso superior que se recorda com afeição?

Dos serviços que prestou à Paraíba e à Nação, quais os que o deixaram realizado?

Evidente que se tratava de um questionário inteiramente opcional. Alguns até nem o responderam e outros preferiram escrever generalizadamente. Re-

cebr de uns *curriculum* apenas, e de outros, cartas. Alcides Carneiro, entretanto, foi um, que respondeu a todas as perguntas, e aqui estão as suas respostas na íntegra:

DEPOIMENTO DE ALCIDES CARNEIRO

— “Dois insígnies paraibanos, de relevantíssima atuação na vida pública brasileira, deram à Paraíba destaque especial permanente, e exerceram sobre mim marcante influência, sobretudo na minha atividade política. Refiro-me a Epitácio Pessoa e José Américo de Almeida. O primeiro, dos albores da República até 1930; o segundo, da Revolução até os nossos dias.

OS GIGANTES

O autor da “Bagaceira” emergiu e projetou-se no cenário nacional, quando os relâmpagos da História recortaram o perfil soberbo de João Pessoa, imposta à posteridade como símbolo de um milagre humano de resistência e altivez. Foi, em 30, Governador-Geral do Norte e Ministro da Viação, com atuação impressionante. Epitácio, ocupou o ápice de todos os Poderes, e incursionou na alta diplomacia, de maneira fulgurante.

Dois estadistas natos. Dois temperamentos diversos. Duas grandezas heterogêneas, ligadas por dois traços comuns à inteligência e a coragem. Ambos impulsivos e voluptuosos da agressividade, por excesso de valentia e vontade de demonstrá-la.

Então dir-se-á eram iguais. Não. Afirmamos que são bem diferentes. O que não sei é explicar como nem porquê. E o que importa agora não é estabelecer confrontos. Demonstrar, por exemplo, ser um mais jurista que literato, e outro, mais literato que jurista.

O essencial é a evidência de que ambos engrandeceram, honraram, enaltecaram a Paraíba terra que sempre se fez respeitar, não obstante representar um exército de muitos generais e poucos soldados, ou talvez por isso mesmo.

LETRAS PARAIBANAS

Dos escritores, tenho minha predileção por José Américo e José Lins do Régio. O primeiro criador de uma escola e dono de um estilo perfeito e inconfundível. O segundo a espontaneidade mais deliciosa da moderna literatura brasileira.

Dos poetas, o incomparável Augusto dos Anjos, que, pelo prazer espiritual que me deu, compensou o mal que me causou à sensibilidade.

E Raul Machado, um Mestre da vida, a quem devo belas lições e de quem tenho uma grande saudade.

E Carlos Dias Fernandes irradiando simpatia e descaso pela opinião dos outros também foi uma das minhas idolatrias. A primeira figura de homem autêntico que conheci. Na sua época, não havia o tipo chamado “autêntico”. Os sujeitos diferentes dos outros, os que ousavam sair sem chapéu, ou sem gravata, se tinham alguma importância eram chamados de “originais”. Se pertenciam à vala comum, eram simplesmente tidos como “adoidados”.

O historiador do meu deleite, que enalteço com admiração e afeto, esse admirável Celso Mariz, o melhor contador da nossa história.

OS HERÓIS

Os heróis da minha orgulhosa exaltação: André Vidal de Negreiros e Peregrino de Carvalho.

Negreiros, colocando os holandeses diante da tática de "terra arrasada", ao incendiar os canaviais paternos.

Peregrino o mártir adolescente, sacrificado por dois amores, de perdição e de salvação: o amor à Pátria e o amor à liberdade.

MONUMENTOS

Os monumentos que venero, por não deixarem o passado morrer: a Igreja de São Francisco — Tesouro de Arte e de Fé, e o velho Forte de Santa Catarina o reservista imortal, que guarda no silêncio das ameias o arquivo de metade da nossa história.

Meu orgulho de hoje; a Universidade Federal da Paraíba, na qual florescem os talentos que representarão a glória do nosso futuro. É um modelo de organização, método e cultura, que honra o Brasil.

DUTRA O HOMEM DA LEI

O Presidente da República que mais me impressionou: o Marechal Eurico Gaspar Dutra, um apaixonado da lei, defensor intransigente da Constituição, Governante a um tempo, dócil e inflexível, manso como um cordeiro, bravo como um jaguar. Deu ao Brasil a energia de Paulo Afonso. Sua popularidade começa quando a dos outros acaba, isto é, com o término do mandato. E ele soube conservá-la até o fim. Era reconhecido e aplaudido nas ruas por gente de todas as idades e condições.

Adorava as crianças e era correspondido na sua ternura.

Sempre frisou que, no seu Governo, nunca cedeu a pressões. Fez o que achou que estava certo, tranquilamente, como se cumprisse um simples dever.

Um exemplo de homem e de estadista.

Quando morreu, aos 90 anos, teve um funeral exaltador, digno dos varões imortais.

Permanece na memória do povo, em cujo coração viveu.

Guardo na alma, como num sacrário, a lembrança das visitas que lhe fazia, durante mais de 20 anos, quase diariamente.

A INTIMIDADE

O amigo mais chegado, na intimidade e na constância, chama-se Fernando Nóbrega.

Companheiro da adolescência e dos bancos acadêmicos, "súditos" sempre da mesma "república", nunca uma palavra áspera, um gesto de enfado, o mais leve choque, toldou um convívio afetuosos, ameno e divertido.

Na política, militando sempre em campos opostos, as desavenças em nenhuma ocasião nos separaram.

É o confidente que elegi para as horas amargas.

Estamos envelhecendo juntos. Tenho certeza de que nenhum dos dois deseja que o outro vá primeiro.

Nossas conversas são conversas de jovens, para enganar a velhice e não pensar na morte, a que ele tem pavor, e eu nem sequer respeito.

Daí nossa única diferença.

Outro, que está no mesmo nível da intimidade e do afeto: Gratuliano Brito, também companheiro de “república”, e que, aos 27 anos de idade, governou a Paraíba, como Interventor Federal.

PASSADO DAS FRONTEIRAS ESTADUAIS

Deixei a Província, em busca de outras possibilidades.

Logo após a Revolução de 30, o posto que me ofereceram estava ocupado por outro havia anos.

Entrei no cenário nacional, como administrador e parlamentar, por força das circunstâncias ou, talvez, do destino.

O cargo que mais me apaixonou, pelos serviços que pude prestar à coletividade, e, em particular, à Paraíba, foi o de Presidente do Ipase.

Além do Edifício-Sede, que foi, durante algum tempo, o mais importante da capital, construí o Hospital de Campina Grande e o Sanatório de Pocinhos.

Acrescento a construção de conjuntos residenciais, em diversos pontos de João Pessoa.

Em quase todos os Estados, deixei um traço da minha administração, que se orgulha de ter implantado, no Rio, o Hospital dos Servidores do Estado, nosocômio de categoria universal.

Não posso dizer que tenha passado por momentos difíceis ou árduos da vida pública.

Tive muitos percalços, o que é comum na vida do homem público.

NUNCA AUSENTE DA PARAÍBA

Afastado da Paraíba, nunca estive. Tenho estado ausente, mas ao mesmo tempo presente, pelo coração, pelo espírito, sobretudo pela dedicação.

Nasci em Princesa, hoje Princesa Isabel. Nutro mais ternura pelo nome anterior.

“Tem fidalguia própria”

CURRICULUM

DOUTOR ALCIDES VIEIRA CARNEIRO

HISTÓRICO: N. Paraíba, em 11 de junho de 1906, nomeado Ministro por Decreto de 2/2/66 – Do de 3/2/66; posse e exercício em 7/3/66. Eleito Vice-Presidente para o biênio 1969/1970 em sessão de 24/3/1969.

CURSO: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1926.

CONDECORAÇÕES: Grande Oficial da Ordem Nacional do Cedro (Líbano); Ordem de Koeller (Petrópolis), “Cidadão Carioca”, decisão unânime da Câmara de Vereadores do antigo Distrito Federal; “Cidadão Campinense”, decisão unânime da Câmara Municipal de Campina Grande – Paraíba; “Cidadão de João Pessoa”, decisão unânime da Câmara de Vereadores de João Pessoa; Membro da Academia Paraibana de Letras; Membro da Federação da Academia de Letras do Brasil; Sócio Honorário do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Brasil; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval e Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico; Diploma de Honra ao Mérito do Sindicato dos Advogados da Guanabara; Medalha “Estácio de Sá”, do Governo do Estado da Guanabara no grau de Grã-Cruz; Medalha de Reconhecimento, do Governo do Estado da Guanabara; Membro da Academia Carioca de Letras.

CARGOS E COMISSÕES ANTERIORMENTE EXERCIDOS: Interventor do Município de Itápolis (SP) Inspetor de Ensino Secundário (DF); Procurador da República (ES); Advogado da Polícia Militar do Distrito Federal; Curador de Massas Falidas do Ministério Público do Distrito Federal; Curador de Menores e Curador de Família; Presidente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE); Deputado Federal pela Paraíba; 13º Procurador da Justiça da Guanabara; Pertenceu à Ordem dos Advogados do Brasil; Representou a Paraíba no Congresso Nacional do Ministério Público (SP); Representou o Brasil como Deputado Federal, na Conferência Interparlamentar de Istambul, em 1951; Representou a Guanabara no IV Congresso Interamericano do Ministério Público, no México, em 1963; Delegado Suplente do Brasil à XIX Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1964; Presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

Neste livro, 5 personagens se iniciaram em cargos executivos, colhidos pelo espírito seletivo de Argemiro de Figueiredo, na escolha de seus auxiliares de Governo, nos anos de 1935 – 1940:

Oswaldo Trigueiro, Prefeito de João Pessoa

Ernani Sátiro, Chefe de Polícia e Prefeito de João Pessoa

Vergniaud Wanderley, Prefeito de Campina Grande e Secretário de Viação e Obras Públicas

Raul de Góes, Oficial de Gabinete e Secretário de Governo

Fernando Nóbrega, Prefeito de João Pessoa.

Daí para frente, cada um teve o seu vôo próprio a diferentes páramos, o que revela o acerto no processo de escolha do primeiro Governador constitucional da Paraíba, depois de 1930.

Aliás, de Argemiro de Figueiredo também é o convite o então 2º tenente Ernesto Geisel teve para continuar Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, cargo que vinha exercendo na Interventoria Gratuliano de Brito. A não aceitação do convite não anula o gesto, nem o senso de seleção de Argemiro de Figueiredo.

E se sabia ele cercar-se de gente de futuro com qualificação alta e que o tempo se encarregou de confirmá-la, melhor ainda a sua situação na vida pública. De 1930 a 1970, quarenta anos ininterruptos, atuou destacadamente, fazendo sua iniciação política como Deputado Estadual. Daí passou a Secretário do Interior e Justiça, quando da investidura de Gratuliano de Brito na interventoria Federal da Paraíba.

Sua caminhada é célere e logo é eleito para Governador do Estado, no período constitucional que se abria, apagadas as labaredas de 1930.

Com a interrupção do processo democrático, em consequência do golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937, confirmado era Argemiro de Figueiredo no cargo de dirigente do Estado, mas como interventor Federal. Em 1940, problemas políticos provocam o seu afastamento de Interventoria. Voltava à sua banca de advogado, em Campina Grande. Velho guerreiro em repouso, mas sempre de antenas políticas abertas aos quatro cantos do mundo, à espera da oportunidade de novos comandos.

A redemocratização, em 1945, encontra-o preparado para as pelepas cívicas e, com Ernani Sátiro e João Agripino, lidera a UDN, elegendo-se Deputado Federal.

Apesar de derrotado por José Américo, em 1950, para o Governo do Estado, foi esta campanha o seu teste maior, para o espírito de luta, para a sua capacidade de arregimentação para a sua formação de homem público. Participara de uma das mais vibrantes campanhas eleitorais já travadas na Paraíba e enfrentara um titã: José Américo. Teve coragem em competir, teve disposição de lutar, teve serenidade em poder.

Como, em política, não há derrotas nem vitórias eternas, não ensarilhou as armas e até insucessos municipais não lhe abateram o ânimo, quando perdeu a Prefeitura de Campina Grande, num memorável pleito eleitoral. E tanto é assim que, já em 1954, Argemiro de Figueiredo elegia-se Senador Federal, reelegendo-se mais tarde, em 1962, para um novo mandato que expirou em 1970.

Sua passagem pelo Senado Federal foi das mais movimentadas, participando das suas principais refregas e se firmando nacionalmente.

De formação democrática, rigorosamente democrática, era, à frente do PTB paraibano, o líder mais moderado de todas as unidades federadas, colaborando com o Presidente João Goulart com firmeza mas com parcimônia política, entre conselhos prudentes e debates públicos bem orientados.

Era, no Senado Federal, apesar da sua linha emedebista, respeitado e admirado pelos líderes arenistas, com os quais mantinha convívio estreito e muito útil ao equilíbrio de atitudes comedidas e construtivas, como personagem de oposição.

Prova exuberante desta posição que mantinha na Câmara Alta, foi o "placet" do Presidente Médici ao acordo quase firmado entre Arena e MDB para a composição de uma chapa única, nas eleições de 1970. Acordo que foi por água abaixo, em face do voto do deputado Humberto Lucena, que insistiu na luta, da qual surgiram eleitos para o Senado Federal, Domício Gondim e Milton Cabral, derrotados Argemiro de Figueiredo, em mais uma tentativa de reeleição, e o próprio Humberto Lucena.

Retirado em sua Fazenda de Itararé, Argemiro de Figueiredo está sempre cercado de simpatia e de estima de conterrâneos que o visitam e dele estão sempre usufruindo conselho e orientação.

Luís Pinto, em "Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba", registra números infalíveis. Foi Argemiro de Figueiredo um Governo

de saldos orçamentários, apesar da massa de obras realizadas.

Sobre este admirável peleador político, a sua própria fala, na Câmara dos Deputados, defendendo-se de adversários na época e hoje seus amigos, José Joffily e Janduy Carneiro (este falecido recentemente), é verdadeira:

“A minha vida pública, sem temer contestações, pode ser contada em poucas palavras. Concluindo o meu curso de direito em minha terra natal, escritório de advocacia; e esse foi o começo de minhas atividades — as classes proletárias dali para os seus direitos, interesses e aspirações. Fundei as primeiras sociedades operárias em Campina Grande. A elas ofereci os meus serviços profissionais anos seguidos sem remuneração de espécie alguma. Mais tarde, com esse idealismo natural de todos que saem da Faculdade de Direito, sentindo a necessidade da regeneração dos nossos costumes políticos, incorporei-me ao movimento de Nilo Peçanha e Seabra, filiando-me à Reação Republicana. Lutei então na tribuna e na imprensa. Tempos depois, corta o programa da Reação Republicana, com a derrota do candidato que apresentara à Presidência da República, tivemos, iniciado em São Paulo, talvez o primeiro movimento da organização do partido nacional: os Prado, daquele Estado, fundavam o “Partido Democrático”. Idealista sincero, sentindo como disse, a necessidade de novos rumos na prática da Democracia, filiei-me ao Partido Democrático, fundando-o na Paraíba ao lado de João da Mata e Octacílio de Albuquerque.

Depois veio o movimento da Aliança Liberal, e o meu partido, dada a identidade do programa e da ideologia, filiou-se à Aliança. Foi nessa época que passei por um dos maiores constrangimentos da minha vida pública. Em minha terra, o meu velho pai, jungido por compromissos partidários, com o partido perrepista, e eu me encontrava na situação dolorosa de decidir ante o dever de solidariedade a meu próprio pai e o dever político de acompanhar o partido a que me filiara. Decidi-me pela honra dos compromissos partidários.

O meu pai foi à luta, a mais terrível que se deflagrou na Paraíba. Homem forte, indômito, que tinha a lealdade política como lema da vida pública lutou com fidelidade ao lado do perrepismo e eu, honrando seu nome, lutei ao lado da Aliança Liberal.

Passada a luta de 1930, era eu convidado para Secretário do Interior e Justiça do governo do interventor Gratuliano Brito. Cabia-me, portanto, a tarefa de nuclear as forças políticas do Estado. Tinha se criado uma afinidade tão grande, tão indestrutível entre os partidos que se haviam envolvido na luta da Aliança Liberal no meu Estado, que era impossível separá-los. Tinham desaparecido os vínculos das organizações partidárias.

Era mister, para não quebrar os compromissos assumidos pelos homens públicos, pelos chefes das correntes eleitorais, a fundação de nova organização, em que todos se incorporassem sem indignidade, sem infidelidade às obrigações partidárias contraídas.

Fundamos, então, o Partido Progressista da Paraíba. Assumi a presidência efetiva, cabendo a chefia suprema ao mentor dessa organização partidária — o Sr. José Américo de Almeida. Em 1935, para conciliar interesse no ponto de vista político-partidário, no seio do meu próprio partido, era meu nome apresentado para governador do Estado. Eleito e empossado, a primeira preocupação foi bater-me e o fiz ininterruptamente — contra ódios e ressentimentos. A luta de 1930 dividira a família paraibana. De um lado, víamos o elemento perrepista insulado, isolado da maioria do povo, como que merecendo dela a execração. Do outro, a Aliança Liberal vitoriosa, dominante. O culto à memória do grande presidente João Pessoa atingia ainda a esse tempo, quase às raias do fanatismo! Não poucas vezes assistíamos senhoras paraibanas curvando-se nos joelhos e acendendo velas junto ao monumento do inescutível estadista, que erigimos na praça principal da Capital do Estado, fazendo promessas dessas que se dirigem aos santos.

Meu programa, no governo, era de trabalho. E governar em um clima assim, com a família paraibana dividida e subdividida, cheia de rancor e ódio, era quase impraticável — ambiente impróprio para quem ameaçara como eu plano de ação dinâmica, continuidade tenaz. Tive então oportunidade, como passo preliminar de pacificação dos espíritos, de dizer em minha plataforma de governo:

“Só poderemos vencer esquecendo os erros e os desvios de outrora, os ódios que dividem, as vinganças que destroem, as lutas que enfraquecem, as divergências que esterilizam”.

Encontrei o Estado com um patrimônio conquistado pelo esforço administrativo de todos os governos que me antecederam, desde os tempos imperiais, com um patrimônio líquido de 35 milhões, 668 mil cruzeiros e fração, e o elevei após 5 anos e pouco de governo para 102 milhões, 475 mil cruzeiros e fração. Poderia esclarecer numa síntese também que só em obras públicas deixei no meu Estado cerca de 60 milhões de cruzeiros.

Meu primeiro cuidado foi o de fomentar, desenvolver a política econômica da Paraíba. Na época, a Paraíba era um Estado monocultor. Da política de produção encetada, o volume das culturas já existentes e as novas começaram a rivalizar com o algodão — o seu principal produto.

A cana-de-açúcar, a mamona, o arroz e batatinha, logo passaram a dar maior densidade à economia paraibana.

Para não ser prolixo, basta dizer que, em 1934, 170 máquinas agrícolas existiam no Estado. Logo este número atingia 2.857 máquinas, com a cooperação da Inspetoria de Plantas Têxteis do Estado.

Felizmente tivemos a sorte de ver a balança comercial do Estado acusar os seguintes resultados: em 1935, exportávamos mercadorias no valor de

Cr\$ 167.365.000,00 e importávamos Cr\$ 112.229.000,00. Nos anos seguintes, até 1940 era notável o volume da exportação sobre a importação, a ponto de termos no quadriênio de 35 – 38, um saldo de 101.000 toneladas correspondentes a Cr\$ 147.530.000,00. Já em 1939, último ano de nossa administração, exportamos mercadorias no valor de Cr\$ 164.171.000,00, e importamos apenas Cr\$ 62.784.000,00, verificando-se num só ano, o saldo animador de Cr\$ 101.386.000,00.”

E para concluir todo este depoimento, as palavras de um adversário, na época, o saudoso deputado Janduhy Carneiro, encerrando o debate, consagram Argemiro de Figueiredo:

“O fato de discordar de alguns atos da administração do Governo Argemiro de Figueiredo não me impede de reconhecer que realmente deixou S. Excia. o patrimônio do Estado enriquecido, sobretudo com o Saneamento da Cidade de Campina Grande, obra de grande alcance social”.

Vê-se, assim, que não é de graça nem de sorte, nem fruto de demagogia, o prestígio de Argemiro de Figueiredo na vida paraibana, onde sua presença é uma constante de 1930 a 1975.

Fez por onde. Fez pelo Estado. Fez pelos seus conterrâneos. Foi administrador, como sempre foi.

Ao concluir este perfil, voltamos a fixar a boa mão de Argemiro de Figueiredo na formação de sua equipe de Governo.

Se não bastassem os paraibanos citados e que são personagens deste livro, para qualificá-lo, um outro exemplo temos, com a escolha do Professor Raimundo Muniz de Aragão para Diretor do Departamento de Saúde do Estado.

E, Muniz de Aragão, foi o Ministro da Educação e Reitor da Universidade do Brasil.

Pimentel Gomes, seu Diretor de Fomento Agrícola, deixou nome na imprensa, no Ministério da Agricultura e na Ciência agrícola.

Buscou até na inteligência e imaginação criadora de Lauro Montenegro, um Secretário de Agricultura do seu Governo, projetando o Estado no campo federal de administração.

Quem melhor escolhe, melhor colhe, daí Argemiro de Figueiredo ser legenda entre paraibanos ilustres e que deram “Presença da Paraíba no Brasil”.

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

“O que se aprende no meio dos flagelos:
que há nos homens mais coisas a admi-
rar do que coisas a desprezar”.

(Albert Camus)

Venho de um tempo em que um General não era figura comum ao meio. Não só porque fiz toda minha vida pública na Paraíba, tendo como base a cidade de João Pessoa, onde o antigo 22^oBC era comandado por Coronel e, às vezes, até Major, como porque um General reunia em torno de si uma aura que o tornava inacessível ao próprio meio civil.

Lembro-me que, certa vez, junto com o meu irmão Aderbal Jurema, preparamo-nos, como o fizeram inúmeros outros estudantes, para ver chegar um General, a bordo do transatlântico Gelria. Era o General José Pessoa, na década de 30. Tínhamos entre 15 a 16 anos. De outra feita, vi passar em frente à Faculdade de Direito do Recife, no Parque 13 de Maio, o General Sotéro de Menezes, como mais tarde vira de relance o General Manoel Rabelo.

Em 1940, no meu casamento, como padrinho da solenidade, chegara a João Pessoa, o General José Pessoa, Inspetor de Cavalaria do Exército. Houve intensa movimentação, toda a gente queria ver de perto um General e paraibano de Cabaceiras. A Igreja das Mercês se encheu, mais por esta curiosidade e entusiasmo, do que mesmo para ver os nubentes.

Quando da Segunda Guerra, em João Pessoa, habituara-me com a figura humana e popular do General Boanerges Lopes de Souza, comandante da Brigada de Infantaria, a quem acompanhei como redator de A União e Imprensa Oficial, nas suas inspeções às guarnições que vigiavam o litoral paraibano da Baía de Traição a Pitimbu.

O General Pedro Aurélio de Góes Monteiro quebrou este tabu e mantinha a sua casa cheia de civis, entre políticos e jornalistas, mantendo-se nas primeiras páginas dos jornais quase que diariamente, com entrevistas e pronunciamentos que motivavam discussões e até polêmicas.

O Ex-Presidente Eurico Dutra, cuja residência foi sempre uma Meca para civis e militares, imprimia a todos respeito e admiração.

A Escola Superior de Guerra, que cursei durante 3 meses e não mais, em face de, como líder de maioria no Governo Juscelino Kubitschek, ter compromissos em Brasília, ao tempo do Comandante General Dalton Fabrício, inaugurou uma convivência sadia, entre os seus altos objetivos culturais e estratégicos. Nívela civis e militares nas bancas de estudo e nos grupos de trabalho. Hoje, sob o comando do General de Exército Walter de Menezes Paes, prossegue no mesmo ritmo.

O seu comandante é um soldado e cidadão, apesar de rígida formação militar, um homem do diálogo e da melhor convivência social e cultural. A Adesg (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) amplia este convívio pelos Estados, com cursos rápidos nas principais cidades que alcançam a maior penetração no meio civil.

No Senado Federal já havia visto e participado do melhor ambiente com a presença de Filinto Muller, Magalhães Barata, Onofre Gomes, Juracy Magalhães, Pinto Aleixo, Oscar Passos, Napoleão Alencastro, Suplente de Senado e, vez por outra, assumindo em substituição ao Senador Ruy Carneiro, pude experimentar, de perto, a transformação desses ilustres militares que, através de discursos e apartes, apresentavam-se ao grande público sem qualquer distinção, despertando interesse, aplausos e admiração. Civis e militares se entrosavam muito bem no Senado Federal, tanto na elegância dos debates como na profundidade, ao longo dos mais acalorados debates.

Mesmo assim, aqui e ali, misturavam-se na vida civil, quer nos clubes de João Pessoa ou do Recife, quer nas sociedades literárias, militares de patentes diversas. Lembro-me, por exemplo do Tenente Oliveiros Litrento que encontrava folga no quartel para freqüentar a Faculdade de Direito do Recife, com atuação cultural das mais assíduas no Diretório Acadêmico, no Centro Martins Junior e na revista "Universidade". Hoje é uma das figuras de nossas letras e, ainda recentemente, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras com a sua "História da Literatura Brasileira", em 2 volumes.

Remotamente, lá por 1912, o General Liberato Bittencourt, por onde servia, conseguia folga dos rigores da caserna, para melhor conhecer o meio civil. São seus, livros ainda hoje da maior oportunidade para consultas: "Paraibanos Ilustres" e "Sergipanos Ilustres". Muitas páginas de Liberato Bittencourt me trouxeram elementos para o levantamento da vida de grandes paraibanos do passado.

CONVIVÊNCIA CIVIL

Não surpreende, pois, que o General Aurélio de Lyra Tavares se bacharele em Direito, em 1929, pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e

se diplome em Engenheiro Civil, em 1930, pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil. Como não surpreende também ter-lhe sido conferido pela Congregação da então Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o prêmio "Rio Branco".

Apesar de nunca ter exercido cargo civil, dedicando-se exclusivamente à vida militar, a partir de 1925, quando declarado aspirante, passando por chefia de missões militares no estrangeiro, Diretor de Comunicação do Exército, Chefe do Estado Maior do I Exército, Comandante do IV Exército, Chefe do Departamento de Produção de Obras, Comandante da Escola Superior de Guerra e Ministro do Exército, apesar desta folha de serviço exclusivamente.

UM GRANDE SENHOR NOS DEIXA

Lembro-me da satisfação com que seus colegas de imprensa e eu próprio vimos fundir como a neve ao sol, em 1970 — ao termos o primeiro contato com o "interessado" — a prevenção que nos havia sido inspirada por informações verdadeiramente deturpadas.

Com efeito, quando esperávamos encontrar um ilustre "centurião" na pessoa do novo Embaixador do Brasil na França, no General Lyra Tavares, de quem não conhecíamos mais do que o brilhante passado militar, descobríamos o mais culto e eloquente não só dos generais, mas também dos Embaixadores de alta qualificação e experiência.

E foi com alegria que nele percebemos a influência que o amor e o comércio das letras e das artes — é membro da Academia Brasileira de Letras — exerceu sobre esse espírito aberto a tudo o que é belo e de mérito militar igualmente brilhante.

Em Paris, o Embaixador que, dentre as grandes qualidades que o caracterizam possui a de saber cercar-se de colaboradores de valor excepcional, serviu magnificamente ao seu país — como na Itália, por ocasião da Segunda Grande Guerra.

Para a França o Embaixador será sempre "o homem da nova Embaixada" do Brasil. Com efeito, o Embaixador Lyra Tavares, compreendendo a importância do papel que o Brasil de hoje deve desempenhar no mundo e, particularmente na França, país ao qual é ligado por tantos laços, conseguiu, sobretudo graças à grande influência de que goza em seu país, — onde ocupou os mais altos cargos políticos — que o Brasil seja representado em Paris por uma Embaixada que materialize para o francês esse país latino, cuja população já vai além dos 100 milhões de habitantes e no qual muitos vêm um novo Eldorado.

Ao partir, o General Lyra Tavares deixará a seu sucessor e a seu país um magnífico instrumento de trabalho, admiravelmente preparado para exercer sua função, que é a de servir aos interesses do Brasil, instrumento cuja execução foi por ele próprio dirigida e fiscalizada, até os mínimos detalhes.

E, ao admirarem os magníficos e funcionais arranjos dessa maravilha que é a nova Embaixada do Brasil, todos associar-lhe-ão a lembrança do seu funda-

dor, um Grande Senhor que, em tempo de paz, como em tempo de guerra, na Itália, como no Rio e em Paris, revelou-se um grande servidor do Brasil.

E não poderíamos terminar esse “adeus” ao General, sem evocar a silhueta elegante e reservada da Senhora Lyra Tavares, em cujo encanto e bondade o General encontrou o apoio necessário para alcançar grande parte do seu equilíbrio perfeito e da sua benevolência.

RETORNO AOS LIVROS

Deixando a Embaixada em Paris, entre homenagens de respeito e admiração, recolheu-se à sua casa na Rua Inhangá, que é toda uma biblioteca, onde os problemas militares se misturam com história e literatura.

Eisenhower, quando regressou da Europa, aureolado pelo mundo como herói universal, guardou a espada, entre as condecorações de guerra, assumindo a reitoria da Universidade do Colorado, de onde mais tarde o foram buscar para dirigir a grande Nação Americana. Já a ele tinha dado os melhores anos de sua vida, de sua inteligência e dos seus conhecimentos, desde os bancos escolares de *West Point* até as barrancas da África, às escarpas sicilianas e às longas horas do mais longo dia da história, na Normandia.

É hoje, Aurélio de Lyra Tavares, membro da Academia Brasileira de Letras, passando ali os seus momentos mais tranquilos, sem aparelhos de segurança que o deixam livre para uma ambiência intelectual constante e altamente sadia.

Confesso a minha surpresa, quando da primeira visita à residência do General — Embaixador, deparando-me, no hall, apenas com crianças em lazer constante, que de sorriso aberto foram logo me indicando o andar de sua morada. Não havia guardas nem mesmo discretos policiais. Estava ali à mão, um homem que passou por grandes e difíceis momentos neste País, mas mesmo assim, não tinha nada a temer e nem mesmo do que temer, pois havia sabido cumprir todas as missões que lhe foram conferidas, com a sabedoria dos que lêem e com o apuro e a correção de uma formação militar e civil, que estruturara uma personalidade que o Poder e a Glória não alteraram nem modificaram no seu prumo moral.

Como dizia Montgomery, na sua autobiografia, “O Poder não sobe a cabeça dos ingleses, recebem-no com modéstia, perdem-no com resignação”, assim acontecera a Aurélio de Lyra Tavares.

Ainda da sua passagem pela França, há a assinalar que a *Revue des Deux Mondes*, de repercussão nos círculos intelectuais franceses, sempre publicava artigos seus, como era membro do Júri que premiava as obras melhores produzidas por diplomatas residentes em Paris — “Prix des Ambassadeurs”.

Colaborador de *Le Figaro*, aparecia não como um embaixador a mais no grande centro do mundo, mas como homem de idéias para quem o debate era sempre uma festa de cultura e de compreensão histórica, social e ideológica.

Visitado e visitando, em contato com o mundo diplomático, com a imprensa francesa e correspondentes estrangeiros, com políticos e intelectuais, como ainda em estreito contato com os seus colegas da Academia de Letras de França, Aurélio de Lyra Tavares deixou, ao seu sucessor, uma outra imagem do Brasil, já em condições de ser manipulada no campo econômico financeiro, por quem para lá foi com bagagem bem carregada de conhecimento e de vivência no campo: Delfim Netto.

SOLDADO E CIDADÃO

Na conferência que pronunciou em 1965, no Regimento de Obuzes, em comemorações da Semana do Exército, definia a sua própria personalidade — “Na franqueza com que deve e costuma sempre falar um soldado de quase meio século de vida militar, e que, nem por isso, deixou de ser, em momento nenhum, antes de tudo um cidadão, e um cidadão comum, como é, graças à formação democrática em que nos educamos, o caso geral de todos os soldados do Brasil”.

No comando do IV Exército, sem se absorver só e exclusivamente com as suas altas e permanentes responsabilidades de garantir a ordem e a lei, mergulhou no estudo do Nordeste, nas causas, nos fatores e nas motivações que ciclicamente o transformaram em zona social vulcânica, desde os tempos coloniais.

CONHECEDOR DO NORDESTE

Em conferência pronunciada no Rio e publicada em plaquete pela Imprensa Oficial do Estado, também em 1965, analisando aspectos políticos, econômicos e psicossociais do Nordeste, o General — Embaixador revela curiosidade e interesse de sociólogo, descrevendo toda a Zona da Mata, alcançando o Agreste e por fim o Sertão. Definindo as suas características ecológicas, observando as atividades econômicas e conceituando como problema básico do Nordeste a luta do homem pela sua subsistência, o então comandante do IV Exército diz com propriedade e segurança:

“O padrão médio de vida do trabalhador nordestino é dos mais baixos do mundo. O fenômeno se agrava pelo alto índice de crescimento demográfico. O homem nordestino já representa uma vitória sobre o meio hostil, agravado pelas condições socialmente injustas a que é relegado.

Já aí se encontram, sobretudo em face do contraste da miséria com a opulência egoística e indiferente, fatores potenciais de inquietação social. E esta terá que ser corrigida nas suas causas, para que não seja explorado, como instrumento da desordem, nos seus efeitos.

Pela debilidade e pelos pontos de fricção de sua estrutura social, sujeito a tensões próprias ou provocadas, o Nordeste é apontado como centro principal de preocupação, como área das mais vulneráveis do mundo demográfico ocidental.

Sob tal aspecto, o problema do Nordeste cresce de relevância pela signifi-

cação político-militar da sua posição geográfica no quadro da defesa do Continente.

Dentro do Brasil, ele deve ser considerado nas suas peculiaridades de área em que mais se afirma o sentido de agrupamento caracteristicamente regional, a despeito das migrações forçadas a que estão sujeitos os seus habitantes.

Foi, contudo, o Nordeste, pela atração das suas riquezas e da sua posição geográfica, uma das primeiras regiões brasileiras povoadas pelos europeus.

A estrutura social em que se estabeleceram as bases da exploração da monocultura canavieira criou raízes muito profundas. E, apesar dos privilégios e das injustiças sociais que ela encobria, a classe dominante não consentiu nunca em, pelo menos, atenuar os chocantes conflitos entre o capital e o trabalho que, já de há muito tempo, perturba a paz social do Nordeste.

O privativo quadro do Brasil Colônia resistiria, assim, a todas as solicitações do progresso social, ao mesmo passo que o problema das secas sempre foi um desafio da natureza à integração e ao progresso das populações da terceira parte do território nacional”.

E prossegue o General Aurélio de Lyra Tavares na sua análise fria, contundente e séria, do problema nordestino, menos como um comandante de tropa e muito mais como um sociólogo e homem de Estado, para firmar-se com otimismo:

“A verdade é, porém, que essa mentalidade perniciosa começa a ceder e a ser substituída por uma compreensão construtiva do problema, ante a firmeza da política do atual Governo, através da infra-estrutura que se está estabelecendo, com base principal em poderoso sistema de energia e transporte”.

O NORDESTINO, O GRANDE INJUSTIÇADO

Corajosamente proclama:

“Dentro desse quadro, o homem do interior nordestino, na sua perseverança e na sua conformação, ainda é o grande injustiçado. Tudo lhe é difícil. Faltam-lhe além disso, motivação e estímulo para o trabalho, porque, inclusive, encontra dificuldades em ter acesso à educação e à instrução. A presença e a ação da autoridade só lhe chegam em regra, no interior longínquo, falta de comunicações e de assistência, nos seus aspectos e impopulares, em que lhe aparecem, também, os representantes do poder econômico”.

Nem em vésperas de eleições, verdades são ditas com tanta propriedade, sobressaindo-se a responsabilidade do seu autor que bem exprime uma mentalidade, bem revela um alto senso de percepção dos fenômenos sociais, bem se manifesta como um Homem de Estado que não se deixa envaidecer nem enganar pelas louvações de que adoram governantes e desprezam governadores!

Se não tivesse descido das alturas do Comando do IV Exército, não tivesse aproveitado as viagens de inspeção de tropas para sentir uma realidade ambiente, se não tivesse desprezado relatórios puramente oficiais para proce-

der ou mandar proceder pesquisas do meio social e econômico, esta contribuição ao estabelecimento de uma segura política em favor do desenvolvimento do Nordeste não iria chegar aos Conselhos de Governo. De sua autoridade, de sua responsabilidade, de suas funções militares, surge a fala para ser ouvida, pesada e sentida. Pena é que se tenha limitado a uma modesta plaquete que não deve ter circulado pelas universidades e nem lida por um público, mas na verdade deve ter chegado onde deveriam sempre chegar depoimentos exatos, sérios, sóbrios e honestos.

VERSATILIDADE POLÍTICA, INTELLECTUAL E PROFISSIONAL

Neste livro, em que se procura realçar aqueles paraibanos que participaram dos primeiros escalões de comando, na Colônia, no Império e na República, há que salientar neste esboço biográfico do General Aurélio de Lyra Tavares, a sua versatilidade no bom sentido, tanto profissional como intelectual e político.

Por isso mesmo a sua bibliografia é numerosa e variada.

Tanto escreve sobre a "Arma de Engenharia — Capítulo da FEB", como faz reportagem conscienciosa sobre os "Quatro Anos na Alemanha Ocupada", analisa a "Política do Petróleo", faz a "História da Arma da Engenharia", aprofunda-se na "Soberania e Domínio do Estado, no Território Nacional", expõe "Impressões sobre a África do Norte", aprofunda-se nos problemas de "Transportes e de Tele-Comunicações e a Segurança Nacional", dedica-se à "História do Exército Brasileiro", mantém o Senado Federal sob emoção cívica abordando tema quase que exclusivamente técnico, "Efetivos Militares" e ainda vive e revive intensamente as relações franco brasileiras, no seu último livro "Régarde sur 5 siècles-France-Brésil-1973".

Aliás, faceta bem curiosa e forte de sua figura, há demonstrado nos debates na Câmara Alta, respondendo com propriedade, conhecimento, "savoir faire" e brilho, numa improvisação bem construída, apartes constantes de Senadores da categoria de Mário Martins, Vasconcelos Torres, Ruy Carneiro, Arthur Virgílio, Aurélio Viana, Daniel Krieger, Filinto Muller e Mem de Sá.

Confirmava, Aurélio de Lyra Tavares, com a sua presença no Senado Federal, o canto de Castro Alves:

"Não cora o livro em se ombrear com o saber, nem cora o saber em chamá-lo de irmão".

A PARAÍBA, "ANTRO DE ÁGUIAS"

Em "História da Arma de Engenharia — Capítulo da FEB", o General Lyra Tavares, na dedicatória à Universidade da Paraíba, ajusta-se de corpo inteiro aos objetivos deste livro.

Destacando paraibanos da engenharia nacional e figuras da FEB, impôs-se sua transcrição, para goáudio dos leitores e orgulho de todos os conterrâneos.

Diz, Aurélio de Lyra Tavares:
"Este meu terceiro e último livro sobre a História da Engenharia Militar, no Brasil, eu dedico, de acordo com o que havia prometido, à Universidade Federal da Paraíba, em homenagem aos estudantes da minha terra natal.

De tanto estudar, através dos anos, a vida e os feitos dos nossos engenheiros militares, pude me dar conta de que, também quanto às grandes figuras de engenheiros militares que destacaram a Paraíba no cenário nacional, na paz, como na guerra, podem ser aplicados os termos da despedida de Castro Alves a Maciel Pinheiro, quando este partiu da Paraíba para a Campanha do Paraguai: "Partes, amigo, do teu antro de águas".

Porque foi partindo desse "antro de águas", batismo dado por Castro Alves à Paraíba daqueles tempos, que alçaram vôo e se projetaram, como figuras de primeira grandeza, na história da nossa Engenharia Militar, paraibanos do porte de Henrique de Beaurepaire Rohan, Governador da nossa terra (1857 a 1859), Ricardo José Gomes Jardim, também Governador da Paraíba, em 1845. E o grande herói do combate da Ilha da Redenção, Francisco Antonio Carneiro da Cunha, a quem se deve, aliás, a "História dos Heróis Paraibanos na Campanha do Paraguai".

Carneiro da Cunha, autor desse precioso documento, foi, sem dúvida, um dos paraibanos que mais honraram o nome da sua terra e mais exaltaram a Engenharia Militar do Brasil, na guerra do Paraguai, como herói da luta decisiva da passagem do Rio Paraná, quando as forças de Osório abriram as portas do território inimigo ao exército aliado.

Depois da vitória da Ilha da Redenção, quando Vilagran Cabrita redigia, dentro de uma chata, a parte oficial do combate, uma granada do forte de Itaipuru arrebentou no local exato em que ele se encontrava com Alferes Woolf e o Tenente Carneiro da Cunha, apenas escapando da morte este último, que regressou da guerra, mutilado e glorificado, para mesmo assim, tornar-se, por concurso, um dos grandes mestres da Escola Politécnica e da Escola Militar da Corte, comissões em que continuou a servir à nossa Engenharia, com excepcional brilhantismo, tanto no magistério e na técnica, como na pesquisa científica.

A Engenharia do nosso Exército, herdeira das glórias e do prestígio que a consagraram nos tempos do Império, aparece nas páginas deste livro sobre a sua atuação no Teatro de Operações da Itália, à altura das suas tradições e do seu renome.

E a Paraíba está, também, ligada à História da Força Expedicionária Brasileira, em cujas fileiras figurou um apreciável contingente de 1497 paraibanos, conforme assinala o Marechal Mascarenhas de Moraes ("A FEB pelo seu Comandante"). Nele se incluem, ao lado de numerosos oficiais, o próprio Chefe do Estado Maior, Coronel Floriano de Lima Brayner e o Comandante do glorioso 11º Regimento de Infantaria, o Coronel Delmiro Pereira de Andrade.

Tais são os motivos, aliados às razões naturais, de caráter afetivo, que me levam a dedicar o presente trabalho à Universidade Federal da Paraíba”.

O REPÓRTER, JORNALISTA E OBSERVADOR

Já os *Diários Associados* haviam revelado o General Aurélio de Lyra Tavares como repórter. Como Chefe da Missão Militar Brasileira em Berlim, justamente em 1948, em plena fase do grande bloqueio, escreveu *Quatro Anos de Alemanha Ocupada*, onde entre muitas observações de caráter técnico-militar, colhi estas páginas em que o repórter, o jornalista e o observador superam o próprio militar, não só pelo estilo da narração como pela própria narração em si.

São páginas de grande atualidade sobre a chamada crise de Berlim, por isso abro espaço para elas que melhor falam deste paraibano que chegou ao primeiro escalão da República:

A CRISE DE BERLIM

“O plano soviético, como hoje se verifica pela análise das próprias atitudes do governo soviético, com relação a Berlim, visava à conquista política da cidade. Para isso era preciso forçar a saída dos governos ocidentais, por meio de medidas que tornassem insustentável a sua permanência dentro dela. Não era, evidentemente, um ato ostensivo de expulsão, nem mesmo o repúdio formal do Acordo de Potsdam, o que queria o governo soviético. Tratava-se, ao contrário, de conseguir o mesmo objetivo de modo a obter, no fim de contas, que os aliados fossem postos fora de Berlim e, ao mesmo tempo, aos olhos do povo alemão e do mundo ficassem na situação de responsáveis pelos desrespeitos às cláusulas de Potsdam e de sabotadores da unificação da Alemanha. E a conquista de Berlim iria representar, na evolução ulterior da política soviética, uma vitória de considerável importância, dada a repercussão que iria ter na vida política da Alemanha, principalmente quando a bandeira da unificação, que tanto serviu para encobrir os reais objetivos da União Soviética, pudesse ser desfraldada por um governo fantoche alemão, inteiramente senhor da cidade que já estava escolhida para sua sede.

Dáí, a significação que teve a questão de Berlim para os destinos da Alemanha. A cidade resistiu a todas as tentativas de conquista, ganhando a legenda de fortaleza de democracia. A firme determinação dos aliados ocidentais permitiu que ela vivesse sua vida quase normal durante um ano de bloqueio. O resultado mais importante foi, porém, que o espírito de defesa dos 2.400.000 habitantes fundiu-se, na hora das dificuldades, com o mesmo espírito que inspirava a política dos aliados de Este, despertando um sentimento de aliança recíproca, onde não era mais possível entrever o menor resquício de desconfiança entre os berlinenses e os exércitos de ocupação que os defendiam. Esse sentimento se estendeu por toda a Alemanha, principalmente para o Oeste, de onde Berlim passou a ser admirada como símbolo de resistência e de bravura. Ele preparou o terreno para mais fácil compreensão, pelo povo alemão,

da nova política que se inaugurava no Este, onde as três potências de ocupação desesperançadas de encontrar um caminho melhor, já tratavam de construir o governo da Alemanha Ocidental.

Na realidade, não é possível definir-se, no tempo, o início da exata crise que culminou com o bloqueio total de Berlim. As autoridades soviéticas começaram por criar obstáculos ao funcionamento do Conselho de Controle e, até o fim nunca declararam nem reconheceram o bloqueio. Para elas, a julgar pelos comunicados oficiais soviéticos, eram os aliados ocidentais que estavam criando dificuldades à vida da cidade. Além disso, a interrupção das comunicações era motivada por dificuldades de ordem técnica que estariam por ser removidas, sendo de notar que nunca foi aceito o auxílio que os ocidentais ofereceram, prontamente, para corrigir as causas técnicas que estivessem obstando, por ventura, o restabelecimento do tráfego.

No dia 20 de março de 1948 a delegação soviética no Conselho de Controle abandonou a sessão, sem motivo plausível, e dez dias depois o governo soviético de ocupação declarava que, a partir de 1º de abril, seriam modificadas as instruções que regulavam o tráfego entre Berlim e a zona norte-americana (carta do General Dratvin ao governo militar norte-americano).

A partir daí, sucederam-se, progressivamente mais rigorosas, as restrições ao tráfego. No dia 23 de abril foi suspenso, por ordem soviética, o serviço do trem internacional.

Como se sabe, os aliados ocidentais, já a esse tempo desesperançados de obter um acordo com o governo soviético a respeito da moeda alemã, para resguardo dos interesses econômicos das suas zonas de ocupação, estavam preparando a introdução de um novo marco alemão nas zonas do Este. A reforma monetária projetada para a Alemanha Ocidental não convinha, naturalmente, à política soviética. Esta, por outro lado, procurava obstruir todas as negociações quadripartites que tinham por fim a recuperação econômica da Alemanha, praticando, na própria zona, política unilateral, a respeito da qual o Conselho de Controle não recebia informações oficiais.

Os aliados ocidentais anunciaram, finalmente, a 18 de junho, a entrada em vigor da nova moeda, nas zonas ocidentais. Não a introduziram, porém, nos setores ocidentais de Berlim cuja situação geográfica aconselhava medidas diferentes, a respeito das quais se conservava a esperança de obter um acordo com as autoridades soviéticas. O marco primitivo ficava, a partir daí, sem curso na Alemanha ocidental, havendo necessidade de medidas de preocupação e de controle para evitar sua entrada clandestina na zona soviética, cuja economia poderia ficar prejudicada. Foi exatamente esse o pretexto de que se prevaleceu o governo militar soviético para suspender, a 19 de junho, a circulação de todos trens de passageiros e tráfego rodoviário entre o Oeste e Berlim.

Berlim não fora abrangida pela reforma monetária. Embora a parte ocidental da cidade estivesse sob a jurisdição dos aliados ocidentais, era de considerar-se a sua condição especial e, sobretudo, o caráter quadripartite do seu

governo. No dia 22 de junho, por iniciativa dos representantes ocidentais, reuniram-se os delegados técnicos dos 4 países ocupantes para o estudo da situação da cidade, em face da reforma monetária. Os entendimentos foram infrutíferos, em face da intransigência dos delegados soviéticos para cujo governo Berlim pertencia à órbita econômica da zona soviética, não podendo ter moeda diferente da que circulava nessa zona. Além de inflexíveis em tal tese, recusavam-se as autoridades soviéticas a submeter a moeda de Berlim ao controle quadripartite, condição que constituía a base e a única exigência da proposta de conciliação apresentada pelos aliados ocidentais.

Tomava-se difícil em tais circunstâncias, uma solução conciliatória, justificando-se mesmo a impressão de que a divisão da cidade era inevitável. Tornou-se inoperante a nota de protesto enviada pelas nações ocidentais ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao qual a União Soviética negava competência para intervir na questão.

Nenhum acordo, afinal, foi realizado sobre a moeda, e os aliados ocidentais terminaram por introduzir, nos setores ocidentais o novo marco alemão já em curso nas zonas ocidentais. Não o haviam feito antes, na vã esperança de que, com a doação de uma moeda única, fosse possível atender aos interesses da economia de Berlim. A comissão da ONU, que tivera o encargo de estudar uma solução conciliatória, perdeu longos meses em infrutíferos esforços.

É verdade que o governo soviético se mostrou disposto a examinar diretamente com as nações ocidentais a questão de Berlim, desde que ela fosse tratada num quadro de conjunto que abrangesse a política geral aliada sobre a Alemanha. Dessa forma, o bloqueio de Berlim poderia ser aproveitado como arma poderosa contra a política tripartite que, de comum acordo e por iniciativa própria, os aliados ocidentais já estavam executando, com franco sucesso, na Alemanha ocidental, sem a participação nem a possibilidade de influência da União Soviética. Tal condição, porém, não foi aceita pelos aliados ocidentais, que se recusaram a qualquer entendimento com a União Soviética antes que o bloqueio de Berlim fosse levantado.

A partir daí, a divisão de Berlim, através de iniciativas sucessivas das autoridades soviéticas, começou a tender para aprofundar-se cada vez mais, ao mesmo passo que a Alemanha de Oeste continuava a desenvolver com firmeza e êxito o programa de organização econômica e política que visava, sobretudo, à sua integração no conjunto da Europa ocidental. O bloqueio de Berlim cada vez mais rigoroso, foi vencido pelo ar. Organizara-se, rapidamente, a vida da cidade com uma operação de reabastecimento aéreo que surpreendeu a expectativa dos seus próprios planejadores.

A chamada "ponte aérea" não estava, certamente, nas previsões das autoridades soviéticas. O sucesso absoluto de empreendimento de tão notável en-

vergadura representava a vitória da técnica moderna aliada a um espírito de determinação e de colaboração que congregaram, no mesmo esforço comum, os aliados ocidentais e os berlinenses sitiados. O mundo acompanhou com emoção as peripécias dessa luta titânica e a sorte dos 2.500.000 de alemães, que dela dependia. E foi assim que Berlim pôde viver e pôde vencer. Os aviões aliados nunca deixaram de chegar, em ritmo que atingiu a um intervalo de 2 minutos, a despeito das intempéries do inverno, das ameaças constantes e de muitas dificuldades outras que o público não chegou a conhecer. Era o ruído incessante dos motores, de dia e de noite, nos céus de Berlim, o alimento mortal da sua população, a razão de ser da serenidade, da ordem e de confiança, que ela nunca as perdeu, durante o tempo todo do bloqueio. Veio, depois, a contraofensiva: o contrabloqueio. A economia da zona soviética, de onde Berlim recebe, normalmente, a maior parte dos produtos alimentares de consumo obrigatório, depende, por sua vez, das exportações industriais do ocidente. E essas exportações passaram a ser controladas como contramedida.

Foi o novo caminho, certamente mais objetivo, que os aliados tentaram à procura de uma solução pacífica da crise de Berlim. E isso foi conseguido, afinal, em 12 de maio de 1949, quando os delegados das 4 grandes potências, depois de conversações realizadas em Washington, -nunciaram o levantamento do bloqueio e do contrabloqueio de Berlim.

As comunicações foram, no mesmo dia, normalizadas, e o reabastecimento aéreo, agora desnecessário, foi reduzido progressivamente até cessar por completo, quando os estoques acumulados já eram suficientes para acobertar a cidade de qualquer surpresa eventual. O problema era, porém, mais político do que econômico, e o bloqueio, que já não tinha razão de existir como instrumento de política nem conseguira realizar o fim visado, não era, em si, mais do que um sintoma do desentendimento entre as potências, motivado pelos objetivos particularistas e pela orientação unilateral de uma delas. A crise continuou e continuava na estrutura do governo da cidade. Além de duas moedas antagônicas passaram a existir dois governos, duas políticas e duas ideologias antagônicas, cada qual dominando uma parte da mesma cidade. Berlim é uma espécie da miniatura do mundo atual, nos seus desentendimentos e nas suas incompreensões, ou, mais precisamente, o ponto de contato de dois mundos habitados pela mesma gente mas dirigidos por princípios e processos que não se conciliam”.

SOLDADO E TAMBÉM POETA

E o soldado também é poeta. Não diria era poeta, porque quem é poeta nunca deixa de sê-lo. É o caso do General Aurélio de Lyra Tavares, que colaborava em várias revistas brasileiras como *Fon-Fon*, *O Malho*, etc.

Aqui está, por exemplo um soneto do General Aurélio de Lyra Tavares, quando ainda cadete da Escola Militar do Realengo, pelos idos de 1924:

“A Primavera é um manto de alegria,
Com que Setembro veste a Natureza:
As aves cantam, canta a correnteza,
A folha estala, o zéfiro assobia.

E cada flor é como uma poesia
Que no verdor do ramo houvesse presa
Porém Setembro passa, e, de surpresa,
Passa por todo um véu de nostalgia.

E vai-se desdobrando aquele assomo
De amor e de alegria: pelo Chão
As folhas secas vão passando mansas.

E a Natureza se entristece, como
Se em cada planta houvesse um coração
E em cada folha seca as esperanças!

PIONEIRO DO MINISTÉRIO DO AR

Há um episódio interessante e curioso que deve ser contado. Sobretudo para que se possa bem avaliar do quanto pode influir no processo do desenvolvimento, idéia bem lançada e amparada com inteligência e razões fundamentadas.

Escrevendo permanentemente no *O Jornal*, como observador militar, sem assinatura para não prejudicar sua vida de modesto Capitão, o General Lyra Tavares em 17 de fevereiro de 1935, publicou “Ministério do Ar”, cujo original se encontra nos arquivos que me possibilitaram este livro. Defendia a criação do Ministério do Ar, alinhando os motivos como também apontando já àquela altura o desenvolvimento da indústria aeronáutica. Note-se que era o autor, um Capitão do Exército, em cujo Ministério se achava encravada a aeronáutica brasileira como Diretoria de Aviação do Exército.

Recebido em audiência pelo Presidente Vargas, o jornalista Assis Chateaubriand foi puxando o artigo e mostrando. Naquele gesto expansivo, foi logo dizendo que o Presidente devia atentar para idéias daquele artigo que abriam perspectivas novas à Administração, ao Governo e à expansão da aviação brasileira.

Ao lado do Presidente Getúlio Vargas se achava Salgado Filho que como auxiliar do Governo recebeu o artigo com a incumbência de se movimentar a respeito.

Mais tarde era criado o Ministério da Aeronáutica e, Salgado Filho, era o seu titular.

ALMA FELIZ, BASTA

Dentro das normas que me tracei na feitura deste livro, procurei ouvir o General Aurélio de Lyra Tavares, sobre vários assuntos que estão alinhados no questionário já anteriormente conhecido.

Vem agora o seu depoimento, simples, sóbrio e até modesto, do homem que não subiu à toa na vida, mas firmou-se das margens do Sanhauá às do Sena (de João Pessoa a Paris), numa escalada até comum na vida de muitos paraibanos que se não deixaram 'icar vendo a vida passar, mas por ela passaram vitoriosamente.

O General Lyra Tavares, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em várias oportunidades, muito bem define a sua posição.

À certa altura, diz — “O poder para quem entende e exerce na plenitude do compromisso moral que ele representa, é uma espécie de escravidão que se sofre sob a aparência e com as pompas de grande senhor. E não basta, a quem o carrega, livrar-se do seu grande fardo, para recuperar, dentro de si mesmo, a liberdade pessoal de que, provisoriamente, abdicou: é preciso ter feito tudo por cumprir a missão, de modo a desfrutar a paz de consciência e o respeito dos que têm condições para julgá-lo”.

Exprimindo toda a sua consciência política, ainda no discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, proclama:

“As cores com as idéias, convivem, umas com as outras, na formação dos matizes, por obra da inteligência criadora, que é própria do homem, sem que, contudo, deixem de existir, na sua essencialidade, por mais que se extremem e se confrontem as predileções no debate dos pensamentos e das concepções diferentes, que nunca se extinguíram pela violência e pela força, recursos incompatíveis com a realização da felicidade coletiva”.

E toda a sua alma, todo o seu espírito e todo o seu conteúdo humano, re-trata-se no verso de Múcio Leão que ele cita como as últimas palavras do seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras:

“Loucos! Quereis possuir glórias, brasões, metais!
Tendo uma alma feliz não tereis muito mais?”

Aqui, por fim, estão as suas palavras, está o seu depoimento:

PARTIDA DA PARAÍBA

“Em fevereiro de 1917, meu pai me embarcou em Cabedelo, no pequeno navio “Itaúba”, da Companhia Nacional de Navegação Costeira, com destino ao Rio de Janeiro, onde cheguei, na terça-feira de carnaval, para submeter-me, com cerca de mais de mil candidatos, ao concurso de Admissão ao colégio Militar.

Fui muito feliz no resultado, tanto que o General Caetano de Faria, então Ministro da Guerra, enviou, ao meu pai um telegrama de felicitações.

Como escolhi, por vocação e livremente, a carreira militar, sempre desempenhei, com entusiasmo e com alma, todos os cargos que o destino me deu, nos diferentes degraus da hierarquia, de Aspirante e General-de-Exército.

Sem jamais pleitear nenhuma das missões que me foram atribuídas, tanto na paz, como na guerra, a todas elas dei tudo de mim, tendo-as, na verdade, como a minha grande escola da vida. Fui, com o mesmo devotamento, formando assim a minha personalidade: Oficial de Tropa e de Estado-Maior, professor, Engenheiro, Chefe Militar, Administrador, Ministro de Estado e Embaixador. Em todas essas posições a minha verdadeira paixão estava sempre em superar os problemas com que cada uma delas desafiava o meu senso de responsabilidade funcional, para mim, não basta resolver um problema, o mais importante é não criar outros.

O JULGAMENTO DOS PRESIDENTES É COM A HISTÓRIA

Prefiro não responder. Seria comparar valores em quadros diferentes e com conhecimento de causa obviamente desigual, para cada caso. Além de tudo a tarefa de julgar pertence à história.

OS MOMENTOS MAIS DIFÍCEIS

Sem contar certas passagens da Segunda Guerra Mundial, os meus momentos mais difíceis foram, no Brasil, o episódio do sequestro do Embaixador dos Estados Unidos e a crise gerada pela doença do grande e inesquecível Presidente Costa e Silva, no meu tempo de Ministro do Exército. Neste episódio, juntou-se à minha responsabilidade funcional, o impacto de caráter afetivo com que sofremos juntos, no palácio das Laranjeiras, os amigos e colaboradores diretos do Marechal.

O MAIOR PARAIBANO

A resposta é uma e única, por todos os títulos e motivos: José Américo de Almeida.

VOCAÇÃO LITERÁRIA

Como gênero literário, o meu interesse pelo romance, nos tempos de juventude, foi superado pela memória e o ensaio, adoro a poesia, na valsa do verso e na expressão da mensagem. Não me identifico, porém, como na música e na pintura, com os chamados autores de vanguarda. Creio que o poder criador, quando rasga, no campo da arte, perspectivas muito avançadas demais, rompe de certa forma, a alma do tempo. Embora não me considere um saudosista, confesso que apenas guardo na minha biblioteca, para leituras posteriores, os livros que tem o poder e a magia de superar a transitoriedade das escolas e correntes literárias. Considero-as válidas simplesmente para esquematizar e ordenar as fases da evolução da história das artes, no compasso da civilização que lhes dá substância e sentido.

“Cada um de nós encontra em si mesmo a motivação dos momentos de poesia, que orientam as tendências, os estímulos e a personalidade. As escolas literárias, como as doutrinas políticas e sociais, sucedem-se à feição da época.

Em certos casos elas surgem com o simples propósito de inovar, por influência de mimetismo importado ou por força dos movimentos de renovação que às vezes não passam de uma vanguarda sem seguidores, como ocorre com o romance e outras artes” (do meu discurso de recepção na Academia Brasileira).

“Os orgulhosos nomes que usamos em nossos vãos estudos de críticos e de historiadores da literatura, nomes que indicam escolas ou tendências literárias, não passam de um luxo de eruditos”. (Múcio Leão — discurso de recepção na Academia Brasileira).

VOCAÇÃO À PARAÍBA

Meu último contato direto com a Paraíba foi em 1964—65, ao tempo em que exercí o comando do IV Exército, com o quartel General no Recife. Visitei-a, então, freqüentemente. Obtive, então, que o Ministro da Guerra desse ao 15º Regimento da Infantaria, em Cruz das Armas (João Pessoa), a denominação patronímica de “Vidal de Negreiros”.

A partir de então, embora muitas vezes convidado, inclusive pela Universidade Federal da Paraíba, quando editou e lançou um livro meu, não tive tempo de voltar à minha terra natal, de cujo governo recebi, com muito orgulho, o meu fardão e a minha espada de Acadêmico. A Paraíba, que está sempre no meu pensamento, foi um dos temas das minhas evocações na grande noite do meu ingresso na Academia.

SAUDADES DOS CONTERRÂNEOS

Destaco, dos meus tempos de colégio Diocesano Pio X, entre outros conterrâneos, Silvino Olavo, José Lins do Rego, Antonio D’Ávila Lins e Herberto Paiva. No colégio Militar e durante a carreira das Armas, cultivei, e ainda conservo, uma grande amizade com o General Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, destacada figura de soldado é herói da F.E.B.”.

CURRICULUM

Nascido em 7 de novembro de 1905, no Estado da Paraíba (Cidade de João Pessoa).

Filho de João Pessoa de Lyra Tavares, falecido como Senador da República, e de D. Rosa Amélia de Lyra Tavares.

Casado, em 1934, com a Sra. Isolina de Lyra Tavares; tem duas filhas e um neto.

Matriculou-se em 1917, no Colégio Militar do Rio de Janeiro cujo curso concluiu em 1922.

É praça de 23 de fevereiro de 1923, quando se matriculou na Escola Militar, sendo declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia em 30 de dezembro de 1925.

Ao ser declarado Aspirante, recebeu da Missão Militar Francesa o "Prêmio de Tática Geral".

Promovido a 2º Tenente em 23 de janeiro de 1926 e a 1º Tenente em 26 de janeiro de 1928, como Oficial do 1º Batalhão de Engenharia.

Serviu como Ajudante-de-Ordens do General Diretor de Engenharia, de 1928 a 1930.

Diplomado Bacharel em Direito, em dezembro de 1929, pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

Diplomado Engenheiro Civil, em Dezembro de 1930, pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil.

Recebeu o "Prêmio Rio Branco", em 1931, conferido pela Congregação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Promovido a Capitão, em 7 de julho de 1932, passando a servir no 3º Batalhão de Engenharia, em Cachoeira (Rio Grande do Sul).

Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, de 1932 a 1935.

Cursou, de 1936 a 1939, a Escola de Estado-Maior do Exército, sendo diplomado com "Menção Honrosa".

Promovido, em 7 de setembro de 1939, por merecimento, ao posto de Major.

Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina), em 1940.

Comandante do 3º Batalhão Rodoviário, em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, em 1941.

Nomeado Instrutor de Tática da Escola de Estado-Maior do Exército, em Janeiro de 1942.

Promovido, por merecimento, ao posto de Tenente-Coronel, em 25 de dezembro de 1942.

Designado "Observador Militar" junto ao Exército Norte-Americano, nas operações de invasão da África do Norte, em 1943.

Concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército Norte-americano, no Forte Leavenworth (Kansas), em outubro de 1943.

Membro do Estado-Maior Especial para a organização da Força Expedicionária Brasileira, de outubro de 1943 a maio de 1945.

Nomeado Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, em 25 de junho de 1945.

Nomeado Subchefe da Missão Militar Brasileira na Alemanha durante a ocupação daquele país, em dezembro de 1945.

Promovido ao posto de Coronel, por merecimento, em 25 de junho de 1946.

Durante o bloqueio de Berlim, em 1948, chefiou a Missão Militar Brasileira na ocupação da Alemanha.

Comandante do 3º Batalhão de Engenharia e Comandante interino da 3ª Divisão de Infantaria, no Rio Grande do Sul, de 1950 a 1952.

Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas, de janeiro de 1953 a junho de 1955.

Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército, de junho a dezembro de 1955.

Promovido a General-de-Brigada, em 30 de dezembro de 1955.

Comandante de Artilharia Divisonária da 5ª Divisão de Infantaria (Paraná), de janeiro de 1956 a dezembro de 1957.

Diretor de Comunicações do Exército, de janeiro de 1958 a fevereiro de 1960.

Chefe do Estado-Maior do I Exército, de fevereiro de 1960 a setembro de 1961.

Diretor de Ensino e Formação do Exército, de outubro a dezembro de 1961.

Promovido a General-de-Divisão, em 25 de novembro de 1961.

Comandante da 2ª Região Militar (São Paulo), de janeiro de 1962 a março de 1963.

1º Subchefe do Estado-Maior do Exército, a partir de 18 de março de 1963.

Comandante do IV Exército, a partir de 1 de outubro de 1964.

Promovido a General-de-Exército, em 25 de novembro de 1964.

Chefe do Departamento de Produção e Obras, a partir de 18 de novembro de 1965.

Comandante da Escola Superior de Guerra, a partir de 28 de setembro de 1966.

CONDECORAÇÕES NACIONAIS

Medalha de Campanha

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar

Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval

Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico

Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco

Alta Distinção de Ouro, Passador de Platina

Medalha de Guerra

Medalha de Pacificador

Medalha do Mérito Tamandaré

Medalha do Mérito Santos Dumont, em prata

Medalha Marechal Hermes - Aplicação e Estudo, de prata dourada com uma coroa.

Medalha Tiradentes

Medalha do Mérito da Magistratura.

ESTRANGEIRAS

Cruz de Guerra com plama, da França

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, da Iugoslávia

Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, do Chile

Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal

Grã-Cruz de Serviços Distintos com Estrelas e Platins da Ordem do Mérito da
República Federal da Alemanha
Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, do Paraguai
Grã-Cruz da Ordem de Mayo do Mérito Militar, da Argentina
Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz, Portugal
Grã-Cruz da Cruz Peruana Al Mérito Militar, Perú
Comandante Oficial do Mérito dos Estados Unidos
Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito, França

TRABALHOS PUBLICADOS

O Soldado — Símbolo
Domínio Territorial do Estado
História da Arma de Engenharia
O Território Nacional. Soberania e Domínio do Estado
Quatro Anos na Alemanha Ocupada
O Fator Militar do Planejamento Nacional dos Transportes
Segurança Nacional. Antagonismo e Vulnerabilidades
Guerra Revolucionária
Política Nacional de Telecomunicações
Telecomunicações e Segurança Nacional
Política Nacional de Transportes
A Engenharia da Segunda Grande Guerra
Caráter Monopolístico da Economia do Petróleo
Temas da Vida Militar
A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil - Lisboa
Integração das Forças Armadas
Segurança Nacional — Problemas Atuais
Exército e Nação
A Engenharia Militar na FEB
Orações Cívicas e Militares
O Exército, visto pelo seu Ministro
Além dos Temas da Caserna
Efetivos Militares — Defesa perante o Senado Federal
Instituição Militar e Trópico
O Exército no Governo Costa e Silva
Regards Sur 5 Siècles-France-Brésil-Paris

CELSO MONTEIRO FURTADO

“O autor em sua obra, deve ser como Deus
no universo: onipresente e invisível”.

(De Gustave Flaubert)

O grande momento de Celso Furtado, foi sem dúvida a sua investidura na Superintendência da SUDENE – 1960 – 1964. Não foi escolhido por motivações políticas. Foi por direito de conquista, mesmo.

Como Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, estava à frente da Operação Nordeste. Um grupo de trabalho que tinha por objetivo vencer o subdesenvolvimento da região, dando-lhe condições para suportar as crises periódicas decorrentes das secas.

Confessa ele, em palestra realizada no Conselho Nacional de Economia, no começo de 1959, que havia sido incumbido pelo Governo de, partindo do conhecimento que já existia no Brasil, dos problemas do Nordeste, elaborar um plano simples de ação, um plano que não seja ponto de partida para novos estudos ou uma continuação do que já vem sendo feito, mas “que seja um esforço sistemático do poder público para transformar a economia do Nordeste, criando naquela região um regime econômico suficientemente adaptado às condições do meio e que tenha viabilidade de desenvolvimento”.

São suas estas palavras de definições da região:

“Cheguei, por exemplo, à conclusão de que a economia do Nordeste, ou melhor, o Nordeste é a mais extensa e populosa zona subdesenvolvida da América. Não se encontra em todo este hemisfério, nenhum território com vinte milhões de habitantes que possua o grau de desenvolvimento da economia do Nordeste. É ele, assim um problema não apenas do Brasil, mas da própria América. Nesse sentido, o Nordeste representa, no Brasil, um problema maior que o próprio Brasil representa no conjunto das nações ocidentais”.

Assentando-se em números, revela toda a carência da região, dizendo:

“Em 1956, um ano que foi bom para aquela região, a renda média foi de 90 dólares, enquanto no Centro Sul do país já era superior a 300 dólares. É uma diferença maior do que a existente entre o Centro Sul do Brasil e a média dos países industrializados da Europa Ocidental”.

Lançando uma perspectiva sombria, acrescenta:

“Para o período de após-guerra, a renda real do Centro Sul cresceu em mais do dobro que a do Nordeste. Se partirmos daí e fizermos uma projeção simplista para os próximos dez anos, digamos até 1970, veremos que, para o Nordeste, teremos uma renda média de menos de cento e vinte dólares *per capita*, enquanto o Centro Sul se aproximará dos 450 dólares. . . . “O Brasil ficaria formado por duas economias, que poderiam, até certo ponto, ser antagônicas em seus objetivos e interesses, o que poderia pôr em risco a unidade nacional”.

E revelando o fenômeno de esvaziamento constante do Nordeste, ainda que fossem derramados recursos nas horas de dificuldade, Celso Furtado explica:

“O Governo Federal transfere para lá, o setor privado transfere para o Sul. E é nos anos secos, difíceis, que o Governo transfere recursos para o Nordeste, enquanto o setor privado os transfere constantemente para o Sul. No conjunto, os dois fluxos se anulam. Nesse sentido, o Nordeste nada deve ao resto do Brasil”.

Na sua clarividência, Celso Furtado foge da rotina dos planos assistenciais, para dizer:

“Para reter o capital, é preciso criar o clima industrial do Nordeste. Acho que o Brasil está preparado para o problema. Já temos o BNDE que, por lei, deverá colocar nas regiões menos desenvolvidas uma parte de sua capacidade de investimentos. Não se trata, evidentemente, de construir “pirâmides no Nordeste. Lá já existem pirâmides de mais. É preciso desenvolver aqueles setores em que a industrialização é viável. A ação promocional já pode ser dispensada. O BNDE recebe pedidos de investimento do sul do País, mas o Nordeste ainda está na fase em que é preciso descobrir onde investir. É esse o primeiro eixo de nossa ação no Nordeste”.

E com precisão vai apontando os caminhos:

“Industrialização no caso do Nordeste, significa, em última instância, abastecer adequadamente de alimentos as zonas urbanas. O nível de preços de alimentos nas grandes cidades do Nordeste é mais alto do que o do Sul do país.

Em Recife por exemplo, esse nível é de 25% mais alto do que em São Paulo. Mesmo que o salário mínimo seja 25% mais alto em São Paulo, como realmente é, basta ter em conta os investimentos feitos naquele Estado para ver que é melhor investir no Sul do que em Recife”.

E Celso Furtado não é o economista de gabinete, ele penetra na realidade:

“O trabalhador, que é meeiro, tem uma faixa de terra para plantar seu mi-

lho, sua batata para comer. Essa economia de subsistência é que se reduz a zero por ocasião da seca. Quando esta se pronuncia, o habitante já nem planta, ele come a semente, porque plantar seria jogar fora. O algodão dá dinheiro, mas o que dá de comer é a roça. A faixa que não participa da economia de mercado é que é anulada pela seca. Foi essa parte que não sofreu qualquer modificação com a construção dos açudes. Quando vem uma seca, mais de quinhentas mil pessoas, mais da metade da população ativa da região semi-árida, fica em completa indigência. A seca é uma grande crise, de muito maiores proporções do que uma crise econômica corrente na economia capitalista”.

Revelando o seu plano integral de assistência e de desenvolvimento, Celso Furtado finaliza a sua palestra, no Conselho Nacional da Economia, dizendo:

“Trata-se de uma coisa relativamente simples, que é intensificar os investimentos industriais, aumentar a produção de alimentos da zona úmida, utilizando da maneira mais racional as terras dos vales úmidos, tudo isso ligado à possibilidade de empregar recursos disponíveis no país. O problema será atacado por vários pontos e, quando encontrarmos resistência em alguns setores, atacaremos os outros”.

Dois anos depois, voltando ao Conselho Nacional de Economia, já como Superintendente da Sudene e não mais chefe de grupo de trabalho da Operação Nordeste, com otimismo, proclama:

“No que diz respeito à ordenação dos investimentos, a Sudene logrou um êxito parcial, em função do total dos esforços do Governo Federal. Ela adotou um duplo sistema: primeiro, o do estabelecimento de diretrizes para o conjunto do Governo Federal; e, segundo, o da complementação do esforço financeiro que faziam os órgãos já existente, na região. Na medida em que isso foi possível, conseguiu-se alta eficácia. No setor da energia elétrica, por exemplo, a ação do Governo era a mais tumultuária, com muitas obras. Foi possível estabelecer um plano de eletrificação para o Nordeste. Como o Governo Federal não dispunha de nenhum órgão com responsabilidade fundamental no setor, porque só tinha órgãos executivos, operacionais, foi possível à Sudene, com relativa facilidade, sistematizar todo o esforço governamental dentro do plano de eletrificação, mediante três quartos do esforço até então realizado e levando em conta metas e prioridades”.

Prossegue, Celso Furtado, mostrando o que se fazia e o que teria de ser feito, no setor transporte, no setor viário, no setor de investimento de infraestrutura, no setor agrícola e no pré-investimento, com divisões de áreas e subáreas, no setor de água subterrânea, no setor mineralógico, tudo coordenado. Era uma marcha de rota batida, com segurança, equilíbrio e conhecimento de toda uma realidade ambiente. Nestas palavras de Celso Furtado, no Conselho Nacional de Economia, mergulha-se com profundidade no problema:

“Há três regimes de chuvas no Nordeste. Um vem pelo Ceará, indo até in-

terior de Pernambuco e a zona de São Francisco; outro vem do Atlântico, pela zona da mata de Pernambuco, indo até o agreste; o terceiro vem do Sul, pelo Estado da Bahia, e vai até o São Francisco. E só por muita felicidade esses três regimes se coordenam de forma perfeita. Eles dificilmente se completam e há quase sempre faixas onde não chove; por isso, todos os anos ocorre uma seca”.

E, nestas conclusões, está toda uma política no Nordeste:

“Esta região produz trinta, trinta e cinco, quarenta toneladas por hectare e não pode pensar hoje em produção econômica a menos de cem toneladas por hectare. Se alcançarmos isso, teremos libertado metade das terras, utilizadas na cana-de-açúcar, para outras culturas”.

Sobre sua posição, Celso Furtado diz que não há segredos em sua vida intelectual — “De algumas pessoas conhecemos as idéias por efeito indireto. No meu caso, ao contrário, desde o começo de minha vida, tenho o hábito de escrever. Comecei escrevendo livros de contos e daí me veio o hábito de escrever livros de economia, nos quais abordo os problemas fundamentais e as teorias das grandes escolas do pensamento econômico. Meu pensamento é, portanto, mais ou menos divulgado e conhecido. Não interessaria discutí-lo aqui. O problema da orientação política, entretanto, é um pouco distinto da orientação filosófica e doutrinária em economia. Se alguém me perguntar se sou marxista, responderei que abordei o problema em meus livros e lá estudei a fundo o alcance da doutrina e o alcance lógico, a eficácia em face da realidade atual. Portanto, não preciso toda hora dizê-lo. Do ponto de vista da orientação política, o problema é distinto”.

Prosseguindo numa auto-definição do seu pensamento, aqui está Celso Furtado todo inteiro e por ele próprio estereotipado, nas páginas da Revista do Conselho Nacional de Economia, edição Julho - Agosto de 1961:

“Eu, individualmente, sou um homem de esquerda, na medida em que me considero um indivíduo preocupado com os problemas sociais, isto é, um homem preocupado com os processos da sociedade em que vive e com as possibilidades de resolver os seus problemas. Meu esquerdismo tem nuance própria: eu também me interesso pelo custo social das transformações. Estou convencido de que, vivendo em uma sociedade que se transforma todos os dias, é fundamental verificarmos o preço que pagamos por essas transformações. Estou profundamente convencido de que é possível hoje evitar pagar um preço enormemente alto, inclusive o descontrole ocasionado pelo processo social revolucionário. Eu não diria que sou um revolucionário. Não.

Quando digo que sou um homem de esquerda, estou também dizendo que não creio na revolução. Mas acredito que, na sociedade em que vivemos, estamos em condições de controlar o processo revolucionário, condicionando-o. Esta é a grande vitória de nossa geração. Nas anteriores, as revoluções começavam de uma forma e terminavam de outra.

Os processos sociais escapam a um controle, dentro de uma situação revolucionária, porque certas estruturas demasiada rígidas só se rompem cataclis-

mas. É um dado da história. Mas não é o que pretendemos. Hoje, a nossa grande possibilidade e, ao mesmo tempo, a grande responsabilidade, é a de que estamos em condições de poder controlar esse processo. Sou totalmente contra as soluções revolucionárias, cataclísmicas, que não permitem a previsão de seus resultados, quando dispomos de meios de controlar os processos e os seus efeitos.

Não sou revolucionário no sentido de quem aceita sociais. Entretanto, se não nos prepararmos, elas virão pela violência. Minha influência junto aos meus colegas, junto à minha geração é no sentido de que planifiquemos nossa revolução, para sabermos aonde vamos. E, porque coloco acima de tudo, em uma organização social, o homem, sou fundamentalmente um humanista. Quero uma sociedade em que o homem ocupe o lugar que lhe cabe, pela plena afirmação de sua personalidade e da sua dignidade, e pela possibilidade de influir no seu destino. E porque sou humanista, também considero que é grande dever nosso não perder o controle do processo social. Sou um homem que acredita que nossa sociedade se transforma rapidamente e nossa maior responsabilidade é a de condicionar essa transformação. Quando me dizem que sou um homem de esquerda ou mesmo um comunista, porque acho que o sistema de utilização da terra no Nordeste é anti-social, eu nem respondo porque essas pessoas que assim pensam são suicidas e estão apressando a violência, que é a alternativa da posição que adoto. Não estou contra nossa sociedade; a meu ver, a melhor maneira de defender a sociedade democrática é criar condições para que o homem se afirme como pessoa e que sua dignidade seja o objeto último da convivência social. Por isso, quando vejo, no Nordeste, três quartos de sua população vegetando na miséria, não posso aceitar que isso seja defendido, quando a juventude do Nordeste não tem qualquer acesso às escolas e morre de fome. Em nome de que vamos defender isso? Em nome da democracia? Estar contra isso não é estar contra o tipo de sociedade democrática que desejo. Apenas, tenho um enfoque dinâmico e acho que não podemos defender nossa liberdade se não permitirmos que outrem dela partilhe. Temos uma faixa de população que desfruta de todas as vantagens e uma grande parte que não tem qualquer acesso a elas. Só podemos defender para nós aquilo que pode ser partilhado pelos outros. Minhas idéias são as de um humanista e meus processos os de quem crê em que a ciência social pode, hoje, permitir sejam atingidos objetivos que, antigamente, só eram alcançados pela revolução”.

A sua convocação para Ministro de Estado, tanto no gabinete parlamentar em 1962, como no presidencialismo em 1963, ao tempo do Presidente João Goulart, deve-se, sem dúvida, ainda às suas qualidades de economista de envergadura do que a condicionantes políticos. Além do mais, tendo participado de toda a elaboração do projeto Sudene e sendo o seu implantador, estava naturalmente indicado para ocupar as altas funções de Ministro Sem Pasta para o Planejamento. Era um campo mais largo à sua competência que

marcou passagem nos quadros dirigentes do país.

Professor da Universidade de Yale nos Estados Unidos, professor da Universidade de Paris (Panthéon-Sorbonne); professor da American University (Washington, D. C. USA); e professor da Universidade de Cambridge (Inglaterra), são títulos que dão à sua personalidade um conteúdo que mais se adensa, quando se alia a esta atividade superior de ensino nos maiores centros do mundo, a sua já vasta bibliografia que integra as fontes mais sérias de estudos sociais e econômicos.

Dividindo-se, hoje, o seu ano letivo, entre o exercício da cátedra na Sorbonne e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Celso Furtado internacionaliza-se no campo da cultura, enquanto marca, em definitivo, projeção inconfundível que o singulariza na galeria dos parabanos mais ilustres.

A Economia Brasileira, Uma Economia Dependente, A Operação Nordeste, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento são livros que não se perdem no tempo, numa atualidade que o autor empresta a cada publicação, não só porque é do exercício da cátedra que mais se armazenam conhecimentos e se metodizam idéias e pensamentos, na seriação desejada para melhor comunicação, como e sobretudo pela vivência de Celso Furtado com os quadros sociais e econômicos do mundo.

Na biografia de Franklin Delano Roosevelt, de Emil Ludwig, está assinalado que raramente os Estados Unidos teve na sua Presidência um detentor de tantos problemas do mundo, com um conhecimento seguro dos caminhos do mundo que passavam pelos sete mares e cinco continentes. E tudo isto se devia menos a leituras específicas e, mais e muito mais, às suas viagens pelo mundo afora. Homem rico, não lhe foi difícil conhecer o mundo, conhecê-lo por dentro e por fora. Tinha Roosevelt como dizia Ludwig, cultura objetiva, vendo, ouvindo e sentindo os problemas do mundo.

Celso Furtado não abandona os gabinetes, sem dúvida, como professor que o é, mas com cursos nas mais diferentes capitais e cidades do mundo, no contacto estreito com professores e alunos de Paris, de Londres e de Washington, cruzando ares e mares, os seus olhos e a sua mente, cruzam-se objetiva e subjetivamente, proporcionando-lhe com a sua inteligência privilegiada, conceituações, esquemas, análises, conclusões e programas que não se perdem na teorização inatingida nem na materialização simplista de mestre de obra.

É inteligência e ação, especulação e método, idéia e fato, ordem e coerência, exatidão e realidade, sensatez e profundidade, tudo bem cronogramado ao bom entendimento para o desempenho das responsabilidades de execução.

Celso Furtado é sem dúvida uma das raras figuras que podem se orgulhar de terem idealizado e programado um sistema, para executá-lo com as suas próprias mãos: a Sudene. E, na realidade, nada mais sério se fez neste país pelo Nordeste, do que a Sudene. Não importam as falhas que tenham aparecido, os senões, os desvios, as distorções, até mesmo as deturpações à margem

da lei, o que é fundamental é a mudança de mentalidade, a conscientização e a preparação do homem nordestino para uma tomada de posição em favor do seu futuro e do futuro do país.

MENSAGEM E LEI QUE INSTITUIU A SUDENE

Claro que a Sudene é obra de Juscelino Kubitschek que a antecipou com o lançamento da Opeho (Operação Nordeste), com vistas a tirar a região dos planos emergenciais de Governo, integrando-se em planos racionais de assistência e desenvolvimento.

É claro ainda que, o Presidente J.K. para criá-la, recorreu às mãos competentes de Celso Furtado. Como entregou Brasília à imaginação criadora de Oscar Niemeyer e à genialidade urbanística de Lucio Costa, também o fez com o Nordeste, passando, a Celso Furtado, as responsabilidades de justificar e propor a estruturação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

É obra definitiva e por isso aqui estão, não só o projeto que foi aprovado pelo Congresso Nacional, como a mensagem que o encaminhou. São documentos históricos e instrumentos válidos que trouxeram o Nordeste para o contexto nacional, sem mais necessidades de chapéu na mão para as ajudas nos momentos de aflição e dificuldade.

INSTITUIU A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

(Do Poder Executivo)

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças)

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. . . (SUDENE), diretamente subordinada ao Presidente da República, administrativamente autônoma e sediada em Recife, tem por finalidade:

- a) Estudar e propor as diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- b) Coordenar e controlar a elaboração e a execução dos projetos a cargo de órgãos federais na região;
- c) Executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos referentes ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos;
- d) Coordenar programas de assistência técnica estrangeira.

Parágrafo Único. Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Art. 2º A SUDENE será dirigida por um Superintendente, nomeado pelo Presidente da República, e que será responsável pela execução das resoluções do Conselho Deliberativo e pela representação ativa e passiva do órgão, em Juízo e fora dele, bem como em suas relações com terceiros.

Art. 3º A SUDENE compreenderá:

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Secretaria Executiva.

Art. 4º O Conselho Deliberativo será constituído de 21 membros, sendo 9 indicados pelos Governadores dos Estados do Nordeste — um por Estado —, 3 membros natos, o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos e 8 representantes dos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Agricultura;
- b) Ministério da Educação e Cultura;
- c) Ministério da Fazenda;
- d) Ministério da Saúde;
- e) Ministério da Viação e Obras Públicas;
- f) Forças Armadas;
- g) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- h) Banco do Nordeste do Brasil.

§ 1º São membros natos do Conselho Deliberativo:

- a) O Superintendente da SUDENE;
- b) O Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco;
- c) O Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

§ 2º Os Governadores dos Estados, sempre que desejarem, assumirão pessoalmente a representação dos seus respectivos Estados.

§ 3º Os representantes dos órgãos mencionados neste artigo e bem assim os membros natos do Conselho poderão, nos seus impedimentos, ser substituídos na forma a ser indicada pelo Regimento Interno da SUDENE.

Art. 5º À SUDENE incumbe:

- a) Receber e encaminhar ao Presidente da República, com parecer conclusivo, as proposições que incluam recursos para o Nordeste;
- b) Controlar, sem prejuízo das atribuições de controle deferidas a outros órgãos, os saldos de dotações orçamentárias, créditos adicionais, financiamentos e contas bancárias especiais dos gestores de projetos constantes do Plano Diretor, através dos elementos fornecidos pelos órgãos executivos;
- c) Examinar o emprego dos recursos financeiros, inclusive pela inspeção das obras, serviços ou quaisquer empreendimentos custeados pelos mesmos;
- d) Estudar e sugerir, relativamente à região, em articulação com o DASP;
- 1) A extinção de órgãos que perderem razão de ser, pela mudança de condições;
- 2) A transformação ou adaptação de órgãos que perderem funções, assumirem ou devam assumir funções novas;

- 3) A criação de órgãos para o exercício de funções novas ou melhor exercício de funções atuais;
- 4) As medidas necessárias à eliminação de duplicidade, concorrência ou oposição de funções.

§ 1º Para fins deste artigo, a SUDENE:

- a) Observará a adequação dos órgãos às suas finalidades e, especialmente, à parte que lhes cabe na execução do Plano Diretor;
- b) Avaliará a capacidade ou eficiência dos órgãos, em face dos recursos financeiros que lhes foram ou devam ser concedidos.

§ 2º O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil fornecerão à SUDENE, periodicamente, extratos das contas a que se refere o presente artigo.

Art. 6º Os programas anuais de trabalho das entidades federais na região serão elaborados em cooperação das diretrizes de um Plano Diretor aprovado pelo Presidente da República, mediante proposta do Conselho Deliberativo.

§ 1º Anualmente, o Plano Diretor será reajustado, acrescentando-lhe as diretrizes em previsões para mais um ano, de modo a assegurar a projeção trienal contínua dos empreendimentos programados.

§ 2º A SUDENE apresentará até 31 de março de cada ano, ao Presidente da República, relatório sobre a execução do Plano Diretor no ano findo.

Art. 7º A proposta Orçamentária do Poder Executivo conterá, mediante proposta da SUDENE, a especificação atualizada, dos programas e projetos a que se refere o artigo anterior, a serem executados no ano seguinte, com discriminação dos recursos orçamentários respectivos.

Art. 8º A SUDENE acompanhará e fiscalizará, técnica, contábil e administrativamente, a execução dos projetos cujos recursos sejam concedidos por seu intermédio.

Art. 9º Constituirá elemento essencial à representação de contas das despesas efetuadas com a realização de obras e com a aquisição e instalação de equipamentos, laudo passado pela SUDENE em que se atesta a execução parcial ou final dos empreendimentos propostos, condições técnicas satisfatórias e concordância com as plantas, projetos, orçamentos e especificações aprovados.

Art. 10º Incumbe ao Conselho Deliberativo:

- a) Submeter ao Presidente da República o Plano Diretor trienal e suas revisões;

- b) Formular, com base nos trabalhos técnicos da Secretaria Executiva, as diretrizes da política de desenvolvimento regional;
- c) Verificar e orientar a execução dos programas e projetos integrantes do Plano Diretor;
- d) Sugerir a integração dos planos estaduais de desenvolvimento na orientação do Plano Diretor;
- e) Pronunciar-se sobre as proposições da Secretaria Executiva referidas no artigo 13, alínea h, e encaminhar sugestões aos poderes competentes;
- f) Opinar sobre a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais que operam na região;
- g) Apreciar o relatório anual sobre a execução do Plano Diretor;
- h) Propor ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e aos dirigentes de órgãos não ministeriais subordinados à Presidência da República a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução dos programas, projetos e obras, inclusive em curso, bem como a fixação de normas para a sua elaboração.

Parágrafo Único — O Conselho Deliberativo poderá reunir-se em diferentes locais da região e na Capital da República deliberando por maioria de votos, sob a presidência de um de seus membros, escolhido na forma estabelecida no seu Regimento Interno.

Art. 119 À Secretaria Executiva compete:

- a) Elaborar o Plano Diretor;
- b) Coordenar a ação de outros órgãos ou entidades para elaborar os programas e projetos que se enquadrem no Plano Diretor;
- c) Assistir o Conselho Deliberativo, suprindo-o das informações, estudos e projetos que se fizerem necessários ao exercício das atribuições do mesmo;
- d) Coordenar e verificar a execução dos programas e projetos que consubstanciarem as diretrizes do Plano Diretor;
- e) Elaborar ou contratar a elaboração de projetos e dar assistência técnica a órgãos federais, estaduais e municipais na elaboração de programas e projetos que objetivem o desenvolvimento do Nordeste;
- f) Executar os projetos que foram diretamente atribuídos à SUDENE;
- g) Promover contratos com grupos privados, objetivando sua participação nos projetos compreendidos no Plano Diretor;
- h) Cooperar com o DASP no exame das proposições que incluem recursos para o Nordeste, formulando sugestões a respeito;
- i) Elaborar ou contratar a elaboração de estudos que permitam o estabelecimento e a reformulação periódica do Plano Diretor;
- j) Articular-se com os órgãos federais na região, a fim de obter o melhor rendimento de sua ação combinada;
- l) Articular-se com o Ministério da Fazenda e com o DASP, anualmente, a fim de imprimir ao Plano de Contenção de Despesas orientação consentânea com os propósitos do Plano Diretor;

m) Desincumbir-se das atividades administrativas indispensáveis ao exercício das atribuições da SUDENE.

Parágrafo Único. A Secretaria Executiva funcionará sob a responsabilidade imediata do Superintendente e terá sua estrutura fixada em Regimento aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 12º A SUDENE utilizará pessoal próprio ou requisitado, em regime de tempo integral, sempre que for possível.

§ 1º O pessoal próprio fica sujeito às normas da legislação trabalhista.

§ 2º O pessoal requisitado, quando em regime de tempo integral, poderá ter seu salário complementado conforme tabela aprovada pelo Presidente da República.

Art. 13º Para efeito de execução de projetos de sua competência, ou por ela aprovados, poderá a SUDENE propor, na forma da lei, desapropriações por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social.

Art. 14º Fica isenta de quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste e que sejam considerados prioritários pela SUDENE.

Art. 15º Estendem-se aos Estados referidos no art. 2º desta lei as disposições no art. 35º da lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 16º É instituído um Fundo Rotativo, à disposição da SUDENE, até a importância de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) destinado a auxiliar a execução do Plano Diretor.

Art. 17º As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados diretamente à SUDENE, quer para o funcionamento de seus órgãos, quer para a execução de projetos a seu cargo, serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

§ 1º As parcelas entregues pelo Tesouro Nacional à SUDENE serão depositadas em conta especial no Banco do Brasil, à ordem do Superintendente.

§ 2º Os saldos das dotações e créditos a que se refere o presente artigo, quando não utilizados no exercício, serão escriturados como "Restos a Pagar", com a vigência de cinco anos.

§ 3º O órgão executivo da SUDENE apresentará ao Tribunal de Contas os comprovantes das despesas efetuadas pela referida Superintendência no exercício anterior até o dia 31 de março do ano subsequente.

Art. 18º O Patrimônio da SUDENE é constituído pelo acervo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Decreto nº 45.445, de 20-2-59), incluídos os seus haveres, bens móveis, documentos e papéis do seu arquivo, que lhe serão incorporados na data de seu recebimento.

Art. 19º É transferido para a SUDENE o saldo da dotação global constante do Orçamento da Despesa para o Exercício de 1959 — no Subanexo 4.1.02 — Verba 1.0.00 — Consignação 1.6.00 — Subconsignação 1.0.23 — Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos — Item 3). Despesas de qualquer natureza com a manutenção do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (Decreto nº 40.554, de 14-12-56), inclusive elaboração de estudos, projetos e investigações econômicas e sociais, cabendo ao Poder Executivo adotar as medidas administrativas convenientes.

Art. 20º Dentro de 60 dias o Poder Executivo baixará decreto dispondo sobre a organização e funcionamento da SUDENE, de acordo com o disposto na presente lei.

Art. 21º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 79—A DE 1959 DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Dentre os grandes problemas de governo, cuja solução reclama uma reformulação ampla, fugindo aos critérios tradicionais, nenhum oferece, no momento presente, maior gravidade e transcendência que o da crescente disparidade de grau de desenvolvimento e de nível de vida entre diferentes regiões do País, o curso do desenvolvimento econômico do Brasil nos dois últimos decênios está a exigir do Governo uma nítida consciência do problema. Para construir uma grande Nação industrializada, solidamente unida por vínculos de interdependência espiritual e material, urge não permitir que se formem no território nacional sistemas econômicos semi-automáticos, erigidos de interesses adversos, onde germine o ressentimento político ou até mesmo o antagonismo ideológico pondo em perigo a unidade nacional.

Os estudos técnicos, que mandei realizar sobre a conjuntura econômica do Nordeste, convenceram-me de que não estamos no caminho certo. É indispensável marchar no sentido da retificação do processo de nosso desenvolvimento econômico, de maneira a evitar o desequilíbrio que cada vez mais se parenteia. Com esta Mensagem, tenho a honra de propor a Vossa Excelência a criação da base administrativa, que assegurará ao Governo o instrumento hábil para lograr a plena efetivação de uma nova política de desenvolvimento regional, capaz de corrigir a atual tendência à excessiva concentração geográfica da renda.

Esta proposta de reaparelhamento administrativo foi precedida de um novo equacionamento do problema de uma reformulação básica nacional. Já logrou o Governo definir um conjunto de diretrizes que deverão nortear o seu esforço em prol do desenvolvimento da economia nordestina. Sabemos o que queremos. Faltam-nos apenas os instrumentos adequados à consecução dos objetivos já definidos.

Militam a favor da reforma administrativa aqui sugerida as seguintes razões:

1) Urge concentrar o máximo de esforços do Governo Federal, em cooperação com as autoridades estaduais, para eliminar ou reduzir substancialmente dentro de prazo razoável, as extremas disparidades de nível de vida que existem atualmente entre o Nordeste e a região Centro Sul do País, de maneira a lograr a plena integração dos dois sistemas econômicos semi-autônomos ora existentes, fortalecendo a consciência de interdependência e de autêntica solidariedade do povo brasileiro.

2) É conveniente que a região nordestina seja considerada como um todo, cujo crescimento deverá ser orientado no sentido da incorporação das terras disponíveis entre o Nordeste e o eixo Belém-Brasília, confluindo com o movimento de penetração, que presentemente se opera do Centro Sul em direção à nova Capital.

3) É indispensável que a ação do Governo Federal no Nordeste obedeça a uma unidade de propósito e seja orientada por objetivos bem definidos. Uma política racional e metódica de desenvolvimento poderá custar ao Nordeste e ao País muito menos do que ação assistencial esporádica, exigida pelas secas.

4) É conveniente prestar aos Governos estaduais a necessária assistência técnica, a fim de que os mesmos estejam aparelhados para concentrar os seus esforços nos projetos de desenvolvimento de maior interesse para a região no seu todo, tendo em vista uma maior integração do mercado regional e necessidade de facilitar a circulação de fatores econômicos da mesma região.

5) É imprescindível lograr, de imediato, uma cooperação mais estreita dos distintos órgãos federais que atuam no Nordeste. A forma mais rápida e eficiente de alcançar essa cooperação é realizar a integração administrativa desses órgãos, na etapa de planejamento. Elaborados os programas anuais de trabalho, cada órgão se encarregará da execução no respectivo setor.

Essa coordenação no que toca ao planejamento, deverá ser realizada pelo órgão elaborador das diretrizes de uma política racional de desenvolvimento regional é condição necessária à coordenação na etapa executória.

6) A ação do Governo Federal no Nordeste deve ser dirigida por uma unidade de propósito que só pode existir quando cabe a um só órgão a responsabilidade de formular a política do desenvolvimento da região. Pretende-se também conseguir um adequado entrosamento na etapa da elaboração dos planos de trabalho passando das diretrizes gerais para os projetos específicos. A distribuição de recursos deverá ser feita em função de projetos individuais,

o que permitirá a concentração dos esforços, a estimativa realista dos custos de cada empreendimento e a fixação de prazos para conclusão de cada tarefa.

7) A descentralização na etapa executiva apresenta a vantagem de não sobrecarregar o novo órgão na fase inicial de trabalhos, dando-lhe tempo para desenvolver uma estrutura mais flexível, sem os entraves das formas administrativas convencionais conjugando os seus recursos para a execução de uma gama de projetos de alta prioridade, definidos no Plano de Ação, já elaborado pelo Governo.

A unidade administrativa, cuja criação é agora pronosta, deverá estar aparelhada com especialista em desenvolvimento econômico, cabendo-lhe: a formulação do Plano Diretor e o detalhamento deste em programas de trabalho a serem executados pelos órgãos federais que atuam na região; acompanhar a execução dos referidos programas de trabalho; sugerir as reestruturações administrativas adequadas ao melhor índice de eficácia na ação; chamar a si a execução direta de determinados projetos e proceder à revisão anual do Plano Diretor, cujos objetivos serão definidos com referência a um período mínimo de três anos.

Ao solicitar do Congresso a criação do órgão aqui proposto, desejo afirmar a minha convicção de que o problema do Nordeste, no seu quadro atual, não pode ser atacado com meias medidas. Apesar da profunda descrença com que o povo Nordestino tem recebido os paliativos com que sucessivos Governos procuram mitigar as agruras da conjuntura econômica da região, somente a ação governamental poderá alterar o curso dos acontecimentos. De fato, o setor privado está operando como instrumento de descapitalização da região e a drenagem de capital rumo ao Sul do País só não assumiu proporções catastróficas, graças à ação do Governo federal no sentido de compensar essas vultosas transferências de recursos.

É preciso dar novos fundamentos e novas diretrizes à política administrativa do Governo federal com relação ao Nordeste. Os trabalhos técnicos que me foram submetidos convenceram-se plenamente de que o Governo está em condições de assumir com o País a grande responsabilidade de integrar o Nordeste no ritmo de desenvolvimento econômico nacional.

Aceita essa responsabilidade ingente na convicção de que chegou a hora de se saldar o nosso débito de honra para com o Nordeste. Ao heróico povo nordestino, cujo apego ao torrão natal, em meio a todas as vicissitudes climáticas, preservou intocada a unidade nacional, é preciso dar agora os recursos e o aparelhamento técnico capaz de arrancar a economia regional das garras seculares do subdesenvolvimento.

Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 1959

Juscelino Kubitschek.

CURRICULUM

Nascido em Pombal, Paraíba do Norte, em 26 de Julho de 1920.

Filho de Maurício de Medeiros Furtado e Maria Alice Monteiro Furtado.

Fez seus estudos primários no Grupo Escolar Epitácio Pessoa, da cidade de João Pessoa e os estudos secundários no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro), em 1944.

Participou da Força Expedicionária Brasileira.

Doutorou-se em Economia na Universidade de Paris em 1948.

Integrou o Secretariado Técnico da Organização das Nações Unidas de 1949 a 1956, onde ocupou o cargo de Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Fez estudos de especialização na Universidade da Cambridge (Inglaterra) de 1957 a 1958.

Foi Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) de 1948 a 1960.

Foi Superintendente da SUDENE de 1960 a 1964.

Ocupou o posto de Ministro Sem Pasta para o Planejamento no Gabinete Parlamentar Hermes Lima e o mesmo cargo no primeiro Ministério Presidencial João Goulart, entre 1962 e 1963.

Foi professor visitante na Universidade de Yale, de 1964 a 1965.

A partir de 1965 ocupou o cargo de professor de economia (especialidade Desenvolvimento Econômico) na Universidade de Paris (Panthéon-Sorbonne). Em 1972 esteve como professor visitante na American University (Washington, D.C.USA) e de 1973 a 1974 como professor visitante na Universidade de Cambridge (Inglaterra).

Em 1975 aceitou um cargo de professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde permanecerá um semestre anualmente.

Durante o outro semestre continuará lecionando na Sorbonne.

DIOGO VELHO CAVALCANTI

Albuquerque, Diogo Velho Cavalcanti de (Visconde de Cavalcanti)
Paraíba em Direito; Conselheiro de Estado

Indicação biobibliográfica:

- 1 – A. Tavares de Lyra, “Os Ministros de Estado da Independência à República” RIHGB, vol. CXIII, pp. 27 e 28;
- 2 – Biografia – Catálogo da Exposição de História do Brasil, 15.342 e 18308.

CARGOS ELETIVOS:

03.05.1857 a 16.09.1860 – Deputado – 10ª Leg. 3º Dist. PB
03.05.1861 a 12.05.1863 – Deputado – 11ª Leg. 1º Dist. PB
11.05.1869 a 22.05.1872 – Deputado – 14ª Leg. 1º Dist. PB
21.12.1872 a 12.09.1874 – Deputado – 15ª Leg. 1º Dist. PB
10.09.1875 a 10.10.1875 – Deputado – 15ª Leg. 1º Dist. PB
06.03.1877 a 15.11.1889 – Senador
RN

CARGOS EXECUTIVOS:

05.11.1859 a 12.07.1860 – Presidente de Província PI
27.08.1868 a 25.07.1869 – Presidente de Província CE
30.10.1870 a 26.10.1871 – Presidente de Província PE
10.01.1870 a 28.09.1870 – Ministro 23º Gab. IIº Império-Agricultura
25.06.1875 a 14.02.1877 – Ministro 26º Gab. IIº Império-Justiça
15.02.1877 a 04.01.1878 – Ministro 26º Gab. IIº Império-Estrangeiro.

(Do livro “Parlamentares do Império”, de Octaciano e João Serno – Firmo – Edição do Senado Federal).

Esta Paraíba até parece almojarifado de Presidentes de Províncias e de Ministros de Estado. Nas dificuldades nos tempos coloniais, as Cortes Portugue-

sas recorrem a um Feliciano Dourado para resolver altos problemas internacionais com a Holanda, com a França e com a Itália, e ainda dele precisam para as indicações de capitães-mores, fazendo-o Presidente do Conselho de Ultra-Mar de Lisboa; trazem dos engenhos paraibanos para Lisboa, um jovem, Vidal de Negreiros, para prepará-lo na carreira das armas e em seguida devolvê-lo ao Nordeste com a missão de organizar a restauração de toda região das mãos holandesas. No Império, Francisco de Paula da Silveira Lobo, João Florentino Meira de Vasconcelos e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, além de servirem nos altos Conselhos do Império, estavam sempre mobilizados para o governo de Províncias, inclusive grandes províncias como Minas Gerais. Na República, então, começou por Aristides Lobo, que foi Ministro do Interior do Marechal Deodoro, prossequindo por Epitácio, marcando época com José Américo e chegando de novo ao comando do País, com o General Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército, como membro da Junta Governativa que sucedeu ao Presidente Arthur da Costa e Silva.

Vários paraibanos andaram e andam emprestando suas qualidades de comando nos Governos dos Estados. E tudo começou com Vidal de Negreiros à frente da Província do Maranhão (incluindo o Pará), logo após a expulsão dos holandeses do Nordeste. Irineu Joffily, por exemplo, foi Interventor do Rio Grande do Norte, em 1930, e, hoje, lá está Tarciso Maia, como seu Governador, e de cujo Estado já foi Deputado Federal. Otavio Correia, de Umbuzeiro, como Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, esteve à frente do Governo mais de ano, enquanto Barbosa Lima e Neto Campelo disputavam na Justiça Eleitoral a verdade das urnas. Os atuais Governadores de Alagoas e Pernambuco, Divaldo Suruagy e Dirceu Arcoverde, têm os pais paraibanos, aliás da mesma cidade de Patos, no alto sertão.

Nesta ordem de idéias, não surpreende que Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Cavalcanti, tenha sido, além de Senador pelo Rio Grande do Norte, Presidente do Piauí, Ceará e Pernambuco, além de Ministro de Estado, por três vezes e em pastas diferentes, agraciado que foi como Comendador da Ordem de Cristo, Grã-Cruz de Villa-Viçosa de Portugal e da Coroa Real da Prússia, Conselheiro do Imperador.

Liberato Bittencourt o distingue em "Paraibanos Ilustres":

"Político, advogado e administrador de grande valimento, nasceu no Pilar (Paraíba), a 9 de Novembro de 1829, formou-se em Direito na cidade de Olin-da (Pernambuco), dedicou-se de corpo e alma à política, sendo grande na lucidez de inteligência e dotado de notáveis qualidades de carácter, austero e firme".

A. Tavares de Lyra, em "Ministros de Estado da Independência à República", salienta que Diogo Velho "tornou seus salões célebres, freqüentados pelos mais ilustres representantes da diplomacia, da política, da literatura, das artes, onde sua esposa irradiava formosura e hospitalidade, contando com amigo dos mais íntimos, o Duque de Caxias".

E toda esta estrutura de homem e de político, veio de origem modesta.

Quem passa pela rodovia João Pessoa — Campina Grande, muito tem que admirar de uma das mais belas fazendas da Paraíba — o CHAVES — onde o velho “Ribeirinho” e D. Seraphina — padrões de nossa aristocracia rural — transformaram-na num dos recantos mais acolhedores e aprazíveis da Paraíba, conhecido e proclamado por toda gente privilegiada que devorou os seus famosos queijos de manteiga, tomou do seu leite de gado, comeu de sua carne de sol e repousou nas suas redes de varandas, ricamente bordadas. Ali, como diz J. Veiga Junior em palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, em 22 de Agosto de 1937, “este varão admirável que foi Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque teve por berço modesta casa de engenho, no local hoje conhecido por fazenda Chaves, no município do Pilar, onde nasceu na manhã veronal de 9 de Novembro de 1829. Aí, desenvolveu-se em porte e entendimento; aí, aligeirou os rudimentos de leitura e escrita”.

Otávio, Edson e Jorge Ribeiro Coutinho que herdaram o Chaves, têm assim grandes responsabilidades, não só por sucederem diretamente figuras tão marcantes da vida rural paraibana, como porque, do CHAVES, partiu para os primeiros escalões do Império, o Visconde de Cavalcanti.

Completo estes traços de uma vigorosa personalidade que a Paraíba mais uma vez projetou à Nação com esta palestra de Veiga Junior, um dos mais modestos servidores públicos da minha terra e um dos seus pacientes e argutos pesquisadores de sua história.

Veiga Junior se foi mas deixou o que se ler com agrado e orgulho, da forma ao conteúdo, como, entre muitas das suas colaborações, esta:

VISCONDE DE CAVALCANTI

Quis o meu prezado amigo, sr. cônego dr. Florentino Barbosa, quando na Presidência ocasional da última sessão, que fosse eu o segundo orador da série de palestras que o Instituto Histórico, no apreciável intento de dar mais vida às suas reuniões, entendeu inaugurar.

O primeiro orador, que foi o passo talentoso consócio dr. Horácio de Almeida, discursou, com o encanto da sua palavra vigorosa e ágil, sobre esse ramo difícil da Arqueologia que é a Numária. Eu, porém, trôpego de conhecimentos mais profundos, irei bater à porta da Biografia, arrimado ao bastão quebradiço da minha pobreza de idéias. Não que o campo seja ameno, bem o sei; contudo mais depressa se apanha um biógrafo do que um numismata...

Mas, só um TOUR DE FORCE de eufemismo, se poderá levar à conta de biografia, esse setor tão explorado, ainda que realmente árduo da História, os ligeiros dados que coligi sobre o Visconde de Cavalcanti, e que servirão de objeto à fastídica tertúlia de hoje.

Tem cabida a homenagem. Os que visitam esta casa precisam saber que as duas soberbas telas que opulentam a sua modesta pinacoteca não estão ali

apenas como obra-prima do Duque de Albuquerque, mas também como preito devido a dois vultos de notável relevo do segundo Império, um dos quais paraibano.

O VISCONDE

Poucos homens públicos do segundo reinado foram tão felizes quanto o Visconde de Cavalcanti. Feliz porque benquisto pelos amigos e admirado pelos próprios adversários; feliz porque, dotado de peregrina inteligência, conseguiu recursos bastante para cultivá-la; feliz porque, ingressando moço ainda na magistratura, galgou todas as posições a que podia aspirar numa época em que se catava o homem para o cargo; feliz porque soube confundir inimigos pequeninos, com a muralha do seu caráter inteiriço; feliz, finalmente, porque uniu-se a uma dama “que era, em formosura, juventude e fortuna, o melhor e mais encantador partido do Rio de Janeiro”, no dizer de um ilustre contemporâneo.

Este varão admirável, que foi Diogo Cavalcanti de Albuquerque, teve por berço modesta casa de engenho, no local hoje conhecido por Fazenda Chaves, encravada no município do Pilar, onde nasceu na manhã venoral de 9 de Novembro de 1829. Aí, desenvolveu-se em porte e entendimento; aí, aligeirou os rudimentos de leitura e escrita.

O amor aos livros, aliado a uma inteligência que se denuncia promissora, leva-o bem cedo ao vestíbulo da antiga Academia de Direito de Olinda, deixando marcado renome entre professores e colegas, ao concluir o lustro acadêmico. Conquistada a borla e o capelo, não se apouca nos tropeços de uma promotoria do interior, que foi sempre o aniquilamento de muitos valores. A sua estrela propícia guia-o para os meandros da política — aventureira para muitos e venturosa para poucos. Conheceu-lhe os segredos; mediu-lhe as seduções e as negaças. Foi o político hábil e arguto, desdobrado, mais tarde, no estadista reto e sisudo.

Bom psicólogo, observava o caráter daqueles que o cercavam, de modo que quando um ou outro político procurava atirá-lo numa alhada, era certo que Diogo Velho tinha, presto, o meio de como livrar-se do golpe solerte.

Deu disto mostras incontrastáveis num tempo em que os liberais, conquanto menos palreiros, foram bem mais sagazes que os de hoje. E o Visconde era genuíno conservador ou “baeta”, como se dizia na gíria provinciana do Sul.

Não precisamos destrinçar fatos para a documentação do nosso asserto. São eles bem conhecidos, porque são de ontem. Vivem ainda várias figuras da época: o desaparecimento do Visconde data de apenas 38 anos.

Particularizemos, porém, o honroso ascenso do conspícuo nortista, foi, sucessivamente, deputado provincial, deputado geral e senador do Império pela Paraíba e Rio Grande do Norte.

Ministro de Estado três vezes e do Conselho do Império, foi agraciado com as comendas da Ordem de Cristo, Grã-Cruz da Vila Viçosa de Portugal e da Coroa Real da Prússia. Permitiu-lhe D. Pedro II os serviços notáveis prestados ao Império, com a coroa de Visconde, título que conquistou ainda muito moço.

O advento da República cortou, no apogeu, a carreira vertiginosa de um homem de Estado que, aos 50 anos, já havia vingado todos os postos na escala político-administrativa.

Da Europa onde se encontrava, acompanhou, num gesto de nobre solidariedade, o infortúnio do Imperador destronado.

O novo regime deu ensanchas a um refocilamento de que estava carente o exílio voluntário. Os negócios de Estado, absorvendo-lhe todos os lazeres, ameaçavam a saúde daquela compleição franzina.

Em Paris, para onde conduzia também a família, não teve um descanso absoluto. De lá nos manda o seu livro "Notice generale sur les principales lois promulguées au Brésil de 1891 à 1895", obra conscienciosa de um analista consumado. Já nos seus anteriores relatórios e discursos parlamentares revelara acentuado poder de observação e crítica.

Diogo Velho era inimigo ferrenho de solicitar favores para si ou para outrem, motivo porque não pôde agradar a todos os parentes e amigos. Ainda assim, bem poucos homens públicos foram tão estimados como ele.

Rara a habitação na Paraíba onde não se mostrasse, num pano de parede, o retrato do Visconde. No salão do rico, a ostentar-se em dourada moldura; na sala humilde do pobre, encaixilhado, modestamente, em pinho ou cedro.

Ainda hoje, tem vindo parar nesta Casa alguns desses quadros.

Mas como todo o homem público, Diogo Velho teve adversários; adversários invejosos da felicidade que lhe prodigalizaram os bons fados.

Consoante já referi, o Visconde possuía como esposa a dama mais formosa da Corte. Jamais lhe perdoram isto. Daí a inveja. Desta gerou-se a calúnia. Procurou-se difamar o varão ilustre e probo. O vilipêndio era cochichado, à sorrelfa, para ampliar-se, depois, sob a forma de boato. E não se indagava da sua legitimidade.

A fantasia, ou melhor, a aoscuvilhice ociosa dos cafés e das esquinas jamais estancou, nem mesmo diante da integridade daquele lar feliz.

Já Diderot, no seu tempo, assim se externava sobre a calúnia. "Ela desaparece pela morte do homem obscuro; mas de pé, junto da urna de um grande homem, ocupa-se, ainda passados séculos, a remover com um punhal as suas cinzas".

Celso Mariz, porventura o mais cético não obstante um dos mais conscienciosos dos nossos historiôgrafos, faz a seguinte referência ao conselheiro Diogo Velho:

“Em 70, Diogo vai governar Pernambuco. Essa última nomeação é feita em outubro no ministério 29 de setembro (Vis. de S. Vicente) e após a passagem do ilustre paraibano pelo gabinete 16 de julho. Af serviria o já então Visconde de Cavalcanti, durante os últimos nove meses do governo Itaboraí, na pasta da Agricultura, ao lado do chefe egrégio e de Uruguai, Paranhos, Muritiba, Cotegipe e José de Alencar. Desde cedo, Diogo Velho se impusera a essa alta posição pela inteligência aplicada, energia e desembaraço na defesa das pequenas províncias.

Já em 1861, da segunda vez que fora deputado, discutindo o orçamento do Império criticara a divisão territorial das nossas circunscrições e de sua apresentação na Câmara Geral. Pode reparar neste discurso que foi longo e veemente que os filhos das pequenas províncias não fossem chamados à alta direção dos negócios públicos por falta de uma bancada numerosa que lhes prestasse apoio e adesão. Quem assim falava se havia de impor e impôs-se toda a vida.”

Sempre temperado nos seus conceitos, o ilustre autor dos “Apanhados Históricos” não vacilou, como se vê, em fazer ao eminente titular o maior, o mais expressivo elogio.

Assediado por um mal insidioso, o Visconde procura as margens acolhedoras da Paraibuna, num recanto de Juiz de Fora, onde encontra, não a saúde almejada, mas a morte traiçoeira (14 — junho — 1899), deixando o pranto nos olhos da esposa estremecida e dos filhos queridos; a saudade e o vazio no coração dos amigos, daqueles que tiveram a ventura de privar de sua intimidade.

A pátria exprimiu seu pesar pelas vozes autorizadas de Álvaro Machado no Senado Federal e de Trindade Henrique, na Câmara dos Deputados, em sentidas orações fúnebres.

A VISCONDESSA

Foi d. Amélia Machado de Coelho e Castro, depois Viscondessa de Cavalcanti, uma das damas mais notáveis do Rio de Janeiro. Pelo seu vivismo talentoso, pela sua ilustração, pela sua impressionante beleza fisionômica de clássicas linhas gregas, pela elegância natural do seu porte, pelo bom gosto apurado e luxuoso do seu vestir, pelas condições favoráveis da sua fortuna e pela sua bondade proverbial, tinha todas as condições para ser uma das primícias figuras do seu tempo, para presidir, com o máximo prestígio, a um povoado e frequentado salão.

Rebento de tradicional família Coelho e Castro e pupila de Mariano Procopio Ferreira Lage, encarnava todas as prendas desejáveis numa esposa ideal.

E não foram poucos os seus requestadores. Em seu redor, por essa época, todas as ambições e sonhos, dos mais prendados, ilustres e nobres, moços e velhos faziam círculo e séquito, admirado e reverente.

Luiz Guimarães Junior, diplomata, jornalista, poeta, comediógrafo, roman-

cista e membro da Academia Brasileira foi um dos seus mais ardentes apaixonados: “Não se atrevia a passar do chão que ela pisava”.

Traslado para aqui o soneto célebre, de sua autoria, dedicado à nobre dama sob o título “A Borralheira”:

“Meigos pés, pequeninos, delicados,
Como um duplo lilaz — se os beija-flores
Vos descobrissem entre as outras flores
Que seria de vós, pés adorados!

Como dois gêmeos silfos animados,
Vi vos ontem pairar entre os fulgores
Do baile, ariscos, brancos, tentadores,
Mas, ai de mim! como os mais pés calçados

Calçados com os mais! que desacató!
Disse eu... Vou já talhar-lhes um sapato
Leve, ideal, fantástico, secreto...

Eil-o. Resta saber, anjo faceiro,
Se acertou na medida e sapateiro:
Mimosos pés, calcei este soneto”.

Houve um distinto parlamentar que pôs em jogo uma pasta, contanto que valsasse com a jovem dama.

O fato passou-se com Pedro Luiz Pereira de Sousa, também poeta e ainda jornalista e político. Como político, foi mais feliz que o sobrinho e afilhado adotivo. Vivendo numa monarquia não podia ser presidente da República e não sendo presidente da República, não podia insinuar um sucessor que lhe acarretasse o desterro e o olvido...

Conta-se que, numa recepção no Palácio Isabel, valsava, o ardoroso parlamentar com a futura Viscondessa, quando, inesperadamente, assoma ao salão nobre a figura respeitabilíssima do Imperador. A orquestra interrompe os acordes; todos os pares se acercam de d. Pedro II, rendendo-lhe as homenagens da pragmática.

Entretanto, Pedro Luiz, fingindo-se despercebido do que lhe vai em torno, acena à orquestra que continue, e deixa-se envolver na vertigem da valsa.

Todos censuram, acrimoniosamente, doidos de inveja, o destempero de Pedro Luiz.

O Imperador observa a cena, ouve os comentários e cala.

Passam-se os meses. Ao ser lembrado o nome do valsante para ministro, o velho monarca vetou-o com esta frase singela e irônica; “É cedo. O Pedro Luiz é um homem que ainda valsa”.

O tio do último presidente da chamada República Velha, pelo seu amor a

Amélia e devoção a Strauss, quase não é presidente de província, nem ministro, posições que, realmente galgou, anos mais tarde.

EM PARIS

Estamos em Paris. D. Amélia já agora é a Viscondessa de Cavalcanti. A Monarquia que está por um fio, quer prestar uma derradeira homenagem à dedicação e lealdade de Diogo Velho. Nomeia-o Comissário do Brasil junto à famosa Exposição Universal de 1889.

Vai inaugurar-se o nosso pavilhão nesse certame. A hora é solene. Todas as atenções estão voltadas para o chefe de Estado, que se aproxima. É o presidente Sadi Carnot e todo o Ministério.

Esse mesmo Carnot que, 5 anos mais tarde vai ser sacrificado à sanha mór-bida do anarquista Caserio, penetra sorridente e feliz no deslumbramento daquela grande feira, detendo-se no pavilhão do Brasil. É-lhe apresentado o Visconde. Este apresenta a Viscondessa.

Emocionado, embevecido diante da beleza fascinante da brasileira, o presidente Sadi Carnot, gaulês irreverente, mas sincero, parisiense artista e galante, não se contém e contemplando-a, diz ao seu ministro do Estrangeiro: "C'est un bel échantillon"!

De fato, o Brasil havia mandado a sua mais bela amostra.

Proclamada a República no Brasil, os Viscondes permaneceram na França.

Ao lusco-fusco do século XIX, tiveram de voltar à pátria.

Aquilo que as sumidades médicas de Paris não puderam dar, pretendiam obter da terra bem amada: a saúde do Visconde.

Baldada esperança!

Desaparecido o consorte dileto, houve d. Amélia de volver à Europa, de tornaviagem, aonde a levariam cuidados e zelos maternos pela educação dos seus dois filhos, notadamente de sua filha Stela a quem consagrava especial afeto. Exilava-se, novamente a Viscondessa num dilatado período de um quarto de século na capital francesa, centro de arte e luxo.

Formando em engenharia seu filho Fernando, e casada a sua filha Stela com o Marquês de Marchesini, camarista de Leão XIII, volta a Viscondessa ao Brasil, em 1926.

Restituída à pátria, depois de longo e voluntário exílio, fez-se preceder de magníficos dons ao Museu Nacional de Belas Artes.

Efetivamente, a viúva do Conselheiro Diogo Velho doou ao patrimônio nacional, telas valiosas de Bonnet, de Madrazo, de Cabanel, de Neuville, Leon Bonnat o grande mestre do retrato da geração que precedeu a de Jacques Emile Blanche, de la Gandarra Boldins... indo da elegância feminina à tela oficial dos presidentes, ministros, sábios e marechais. Se Bonnat não está todo no Luxemburgo, ou no Louver, é porque, por uma galanteria de artista, le-

gou toda a sua obra ao museu de sua terra, o Museu Bonnat de Bayonne, obrigando os seus admiradores a irem aos Pyrénées, para vê-la, como os devóis de Velasquez vão ao Prado, de Madri.

Não só o seu retrato de tamanho natural ofertou d. Amélia à Pinacoteca Nacional, mas ainda um autêntico Madrazo, representando aquela linda flor humana — na qual a mãe se revia com orgulho — que era a sua filha Stela; um quadro “O Árabe”, de Cabanel e um curiosíssimo desenho a lápis de cor, de Neuville.

Tornando à terra natal para exilar-se de vez à sombra acolhedora da “Cidade das Hortências”, a digna senhora, hoje velhinha é ainda admirada, não já pela sua beleza, que esta o tempo destruiu. Mas pelos dotes de inteligência e de caráter que são um perene ornamento.

HISTÓRIA DE DOIS QUADROS

Corria o mês de junho de 1899, quando no dia 14, o telégrafo traz à Paraíba a infausta nova do falecimento do Visconde de Cavalcanti.

A República, ainda em plena infância, não permitiu que o nosso sentimento correspondesse ao tamanho da perda. Era forçoso não melindrar as sensíveis das instituições nascentes. . .

Os jornais da época, meio tíbios, fugiram ao derramamento tão comum nos necrológicos de todos os tempos. Não convinha gastar muita cera com um defunto monarquista.

Destarte o noticiário foi sóbrio, somente “para constar”.

Restava aos parentes chorarem sozinhos o morto estremecido.

A família do Diogo Velho era aqui representada por uma irmã deste, d. Virginia Cavalcanti de Albuquerque que morava em companhia de dois filhos e uma neta, num antiquado casarão que cedeu lugar à atual vivenda do dr. Izidoro Gomes, no Tambiá.

Recordo-me perfeitamente, da visita do meu pai, da nossa visita àquelas criaturas em desespero.

Foi um encontro pungente.

Choravam a desconcertante realidade daquela morte e a dura incerteza no pão do dia seguinte. Fora-se um irmão e um tio que, na verdade, não era senão um pai.

Pouco sobreviveu d. Virginia ao Visconde, deixando de herança à família, duplamente golpeada, a mais desoladora penúria.

Historiemos a via-crucis dos três descendentes de Diogo Velho. Tiveram de entregar o edifício senhorial do Tambiá, para abrigarem-se à sombra de uma tapera na rua do Portinho.

Passaram a viver da comisseração dos parentes e daquilo que lhe podia mandar o irmão dr. Diogo Velho Sobrinho, advogado no extremo Sul. Tardava este às vezes. As necessidades aumentavam. A reduzida parentela cansara. Retraíra-se. Não por sórdida mesquinhês, mas porque era pobre também. Entra-

ram, então, a alienar as jóias de estimação, que iam parar às mãos cúpidas dos onzenários.

Reduzida a vil metal as últimas peças de ouro, recorreram aos velhos móveis de jacarandá. Afeitos a uma relativa abundância, não atinavam com uma iniciativa que desviasse o curso daquela miséria.

Já não havia ali senão toscas tripeças, nada que representasse valor.

Havia, sim. Ainda exibiam as paredes daquele casebre, onde faltava tudo, o luxo de dois quadros insolentes. Quadros que constituíam uma afetuosa lembrança do Visconde, quando de sua última viagem ao norte.

E não queriam sacrificá-los! Não que se apegassem ao seu valor intrínseco, que desconheciam, mas ao valor estimativo, que para eles era subido.

O Visconde e a Viscondessa, debruçados naquelas custosas molduras, dir-se-ia insensíveis a tudo. E iam sendo poupados.

Parece incrível que uma taipa esburacada, espremida numa rua tortuosa de remota cidade do Brasil, escondesse duas jóias trabalhadas pelo pincel genial de pintor europeu da estofa de Lebatut.

Aquela gente era rica e morria de fome!

Chegou, porém, a vez do vendeiro cortar o fornecimento de gêneros. Não mais podia fiar.

Não houve jeito. Impôs-se o sacrifício das duas telas para resgate de uma dívida de pouco mais de 200\$ 000.

O vendeiro reluta em aceitar o penhor. Para que queria aqueles retratos de gente estranha? Anui, afinal. Não porque conhecesse o valor dos quadros, é óbvio, mas, talvez enternecido diante das lágrimas dos devedores.

Consumou-se a transação original, ignorando uma parte o que oferecia e a outra o que aceitava.

Não mais foram reclamadas as telas. Os sobrinhos dos Viscondes ganharam rumos diversos.

Decorridos longos anos, o antigo vendeiro prospera, tornou-se o conceituado capitalista que é hoje o sr. Alfredo Athayde. Testemunhas mudas da sua prosperidade, permaneceram os quadros em poder do segundo proprietário, até o dia em que o sr. Athayde recebe a visita de um cidadão entendido, que o convence de que é possuidor de uma preciosidade.

Mas o honrado capitalista não se prevalece da descoberta do amigo para explorar aquele penhor sagrado. Num gesto largo de renúncia faz doação ao nosso Instituto, das duas telas que reproduzem ao natural os Viscondes de Cavalcanti e que constituem o orgulho da nossa incipiente galeria.

É inútil insistir sobre o vulto da oferta. Os quadros valiam, em 1922, quarenta contos de réis, aproximadamente, segundo estimativa do nosso preclaro consócio dr. Alcides Bezerra, diretor do Arquivo Nacional.

É tempo de concluir, senhores. A minha narrativa vai longe.

Antes, porém, quero dirigir-vos um apelo: cuidemos da restauração daque-

les quadros. O caruncho já inicia a sua obra devastadora.

Não devemos consentir que, por incúria nossa, se venha a perder, de todo, duas peças de valor inestimável.

Que diriam de nós, se tal viesse a acontecer os murmuradores de todos os tempos? É verdade que contra essa casta de gente não há prevenção possível. Não há impunhar a palmatória ameaçando o mundo. A mão é de tal forma grande que a mais violenta palmatoada não chegaria a doer. . .

NOTAS: — O Visconde de Cavalcanti era filho de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e d. Angela Sofia Cavalcanti Pessoa; a Viscondessa era primogênita do dr. Constantino Machado de Coelho e Castro e de Mariana Barbosa de Assis. Foi agraciado com o título de “Visconde com grandeza”, por decreto imperial de 30-5-1888”.

TRADIÇÃO DE POBREZA

Não fugiu, Diogo Velho, à tradição de pobreza dos homens públicos da Paraíba, em sua maioria.

Naquela época, o pagamento dos vencimentos dos funcionários e representação dos parlamentares, era realizado na própria Câmara. Ante fila compacta, Samuel Duarte dizia que raro era o parlamentar do Sul que integrava a fila. Recebiam, os sulistas, através de procuradores, enquanto os do Norte e Nordeste, estavam ali a postos, pacientemente. Sem outras fontes de renda, vivendo, em sua grande maioria, dos proventos do mandato, os parlamentares de nossa região não podiam esperar um dia, nem se dar ao luxo de prepostos para transações bancárias.

Raul de Góes é testemunha da pobreza em que voltou à Paraíba, o velho parlamentar Cláudio Oscar Soares que, depois de 14 anos Deputado Federal, precisou de um modesto emprego público no Patrimônio do Estado da Paraíba, para uma velhice honrada. E tinha sido ele membro constante da Comissão de Orçamento, dando pareceres sobre milhões! . . .

Humberto Lucena, quando ficou sem mandato, ao perder a eleição para Senador, entre 1970-1974, conseguiu sobreviver numa assessoria que o Senador João Calmon lhe arranhou, na Superintendência dos Diários Associados. Janduhy Carneiro foi Deputado Federal um quarto de século, não tinha um emprego, deixando, à família, um apartamento e uma pensão do Instituto dos Congressistas. Petrônio Figueiredo que podia ter sido próspero advogado em Campina Grande, tinha inteligência e talento para isso, consumiu suas atividades no Legislativo paraibano e na Câmara dos Deputados, sem deixar riqueza para sua família. Álvaro de Carvalho, depois de ter sido até Presidente da Paraíba, viveu em São Paulo como professor e terminou os seus dias numa casa modesta da Rua Maciel Pinheiro, onde, à noite, nem podia abrir suas janelas porque davam para uma pensão alegre. . . E seguem-se os exemplos de paraibanos que tudo foram na vida e que nada deixaram aos seus familiares;

a não ser nome bom, biografia limpa e imagem límpida.

Diogo Velho Cavalcanti não foge da regra e Veiga Júnior diz:

“Pouco sobreviveu d. Virgínia ao Visconde, deixando de herança à família, duplamente golpeada, a mais desoladora penúria”.

DJACY ALVES FALCÃO

“Quem nasce juiz nasce austero,
como nascem bravos os guerreiros,
e, sentimentais os poetas”.

(De Fernando Nóbrega)

Juiz, só juiz. Exclusivamente juiz. É o que sempre foi Djacy Falcão, desde quando assumiu a 23 de dezembro de 1944, o cargo de Juiz de Direito do Estado de Pernambuco, em virtude de concurso no qual foi classificado em primeiro lugar. Um ano depois de sua formatura, corrida na Faculdade de Direito do Recife, em 1943.

Com 25 anos, Juiz de Direito. Com 40 anos, Ministro do Supremo Tribunal Federal, empossado que foi em 22 de fevereiro de 1967. Com 50 anos, integra o Tribunal Superior Eleitoral, onde foi Vice-Presidente e Presidente. Com 54 anos era Vice-Presidente da mais alta Corte de Justiça do País, assumindo a sua Presidência, com 55 anos, continuando até fevereiro de 1967. Ao longo desta carreira de magistrado, aos 30 anos, já era desembargador, integrando o Tribunal de Justiça de Pernambuco, a partir de 1957. Como juiz do Tribunal de Justiça, foi seu Vice-Presidente em 1961, alcançado a sua Presidência, em 1960. Nos anos de 1965 e 1966, exerceu a Vice-Presidência e a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Dos caminhos da Justiça, apenas discreteia pelo magistério, como professor titular da Cadeira de Direito Civil da Universidade Federal de Pernambuco e na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

NAS ALTURAS DE SUA CARREIRA

Com esta experiência, não se confunde nas alturas de sua carreira, e num discurso de posse do Supremo Tribunal Federal conceitua com precisão a complexidade na missão de julgar, quando assinala:

“Todos nós temos consciência da delicadeza e da complexidade na missão de julgar, sobretudo em um mundo no qual se impõe ao juiz, cada vez mais, o senso da medida, a fim de que se sobreponha às exigências do absoluto que extrema certas posições numa sociedade fértil em conflitos. Colocando-nos acima das paixões, como é mesmo do nosso dever, buscamos conciliar o espírito científico com a filosofia do senso crítico bem apurado, exercitando às vezes uma missão pedagógica dentro daquela moldura de singeleza que tanto enaltece as boas ações.

Precisamos, sim, da engenhosidade dos técnicos, na medida em que seja útil ao bem comum, sem descer à tecnocracia capaz de massificar o homem e gerar mistificações.

Há em cada um de nós o sentimento interior de que uma sociedade é tanto mais livre quanto mais se proporcione o respeito à dignidade da pessoa humana. O imanente ideal de Justiça, tão ligado a nossa sensibilidade, de sentido transcendental, expresso nas leis, mas sem nelas se exaurir, encontra o seu forte esteio no princípio segundo o qual todos os homens são iguais, não em capacidade ou condição, porém, pela posse de direitos de dimensão universal, isso sem olvidarmos, é claro, a existência também de deveres fundamentais, e a correlatividade entre os direitos e deveres.

As novas facetas da sociedade moderna, fruto do multifário processo de desenvolvimento, aumentam a responsabilidade do Poder Judiciário, particularmente desta Corte, a quem compete a palavra final em resguardo da fruição dos direitos individuais e sociais assegurados aos cidadãos”.

CONSCIÊNCIA JURÍDICA

Aí está, por inteiro, um Juiz. Um Juiz que não se perdeu pela província e a peregrinação pelas comarcas serviu-lhe mais para abrir clareiras a uma consciência jurídica aberta e alicerçada, do que para se provincianizar numa rotina que limite horizontes e perspectivas.

E assim aconteceu, sempre que à sua porta de julgador batiam processos que pela repercussão pública exigiam não só aprumo jurídico e bom senso, coragem de decisão e inteira independência. Julgamento que o afastaria das cogitações outras no plano político, com a incompatibilidade firmada por uma sentença que contrariaria interesses maiores de grupos políticos que se assentavam em uma Assembléia. Como é o caso, por exemplo, do jornalista pernambucano, Sócrates Times de Carvalho, que moveu ação popular contra resolução da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 1956, quando uma verba de “representação” que não era nada mais nada menos do que um aumento dos “jetons”.

Definindo a ação popular de sentido ora corretivo, ora supletivo apoiando-se em figuras como Seabra Fagundes, Pontes de Miranda, Temístocles Cavalcanti, Mourão Russel, Ribeiro da Costa, Orozimbo Nonato, Hanemann Guimarães e Edgar Costa, o então juiz Djacy Falcão considera legítima e válida a proposição do jornalista Sócrates Times de Carvalho. E decide soberanamente, afirmando:

“A chamada “representação” exorbita, pois, do limite constitucional, de tão elevada estimação finalística. É flagrante a sua invalidade.

Ato lesivo caracterizada a lesão ao erário. Houve uma resolução inconstitucional e que executada trouxe diminuição patrimonial ao Estado de Pernambuco... Destarte, estão bem presentes os pressupostos jurídicos da ação popular constitucional. Apoiado nesses conceitos, não hesito em reconhecer que a resolução impugnada e o ato de sua execução são nulos e lesivos ao patrimônio público”.

Pode-se imaginar a repercussão de tal decisão. Não só por ser, talvez, a primeira ação popular julgada em Pernambuco e creio que no Nordeste, como pela repercussão dos seus efeitos nos meios políticos, administrativos e em toda a sociedade pernambucana.

O Ministro Rodrigues Alckmin, no seu discurso de saudação na investidura do Ministro Djacy Falcão na Presidência do Supremo Tribunal Federal, destaca o episódio acima, dizendo:

“Fato ocorrido no Recife, em que rumorosa ação popular, tendente ao reconhecimento da inconstitucionalidade da Resolução Legislativa, encontrou desate seguro na sentença do então Juiz da 11ª Vara Cível, recolhida no “Arquivo Forense”. Nessa decisão se encontra sólido e profundo estudo sobre a natureza da ação popular, a auto-aplicabilidade do preceito Constitucional e a extensão do controle jurisdicional de leis e atos administrativos”.

Pôs em destaque a alta relevância da ação popular (ainda não bem compreendida até nossos dias), afirmando Djacy Falcão:

“Habeas-corpus, mandado de segurança e ação popular são três institutos jurídicos que merecem o mais elevado respeito e acatamento de todos os cidadãos, mormente daqueles que participam, de modo ativo, da vida pública da Nação. São três garantias do organismo jurídico democrático.

Sentença “nobre e corajosa”, proclamou a imprensa. Friso os adjetivos, porque exatos. A serena independência do julgador, inconfundível com o trato desamável, se manifestava na decisão, alheia a pressões e à busca de aplausos fáceis. Esses episódios revelam a firmeza moral e a independência do juiz, outros existem a compor-lhe as mais linhas dominantes da personalidade.”

ATUALIZAÇÃO JURÍDICA

O Ministro Rodrigues Alckmin ainda focaliza Djacy Falcão, citando sua atualização jurídica:

“Permito-me referir, também, que a rotina da carreira não estiolou o interesse doutrinário do Juiz. O estudo sobre a Responsabilidade Cível, classificado em primeiro lugar em concurso de trabalhos jurídicos, com o exame de farta bibliografia nacional e estrangeira, afirmava conclusão então repudiada, no geral, pelas Justiças estaduais e hoje vencedora”.

E estudos sobre “Igualdade perante a Lei”, sobre “Alguns Aspectos do Poder do Juiz na Direção do Processo”, sobre o “Mandado de Segurança contra Ato Judicial”, são, a par dos outros, a demonstração do que não descu-

rou, o juiz, nas funções do cargo.

Do Ministro Eloy da Rocha, são estas palavras abonadoras:

“Sua luminosa caminhada de magistrado começa como juiz de Serrita, no Estado de Pernambuco. De degrau em degrau, por merecimento, teve acesso ao Tribunal de Justiça, do qual foi Presidente, tendo sido ainda Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado. Ministro do Supremo Tribunal Federal, em Fevereiro de 1964, foi sucessivamente Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidente desse Tribunal, Vice-Presidente do Supremo Tribunal, para assumir hoje a Presidência desta Corte”.

O Dr. Wilson de Egito Coelho, saudando Djacy Falcão na posse da Presidência do Supremo, dizia:

“Aristóteles, na sua “República”, já proclamava de que nada valerão leis retas e justas, elaboradas por legisladores honestos e sábios, se não houver juízes bons e humanos para aplicá-las, Djacy Falcão está sendo um deles, no Supremo Tribunal Federal.”

Ainda no Supremo, saudando o seu novo Presidente, Dr. Hamilton de Araújo e Souza, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, proclama:

“A figura do magistrado fascina o Advogado, que nela incorpora a sua segurança profissional, tornando-se-lhe terrivelmente trágico quando sente o vácuo desta presença. Ruy Barbosa o patrono dos Advogados brasileiros — já dizia que “a justiça é o eixo da democracia e a magistratura e a advocacia são os pontos de apoio desse eixo”. Ao advogado, que no seu exercício profissional exerce um “monus público”, o bom funcionamento do organismo judiciário é vital, pois, o que seria do ordenamento jurídico, se os Tribunais, como Poderes da República, falhassem na sua destinação histórica?”

JUIZ E O ADMINISTRADOR

E Djacy Falcão está à altura do conceito de Ruy Barbosa e agora mesmo, quer em conferência na Escola Superior de Guerra, quer em declarações à imprensa e em pleito ao Presidente da República, fazendo o diagnóstico do Poder Judiciário, salienta a crise por que passa a magistratura brasileira:

“São vários os Estados que não conseguem preencher a metade dos cargos atualmente existentes, por si já insuficientes. Mesmo no âmbito federal, a situação não é boa, encontrando-se a Justiça Federal de primeira instância com 35 vagas nos seus 110 cargos de juízes. No Norte, no Nordeste, no Centro e em parte da Região Sudeste, há juízes acumulando várias comarcas. Em todos os territórios federais há apenas dois juízes titulares e cinco suplentes”.

Não apenas sugerindo de estrutura, de níveis de vencimentos, de feitura de Instituição de Lei orgânica da magistratura nacional, à qual estariam sujeitos todos os juízes do Brasil e ainda a criação de um Conselho Superior da Magistratura Nacional para disciplina de toda a atuação dos juízes por todo o Brasil, Djacy Falcão marca a sua passagem no Supremo Tribunal Federal não apenas como um juiz, como o tem sido a vida toda, mas e sobretudo como Homem de Governo no seu sentido amplo e construtivo, preocupado que es-

tá em situar a magistratura sem fronteiras de Estado e de Nação, na sua dignidade, na sua importância, no seu "status" e na sua precípua função de dirimir problemas de relações humanas.

O MONTEIRENSE E O BRASILEIRO

Do Senador Ruy Carneiro, no Senado da República, vem a voz da Paraíba, para saudar o seu filho que, como inúmeros outros, ultrapassaram as fronteiras estaduais para se situarem nos mais altos planos da vida nacional:

"O Ministro Djacy Falcão, nascido no município de Monteiro, uma verdadeira Paraíba dentro da Paraíba, por tantos vultos importantes que tem dado —, diplomado no velho Recife, ingressando aos 25 anos na magistratura, atingindo, no Estado, o ponto máximo de Desembargador do Tribunal de Justiça e agora Presidente da mais alta corte de justiça do País, é bem aquele juiz padrão que o seu conterrâneo e amigo de infância, Jayme Menezes, conhecendo-o desde criança, acompanhando a sua vida, diz enfática e sinceramente: "Juiz necessariamente íntegro, reconhecidamente livre e suficientemente destemeroso, é motivo de orgulho para todos os nordestinos e notadamente para os monteirenses, exprimindo garantia ao direito e incomparável ufanía para todos os seus amigos e conterrâneos".

DEPOIMENTO

Às perguntas habituais para definição de personalidade, Djacy Falcão fala:

1 — Como e porque deixou a província para entrar no cenário nacional:

PARAÍBA E PERNAMBUCO, UM SÓ NORDESTE

No município de Monteiro, situado na chamada zona do cariri, que se limita com vários municípios do sertão pernambucano, como Sertânia, São José do Egito, Afogados da Ingazeira, Arcoverde e Pesqueira, os chefes de família desde a década de 1920 sempre manifestaram a preocupação de educar os filhos em centros mais desenvolvidos, principalmente em Recife e Paraíba (hoje João Pessoa). Com preferência, na cidade do Recife, em razão da maior facilidade de comunicação com a cidade de Monteiro, em virtude da estrada de ferro ligando aquela capital ao sertão pernambucano — Rio Branco (hoje Arcoverde), e posteriormente Alagoa de Baixo (hoje Sertânia), e mesmo em virtude do desenvolvimento cultural.

No final da década de 1920 e por toda a década de 1930, homens como Francisco Cândido de Mello Falcão, Manoel Raphael, Francisco Brindeiro, José Neves (o velho), Nilo Feitosa, Joaquim Lafayete, Napoleão Santa Cruz, Inocêncio Lopes, Marcolino Mayer, Sátiro Feitosa, João Minervino Dutra de Almeida e outros, e na década de 1940, Nestor Bezerra, Alcindo Menezes e Jayme Menezes, dentre muitos outros, não mediram sacrifícios para educar os filhos no Recife e em João Pessoa. Daí resultou que, depois de diplomados em direito, medicina, engenharia, etc. a grande maioria permaneceu no Estado de Pernambuco, vindo a ocupar postos de destaque na vida pública, etc.

O fato comporta uma pesquisa sociológica, dada a singularidade, sobretudo nos idos de 1920 e início da década de 30.

JUIZ, SÓ JUIZ

2 — Na vida pública, o cargo ou função que mais se ajustou à sua personalidade ou mais o apaixonou:

Formado em direito no ano de 1943, um ano depois conquistei o cargo de Juiz de Direito no Estado de Pernambuco, ocupando até hoje o cargo de Juiz. Recebendo homenagem dos colegas da magistratura pernambucana, ao ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, tive ensejo de afirmar que jamais houve um desencontro meu com o destino de ser juiz. E, na verdade, até hoje tenho sido juiz, uma atividade na qual me integrei e realizei plenamente. Devo ressaltar, porém, que existem outras atividades profissionais nas quais o malsinado bacharel em direito bem pode prestar relevantes serviços. A sua ausência ou a sua indevida substituição, traz, normalmente, consequências prejudiciais, ou mesmo desastrosas...

PAZ DE CONSCIÊNCIA

3 — Os momentos mais difíceis porque já passou na vida pública:

Como juiz jamais passei por momentos difíceis. Contudo, tenho julgado casos que, pela sua relevância, exige uma grande meditação e mesmo preocupação. Graças a Deus, guardo muita tranquilidade de espírito e auto-controle, ao lado da firmeza sertaneja para dizer sim, ou não, quando necessário.

O MAIOR: EPITÁCIO PESSOA

4 — Na vida pública paraibana, a figura que mais cresceu na sua admiração e conceito:

Epitácio Pessoa

DE VICTOR HUGO A JOSÉ AMÉRICO

5 — As suas preferências literárias:

Quando jovem e recém-formado li Victor Hugo, Alexandre Dumas, Eça de Queiroz, José Americo, Érico Veríssimo, dentre outros. Por último, faço mais leituras gerais e as de caráter científico-profissional.

PARAIBANOS DO MELHOR CONVÍVIO

6 — Na convivência paraibana, os amigos de infância, de colégio e de Curso Superior que ainda recorda com afeto e admiração:

Luiz Raphael e José Medeiros Vieira, para citar apenas dois paraibanos.

PRESEÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

7 — A cidade da Paraíba em que nasceu:

Nasci em Monteiro, onde vivi até os dez anos, de modo permanente, e ainda hoje visito aquela boa terra, duas vezes por ano, para rever os parentes,

amigos e a paisagem feliz e inapagável da infância e da juventude.

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

Rio — A reforma do Poder Judiciário é, sem sombra de dúvida, uma das mais urgentes e reclamadas como inadiável. Os esforços do atual presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Djacy Falcão, que os pernambucanos conhecem tão bem, pois, apesar de paraibano (nascido em Monteiro) iniciou sua carreira de magistrado em Pernambuco, chegando a desembargador e, depois a ministro do Supremo, não vão parar na simples entrega da exposição de motivos, que fez ao Presidente da República, há um mês, solicitando a medida. E só para dar um exemplo da tenacidade do ministro-presidente do STF, podemos informar que ele, só no Rio e no espaço de dois dias, pronunciou duas conferências sobre o problema, uma na Escola Superior de Guerra, cuja divulgação não pode ser feita, agora, por ter sido uma conferência de caráter reservado, e outra na Escola de Medicina da Faculdade do Estado do Rio de Janeiro, Guanabara. Além disso tem o ministro se mantido atento e vigilante ao noticiário sobre o assunto publicado em toda a imprensa nacional.

O encontro do ministro Djacy Falcão com o presidente Geisel foi altamente proveitoso, tendo o chefe do Governo prometido que não poupará esforços para dar ao Poder Judiciário o que ele reclama e pede. Palavras que, de resto, entusiasmaram o atual presidente do Supremo.

Esclarece no entanto o presidente do STF, em rápida conversa com o jornalista, que a Reforma do Poder Judiciário por ele proposta ao Executivo não engloba e nem toca — porque não é da sua competência — reforma ou alteração do Ministério Público, como em alguns casos se andou falando e até mesmo criticando o Supremo por não ter, na exposição levada ao Presidente da República, se reformado a esse setor da Justiça. Claro que todo o Judiciário precisa de ser reformado. Mas cada um no seu setor.

OS PROBLEMAS DA JUSTIÇA

Podemos informar, ainda, que o Presidente Geisel ficou impressionado com os números apresentados pelo ministro Djacy Falcão. E, que, além das reformas profundas por que deverá passar a justiça, como alteração até mesmo no ritmo dos processos e diminuição de competência de certas áreas da justiça, os processos se acumulam não só no Supremo como no Tribunal Federal de Recursos e, também, na Justiça Federal, onde o acúmulo é de mais de 300 mil processos não julgados por falta de pessoal.

O caso da Justiça Federal é exemplar. Trata-se de um quadro de 110 juízes para todo o Brasil. No momento existem 35 vagas, sendo que nos últimos dias se registrou ainda a exoneração de dois juizes, um na própria cidade natal do Presidente Geisel, inconformados com os baixos salários da classe.

Com referência aos desembargadores — os Tribunais de Justiça dos Estados — a situação é mais trágica. Hoje ninguém quer ser juiz. Além da baixa remuneração, há Estado em que paga ao desembargador 4 mil cruzeiros, o cargo

não tem mais atrativo. Os juízes não mais são respeitados. O recrutamento assim é bastante difícil.

No próprio Supremo, para se ter uma idéia, cinco pessoas recusaram, no último mês, convite para integrá-lo.

O próprio ministro-presidente do STF acha que a reforma deve englobar uma reforma profunda dos Códigos de Processo Penal e Civil. No primeiro para que, no mínimo, algumas penalidades nele constantes, hoje, se transformem em multas e reprimendas. Ou até mesmo em prisão com direito a sursis. Isto é, o condenado passa a ser obrigado a comparecer perante o juiz periodicamente.

OS PONTOS DA REFORMA

Os principais pontos da reforma do Poder Judiciário pedidas ao Presidente da República são:

- 1 - Aumento do número de juízes federais.
- 2 - Aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal.
- 3 - Melhor remuneração para todos os juízes. No caso dos Estados o problema é mais complexo. O governo federal deveria entrar (é sugestão, não do Supremo, mas de pessoas que estudam o problema) com parte suplementar dos vencimentos. Afinal nem todos os Estados podem arcar com um aumento razoável de vencimentos para a magistratura.
- 4 - É claro que para se chegar à reforma judiciária, há que primeiro se fazer uma reforma constitucional.

(Do "Jornal do Comércio", de Recife, Agosto, 1975)

NO MAIS ALTO POSTO DA MAGISTRATURA

"Exmo. Sr. Ministro GOLBERY DO COUTO E SILVA, Representante do Exmo Sr. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Nobres representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Exmo Sr. Procurador-Geral da República. Eminentes Ministros da Corte. Minhas Senhoras e meus Senhores:

Recebo do eminente Ministro Eloy da Rocha, com intensa emoção, a Presidência da mais alta Corte da Justiça do nosso País. Sucedo a um juiz dedicado e que procurou empregar os seus dotes de cidadão e jurista em favor da manutenção do respeito que toda a nação devota ao Supremo Tribunal Federal.

As palavras ricas de afeto e bondade proferidas pelo Ministro Rodrigues Alckmin, autêntica vocação de Juiz, ao lado das orações do nobre Procurador-Geral, Professor Moreira Alves e dos ilustres advogados, Dr. Hamilton de Araújo e Souza e Dr. Wilson do Egito Coelho, a minha profunda gratidão. Com alegria cumpro a incumbência de agradecer também a homenagem prestada ao eminente Ministro Thompson Flores, há pouco investido na Vice-Presidência, juiz de alto descortino e dos mais operosos, com larga experiência judicante e administrativa, que será, estou certo, um eficiente e infatigável colaborador da Presidência.

Ao lado do natural contentamento, vivo a emoção da responsabilidade re-

servada a este Tribunal, de destacada e ímpar destinação, como árbitro soberano da Constituição e das leis federais. Recordo nesta hora um instante de felicidade e de certa apreensão, por mim vivido, ao tomar posse no cargo de Juiz de Direito nos idos de 1944, perante o austero e saudoso Desembargador José Neves Filho, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco. Dois sentimentos enchiam-me a alma — a alegria interior pela conquista do cargo de Juiz e a intensa preocupação de bem exercer o elevado mister. Mercê de Deus, como acentuei certa vez, com amor ao estudo e sem temor do trabalho, fui das apreensões me libertando, para sem maior tardança ganhar paz contínua no exercício do grande ideal.

Ao chegar ao Tribunal de Justiça em princípio de 1957 vi acalentada a minha aspiração maior. Sentia-me sobejamente recompensado. A mim bastava. Chamado a integrar esta Corte, sem dúvida honra inexcédível, como sertanejo acostumado à seca nordestina, me vi diante de uma colheita além das previsões. Agora, chego a esta cadeira mais elevada, como depositário da confiança dos meus eminentes colegas. Com humildade e prudência, mas crente na majestade do Direito e com a devida firmeza, procurarei executar o que a Corte decidir, em sua sobranceira sabedoria e no seu perene amor à Justiça.

Todos nós temos consciência da delicadeza e da complexidade da missão de julgar, sobretudo em um mundo no qual se impõe ao juiz, cada vez mais, o senso da medida, a fim de que se sobreponha às exigências do absoluto que extrema certas posições numa sociedade fértil em conflitos. Colocando-nos acima das paixões, como é mesmo do nosso dever, buscamos conciliar o espírito científico com a filosofia do senso crítico bem apurado, exercitando às vezes uma missão pedagógica dentro daquela moldura de singeleza que tanto enaltece as boas ações.

Não nos empolgam conceitos equívocos, como, por exemplo, o de que nas chamadas ciências exatas e na técnica se encontra tudo que tem valor, na ordem do saber. Procuramos cultivar, sim, uma síntese do saber sobre o mundo, saber conhecimento, na sua ampla acepção, a compreender inclusive o saber espiritual, com as vistas voltadas não somente para as coisas, para os problemas de ordem material, mas particularmente para a riqueza inesgotável do nosso semelhante. Precisamos, sim da engenhosidade dos técnicos, na medida em que seja útil ao bem comum, sem descer à tecnocracia capaz de massificar o homem e gerar mistificações. Devemos proclamar que, graças aos recursos da tecnologia, do arado primitivo aos sofisticados computadores eletrônicos, o homem passou a desfrutar um nível de vida mais condigno, sendo-lhe proporcionada uma nova consciência social. Contudo, reconhecemos a necessidade da disciplinação do emprego dos meios técnicos, a fim de que não se chegue a um nivelamento, com menosprezo aos limites ético-jurídicos da vida. Há em cada um de nós o sentimento interior de que uma sociedade é tanto mais livre quanto mais se proporcione o respeito a dignidade da pessoa humana. O imanente ideal de Justiça, tão ligado à nossa sensibilidade, de sentido transcendental, expresso nas leis, mas sem nelas se exaurir, encontra o

seu forte esteio no princípio segundo o qual todos os homens são iguais, não em capacidade ou condições, porém, pela posse de direitos de imensão universal. Isso sem olvidarmos, é claro, a existência também de deveres fundamentais, e a correlatividade entre os direitos e os deveres. Do contrário não se poderá alcançar o equilíbrio conducente à ordem e à paz na vida em sociedade.

As novas facetas da sociedade moderna, fruto do multifário processo de desenvolvimento, aumentam a responsabilidade do Poder Judiciário, particularmente desta Corte, a quem a palavra final em resguardo da fruição dos direitos individuais e sociais assegurados aos cidadãos.

Diante da vária, múltipla e crescente atividade do Poder Judiciário, não é possível se retardar mais a reforma de há muito reclamada, quer no âmbito da Justiça dos Estados, seja na esfera da Justiça Federal. A estrutura judiciária exige modificações que a torne compatível com o índice do nosso processo de desenvolvimento, sobretudo no último decênio.

Nesta casa, a 16 de Abril do ano findo, graças a um diálogo entre os Juízes da Corte e o Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel, nasceu a ideia de se partir para uma reforma de âmbito nacional, cabendo-nos, de logo, a incumbência de apresentar um diagnóstico da situação do Poder Judiciário, a fim de servir de base à delicada obra a que se propôs com aguda sensibilidade e boa vontade o Chefe do Poder Executivo. A complexa tarefa há de resultar da tripla cooperação dos Poderes do Estado. Do Congresso Nacional, na sua nobre e altaneira função, também esperamos valiosa ajuda.

Na gestão do eminente Ministro Eloy da Rocha foi colhido farto material, compreendendo estudos e sugestões da Justiça dos Estados e da Justiça Federal, além da legislação específica de vários países. Por designação da Presidência, o Sr. Ministro Rodrigues Alckmin redigiu minucioso relatório sobre a Justiça dos Estados, que, por certo, facilitará a nossa tarefa. No que toca ao Supremo Tribunal Federal, como esclareceu, em recente entrevista, o meu ilustre antecessor:

“Não houve, ainda, sua manifestação sobre a reforma, no que lhe diz respeito, especificamente, por depender de relatórios parciais de outros Tribunais que não haviam sido oferecidos até a data em que o Supremo Tribunal entrou em recesso, em Dezembro último”.

Esperamos, com ânimo, prosseguir nos trabalhos da chamada fase de diagnóstico, apresentando oportunamente ao Poder Executivo o resultado dos estudos imprescindíveis ao anteprojeto da reforma.

Não me cabe nesta solenidade descer a pormenores. Porém, não posso fugir a rápidas considerações acerca do grave desafio a quantos incumbe o dever de cooperar para uma relevada e justa solução do magno problema. Magistrado de carreira, que guarda a ventura de haver percorrido todos os degraus da Justiça estadual, dou o testemunho da sua importância na ministração da Justiça, que se desdobra na vastidão do território nacional. E desta Corte, de onde descortinamos a atuação de toda a magistratura, nos seus pontos altos e

nas suas falhas, bem aquilatamos como se diversificam e avultam os problemas da Justiça Federal comum. Basta observar que, segundo levantamento efetuado pelo egrégio Tribunal Federal de Recursos, o número de feitos pendentes na primeira instância, ao fim de 1973, montou a 270.000, enquanto o déficit acumulado naquela Corte, composta de 13 membros, chegou a 3.372 processos.

A seu turno, a justiça especializada — do Tribunal, Eleitoral e Militar, também apresenta os seus problemas, a merecerem a devida revisão.

A grande deficiência do Poder Judiciário reside no acúmulo de serviço, com reflexos negativos na segurança jurídica e na estabilidade social. Como é de fácil percepção, uma sanção penal tardia perde, de muito, o seu exato alcance, a extinção da punibilidade pela prescrição constitui outro malefício, a falta de rápida solução de litígio na área do direito de família agrava os desajustamentos na reparação patrimonial sem a incidência da correção monetária.

Não negamos as imperfeições no funcionamento do Poder Judiciário, inclusive quando resultam da ausência de vocação para a magistratura. Devemos assinalar, no entanto, para afastar críticas equívocas que, de modo geral, há de parte dos magistrados uma intensa dedicação ao trabalho, procurando fazer renascer o direito onde a sua chama amortece.

Está comprovado que não basta apenas o aumento de varas nas Comarcas de maior movimento forense ou a elevação do número de juízes nos órgãos colegiados. Impõe-se, já não resta dúvida, uma reforma de real profundidade, a ser executada por etapas, dos limites da competência à organização judiciária. Mas, é bom frisar que o equacionamento da matéria ultrapassa em certos aspectos a órbita do Poder Judiciário, suscitando também medidas especiais em outras esferas de atuação do Estado, como por exemplo as atinentes à pesquisa sobre o crescente índice de criminalidade, suas causas e o estudo racional para as providências a cargo do Poder Executivo.

Vários são os fatores que contribuem para o retardamento dos processos, uns oriundos das próprias leis processuais, outros decorrentes da organização judiciária. Afigura-se-nos oportuno realçar que, dentre outros, são pontos relevantes na reforma do Poder Judiciário: o processo de recrutamento dos juízes a instituições de cursos para o seu aperfeiçoamento, a remuneração condigna, as garantias que a Constituição oferece e a competência dos órgãos judiciários. Tudo isso ao lado de um eficaz controle do desempenho profissional do magistrado e a instituição de prontas medidas, inclusive de natureza disciplinar, em benefício da exação no cumprimento do dever, da celeridade e da melhor distribuição da Justiça. O Juiz deve servir de modelo no cumprimento dos seus deveres com os jurisdicionados e para com o Estado. De resto, torna-se necessária a modernização dos serviços auxiliares e administrativos, em termos de pessoal e de recursos materiais, em todas as instâncias, a fim de que se possa alcançar uma tramitação processual célere e verdadeiramente compatível com o prestígio da Justiça.

Nesta Corte, que reúne juristas trazidos da magistratura, do magistério, da advocacia, do ministério público e da política há um labor volume de serviço assinalado nos Índices estatísticos de cada ano. A chamada crise do Supremo Tribunal Federal não é de hoje; vem de algumas décadas, conforme registra a sua história. Anos atrás tive ensejo de afirmar: "impõe-se uma racional distribuição das funções, do juízo de primeiro grau ao órgão judicante mais elevado, sem se perder de vista, porém, que nem todas as causas devem acabar no Supremo Tribunal Federal". Na verdade, não se justifica que se submeta ao crivo da mais alta Corte questões sem maior relevância do ponto de vista do interesse ou do benefício público.

Ilá em todos nós a preocupação de preservar o prestígio da Corte, grangeado na sua admirável trajetória, mediante a soma de alevantados esforços, no sentido de adaptar o direito às novas dimensões da vida temporal. Aqui se afirmam e se retemperam os princípios científicos e filosóficos do direito, destinados à proteção e ao aperfeiçoamento do homem, em todas as fases e contingências de sua vida. Aqui sentimos "o espírito humano em sua própria e universal natureza, em sua imanente e indefectível vocação jurídica", como diria Giorgio Del Vecchio. Na faina cotidiana, perscrutando o ciclo da vida econômica, social e política, pairando acima da lógica abstrata, procuramos com paciência e perseverança vivificar as leis, em prol da estabilidade da ordem jurídica, em favor do Homem como integrante do corpo social.

Creio na contribuição sensata, cheia de independência e plena em sabedoria dos eminentes colegas, na cooperação elevada da douta Procuradoria-Geral da República e dos ilustres advogados que aqui militam, na esperança de que frutifique sempre o trabalho que nos é reservado no sistema político-jurídico da nação.

Devo acrescentar que precisamos aperfeiçoar os serviços da nossa secretaria. Espero a colaboração de todos os funcionários da casa, cada um com a consciência das suas atribuições, para que se coloque cada coisa em seu lugar e a seu tempo.

Dentro dessa linha de pensamento, exposta em síntese, esperamos à luz dos valores que cultivamos contribuir no campo das nossas responsabilidades e na medida das nossas forças, para o desenvolvimento integral desta grande Pátria.

Expresso os agradecimentos do Tribunal e particularmente os meus e do eminente Ministro Thompson Flores, às altas autoridades civis, militares e eclesiásticas e a todos os que nos honraram com a sua presença, numa comovedora homenagem à eminência do Poder Judiciário".

(Discurso de posse, na Presidência do Supremo Tribunal Federal)

"VALE A PENA GASTAR UM POUCO MAIS COM A JUSTIÇA"

(Pronunciamento do Ministro Djacy Falcão, no Seminário Jurídico da Petrobrás)

1 - É a Sociedade quem ganha com o livre exercício da função judicante, por-

- que não há Justiça eficaz sem as garantias constitucionais ao Juiz.
- 2 - É a própria União quem perde, com o atraso das questões fiscais e administrativas, se não for logo reestruturado o Poder.
 - 3- Necessidade de reformulação orgânica, acima das soluções de emergência, que cedo se tornaram infrutíferas. As falhas do mecanismo judiciário não são de hoje: acumularam-se ao longo dos anos.
 - 4 - A crise que faz frustrar a mal remunerada Justiça Federal. O inconveniente de triplicar-se o Tribunal de Recursos, que deveria ser transformado em Tribunal Superior Federal.
 - 5 - Reforma das leis processuais, para que as demandas logrem reparar o dano civil e a sanção penal possa atender aos objetivos da política criminal.
 - 6 - A esperança de que o Executivo e o Legislativo não faltem à prometida reforma do Judiciário, cujos problemas e soluções o Ministro Djacy Falcão enfatiza no Seminário Jurídico da Petrobrás. Íntegra da sua advertência.

O PODER JUDICIÁRIO E A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO DO JUIZ. DEFICIÊNCIAS E NECESSIDADE DE REFORMA EM PROFUNDIDADE.

É da tradição de nosso direito a tripartição dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. A atuação de cada um na esfera que lhe é peculiar constitui uma força atuante no sentido do equilíbrio e da segurança jurídica necessários ao bem-estar da sociedade.

Ao Poder Judiciário foi conferida, não há dúvida, a tarefa mais delicada a distribuição da Justiça. Daí, a existência das chamadas garantias subjetivas ou funcionais asseguradas aos juízes — vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Garantias instituídas, afinal de contas, em benefício da própria sociedade, eis que tanto a proteção dos direitos individuais como a segurança social depende, em grande parte, da atuação do magistrado. Esta a exata colocação do Poder Judiciário, ao qual incumbe fazer prevalecer a supremacia do direito positivo.

Para que se exerça, de modo eficaz, a prestação jurisdicional é necessário que tenhamos uma magistratura bem estruturada e devidamente aparelhada, desde o recrutamento dos seus juízes à racional distribuição das tarefas judicantes, sem se perder de vista a boa organização dos serviços auxiliares e administrativos. O Brasil está crescendo a passos largos. O crescimento demográfico e o inegável processo de desenvolvimento nacional, mormente no último decênio, deixam bem clara a imperiosa necessidade de uma reforma de grande alcance no âmbito do Poder Judiciário. Em razão de causas as mais complexas, internas e mesmo externas, nascem e renascem as dificuldades na vida econômica e social, e geram-se novos conflitos a serem solucionados pelo juiz, aquela figura a quem se incumbe, por força do preparo profissional, o mister de julgar. Acontece que a magistratura não se encontra suficientemente aparelhada para atender com a devida rapidez ao vulto número de processos que lhe estão afetos. Necessitamos de uma atualização orgânica. Não ambi-

cionamos poder absoluto para os juizes. Não. Almejamos o aparelhamento do Poder Judiciário, para que o controle judicial se exerça com rapidez e em sua plenitude, de modo inconfundível, de acordo com os melhores ensinamentos da ciência política, com a melhor compreensão dos temas jurídicos, e mais, temperado pela prudência extraída das lições da vida judicante.

Consoante assinalai no discurso de posse do presidente do Supremo Tribunal Federal, a grande deficiência do Poder Judiciário reside no acúmulo de serviço, com reflexos negativos na segurança jurídica e na estabilidade social. Como é da fácil percepção, uma sanção penal tardia perde, de muito, o seu preciso alcance, a extinção da punibilidade pela prescrição constitui outro malefício, a falta de pronta solução de litígio na área do direito de família agrava o desajustamento na sociedade familiar. É oportuno lembrar ainda que a ausência de reparação completa do dano civil, por força de demorada tramitação processual, e sem que se estabeleça uma atualização do valor dos danos materiais, no momento da execução, gera grave injustiça porque foge ao princípio da justa reparação patrimonial, além de estimular os demandistas e devedores retardários.

Devemos deixar bem claro que não bastam as soluções de emergência, que tão cedo se tornam infrutíferas, conforme nos mostra a experiência. Exemplo disso é a simples elevação do número de juizes aqui e alhures. Necessitamos de uma reforma de âmbito constitucional, bem assim na esfera da legislação ordinária, particularmente processual e na organização judiciária, para que se preserve a indispensável credibilidade na Justiça.

O problema não é tão simples e nem resulta da falta de empenho e dedicação dos magistrados. É bom frisar, para afastar críticas equívocas ou malsãs que, de modo geral, há de parte dos magistrados uma intensa dedicação ao seu mister. Com isso não negamos, é evidente, a existência de uma reduzida minoria sem vocação para a magistratura. Para que se enseje maior segurança àqueles que se socorrem do Poder Judiciário cabe aprimorar, cada vez mais, o processo de recrutamento dos nossos juizes, avaliando-se não só o nível intelectual e moral do candidato, mas também a sua aptidão funcional. Isso será alcançado pela adoção de duas etapas no processo de recrutamento. Por outro lado, impõe-se a instituição de cursos obrigatórios de aperfeiçoamento, para que os juizes atualizem e aprimorem os seus conhecimentos, com vistas ao bom desempenho do seu honroso ofício. É oportuno lembrar ainda que se faz necessário uma Lei Orgânica da Magistratura, para que fiquem bem explicitadas não só as garantias constitucionais asseguradas ao juiz, mas também os deveres essenciais ao desempenho do cargo, formando, no seu conjunto, as linhas mestras do Poder Judiciário. A par disso, cabe a criação de um Conselho Superior da Magistratura, no plano mais elevado, e órgãos semelhantes no âmbito dos Tribunais Superiores e de Segunda Instância. Tais órgãos poderão trazer benéficas providências administrativas e disciplinares, em prol da unidade orgânica e do regular funcionamento da Justiça. Bem sei que estas singelas observações não constituem novidade, pelo menos para aqueles que par-

ticipam, ou acompanham, com olhos de ver, a vida forense brasileira. E que também não ignoram que a carreira da magistratura, sujeita a restrições e sem oferecer maiores atrativos, está relegada a plano secundário em quase todos os Estados e, de certo modo, na esfera da Justiça Federal. Daí o chocante e generalizado desinteresse por tão elevada e dignificante atividade profissional. Não se oferece ao juiz as condições essenciais ao seu "status". Não vejo como falar na ambicionada reforma sem se meditar, seriamente, em torno da aquisição e da permanência de bons juizes. O tratamento condigno constitui um dos seus pontos capitais.

Afora essas considerações particularmente vinculadas à figura do juiz outras são também imprescindíveis ao êxito da reformulação do Poder Judiciário. Para exemplificar, no campo do processo civil devemos tornar mais simples a tramitação das ações envolvidas de pequenos litígios, como as referentes à reparação de dano por acidentes de trânsito, hoje tão numerosos. Apesar de termos um novo Código com inovações salutares, já se considera que apresenta certos inconvenientes, como "verbi gratia", na parte de recursos. Vê-se que não admitiu os embargos infringentes, perante o mesmo juiz, nas causas cujo valor fosse igual ou inferior a cinco vezes o salário mínimo vigente na sede do juízo, constante do ante-projeto (art. 561) do professor Alfredo Buzaid. Não substituiu a boa solução prevista no art. 839 do Código de Processo Civil de 1939. Ao lado disso, ampliou-se excessivamente a área de incidência do agravo de instrumento, gerando abusos na utilização dessa espécie de recursos.

Observamos ainda que, no campo do processo penal, os delitos passíveis de pena de detenção ou de multa não devem permanecer sujeitos a formalismo incompatível com a rapidez reclamada pela execução de boa justiça. Além disso, cabe reformular o sistema das sanções penais em relação aos pequenos delitos, possibilitando-se maior arbítrio ao juiz, tanto em relação ao princípio da individualização da pena, da transformação da pena privativa de liberdade em sanção pecuniária, como em relação aos institutos do "sursis" e do livramento condicional, para uma melhor proteção e reintegração do delinqüente na sociedade. Aliás, com maior flexibilidade no uso das boas medidas de política criminal teremos menores problemas na área da execução das penas, diminuição das dificuldades atravessadas freqüentemente pelos estabelecimentos penitenciários.

Nas grandes cidades devem ser criados juizes distritais, porquanto a descentralização é uma medida compatível com a rapidez, economia e comodidade das partes.

Esperamos, é bom resultado que a reforma da legislação penal e processual guarde compatibilidade, na medida do possível, com as diretrizes do diagnóstico elaborado pelo Supremo Tribunal Federal.

Na linha desses ideais gerais vale a pena acrescentar a da criação de órgão administrativo para o julgamento de questões relativas aos servidores públicos, condicionando-se o controle jurisdicional à exaustão da instância administrativa suficientemente aparelhada. Claro que a tramitação dos processos no

órgão administrativo competente deverá ser rigorosamente disciplinada de modo a permitir rápido funcionamento, dentro de prazos certos, sem acarretar prejuízo para as partes. Essa providência contribuirá, por certo para minorar o congestionamento da justiça. Para isso, é óbvio, ter-se-á de rever a regra do art. 111 da Constituição Federal. Outrossim, seriam criados órgãos destinados à apreciação de questões fiscais e de Previdência Social, condicionando-se o ingresso no Poder Judiciário à exaustão da via administrativa.

Mas, não é só isso. Vale lembrar que se torna necessária a modernização dos serviços auxiliares e administrativos, em termos de pessoal e aparelhamento material, em todas as instâncias, onde se fizer necessária, a fim de que se possa alcançar uma tramitação processual célere e verdadeiramente compatível com o prestígio da justiça. Lamentavelmente ainda passam pelas nossas mãos, oriundos de Tribunais de Justiça, acórdãos manuscritos (às vezes ilegíveis). É tempo de nos socorrermos dos recursos da tecnologia, com a utilização das modernas máquinas datilográficas, dos aparelhos de gravação e dos computadores eletrônicos. Aliás, no Supremo Tribunal Federal estamos examinando com a devida prudência possibilidade da utilização de computador eletrônico.

Percebe-se, por aí, a necessidade da conjugação de múltiplas medidas, a partir das instâncias inferiores.

Não é demasia acrescentar que se impõem outras medidas noutras esferas de atuação do Estado. Assim, por exemplo, as atinentes à pesquisa sobre o crescente índice de criminalidade, e suas causas, o aumento de determinadas demandas cíveis, e o estudo racional para as providências particularmente a cargo do Poder Executivo. No entanto, é nosso propósito agora situar apenas alguns aspectos essenciais à reforma do Poder Judiciário, limitando-nos ainda a considerações em torno da justiça federal comum e do Supremo Tribunal Federal.

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. SUA CRISE E PROVIDÊNCIAS PARA QUE ALCANCE O ELEVADO OBJETIVO DA SUA CRIAÇÃO.

No que toca à chamada justiça federal comum, de primeira instância, podemos dizer que criada e organizada pelo Ato Institucional n. 2, de 27.10.1965 e pela lei n. 5.010 de 30.05.1966, respectivamente, e modificada em parte pela Emenda Constitucional n. 1/69, até agora não logrou êxito objetivado pelos idealizadores. Basta ver que, segundo levantamento efetuado pelo egrégio Tribunal Federal de Recursos, o número de feitos pendentes na primeira instância, ao fim de 1973, chegou a duzentos e setenta mil (270.000). É verdade que a maioria desses processos está representada por executivos fiscais, passíveis da rápida solução. Mesmo assim resta um elevado número de processos complexos, que exige estudo mais atento e demorado. E a grande avalanche de processos continua, conforme nos indica a seguinte estatística relativa ao ano de 1974.

Processos Autuados 87.279

Crescem, de modo sensível, os efeitos sem julgamento na primeira instância, com incalculável prejuízo para as partes, a começar pela própria União.

Atualmente temos 110 cargos de juiz federal, nem todos preenchidos, pois há 35 vagas, sem perspectiva do devido preenchimento, sobretudo em virtude de remuneração que não compensa, ou seja Cr\$ 8.287,00 (substituto). Não padece dúvida de que, por insuficiência, cabe aumentar o número de juizes na primeira instância, na medida necessária ao normal andamento dos processos. Todavia, impõe-se como medida de vital importância, prioritária, uma revisão de vencimentos. Basta lembrar que, no curso deste ano, dois juizes federais pediram exoneração, um deles no Rio Grande do Sul e outro em São Paulo.

Torna-se necessário, por outro lado, aliviar um pouco a carga de trabalho através de uma melhor distribuição da competência. Assim, verifica-se que a Emenda Constitucional nº 1/69, modificando a orientação seguida pela Carta Política de 1967, deslocou da competência da Justiça do Trabalho para a Justiça Federal comum (juizes federais e Tribunal Federal de Recursos) "os litígios decorrentes das relações de trabalho dos servidores com a União, inclusive as autarquias e as empresas públicas federais, qualquer que seja o seu regime jurídico" (art. 110). Determinou também a competência dos juizes federais, "ratione personae", nas "causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autores, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Militar" (art. 125, I). Ao que se vê, afastou a competência natural de Justiça do Trabalho (art. 119, I, da Constituição de 1967). Tal comportamento, além de deslocar sem razões plausíveis, o julgamento pela justiça especializada, vem contribuindo para aumentar a sobrecarga dos juizes federais de primeira instância e do Tribunal Federal de Recursos, com graves prejuízos para os litigantes. Outrossim, não se justifica que a mesma legislação seja apreciada ora pela justiça comum, ora pela justiça especializada, aumentando inclusive os dissídios jurisprudenciais. Por isso, parece-me de bom alvitre o retorno à orientação estabelecida na Constituição de 1967, assecuratória da competência da Justiça do Trabalho (art. 119, I).

Dou apenas um exemplo. Outras limitações podem ser estabelecidas na área da competência, inclusive criminal.

Ao demais, não devemos esquecer a exaustão da instância administrativa para o socorro ao controle jurisdicional. A criação de tribunais administrativos e fiscais, estruturados de modo a proporcionar decisões sem tardança, nos prazos legais, muito contribuirá para o descongestionamento da Justiça Federal.

Justo também será que organizados em carreira seja assegurada aos juizes federais a possibilidade de promoção ao Tribunal Federal de Recursos ou ao Tribunal Regional e Tribunal Superior Federal, se criado, mediante escolha de lista tripla de merecimento. Ter-se-á um atrativo para o ingresso na car-

reira, uma maior perspectiva para as vocações de juiz.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. PREVISÃO CONSTITUCIONAL DE MAIS DOIS TRIBUNAIS DA MESMA CATEGORIA. SOLUÇÃO INCONVENIENTE: INVENCIBILIDADE DO SERVIÇO. INSTITUIÇÃO DE TRÊS INSTÂNCIAS E CRIAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS OU AINDA AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE JUÍZES DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS COM A ESPECIALIZAÇÃO DE CÂMARAS, TURMAS OU GRUPOS DE CÂMARAS. CRIAÇÃO DE TRIBUNAL DE ALÇADA. SOLUÇÃO INCONVENIENTE.

No momento, temos um Tribunal Federal de Recursos, porquanto não foram criados dois outros previstos na Lei Magna, com sede no Estado de Pernambuco e no Estado de São Paulo (art. 116, § 10, da Constituição de 1967 e art. 121 § 10, da Emenda Constitucional nº 1/69).

A previsão constitucional, não obstante aparentemente benéfica, se executada, teria trazido grande embaraço, fruto do dissenso interpretativo entre os três Tribunais, aumentando, consideravelmente, o número de recursos extraordinários, em busca da unificação da jurisprudência. O funcionamento desses três Tribunais seria uma grande fonte de decisões divergentes. Portanto, agravaria a situação do Supremo Tribunal Federal, retardaria muitas decisões finais, anulando assim algumas vantagens para as partes, como "verbi gratia", a da comodidade. A triplicação do Tribunal Federal de Recursos traria péssimas repercussões. Felizmente, não chegou a ser posta em prática.

Não se pode negar que é invencível o volume de serviço canalizado para o Tribunal Federal de Recursos, na sua estrutura do relatório daquela Corte e destinados à Reforma do Poder Judiciário; ao iniciar-se o ano de 1974, havia 3.372 feitos pendentes de julgamento. Durante o ano de 1974, consoante relatório apresentado pelo presidente Márcio Ribeiro, foram julgados 7.144 feitos, por 12 ministros, sendo que três deles ultrapassaram individualmente a casa dos 700 processos.

É verdade que o número de feitos julgados ultrapassou o de processos distribuídos, que atingiu a 5.267. Acontece que esta cifra deixou de ser bem mais elevada em razão de acentuada deficiência do número de juízes na primeira instância. Duas soluções de maior importância se apresentaram para o desafogo do trabalho no Tribunal Federal de Recursos. A primeira consiste na instituição de três instâncias, com a criação de Tribunais Regionais, órgãos de segundo grau, em número de quatro, localizados em Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O Tribunal Federal de Recursos seria transformado em Tribunal Superior Federal, com a missão de apreciar as ofensas ao direito federal e de assegurar a unidade de sua interpretação. De suas decisões

somente caberia recurso para o Supremo Tribunal Federal em caso de ofensa à Constituição, em torno da interpretação do direito federal.

Esta orientação descentralizadora reduziria, em boa parte, a tarefa do Tribunal Superior Federal e, ao mesmo tempo, contribuiria para a comodidade dos litigantes situados em cada região. De resto, abriria maior oportunidade de acesso aos juízes de primeira instância, os quais através de promoção poderiam alcançar o Tribunal Regional, e, até mesmo, o Tribunal Superior Federal, levando a valiosa contribuição da sua experiência e saber judicantes.

Entrementes, opõe-se a objeção de que competindo ao Tribunal Superior aplicar leis federais que também são objeto de apreciação pelos Tribunais de Justiça dos Estados, iria proporcionar mais recursos extraordinários, por força da divergência interpretativa. De fato, isso ocorreria, lado que a Justiça Federal comum não se limita, como acontece em relação à Justiça Eleitoral do Trabalho, à aplicação de leis especiais, não aplicadas pelas Justiças comuns estaduais. Ter-se-ia o inconveniente do recurso extraordinário baseando no dissídio jurisprudencial, nascido, por exemplo, da interpretação de uma regra do Código Civil, a retardar a decisão final e congestionando cada vez mais o Supremo Tribunal Federal. Contudo, é de convir que, em virtude da complexidade do problema, jamais se poderá encontrar uma solução que não apresente inconvenientes.

Outra idéia, também interessante, é a de elevar o número de juízes do Tribunal Federal de Recursos, adotando-se, ao mesmo tempo, a especialização de Câmaras, Turmas ou Grupos de Câmaras, que formaria secções distintas, evitando-se mais um grau de jurisdição. Assim, poderíamos adotar a especialização quanto a questões cíveis, penais, fiscais administrativas, etc.

O critério da especialização proporcionaria julgamentos mais rápidos, e, possivelmente, mais seguros. Contudo, não teria vantagem da facilidade de acesso às partes, resultante da fórmula consistente na criação de Tribunais Federais de Segundo Grau, em várias regiões.

Ainda há quem sugira a criação de Tribunal da Alçada na segunda instância da Justiça Federal, à exemplo do que se adotou na Justiça estadual (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná). A proposição não é atraente, uma vez que iria gerar divergências jurisprudencial dentro da mesma área jurisdicional, ou seja com o Tribunal Federal de Recursos, reclamando a sua uniformização através do recurso extraordinário. Além de prolongar a data da decisão final, aumentaria a carga de trabalho do Supremo Tribunal Federal. Isso, dentre outros inconvenientes, a compreender possíveis desentendimentos quanto à independência administrativa do Tribunal de Alçada. Numa resumida visão percebe-se que até as melhores fórmulas imaginadas apresentam inconvenientes. Isso porém, não deve afastar a escolha de uma delas, porquanto indubitavelmente trará sensíveis vantagens ao atual estado de funcionamento da Justiça Federal de Segunda Instância.

Não é demasia acentuar que o Governo deve se dispor a gastar um pouco

mais com o Poder Judiciário, a fim de lhe proporcionar uma estrutura adequada ao relevante papel que vem desempenhando, com sacrifícios, na hora presente. Inclusive não deve perder de vista, além das repercussões no âmbito da sociedade, os prejuízos debitados à União em virtude do retardamento das decisões sobre matéria fiscal e administrativa.

No plano da Justiça Federal verificamos que não são elevados os encargos financeiros, segundo se percebe dos seguintes dados:

DESPESA GERAL DA UNIÃO

1973	1974	1975
52.129.306.600	71.713.528.000	113.396.375.000

DESPESA STF

1973	1974	1975
20.620.000	25.192.400	37.425.000

DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO

1973	1974	1975
436.142.200	495.303.900	646.862.200

PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DA UNIÃO

SUPREMO	TRIBUNAL	FEDERAL
0,039%	0,35%	0,33%

PODER JUDICIÁRIO

0,836%	0,690%	0,570%
--------	--------	--------

Aliás, esse percentual torna-se ainda maior em face da dedução das custas arrecadadas pela União.

É chegada a hora de enfrentar os desafios, passando à ação, com perseverança e fineza.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUA POSIÇÃO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL A CHAMADA CRISE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS NA CONSTITUIÇÃO E NO REGIMENTO INTERNO DA CORTE. SUA SIGNIFICAÇÃO. A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AS MELHORES SOLUÇÕES. CONJUGAÇÃO DE MEDIDAS PARA AFASTAR O CONGESTIONAMENTO DOS PROCESSOS E VALORIZAR A MAIS ALTA CORTE.

Ao Supremo Tribunal Federal, situado no cume do Poder Judiciário (art. 112 e 118 da Constituição Federal), é reservada a difícil tarefa de árbitro soberano da interpretação da Constituição da República e das leis federais. Vivemos num país em fase de desenvolvimento, de abundante e casuística legislação ordinária, nem sempre ornada de boa apresentação técnico-jurídica, capaz de facilitar a missão do intérprete e aplicador da lei.

A chamada "crise do Supremo Tribunal Federal" consiste no excessivo número de feitos submetidos ao julgamento de uma Corte composta de onze juízes. O problema não é de hoje, porquanto já na segunda década do século se reclamava o congestionamento do serviço. Na verdade, àquela época, mais em razão dos métodos de trabalho que do número de processos, limitado a algumas dezenas para cada ministro. Nos últimos decênios, porém, o volume do serviço desafia até a resistência orgânica dos julgamentos.

É de se atentar para que a nossa Corte, além da ampla função atinente ao recurso extraordinário (art. 119, inc. 11, letra "a", "b", "c" e "d", da Constituição Federal) exerce a de Tribunal de Instância Superior (art. 119, inc. 111, da Constituição Federal), bem como a de caráter originário, segundo o elenco constante do inc. 1, do art. 119 da Lei Magna, onde se destaca a sua índole de Corte Constitucional. Como se vê, múltiplas e graves são as suas atribuições.

Os dados estatísticos bem revelam o exaustivo labor que se exige de cada ministro. Vejamos:

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

PROCESSOS JULGADOS

1967 - 7.634	7.881
1968 - 8.777	9.899
1969 - 10.309	9.954
1970 - 6.716	6.486
1971 - 6.006	6.407
1972 - 6.692	6.523
1973 - 7.298	8.049
1974 - 7.854	7.986
1975 - 3.735	3.772
(até 23.6)	

No ano de 1974 ficaram assim distribuídos os julgamentos:

I - TRIBUNAL PLENO

a) Plenário	640
b) Relatores	135 775

II - PRIMEIRA TURMA

a) Turma.	2.084
b) Relatores	1.772.3856

III – SEGUNDA TURMA

a) Turma	1588
b) Relatores	1.767 3.355
TOTAL	7.986

O Tribunal Pleno realizou 70 sessões, sendo 9,0 a média de julgamentos por sessão; a Primeira Turma realizou 60 sessões, com 34,7 julgamentos por sessão, e a Segunda Turma, em 69 sessões, julgou 23,0 processos por sessão.

No transcurso deste ano, até o dia 25 do corrente mês, foram distribuídos 6.283 processos, cabendo uma média de 685 para cada ministro. Cabe esclarecer que em virtude da ocorrência de duas vagas, por aposentadoria dos eminentes ministros Oswaldo Trigueiro e Aliomar Baleeiro, a distribuição se fez, durante certo período, ora por 9, ora por 8 ministros. Esses dados atestam o imenso e desarrazoado esforço desenvolvido pelos ministros, às vezes com sacrifício pessoal, para se desincumbirem da incessante carga de trabalho.

A minha experiência durante oito anos, para ser mais exato, a partir de 22.2.1967, quando ingressei no Tribunal, demonstra que não é possível se permitir o prolongamento dessa situação. Durante o ano passado fui relator de 916 processos, incluindo-se os agravos de instrumento. Devo ressaltar que sempre mantive em dia o meu trabalho, mas à custa de penoso esforço, sacrificando horas de lazer, inclusive vários fins-de-semana. Aliás, essa tem sido a regra observada, de modo geral, pelos juízes, variando a produção de alguns em razão de métodos e circunstâncias pessoais.

Não é possível se manter esse ritmo de trabalho, trabalho forçado, com risco de sacrificar-se a qualidade doutrinária de decisões que devem servir de modelo. Impõe-se uma racional distribuição das funções, de modo a desafogar o Supremo Tribunal Federal. É certo que se vem tentando minorar essa situação. No Governo do admirável e saudoso Castello Branco foi aumentado de 11 para 16 o número de Ministros de Corte, alterando-se, em parte, a sua competência (A. I. n. 2, de 27.10.1965 e Constituição Federal de 1967). Com 3 Turmas, de 5 ministros cada uma, atribuindo-se ao Plenário as questões constitucionais, bem assim os embargos de divergência, além dos feitos originários, o Tribunal conseguiu afastar, por algum tempo, o constrangedor acúmulo de serviços.

Durante as modificações introduzidas pela Carta Política de 1967 e mantidas pela Emenda Constitucional n. 1/69, vale realçar a limitação do recurso extraordinário com base na alínea “a”, do inc. 111, do art. 114, hoje 119, expressa na locução “negar vigência de tratado ou lei federal”. Aí, na verdade, houve intenção de restringir o recurso extraordinário, razão por que foram afastadas as expressões “quando a decisão for contrária. . . à letra de tratado ou lei federal”, inseridas na alínea “a”, do inc. 111, do art. 101, da Constitui-

ção Federal de 1946. Manifestando-me sobre o alcance da modificação tive oportunidade de afirmar:

“Não há dúvida de que o legislador quis restringir o cabimento do recurso. Na vigência da Constituição de 1946 cingia-se à violação translúcida da lei federal, quando não se cuidasse de simples e natural exercício do poder de interpretar, conferido ao julgador. Não há negar, no entanto, que a finalidade do recurso extraordinário é assegurar a inteireza da ordem jurídica objetiva, a inteireza do direito federal. Daí, quando o constituinte se refere a negar vigência à lei federal, há de ser compreendido, a meu ver, nos seguintes termos: quando o juiz negar, expressamente, a vigência da lei, ou quando, deixando de aplicar lei federal à toda evidência imprescindível ao julgamento, a conduta do julgador importe em negar, implicitamente, virtualmente, a sua vigência”, (RTJ 43/674).

Também limitou-se o recurso extraordinário no âmbito das Justiças Eleitoral e do Trabalho, aos casos de ofensa a preceitos da Constituição (art. 132 e 135, hoje 139 e 143). Finalmente, extinguiu-se o recurso ordinário em caso de degeneração de mandato de segurança (Ato Institucional n. 6/69).

Ao que se percebe, o Governo, agindo cautelosamente, não se animou a efetuar uma reforma de maior profundidade, adotando para o recurso extraordinário o critério da alta relevância da questão federal debatida. Nos Estados Unidos, situação semelhante encontrou solução nos idos de 1925, mediante o denominado “Ato dos Juízes”, quando o Congresso ampliou largamente o poder discricionário da Corte Suprema, dando ênfase ao critério da relevância, segundo o qual se verifica, preliminarmente, se a questão federal tem mais significação do ponto de vista da sua repercussão no interesse público, de modo a merecer um pronunciamento da Corte. Em consequência disso, os casos afinal submetidos a julgamento ficam reduzidos a poucas centenas e não a milhares de processos, como ocorre entre nós. Inovação que merece realce está expressa no art. 115, parágrafo único, letra “c”, da Carta Política de 1967 (art. 120, parágrafo único n. 1/69), e segundo o qual o Regimento Interno estabelecerá “o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recursos”. Trata-se de função legislativa especialmente outorgada pela Lei Magna.

Outra importante novidade foi introduzida pela Emenda Constitucional n. 1/69 com o parágrafo único do art. 119. Tendo em consideração o acúmulo de causas sem maior significação passou a permitir que o Supremo Tribunal disciplinasse, à vista da natureza, espécie ou valor pecuniário, os casos enumerados nas alíneas “a” e “d”, do inc. 111, do art. 119.

Com o Regimento Interno que passou a vigorar a 15.10.1970, ficou estabelecido que salvo nos casos de ofensa à constituição ou discrepância manifesta da jurisprudência predominante no Supremo Tribunal, não se permite recurso extraordinário quando se tratar de crime ou contravenção a que sejam cominadas penas de multa, prisão simples ou detenção, bem assim de medidas de segurança com eles relacionadas nos casos de acidente do Trabalho, nas hipóteses de relação de trabalho no art. 110 da Constituição; nos man-

dados de segurança, quando o julgamento não apreciar o mérito (art. 308, incs. I, II e III). Além disso, fixou-se uma alçada para o recurso extraordinário, com base no maior salário mínimo vigente no país considerando-se a existência de uniformidade ou de divergência de pronunciamento nas instâncias ordinárias ou ainda a verificação de instância única (inc. IV do art. 308).

A discriminação em base no valor pecuniário tem sido objeto de críticas, sob a alegação de que se exclui de julgamento pela mais alta Corte questões relevantes, porém de pequeno valor. Acontece que o preceito sempre foi aplicado com as devidas cautelas, em benefício dos reais interesses da justiça. Ademais, a crítica já não pode ser levantada, de vez que com a Emenda Regimental n. 3, de 12.6.1975, ficou estabelecida a exceção da relevância da questão federal, a fim de que se permita o processamento de recurso extraordinário (art. 119, parágrafo único, da Constituição Federal). Se, de um lado, aumentou-se o elenco de casos de não cabimento do recurso extraordinário, ficaram ressalvadas as hipóteses de ofensa à Constituição e da relevância da questão federal.

A inovação constitui mais um passo da Corte, no sentido da sua valorização e aprimoramento. A Emenda Regimental n. 3, fruto de meditado exame de todos os juizes do Supremo Tribunal Federal, aumentou o elenco de não cabimento do recurso extraordinário, constante do art. 308, incluindo as hipóteses de decisões proferidas em: a) — habeas corpus, “quando não trancarem a ação penal, não lhe impedirem a instauração ou a renovação, nem declararem a extinção da punibilidade”; b) litígios decorrentes “da relação estatutária de serviço público quando não for discutido o direito à constituição ou subsistência da própria relação jurídica fundamental”; c) ações possessórias, de consignação em pagamento relativas à locação, nos procedimentos sumaríssimos e nos processos cautelares; d) execuções por título judicial; e) “extinção do processo, sem julgamento do mérito, quando não obstarem a que o autor intente de novo a ação”.

No que tange ao “habeas corpus”, desde que a sua concessão não resulte o trancamento da ação penal, não é impetitiva da sua instauração ou renovação, nem expresse a extinção da punibilidade, não há motivo para que a decisão do juiz “a quo” venha a ser reexaminada pelo Supremo Tribunal Federal. Com isso, valorizam-se mais as decisões dos Tribunais de onde provêm evitar-se o consumo de tempo, prejudicial por vezes, ao andamento normal do processo, e diminui-se a carga de serviço da Corte mais alta.

De igual modo, não há razão para que litígios sem maior relevo, em torno de certas relações estatutárias de serviço público, como, por exemplo, férias, transferência, contagem de tempo de serviço, pequenas sanções, etc, sejam submetidas a exame final pela Corte.

Ao lado disso, também não é justo que meras ações possessórias, de consignação em pagamento, de locação, e ações de procedimento sumaríssimo (art. 275, II, do C.P.C.), venham a passar pelo crivo do Supremo Tribunal. Nesses processos em que se recomenda, especialmente, a celeridade não se

compreende a demora na sua solução final. Temos exemplos de ações de despejo, ou ações renovatórias de locação comercial, que subindo ao Supremo Tribunal, em recursos proletários, no mais das vezes, causam males irreparáveis. Ainda quando se cogita a execução baseada em título executivo judicial, assim uma sentença homologatória de transação, de conciliação (art. 584, III, do Código de Processo Civil), também aí não existe razão para se submeter ao apelo derradeiro.

Do mesmo modo, se há extinção do processo sem o juiz se pronunciar a respeito do mérito, e de modo a não obstar que o autor intente novamente a ação, como "verbi gratia", se o juiz indefere a petição inicial, se há abandono de causa (art. 267, I a II, do Código de Processo Civil), seria descabido permitir em tais situações o recurso extraordinário.

Finalmente, elevou-se a alçada do recurso extraordinário fixada em mais 60 e 30, para mais de 100 e 50 vezes o maior salário mínimo vigente no país. Aliás, lembro que ao ser votada a Emenda Regimental de 12.11.1969, anterior ao atual regimento, quando se adotou o critério do valor pecuniário, manifestei-me na proporção agora adotada, ficando porém, vencido.

Em todas as hipóteses previstas no invocado art. 308, do nosso Regimento Interno, é bom repetir: o recurso extraordinário poderá ser processado, seja nos casos de ofensa à Constituição, quer em virtude da relevância da questão federal que envolva. Todavia, impõe-se deixar claro que compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal o exame da arguição de relevância (§ 3º, do art. 308). Quando falamos de todas estas medidas, frutos de criatividade salutar, não podemos deixar de fazer menção à instituição da súmula, afirmação do pensamento interpretativo predominante no Tribunal, idealizada com muita argúcia, pelo eminente ministro Victor Nunes Leal, e que vem contribuindo para a redução do dissenso de julgados e, por igual, para facilitar determinados julgamentos. Ela não é intocável. Tanto assim que o Regimento Interno (art. 98, § 1º, e 99) permite a revisão da jurisprudência nela consubstanciada, trazendo, como consequência, a sua alteração ou cancelamento.

De grande significação é o poder conferido ao relator, de "arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso manifestante intempestivo, incabível ou improcedente; e, ainda, quando contrariar a jurisprudência predominante do Tribunal (art. 98) ou for evidente a sua incompetência" (art. 22, § 1º).

Não me parece demasia acrescentar que na faixa permanente, diante da relevância do mister de julgar estamos sempre atentos aos valores ético-jurídicos fundamentais, necessários à organização do Poder e à própria liberdade do homem. O zelo pela verdade revela-se, por exemplo, numa medida aparentemente singela a permissão de esclarecimento prestado pelos advogados das partes, sobre matéria de fato, após o voto do relator. Os que militam perante o Supremo Tribunal Federal bem aquilatam o significado dessa medida.

Todo esse empenho precisa ser completado agora, com a reforma geral do Poder Judiciário. Na área particular do Supremo Tribunal Federal há várias

sugestões. Uma delas é o aumento do número dos seus juízes. É certo que o aumento de 11 para 16 (Ato Institucional n. 2, de 27.10.1965), permitindo a constituição de 3 Turmas, proporcionou uma melhoria na situação da Corte, afastando temporariamente o constrangedor acúmulo de serviço. A medida, que durou até o Ato Institucional n. 6, de 01.02.1969, quando o Tribunal voltou ao número de 11 ministros, a meu ver não iria atender ao progressivo aumento dos feitos da sua competência. Aumentar apenas o número de juízes não constitui uma solução satisfatória, porquanto será de efêmera eficácia, diante do crescimento vegetativo e do acelerado progresso do País. Outra idéia é a de transformar o Supremo Tribunal Federal em Tribunal destinado a julgar questões de natureza constitucional e os casos que, pela grande importância, ficassem na sua competência originária. Embora viesse a reduzir, de modo acentuado, o serviço da Corte, não resta dúvida de que o excesso de processos seria transferido para um outro Tribunal. Ao mesmo tempo iriam surgir dificuldades quando nos recursos extraordinários se cogitasse de tema constitucional ao lado de interpretação de lei federal. Em tal hipótese, dada a complexidade, os recursos iriam sofrer tramitação mais demorada, com a cisão dos julgamentos.

A diminuição da competência, atribuindo-lhe as questões de maior importância e repercussão é, a meu entender, a melhor solução. Quer se adote a idéia de Tribunais Regionais Federais e de Tribunal Superior Federal, terceira instância, ou a da especialização do atual Tribunal Federal de Recursos, poder-se-á estabelecer limitações à recorribilidade, ressalvadas a matéria constitucional e as questões federais relevantes.

Deve-se de qualquer forma preservar a sua marcante e tradicional função, como Tribunal da Federação.

Será interessante que se “dê eficácia normativa a decisão em tema de interpretação de leis federais na forma regimental”, conforme ficou lembrado em nosso relatório para a reforma do Poder Judiciário. Tal providência, a obrigar as instâncias inferiores, facilitará vários julgamentos. Outra idéia, que poderá ser adotada ao lado da representação do Procurador-Geral da República, em razão de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual (art. 119, I, letra “I”, da Constituição Federal), será a da representação para interpretação de lei federal, com eficácia normativa, provocada por pessoa jurídica de direito público, através do Procurador-Geral da República.

Outro dispositivo especial, e de acentuada importância, será o atinente a avocatória, a fim de que, em casos excepcionais, o Supremo Tribunal Federal chame a si o exame de causa em que haja risco de grave lesão à ordem, à segurança ou às finanças públicas, sendo-lhe permitido suspender os efeitos de decisão tomada na instância inferior, até a sua definitiva apreciação, em prazo certo.

Estas, em linha gerais e nos limites em que me fixei, as considerações, fruto, sobretudo, da experiência conquistada na magistratura, e que espero sejam merecedoras de devida meditação por aqueles que, possuídos de nobre propó-

sito, pretendem colaborar na reformulação e na preservação do Poder Judiciário. Esperamos todos a especial atenção dos juristas militantes, daqueles que bem sabem ser a lógica do direito uma lógica diferente da lógica de tipo matênfco, ou da simples lógica dedutiva, a cargo de leigos por compreender, como diz Recasens Siches "... el logos de lo humano, la lógica de lo razonable". Assim como não se deve prescindir da palavra do técnico em economia, administração, arquitetura, etc, quando necessária ao equacionamento e solução de determinados problemas, igualmente não se deve relegar a plano secundário a colaboração, quando couber, do profissional que traz consigo a visão do mundo jurídico.

Temos fundadas esperanças no prosseguimento da imprescindível e marcante obra — Reforma do Poder Judiciário, resultante de um encontro feliz, da visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, à casa do mais alto órgão judicante do País, a 16 de Abril de 1984. Aguardamos com elevada confiança, o cumprimento da missão a cargo do Poder Executivo e do Poder Legislativo, respectivamente.

Permitam-me concluir dizendo que o Supremo Tribunal Federal, sem interrupção dos seus afazeres normais, árduos e incessantes, procurou com seriedade, singeleza e altivez cumprir o seu encargo. Saliento ainda que não nos furtaremos a colaboração que se fizer necessária ao êxito do alevantado empreendimento de há muito reivindicado pelos juristas, particularmente por nós, os juízes, que também procuramos, na medida dos meios de que dispomos, aprimorar as instituições que engrandecem a Nação.

CURRICULUM

Filho de Francisco Cândido de Mello Falcão e de Inês Alves Falcão, nasceu na cidade de Monteiro, Paraíba, a 4 de Agosto de 1919. Ali iniciou seus estudos primários, transferindo-se para a cidade do Recife onde, no Colégio Nóbrega, fez o Curso Ginásial. Após o curso pré-jurídico ingressou na Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1939, concluindo o curso de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1943.

A 23 de Dezembro de 1944 tomou posse no cargo de Juiz de Direito no Estado de Pernambuco, em virtude de concurso no qual foi classificado em 1º lugar. Serviu como Juiz das Comarcas de Serrita, Triunfo, São Joaquim do Monte, Paulista e Recife, alcançando promoções, sempre pelo critério do merecimento, inclusive para o Tribunal de Justiça, no ano de 1957. Foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em 1960, alcançando a Presidência em 1961. Exerceu a Vice-Presidência e a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco nos anos de 1965 e 1966, respectivamente.

Tomou posse como Ministro de Supremo Tribunal Federal a 22 de Fevereiro de 1967.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral no período de 1969 a 1973, exercendo a Vice-Presidência no período de 1969 e 1971 e a Presidência no biênio de 1972 a 1973. Foi Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal nos

anos de 1973 a 1974, sendo eleito Presidente da Corte em Dezembro de 1974, tomando posse a 14 de Fevereiro de 1975, para o biênio que terminará em Fevereiro de 1977.

SÃO DE SUA AUTORIA OS SEGUINTE TRABALHOS:

- a) "Da Responsabilidade Civil, Extensão da Responsabilidade do Preposto ao Proponente" (plaquete);
- b) "Da igualdade Perante a Lei" (plaquete);
- c) Trabalhos publicados nas revistas "Revista Forense", "Revista de Direito Administrativo", "Arquivo Forense", "Revista dos Tribunais" etc.

Professor Titular da Cadeira de Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

TEM AS SEGUINTE CONDECORAÇÕES:

"Medalha do Mérito de Pernambuco"

"Medalha Cidade do Recife"

"Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco"

"Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília"

"Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho".

Casado com a Sr. Maria do Carmo Araújo Falcão, de cujas núpcias tem três filhos: Francisco Cândido, Maria da Conceição e Luciano.

EPITÁCIO DA SILVA PESSOA

“Homem de regular estatura e constituição, na inteligência máxima, uma erudição jurídica profunda, na capacidade de trabalho inimitável, este ilustre brasileiro, de grande popularidade e saber, se apresenta aos olhos do observador imparcial e competente como um dos maiores cidadãos da Grande Pátria brasileira, porventura um dos maiores paraibanos em contínua e proveitosíssima atividade intelectual e política. Com André Vidal de Negreiros, o Rei da Ação; com Arruda Câmara, o genial naturalista e com Pedro Américo, o dominador das artes, ele forma o sólido embasamento do domínio paraibano nas ciências, nas artes, na política e na ação”.

(Dos Livros “Paraybanos Ilustres”, do General Liberto Bittencourt, editado no começo do século)

Começo dizendo como Samuel Duarte, em conferência pronunciada na Federação das Academias de Letras, nas comemorações do centenário de nascimento do grande paraibano que “não venho fazer uma biografia de Epitácio Pessoa, pois houve quem a fizesse, aliando à autenticidade das fontes, um senso de objetividade que a circunstância do parentesco não deformou”: Laurita Pessoa Raja Gabaglia.

Lembro-me bem do que contava o velho Manoel Joaquim de Araújo (“Seu” Neco), meu avô, na calçada do beco da Ponte, em frente à sua “Casa Pernambucana”, na Itabaiana do meu nascimento, às margens do Rio Paraíba: — “Por aqui passou muitas vezes, vindo de Umbuzeiro, a cavalo, para al-

cançar o “bacuráu” (trem que partia de Itabaiana, cruzamento ferroviário das linhas de João Pessoa, Recife, Natal, para chegar à capital pernambucana pelas 10 horas da manhã), o menino Epitácio com o seu pai que dizia para todo mundo que *“estava levando o filho para estudar para ser o Presidente da República”*.

E a profecia se realizou. Foi ele, na história, o primeiro e único Presidente de República que a Paraíba dera em toda a sua vida. O homem dos três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário — Presidente, Senador e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Um dos mais jovens bacharéis do Brasil, com 21 anos de idade. Aos 24 anos, Secretário do Estado na Paraíba. Deputado à Constituinte, com pouco mais de 25 anos. E aqui cabe de novo a palavra de Samuel Duarte:

“Aos 27 anos Bonaparte realizou um dos mais brilhantes feitos estratégicos de todos os tempos: a campanha da Itália. Noutro terreno, mais grato aos foros da nossa cultura, aos 27 anos Epitácio sustentava da Tribuna de Câmara uma luta áspera contra os atos da Ditadura de Floriano”.

O “Jornal do Brasil”, de 23 de Junho de 1893, dirigido por Ruy Barbosa, assinala:

“O jovem representante do Estado da Paraíba pronunciou ontem na Câmara dos Deputados um notabilíssimo discurso sobre os negócios do Rio Grande do Sul. Testemunho do grande sucesso oratório, exprimindo-se com a maior imparcialidade, pois que não se acham ao lado de S. Excia., são acordes em declarar-nos que raríssimas vezes a tribuna parlamentar tem sido tão engrandecida entre nós. Prestando uma justa homenagem ao notável orador brasileiro, cuja mocidade é ainda um título de maior realce à lucidez de um brilhantíssimo espírito, publicamos hoje na íntegra a grande peça oratória que certamente os nossos leitores receberão como uma demonstração do esforço com que procuramos corresponder ao acolhimento que nos tem sido feito”.

E esta inteligência precoce não fica só nisto, e, já aos 33 anos de idade, era Ministro da Justiça do Governo de Campos Salles cuja atuação é assinalada em relevo por todos os seus biógrafos e sobretudo destacada por adversários do Governo de então, como Ruy Barbosa, ao referir-se ao Código do Ensino, “belo trabalho de sistematização de estudo”, como acentua Liberato Bittencourt na sua obra citada.

Esta mocidade farfalhante, sacudindo governo e oposição, dando presença da Paraíba em todos os campos, da cultura e da inteligência, da política e da administração, atinge aos 37 anos a toga de Ministro do Supremo Tribunal Federal, firmando-se como jurisconsulto emérito e como juiz da maior respeitabilidade.

O voo de Condor ultrapassa as fronteiras nacionais como já tinha ultrapassado as estaduais, surgindo e fazendo surgir o nome do Brasil, na chefia da Delegação Brasileira à Conferência da Paz em Versailhes, na judicatura da Corte Internacional de Haia.

Por isso é que Samuel Duarte, na sua conferência já focalizada neste livro, diz com muita propriedade:

“Não fora a repercussão desses triunfos, somados ao renome já conquistado, a Presidência da República iria a outro endereço. Desavindos os grandes Estados na indicação do candidato, foi Epitácio que reuniu a convergência da maioria. E para maior brilho dessa competição surgiu-lhe, do lado oposto, — o maior advogado que já tivemos, o mais alto defensor das franquias democráticas que se faz ouvir no Parlamento e no Pretório — Ruy Barbosa. Ao fim, Ruy Barbosa lhe ofereceu lisamente a vitória. Admirando-o e respeitando-o, o paraibano vigoroso na luta, convidou o adversário da véspera para representante do Brasil na Liga das Nações”.

Senador aos 47 anos e Presidente da República aos 54, Epitácio não sofre altos e baixos na sua carreira pública iniciada nos verdes anos, e, à medida que amadurece no tempo, é a sua contribuição à nossa consciência democrática e ao fortalecimento das instituições.

Aqui eu digo como José Américo, no capítulo “Epitácio Pessoa: ‘Força e Sentimento’” (1965), do livro “Discursos do meu Tempo” (3ª edição):

“O panegírico não basta. Admirar é uma forma de compreender e toda compreensão é um julgamento. Mas para não negar nem exagerar só se tomando as medidas à vida que se interpreta. E é essa tão complexa que tem de ser analisada nos seus traços fundamentais, pondo-se de parte outros aspectos expressos por sua variedade. A totalidade biográfica, como soma dos títulos de uma personalidade múltipla, excederia a dimensão deste trabalho”.

Cabe, assim, circunscrever-me às limitações das páginas deste livro, não a “totalidade biográfica” de Epitácio Pessoa, porque a sua vida e a sua obra transbordam todas as demarcações, mas fixando instantâneos de uma personalidade que, como diz José Américo, “foi, acima de tudo, o homem de talento e o homem forte. Constituíram essas características seus elementos de êxito, um disciplinando o outro, esse animando aquele, mente e ação, conjugando-se e compondo uma figura ainda hoje incompreendida”.

Nada melhor para a fixação destes instantâneos, do que folhear páginas escritas sobre ele, destacando, aqui e ali, os ângulos que mereceram traços vivos e marcantes, juntando-se a um conjunto que exprime a sua “totalidade biográfica”.

FALAM OS BIÓGRAFOS E A HISTÓRIA

De José Américo:

“O Nordeste apresentou dois gigantes para se defrontarem no período tempestuoso da iniciação republicana.

Florian Peixoto, um autêntico afloramento de chão alagoano, já era portador de uma auréola de herói. Ia-se ver o prodígio. Aparentemente inerte, manobrava, sem se alterar, a máquina infernal com um dedo que poderia ter sido apenas o do gatilho das pelejas do sertão.

Quando dera por si, estava na cúpula, como depositário de uma causa que, antes, não lhe despertava entusiasmo, nem tivera o seu apoio ostensivo,

mas acabara convertendo-se no seu campo de ação. Agora era o comandante a defender a sua praça de guerra. Sem ambição do poder que lhe tem sido atribuído, o bloco silencioso ocupava uma fortaleza. E ele próprio era feito de um material ainda mais invulnerável. Tenho vontade de gritar como se estivesse ao seu lado, em plena campanha: que sujeito extraordinário!

Exilou, matou, foi, muitas vezes, cruel, mas aguentou-se até o fim e salvou a República.

Epitácio Pessoa, seu adversário, concorria com a coragem pessoal e o talento da palavra como advogado das novas instituições que supunha agredida por um absolutismo usurpador. Um rapaz desconhecido surpreendeu os veteranos reunidos em assembléia que deveria corporificar seus ideais pela facilidade verbal e o dom de comunicação, só lhe faltava uma tribuna e achara a mais imponente.

Trazia como base a educação humanista para cunhar-lhe os discursos e o lastro que provinha de um centro espiritual ainda vivo, das tradições da casa de Tobias Barreto.

Não se fizera tribuno no tumulto da praça pública sempre exigente de concessões do seu saber. Esse clima nunca seria o seu.

O estilo sem originalidade tornou-se pessoal por sua segurança e vibração. Enquadrava-se numa moldura modesta, de mais força persuasiva e intensidade natural, do que estrutura artística.

Essa oratória tinha que ser do seu tempo, de um liberalismo democrático sem novidades doutrinárias.

Faltou-lhe a força que, dizia o poeta Mistral, conserva as obras de espírito. E, quando tentava uma frase, um torneio retórico ou uma simples imagem, não era feliz. Não possuía gosto literário.

Mas que eloquência! Que expressão dominadora! E que voz! A influência e a magia da dicção correta e musical, num acento sonoro e fluido, tudo formava a corrente que empolgava e agradava.

Sua forma era mais composta desses caracteres que intervinha no efeito produzido, do que da própria criação. Era sobretudo orgânica. O que transmitia ia adquirindo outro ritmo na sua exteriorização.

Foi esse conjunto que o tornou famoso.

Era, por excelência, o argumentador. Nada de desarticulado ou incompleto. E soberbo na réplica, sempre alerta e arrasadora. Essa forja não levantava centelha, mas criava uma solidez poderosa. Sua presença no plenário tinha a flama da própria natureza, sem chegar a ser rude. E agigantava-se sem precisar encenações, sem gestos nem os rugidos de demagogo. Nenhuma espetaculosidade.

Pense-se nessa voz quase isolada a reptar o titã, em pleno terrorismo. Os debates tornavam-se mais vivos e ele corria aos desafios.

Apesar de admirador de Floriano Peixoto, quero crer que essa posição era oportuna para contar violências. Foi o homem do momento. Necessitava-se de um protesto contra os excessos da repressão. Achando-se em campos opo-

tos, defendiam os dois a mesma causa, um sustentando o regime até que se estabilizasse, e o outro resguardando a imagem sonhada pelos seus idealizadores.

A República não se frustraria na sua luta contra apetites desvairados que, muitas vezes se tornaram bárbaros pela inconsciência de alguns de seus instrumentos. E Epitácio não esmorecia. Dentro da tempestade era estupendo. Viveu intensamente, intrepidamente e bateu-se até a última.

Floriano Peixoto era terrível; poderia ter um instinto vingativo, mas deixou de perseguir o mais audaz dos seus acusadores. Comovia-o a precocidade espantosa ou fingia não dar importância às apóstrofes mais atrevidas. Num ocasião em que todos se opunham a que se desse ao censor um documento para sua locomoção, Floriano tornou-se elegante e generoso:

“Dê o passaporte ao menino”.

A VOZ DA FILHA

De Laurita Raja Gabaglia, sua filha e biógrafa:

Combatia vigorosamente a desídia e o pouco caso, freqüentes motivos de injustiça na administração pública. Contém-se, por exemplo, casos de intervenção pessoal e enérgica do Presidente da República para que as autoridades competentes despachassem com presteza requerimentos de viúvas e órfãos à espera de recebimento de montepio. Velava pela moralidade administrativa. O aproveitamento dos adidos nas repartições públicas, a volta imediata dos representantes diplomáticos brasileiros a seus postos — medida moralizadora tomada logo no princípio do governo, — as decisões consubstanciadas nos seus inúmeros despachos presidenciais, os seus numerosos vetos às decisões legislativas revelam a extensão e severidade de sua vigilância pela boa e reta administração.

Chamaram-no centralizador. É possível que fosse, como o são tantas vezes as pessoas muito capazes que, sem querer, confiam mais em si próprias que nos outros. Demais, o senso de responsabilidade o induzia a ver e superintender tudo que dizia com o bem público. Não havia nada de rígido e sistemático em suas idéias. Não se aferrava a elas; ao contrário, sabia ouvir a opinião alheia e tomar conselho. Era um espírito admirativo, apreciava o mérito e a competência onde os encontrava e tinha em alta conta o valor profissional. Além disso, seria incapaz de resistir, por teimosia ou falso amor-próprio, a um argumento convincente. A verdade é que soube prestigiar e estimular os seus auxiliares e muito especialmente os seus ministros, alguns dos quais, como CALÓGERAS, para citar apenas um nome, eram personalidades marcantes, de alto valor intelectual e que jamais se sujeitaram a papel subalterno.

A esses predicados de Epitácio como homem de Estado, cumpre acrescentar, finalmente, o fervor do patriotismo. À testa do Governo, procurou o bem maior do Brasil, sem desfalecimentos e através de todos os obstáculos, com a intensidade e a pertinácia própria das naturezas dedicadas.

Patriotismo de feitio intelectual, o seu — como era de esperar em um homem de espírito e formação jurídicos — patriotismo de reflexão, teve papel providencial durante a presidência, no domínio político e institucional. Graças a ele, pôde Epitácio Pessoa “aprofundar o carácter, o temperamento, a natureza histórica social, herdada e realizada do povo brasileiro” e, através de crises como a intervenção da Bahia, o veto ao orçamento, a questão militar, firmar o carácter e a feição jurídica da nossa jovem democracia.

E no domínio administrativo, permitiu-lhe fazer da gestão dos negócios públicos um verdadeiro e cabal serviço do Brasil”.

O CODIFICADOR

Do professor José Pereira Lira, personagem deste livro:

“Ele não era um reticente. Nem um dúbio. Nem um dissimulado. Máscaras — ele não as usava. Não sufocava o ímpeto, nos recontos de sua tempestuosa vida pública. Preferia o definido; não polia a aresta; não disfarçava o ângulo, traçado na rudeza do granito. Mas guardava, impecável, a compostura do homem de Estado, não quebrando a linha soberana da dignidade pessoal. Não se desgoelava em gritos histriônicos: desferia raios, olímpicamente...

Amava a claridade solar das atitudes nítidas. Combateu o bom combate da sua vida, com o apuro de um cavaleiro andante. Mas tinha os pés na terra firme, dentro de soluções objetivas. Não se perdia em devaneios. Por isso, não há moinhos de vento no seu caminho...

Plasmara-o a Natureza para construir, vigorosamente, alternando a delicadeza das minúcias com a grandeza da visão global, na oficina prodigiosa do seu espírito panorâmico.

Pela decisão, pela coragem, pela noção ética de dever, não o desgastava de conformidade com as deturpações da verdade a tibieza em face da rotina, a submissão ante os erros consumados. Tinha verticalidade, ânimo de sustentar suas convicções meditadas, — intrepidez para realizá-las...

Era, por tudo isso, um administrador nato.

A escritora Laurita Pessoa Raja Gabaglia recordou, com rara felicidade, os diferentes perfis de uma personalidade multifária: o deputado de oposição ao Governo Floriano, o Ministro da Justiça, o magistrado, o advogado, o jurista, o internacionalista, enfim o homem de Estado.

Uma das vocações bem sucedidas de Epitácio era a de codificador. Cartesiano que ele era — não é demais repeti-lo — dominava-o o “gosto inato da ordem e da providência”. Decorrida da sua própria maneira de ser, essa virtude de administrador. Não sublinharei todos os exemplos. Poucos bastam a demonstração da tese.

Primeiro, a codificação civil. Epitácio dissera, quando Ministro da Justiça do Governo Campos Sales: “Temos leis inúteis, leis insuficientes, leis esquecidas, leis perigosas, leis impossíveis”. Era imperioso dar ao Brasil um Código Civil. Arrancou-o mais tarde com a ajuda de Prudente de Moraes Filho.

Outro exemplo da preocupação codificadora de Epitácio é o Código de Ensino de 1901. Incumbido pelo Chanceler Rio Branco, de preparar o projeto de Código de Direito Internacional Público, concluiu-o em dois anos. Serviço ímpar de Epitácio à administração pública brasileira reside na realização, durante sua Presidência, é o Código Geral de Contabilidade Pública. Esta é a história técnica que está para ser escrita.

Como administrador — técnico e prático — Epitácio, como em todas as facetas da sua atividade onímoda, batalhou, sem tréguas, por aquilo que ele chamou: “um regime inalterável de ordem jurídica, de justiça e de paz”.

O MENINO DE UMBUZEIRO

Em “Retrato Vivo de Paraibanos Mortos”, Demócrito de Castro e Silva, da Academia Paraibana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da União Brasileira de Escritores (secção de São Paulo e do Clube dos Estados - São Paulo), começa assim a vida de Epitácio:

“Foi na cidade de Umbuzeiro, — com os seus 1.199 quilômetros quadrados e uns 50.000 habitantes, aconchegada aos limites com Pernambuco e pertencendo ao sistema de Borborema, ora acidentada, a assemelhar-se aos brejos, ora parecendo caatinga, com uma vegetação enfezada, numa transição para Cariri, a cidade de Umbuzeiro, na Paraíba, assistiu, a 23 de Maio de 1865, o nascimento de um menino que, na pia batismal, chamar-se-ia de EPITÁCIO DA SILVA PESSOA.

Aparentemente banal o ocorrido, surgia, porém, naquele instante, um novo ser, capaz de, para o futuro, dar à sua Pátria e ao seu pequenino Estado, toda a pujança de sua inteligência e a coragem das suas determinações, num afirmar-se de personalidade, de caráter e valor moral, inconfundíveis”.

RENOVANDO UMA REPÚBLICA VELHA

Na “História do Povo Brasileiro”, escrita por Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco, com a colaboração de Antonio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, o capítulo referente a Epitácio assinala episódios da maior significação a uma vida de estadista, ainda que marque os desgastes da velha república. Um deles, aqui está:

“Ainda em Paris, na entrevista que concedera a Paulo Barreto (João do Rio), depois publicada em “O País”, Epitácio Pessoa traçou em linhas gerais o seu programa de governo. “País sem carvão e sem ferro é pobre. Nós temos ferro, carvão, grandes quedas d’água, inúmeras riquezas na terra e sob a terra que precisamos cuidar. E, como cada um dos aspectos dessa intensificação do trabalho tem de interessar vários departamentos, bastaria dizer que o meu programa é Trabalho, para que se veja o incremento de serviços vários. E note que não lhe falo de produtos que são parte da riqueza do Brasil, como o café, principal produção de São Paulo — café, cuja exportação maior fará sempre o governo ao lado do grande Estado”.

Nessa mesma entrevista, o novo presidente alude a questão social:

“A minha opinião é que o governo deve agir, entre capital-dinheiro e capi-

tal-homem, com a equidade que garanta a prosperidade da fortuna pública e defenda o futuro da raça. Como tal, há reivindicações operárias justas. E, principalmente, quanto à proteção dos velhos, das mulheres e das crianças, quanto à higiene das habitações e das fábricas, quanto a acidentes de trabalho e outras reclamações, não há mesmo possibilidade de discussão. É uma coisa a fazer urgentemente”.

ANTEVISÃO DO TEMPO

E acrescentam os seus autores:

“Ferro, carvão, direitos do proletariado... É o bastante para evidenciar a preocupação de um estadista com os problemas de após-guerra. De um estadista que, falando na necessidade de novas estradas de ferro e de rodagem, e no incremento da navegação de cabotagem, procurava ver os problemas do Brasil em sentido mais nacional que regional. “Acho que tudo quanto a federação tem feito pelos estados do sul é perfeitamente justo. Julgo esses estados dignos de louvor pelo esforço das suas populações. Mas também os estados do norte devem ter auxílio. As suas necessidades são grandes, os seus títulos iguais. Atender igualmente às necessidades de cada um, auxiliar as atividades práticas sem escolher zonas, é o dever do governo federal. Creio mesmo que é o meio de solucionar essa noção de antagonismo que se gerou em alguns espíritos. O governo de uma federação, como o Brasil, deve, antes do mais, aproximar, ligar os diversos estados, para que a união seja uma fé coletiva na grandeza da pátria”. E acrescentava: “A escolha de um homem do norte para a presidência pelo voto de quase todos os Estados do Sul, creio, foi para a nossa aproximação um passo maior do que à primeira vista pode parecer. Não sou nortista para ver só o norte, note bem. Vejo o Brasil. E sou brasileiro antes de tudo”.

De Epitácio, Ministro da Justiça, a “História do Povo Brasileiro” registra: “Ministro da Justiça com pouco mais de trinta anos, Epitácio Pessoa seria executor da política dos governadores. Não era, porém, nunca seria, um simples gozador do poder, um aproveitador desprezível das situações. De modo algum. Tinha espírito público e em alta conta o senso da própria dignidade pessoal. É sua a iniciativa vitoriosa da codificação do direito civil, entregando a Clóvis Beviláqua, até então um obscuro professor de província, a tarefa da redação do projeto. Tentou igualmente um Código de Ensino que chegou a pôr em execução, e teria dado os melhores resultados, não fraquejasse o governo ante a agitação estudantil, motivo que determinaria a sua demissão do Ministério”.

UM NOVO SOL NO SENADO

De sua passagem no Senado Federal, a obra de Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco, dá relevo, com estas palavras:

“No Senado passa a brilhar como um novo sol, no momento em que a estrela de Pinheiro Machado começa a declinar. É ele quem faz a defesa de Hermes da Fonseca nos últimos dias do seu atribulado governo. No início do qua-

triênio seguinte, lidera a cotação do Código Civil que atravessava cinco governos, quatorze anos de discussão em torno de questões de Português. De convite de Epitácio Pessoa, então ministro da Justiça, a Clóvis Beviláqua, que é de Janeiro de 1899, ainda governo de Campos Sales, à chegada do projeto votado pela Câmara dos Deputados ao Senado Federal, isto em 1902, quando Ruy Barbosa escreveu o célebre parecer, até a sanção da lei pelo presidente Venceslau Brás, 1916, somariam, ao todo, dezessete anos. Apenas três anos para a elaboração do projeto pelo poder executivo, discussão e votação na Câmara. Quatorze anos, para o debate dos erros de gramática, com uma cautelosa bibliografia, inclusive a longa e áspera polêmica entre Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro! É Epitácio quem desencanta a bruxa, como relator da comissão especial do Código Civil.

Morto Pinheiro Machado, a posição de Epitácio Pessoa se fortalece, no Senado, como contestável no reconhecimento dos poderes. Sua superioridade intelectual é manifesta. Se não detém virtualmente o comando, atinga no entanto a uma situação de culminância só comparável à de Ruy Barbosa. É um líder. Mesmo quando o seu ponto de vista não prevalece, as suas intervenções repercutem como uma advertência conservadora, no sentido de moralizar o regime. Assim, por exemplo, nas eleições para senadores pelo Distrito Federal, em que foram candidatos Ireneu Machado e Tomás Delfino. Eleições fraudulentas, como todas as que então se realizavam. Epitácio entendia que não havia outro jeito senão anulá-las. “A medida que os anos passavam — escreve com razão a filha e biógrafa —, acentuava-se a sua influência. Apesar de representar um pequeno Estado, fora chamado a opinar na escolha dos candidatos à presidência”. A escolha para orador oficial no banquete do lançamento da segunda candidatura de Rodrigues Alves é uma prova da sua condição de procônsul da República.

Por certo, Epitácio Pessoa não esperava a presidência de República. “A Paraíba — dissera à filha, ainda pequenina — não pode dar Presidente. Isso tem sido o privilégio dos grandes estados, Minas, São Paulo, Rio Grande”. O exemplo de Ruy Barbosa bastava ao senso realista com que encarava os acontecimentos políticos. Era um jurista. Um grande bacharel, se quiserem “um dos melhores bacharéis do Brasil”, na opinião de Gilberto Amado, que assim completa o retrato que dele traçou:

“Bacharel, sim, a encarnação mesmo do bacharel, para quem o Direito era a lei escrita e a moral a observância dos princípios reguladores da convivência social, mentalidade respeitosa das convenções, das formas e das fórmulas, e em consequência desprovida do gosto pelo conhecimento puro, pela origem e essência dos fenômenos, pelas causas íntimas dos acontecimentos, pelo fundo mesmo da vida”.

CRIADOR DA PÁTRIA ECONÔMICA

Tão grande era a figura de Epitácio na Presidência da República e tão profunda atuação, que um paulista como Cicinato Braga, tantas vezes contrariado pelo presidente paraibano, como no caso do monopólio mineiro-paulis-

ta do acordo do café com leite, salientado por Janio Quadros e Afonso Arinos, dizia:

"Pode-se sustentar que em 1822 os Andradas organizaram a nação politicamente". Mas está por aparecer o homem que deverá fundar o Brasil "economicamente". Será ele o nosso atual presidente da República? Podere-mos sob sua direção, comemorar o centenário da fundação da nossa pátria política com a fundação da pátria econômica? Parece que sim .

Dos biógrafos à história, as páginas se sucedem a realçar e ressaltar Epitácio Pessoa e mesmo as restrições que surjam no crivo das análises mais diversas, ao contrário de diminuí-lo, mais o engrandecem, pois não há voz em contrário ao reconhecimento do estadista invulgar, com relevantes serviços prestados no Executivo, no Legislativo, no Judiciário.

Não é sem razão que até hoje, já ultrapassado o seu centenário de nascimento, diz-se sempre: a Paraíba de Epitácio.

HOMENAGEM DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Do próprio autor do requerimento para que a Câmara dos Deputados homenageasse Epitácio, no centenário do seu nascimento, é o discurso que se segue, do então deputado Raul de Góes, da bancada paraibana, cujo conteúdo ilustra o esboço biográfico que tentamos fazer de uma das maiores figuras da República e o maior de todos os paraibanos e o que a cargo mais alto ascendeu: Presidência da República.

EVOCANDO EPITÁCIO

"O SR. RAUL DE GÓES — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou de uma geração nordestina que nasceu quando Epitácio Pessoa já atingia a maturidade. Isto significa, Sr. Presidente, que os primórdios da minha existência decorreram sob o deslumbramento daquela personalidade de estadista e de líder. Emerson já dizia que "o sonho da mocidade é a procura do Grande Homem". A nossa mocidade de nordestino, Sr. Presidente, já não precisou procurar esse modelo superior, essa encarnação do excepcional e do raro na espécie humana. Já a tínhamos encontrado para nosso culto cívico, para a admiração incondicional do nosso espírito de jovens provincianos, nascidos na mesma região onde ele nasceu, naquele mesmo Nordeste donde ele surgiu para o cenário nacional e internacional. A nossa primeira concepção do Grande Homem, do Homem Representativo, no dizer de Emerson, tinha um nome: Epitácio Pessoa.

É bem conhecida e citada a observação de que não há grande homem para os seus domésticos, isto é, que as individualidades de maior renome as mais glorificadas pelos seus contemporâneos, não se apresentam com o mesmo prestígio e a mesma grandeza nos olhos de seus familiares, dos que privam do seu convívio. É uma observação muito acertada esta, Sr. Presidente, porque a intimidade, o contacto direto desfazem ou diminuem, de certo modo, o encanto, a magia de tais individualidades que se tornam, para nós, mais impressionantes vistas de longe. Eu, na minha juventude, nunca tive a oportunidade de ver Epitácio de perto. Como quase a totalidade dos moços da minha

geração, nascida, como já disse, quando ele já era um dos vultos mais ilustres e brilhantes da vida pública brasileiras; quase todos nós em nossa mocidade, só o conhecíamos de retrato e através dos artigos elogiosos a seu respeito.

Em todos os discursos que ouvíamos, costumávamos, quase automaticamente, bater palmas, gritar 'muito bem', 'apoiado', sempre que o seu nome glorioso era citado pelos oradores. O seu nome soava aos nossos ouvidos como a figura de retórica mais eloqüente. O orador mais vulgar e cansativo despertava aplausos quando pronunciava o seu nome com entusiasmo, concluindo uma frase ou fazendo a peroração.

Epitácio Pessoa, Sr. Presidente, era para nós, jovens do Nordeste, nascidos há mais de meio século, uma espécie de ser transcendental, mais um mito que uma realidade viva, atuante e humana. O que o tornava assim tão fantástico, quase irreal, para a nossa imaginação provinciana, era o fato de só ouvirmos falar nele sem a oportunidade de vê-lo. Foram realmente poucas — umas cinco ou seis — as visitas que fez à terra natal em toda a sua longa e fulgurante vida pública.

Se, nos meus verdes anos, nunca me foi dada a satisfação de conhecê-lo pessoalmente, tive, já homem feito, essa grata oportunidade. Foi em junho de 1936, quando Epitácio, de regresso de sua última viagem ao Velho Mundo, passou pela capital pernambucana.

Na biografia do pai, D. Laurita Pessoa Raja Gabaglia, escreve o seguinte: "Na viagem de regresso, o navio inglês tocou no Recife. Epitácio desceu à terra e fez questão de visitar todas as ruas ligadas ao seu passado, numa visível intenção de despedida à pátria da sua mocidade".

Como Secretário do então Governador da Paraíba, Dr. Argemiro de Figueiredo, fui por este incumbido de ir ao Recife apresentar os cumprimentos do Governo paraibano ao eminente brasileiro. Fui em companhia do escritor Ademar Vidal e do nosso antigo colega, o saudoso Deputado Carlos Pessoa.

Recordo-me de uma cena que me tocou profundamente a sensibilidade quando chegamos ao cais do Recife: lá estava aguardando o desembarque de Epitácio Pessoa a sua veneranda irmã, D. Mirandolina Pessoa de Queiroz, que não podia conter as lágrimas. Estava ao lado de dois dos seus filhos, Romeu e Epitácio Pessoa de Queiroz. Percebi que as lágrimas de emoção daquela distinta e respeitável senhora, alma cheia de ternura pelos entes queridos, eram ocasionadas principalmente pelas vicissitudes políticas que haviam dividido em campos opostos, e de maneira radical, a sua ilustre família, nos dramáticos episódios da luta desencadeada pela Aliança Liberal.

Muito me custou dominar, Sr. Presidente, a emotividade do instante em que cumprimentei o grande estadista a quem, como todos os jovens do meu tempo, tributava um verdadeiro culto.

D. Mary, dileta esposa do Presidente e grande dama da República, recebendo, também, os nossos cumprimentos, foi logo envolvida pelas demonstrações de afeto de seus parentes. O Presidente ficaria conosco, e ela permaneceria, até a saída do navio, na residência de D. Mirandolina.

Pondo à disposição de Epitácio Pessoa o automóvel do Governo da Paraíba, eu, Ademar Vidal e Carlos Pessoa, tivemos o prazer e a honra de passear com ele pelos recantos mais evocativos do Recife. Foi ele quem traçou o itinerário do passeio. Fez, realmente, questão disso. Seria um itinerário sentimental, segundo nos disse. Queria rever a paisagem de sua época de estudante pobre, o ambiente dos começos difíceis, mas cheios de idealismo e sonhos de vitória da sua longínqua mocidade.

A primeira direção que deu ao “chauffeur” foi a Rua do Lima. Percebendo o nosso ar de curiosidade, confessou-nos sorrindo: — Foi lá, num velho sobrado, de nº 25, que morei nos meus tempos de acadêmico de Direito. A nossa república ocupava o primeiro e único andar. Embaixo funcionava a mercearia de um português gordo e amável, muito amigo da gente. Vendia-nos fiado, apesar do letreiro que deixava exposto bem à vista: FIADO SÓ AMANHÃ. Mas, para nós, estudantes, aquele amanhã era sinônimo de hoje. . .

Dando largas as suas reminiscências, Epitácio revelou-nos que, na sua república recebia, muitas vezes, a visita de um colega baiano com quem muito se dava, embora, depois, quando homens públicos, se tivessem separado politicamente. Esse estudante chamava-se J.J. Seabra.

Chegando à Rua do Lima, o “chauffeur” parou o carro a um sinal de Epitácio. Descemos e acompanhamos o ex-Chefe da Nação naquela visita ao local que lhe lembrava a juventude. No lugar do antigo sobrado, erguia-se um edifício novo.

Epitácio apontou para uma casa de aspecto colonial espremida entre construções modernas. Contou-nos que ali existira uma farmácia, cujo proprietário, o farmacêutico Almeida (creio que foi este o nome que lhe ouvi) apregoava as qualidades milagrosamente curativas de uma droga que inventara. Afirmava o charlatão, talvez por ingenuidade e boa fé, que o seu remédio curava todas as enfermidades imagináveis — desde a espinhela caída, a dor de dentes e os calos dos pés. Uma vez, disse-nos rindo Epitácio, fiz uma quadrinha bastante maliciosa sobre a droga miraculosa do farmacêutico Almeida. Essa quadra foi publicada numa seção humorística do “Jornal de Recife”. Perguntei-lhe se ainda se lembrava dessa quadrinha. A resposta foi um sorriso franco. Não, não se lembrava. Tive, porém, a impressão de que ele não quis recitá-la para nós.

— E agora, Presidente, que deseja visitar? — Foi a pergunta de Ademar Vidal.

Epitácio inclinou a cabeça para trás — o célebre topete e bigode torcido em pontas caprichosas, bem à mostra — e firmou os seus olhos verdes, de intensa luminosidade, num ponto perdido no espaço, fechando-os quase, como se sonhasse, enquanto a sua face se contraía levemente ao perpassar das lembranças e das emoções. Desejava rever o Ginásio Pernambucano, “o meu Ginásio” como o tratou carinhosamente. Dirigimo-nos, então, para a Rua Aurora, e lá nas proximidades da ponte Santa Isabel, estava o velho prédio do Colégio Estadual onde Epitácio passara a infância e parte da juventude. O nosso automó-

vel parou bem em frente ao portão principal do Ginásio. O grande brasileiro estava visivelmente emocionado.

— Vamos saltar e dar um ligeiro passeio nesta calçada tão minha conhecida. . . Quantas e quantas vezes por aqui andei e corri. . . Este portão é o mesmo, e em tudo aqui pairam lembranças, tantas lembranças de um menino pobre que aqui muito lutou. . .

As águas mansas do Capibaribe, levemente agitadas pela brisa, como que murmuravam de encontro ao cais.

Epitácio parecia escutar vozes do passado e, embevecido, disse-nos:

— Encontro-me numa atmosfera de sonho e realidade. Tenho a impressão de que este rio e este prédio estão conversando comigo. . . Somos velhos amigos. . .

Achamos de bom aviso, em face do estado emocional do Presidente, dar por finda aquela ronda sentimental, que fazia o seu coração mergulhar em profundas reminiscências da infância, a arrancar-lhe considerações de extremos de carinho e saudade. O homem que tudo fora em noso país, naquele instante era apenas o peregrino que humildemente vinha venerar a casa que o acolhera, generosamente, na infância e na juventude, adestrando-lhe a inteligência e forjando-lhe o caráter.

Rumamos, então, para a praia de Boa Viagem. Surpreendeu-o a transformação por que passou, com o correr do tempo, aquele pitoresco e belíssimo ponto do litoral recifense.

— Nos meus tempos de rapaz — disse Epitácio — isto aqui era uma praia deserta, com algumas cabanas de pescadores.

Avaliamos a sua surpresa diante das edificações aristocráticas que emergiam dos coqueirais da Boa Viagem. Mas logo S. Excia. observou:

— A água do côco é a mesma. . .

E todos nós bebemos gulosamente o doce líquido dos côcos verdes que um vendedor abria a facão.

Como notássemos que uma multidão de curiosos ia se aglomerando em torno de nós — talvez estivessem reconhecendo a figura legendária que estava conosco — Epitácio, com um rápido olhar, deu-nos a entender que desejava fugir à curiosidade pública. E voltamos ao centro da cidade.

No percurso de volta, indaguei-lhe se não desejaria agradecer a presença em seu desembarque do representante do Governador pernambucano. Respondeu-nos que o faria minutos antes da partida do transatlântico que o trouxera da Europa.

Um episódio interessante, Srs. Deputados, ocorreu quando Epitácio achou azado o momento de passar pelo Palácio do Governo. Descendo do automóvel, tirou a carteira de notas um cartão de visita e dirigiu-se ao chefe da portaria. Este era um velho funcionário, ainda aprumado e de fisionomia simpática e acolhedora. Quando o viu aproximou-se arregalou os olhos como se visse um fantasma e exclamou com assombro:

— Meu Deus do Céu! Pois não é o Presidente Epitácio? Um momento, Pre-

sidente! Pelo amor de Deus, espere um momento!

E lá se foi subindo às carreiras os degraus da escadaria do Palácio. Segundos depois, voltava em companhia do Governador Carlos de Lima Cavalcanti, secretários de Estado e demais auxiliares do Governo.

O zeloso funcionário teve razão. Teria cometido uma falta bem grave se não houvesse avisado ao Chefe do Executivo do Estado a presença, na entrada do Palácio do Campo das Princesas, de um vulto extraordinário como Epitácio Pessoa.

Peço, Sr. Presidente, a V. Ex.^a e a meus nobres pares, relevar-me esta digressão sobre esses episódios de algumas horas que passei com o amigo Presidente da República. São recordações que me ficaram na memória e, mais do que na memória, no íntimo da minha sensibilidade, porque me revelaram um aspecto que eu não conhecia da individualidade física do saudoso homem público, cujo centenário de nascimento toda a Nação comemora com a mais alta reverência cívica. Nesta evocação de algumas horas de convívio íntimo e informal com aquele que foi um dos mais insignes varões da República; nesta evocação, Sr. Presidente, não foi o Epitácio do mito, da fama, dos retratos nos jornais, que me apareceu em certo dia de junho de 1936; foi um Epitácio sentimental e, ao mesmo tempo, comunicativo na sua efusiva cordialidade.

Confesso Srs. Deputados, eu que o admirava em seu papel histórico, transfigurado pelas idealizações da lenda e do renome, passei a admirá-lo ainda mais como figura humana, simples e natural. Não admiramos os grandes homens apenas pelas qualidades que o nivelam ao comum dos mortais; costumamos admirá-los pela humanização que essas qualidades emprestam aos atributos que os singularizam, que os fazem grandes homens.

Epitácio Pessoa, Sr. Presidente, revelou-se uma personalidade incomum desde que ingressou na vida pública, desde que, entre 26 e 28 anos de idade participou, como Deputado Federal, deste poder da República que ora representamos.

As primícias parlamentares de Epitácio não têm sido historiadas, com o relevo que merecem, como um dos exemplos mais edificantes da vocação prematura de um espírito norteado pelo Direito e pela Justiça. Glorifica-se, com toda a razão, aliás, a atitude oposicionista de Ruy Barbosa a certos atos de prepotência do Governo de Floriano Peixoto; mas deixa-se quase no esquecimento idêntica posição assumida em 1893 por Epitácio Pessoa. Se não fosse a biografia que a sua filha escreveu; se não fosse essa obra tão honestamente documentada, muitos de nós ignoraríamos hoje, em seus detalhes, a máscara, a destemerosa oposição que o então jovem representante da Paraíba, na Câmara Federal, moveu contra os excessos do Marechal de Ferro.

Reportando-se a esse batismo de fogo de Epitácio nas batalhas parlamentares dos primeiros anos da República, assim escreveu D. Laurita Pessoa:

“O primeiro discurso de Epitácio, de 8 de janeiro de 1892, tem por tema as “derrubadas” dos Governadores Estaduais. A maioria governista, usando de um eufemismo, qualificava-as de “reorganização dos Estados”. Epitácio dá-

lhes o verdadeiro nome: “desorganização dos Estados” e chama-os “ataques quotidianos do Governo à autonomia das unidades federais”.

Naqueles momentos dramáticos, os elementos da situação dominante, para desviar a opinião pública das vinditas do florianismo, vez por outra aludiam ao golpe de Estado de Deodoro que dissolvera o Congresso Nacional. Para dissipar essa cortina de fumaça, bradou Epitácio no seu mencionado discurso: “Os nobres Deputados já não têm o direito de falar em golpe de Estado”. Ante o clamor de protestos indignados da bancada governista, insistiu o moço destemido que representava a Paraíba: “Sim! Já têm direito! O Marechal Deodoro deu um golpe de Estado, vós tendes dado mais de dez! O Marechal Deodoro dissolveu o Congresso Nacional, vós tendes dissolvido os Congressos de quase todos os Estados, tão indissolúveis quanto este. O Marechal Deodoro fê-lo pela porta larga da franqueza e da hombridade, vós o tendes feito pela porta escura da dissimulação e do disfarce. O Marechal Deodoro parou aí, vós tendes ido muito além, tendes demitido magistrados vitalícios, tendes suprimido todos os poderes estaduais, tendes inundado de sangue o território da Pátria”.

Diante de uma acusação tão veemente, ouviu-se este aparte:

“Isto é desconhecer o processo revolucionário!”

Epitácio lançou um olhar pelo plenário para ver quem o aparteara. Reconheceu-o. Era um seu ilustre conterrâneo, um republicano histórico — Aristides Lobo. Epitácio Pessoa respondeu energicamente ao aparte: “Processo revolucionário? Mas vós não dizeis que o processo revolucionário segue os seus turnos; afirmais, pelo contrário, que, desde o dia 23 de novembro, a legalidade está implantada no país”.

O Governo enfrentando os seus renitentes e poderosos adversários, formados de saudosistas do Império e de partidários de Deodoro, tinha necessidade de praticar atos de força, atos puramente revolucionários, no interesse mesmo da defesa e da estabilidade do novo sistema. Entretanto, os florianistas timbravam em classificar o regime de legal e constitucional. Estava nessa evasiva toda a razão da crítica, veemente e tenaz, do jovem parlamentar nordestino.

Em toda a sua vida pública, Epitácio Pessoa nunca perseguiu as posições; estas é que naturalmente, vieram ao seu encontro. O talento ímpar e o tato político, aliados a estranho poder de fascinação, como que atraíam o sucesso para o seu destino singular, que vai do estudante pobre e órfão, acolhido pelo Poder Público, no Ginásio Pernambucano, no Recife, ao Juiz da Corte de Haia; do Secretário Geral do Primeiro Governo Republicano da Paraíba, presidido pelo Dr. Venâncio Neiva, à Presidência da República. E não se tem notícia de haver pleiteado qualquer desses postos de alta representação.

É de notar-se, na predestinação de Epitácio para colher êxitos em sua carreira, as circunstâncias que lhe ditaram a primeira vitória política: tendo viajado, do Recife para a Corte, em princípios de novembro de 1889, à busca de uma colocação no Estado de Minas Gerais, em pleno regime imperial, chega ao Rio a 13, nas vésperas da Proclamação da República, e, nesse mesmo dia,

foi levado pelo seu irmão, Tenente José da Silva Pessoa, à presença do Marechal Deodoro da Fonseca, de modo a testemunhar os acontecimentos que determinaram a vitória da sua causa republicana. Um mês mais tarde, com a interferência de seu conterrâneo, Marechal Almeida Barreto, e de seu tio, Barão de Lucena, era designado Secretário do Governo Republicano da Paraíba, três anos após a sua formatura em Bacharel em Direito. Daí, partiu Epitácio para a conquista das mais altas posições em nosso País, sendo, o mesmo, o único homem público brasileiro que exerceu funções máximas nos três poderes da República: no Legislativo, como Deputado e Senador; no Judiciário, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, e no Executivo, como Presidente da República. E no cenário internacional chefiou, em 1919, a Delegação Brasileira à Conferência da Paz, em Paris, tendo encerrado a sua gloriosa vida de estadista e juriconsulto, como Juiz da Corte Internacional de Haia.

Acresce mais que foi eleito Presidente da República, quando ausente do País, em pleno exercício da chefia de nossa Delegação à Conferência da Paz, em Versalhes — não tendo, portanto, tomado parte nos conciliábulos para o surgimento de sua candidatura para ocupar o mais alto posto da República vago com a morte do Presidente Rodrigues Alves.

Epitácio Pessoa era, acima de tudo, um temperamento polêmico. Atacado, reagia, de pronto. Não sabia mastigar e digerir afrontas; não levava desaforos para casa, como nós costumamos ouvir dizer lá no Nordeste. No seu triênio presidencial, enfrentou a mais dura campanha jornalística de que se tem notícia neste País. Era uma infernal tessitura de intrigas e de insultos, visando a transtornar ou alquebrar o ânimo do Presidente da República que, se quisesse, talvez pudesse, sem maior cansaço, cessar a campanha através de influências neutralizadoras. Isso não era do seu temperamento de paraibano de sangue quente. A intransigência do caráter apontava-lhe a linha reta do dever e a sua ação política, refletindo o seu temperamento impetuoso, se apresentava como a mais viva negação de maquiavelismo.

Em seu livro “Pela Verdade”, publicado após haver deixado a Presidência da República, afirma Epitácio: “Presumo ter sido eu o Presidente que mais frequentes explicações de seus atos, públicos e particulares, deu à Nação. Nunca deixei sem resposta uma arguição determinada contra a minha vida oficial ou mesmo contra a minha vida íntima, ainda quando formulada no estilo indelicado e agressivo que faz o apanágio de alguns dos nossos jornais”. E sempre assim aconteceu. Aí estão as mensagens, os discursos e as inúmeras comunicações à imprensa, além da intensa colaboração nos jornais, principalmente no “Jornal do Comércio”, do Rio, a constituir inestimável e impressionante documentário de defesa do seu Governo e da sua honra pessoal.

Epitácio não esperava que defendessem a sua política e a sua administração; fazia-o, pessoalmente, com a marca inconfundível de seu estilo vívido, claro, impetuoso e personalíssimo.

Muito acima de um político, ele foi um estadista.

Agia sem subterfúgios, de coração aberto, na certeza de que a verdade era

o alicerce da autoridade, da sua autoridade de homem público.

Se a verdade é alimento como o trigo, segundo Victor Hugo, verificamos que Epitácio, na afirmação da sua impressionante personalidade na vida política brasileira, não deixou, um só momento, de tê-la à mão para saciar a fome de justiça do povo.

O Sr. Aderbal Jurema — Com licença do orador.

O Sr. RAUL DE GÓES — Ouço com todo prazer V. Ex.^a

O Sr. Aderbal Jurema — A vocação jurídica em Epitácio Pessoa é uma constante na sua sedutora figura de homem público que nunca hesitou entre a aventura e a ordem. Faz bem V. Ex.^a em salientar que Epitácio Pessoa foi um magistrado nas funções de Presidente da República, embora vez por outra fosse rudemente atacado. Mais magistrado do que político, como Presidente era, no entanto, uma figura tipicamente nordestina, não somente nas suas simpatias como também nas suas arrancadas cívicas.

Diante do discurso de V. Ex.^a, autor do requerimento para que esta Casa homenageasse Epitácio no centenário de seu nascimento, como representante de Pernambuco quero trazer a minha palavra de aplauso a essas homenagens. Homenagens a um grande nordestino e ainda maior brasileiro pela projeção internacional que alcançou em Haia, pela atuação na maior Corte da Justiça do mundo e pela fidelidade que sempre manteve às suas origens de paraibano de Umbuzeiro, com formação jurídica nitidamente recifense.

Epitácio Pessoa, num livro ainda inédito do escritor Ademar Vidal “Epitácio Pessoa e o sentimento de autoridade” — aflora com toda a sua força teórica numa obra que completa a admirável biografia escrita por sua filha.

Agora, no discurso-conferência de V. Ex.^a fatos vividos são evocados, como a sua última visita à cidade do Recife, de volta da Europa.

A constante de sua vida pública, como assinalei, sempre foi a preocupação da justiça e das liberdades públicas. Daí, no Estado Novo, como narra Laurita Pessoa, ter confidenciado a um amigo que estávamos vivendo dias teríveis, piores do que na Itália e Alemanha fascistas: “Aqui depende do arbítrio de um homem!”

A um dos seus biógrafos Epitácio escreveu: “A Paraíba nada me deve. Eu, sim, é que lhe devo tudo”.

No centenário do seu nascimento, nós nordestinos lhe responderemos:

— O Brasil deve ao seu grande filho o exemplo de um homem público que nunca oscilou entre a aventura e a ordem, porque a sua vida foi uma caminhada triunfal pela larga e saudável avenida do Direito e da Justiça.

O Sr. RAUL DE GÓES — O pronunciamento de V. Ex.^a, é da maior significação. Primeiro, porque V. Ex.^a, além de brilhante homem de letras, é um velho estudioso dos problemas sociais e econômicos da nossa região; segundo, porque seu pai, o inolvidável paraibano, Dr. Geminiano Jurema Filho militou a vida inteira em partido adverso ao do Presidente Epitácio — o extinto Partido Republicano Conservador, chefiado pelo saudoso Desembargador Heráclito Cavalcanti. Por essas razões, sobretudo, incorporo com sincera satis-

fação ao discurso em que eu analiso, em ligeiros traços, a vida de Epitácio Pessoa, a bela contribuição do meu prezado colega, Deputado Aderbal Jurema.

Epitácio era um cultor extremado do Direito; mas, em 1930, demonstrou que não era contra o recurso supremo da revolução desde que fosse para restaurar as leis, a Constituição e a decência do regime. Relata D. Laurita Pessoa que o seu pai admitia em tese a legitimidade do recurso às armas. "De fato", escreve em sua obra citada, "ele o admitia, como um remédio heróico para sanar mal maior. Neste ponto, era menos intransigente que João Pessoa, que, vítima das arbitrariedades do poder constituído, declarava a quem quer que lhe tocasse no assunto: "Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução".

É que Epitácio concebia uma revolução como uma delegação extraordinária de poderes do povo nas mãos de seus líderes políticos, para uma ação de força contra um poder constituído, mas desvirtuado e corrupto.

Há um episódio que registra como Epitácio era contrário a certo legalismo inoperante, a certo respeito ingênuo ou hipócrita por bisantinices legais para enfrentar o absolutismo ou a violação das leis sob a máscara de legalidade. É este o episódio: em fins de março de 1930, Batista Luzardo procurou Epitácio Pessoa em Petrópolis para transmitir-lhe um pedido de consulta de Osvaldo Aranha, então Secretário do Interior do Governo gaúcho, sobre a possibilidade de impetrar-se um interdito proibitório contra a ordem do Ministro da Guerra de impedir a remessa de armas do Rio Grande do Sul para a Paraíba, a fim de que esse Estado nordestino pudesse fazer face ao levante de Princesa.

Epitácio fez sentir a Luzardo que o momento não era para debates judiciais. "Que valeria, ponderou, invocar teoria se textos contra o ódio criminoso e a teimosia invencível do Presidente da República?" E aconselhava a seguir: "Se o Governo gaúcho podia e queria ir em auxílio da Paraíba, fizesse-o sem perda de tempo e por processo prático e eficaz, que não o era, decerto, o de torneios acadêmicos".

A ação individual de Epitácio Pessoa como Presidente da República é um exemplo de que não há bons nem maus sistemas políticos, dependendo estes, sob o aspecto moral, da consciência do caráter e da elevação de vistas do primeiro mandatário da Nação.

Muito se acusou, depois da Revolução de 1930, o velho regime republicano. É inegável que se tratava de um arcabouço carcomido em suas traves mestras, notadamente no campo político-eleitoral. Por mais que os historiadores e sociólogos modernos encareçam a importância de fatores gerais, a fatalidade das circunstâncias e outras causas alheias à vontade humana no processo histórico, não é possível negar a ação decisiva do responsável individual pelo desfecho vantajoso ou trágico dos regimes políticos. Se, em vez de Washington Luis, obstinado e caprichoso na campanha da própria sucessão, governasse o Brasil um Epitácio Pessoa, com seus escrúpulos e coerência política, não teria havido a Revolução de 1930. O mesmo podemos dizer em relação ao mais recente exemplo histórico: se o Dr. João Goulart não se deixasse conduzir por

determinadas correntes subversivas; se tivesse tido autoridade bastante para repelir certos apaniguados de sua intimidade; se não se obstinassem em reformas contrárias à índole e às tradições democráticas da maioria nacional; se não tivesse permitido, por ação ou omissão a indisciplina e o desrespeito à hierarquia nas Classes Armadas, a Revolução de Março do ano passado não teria acontecido. Tudo isto demonstra que a razão deve ser desses acontecimentos culminantes — para citar apenas os exemplos de 1930 e 1964 — não decorreu de conjunturas internacionais nem de circunstâncias internas, mas exclusivamente da conduta e dos erros de um responsável supremo.

Conforme disse, muito se acusou, depois de 1930, a Velha República: generalizou-se o último período presidencial daquele regime aos períodos anteriores, como se logo na primeira fase, a República, proclamada em 1889, já tivesse nascido carcomida. Não se abriram sequer exceções para governos como os de Campos Sales, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves e Epitácio Pessoa.

Havia, de fato, no regime anterior a 1930, muitas praxes viciosas, muitas imperfeições, muitos métodos já obsoletos, sobretudo nos processos de representação popular. Mas, em compensação, por paradoxal que seja, se era condenável, imperfeito e falso o processo eleitoral, a indicação e escolha dos candidatos recaíam quase sempre em figuras eminentes como tantos dos nossos antepassados nesta Casa.

Por outro lado, seria uma inominável injustiça admitir que uma consciência autenticamente democrática como a de Epitácio Pessoa se conformasse com os métodos eleitorais da Velha República. Ninguém mais os combateu do que ele, Srs. Deputados.

Em 1917, num discurso que pronunciou em importante cerimônia de caráter político no Rio de Janeiro, dizia o grande brasileiro: “Precisamos de eleições sérias, Senhores, com responsabilidade efetiva dos que tentarem fraudá-las: sérias na qualificação de eleitores, sérias na emissão e apuração do voto, sérias no reconhecimento de poderes”. E acrescentava: “O desvirtuamento do voto que é a essência mesma das construções democráticas, está comprometendo lamentavelmente o regime. Urge remediar esse estado de coisas”.

Ao mesmo tempo, salientava a premente necessidade de alfabetizado, não pode aspirar o Brasil a prática de uma legítima democracia. No discurso, a que me referi, Epitácio proferiu as seguintes palavras: “. . . a instrução do povo é uma garantia das instituições nos regimes democráticos e a primeira condição para a prática real do sistema representativo”.

Como se vê, Sr. Presidente, Epitácio Pessoa era um homem que ultrapassava a sua época. Talvez tenha sido por isso que foi o estadista mais incompreendido, mais acusado e injuriado e o que se defendeu com mais veemência, dignidade e bravura.

Uma das acusações mais improcedentes lançadas contra Epitácio Pessoa, durante o seu período presidencial, foi a de hostilizar as Classes Armadas. Está claro que o pretexto de semelhante alevisia foi a escolha, que ele fez, de

civis para as pastas militares. É possível que haja ainda remanescentes desse ponto-de-vista que partia de um espírito de casta para o qual é inadmissível qualquer ingerência paisana na área fardada. Espírito de casta como fenômeno tipicamente latino-americano, uma vez que não existe nas grandes civilizações do Velho Mundo nem tampouco na maior democracia deste Hemisfério, que são os Estados Unidos. O que Epitácio teve em mira ao nomear Pandiá Calógeras e Raul Soares, respectivamente, para os Ministérios da Guerra e da Marinha, foi tornar as forças de terra e mar, as únicas de então, insuscetíveis e impermeáveis a quaisquer influências políticas, limitando os seus quadros às suas funções específicas, fora das sedução e das picadas de mosca azul da demagogia eleitoreira, alimentada muitas vezes pelos setores político-partidários. Com ministros civis no Exército e na Marinha, a parte técnica, especificamente militar, os problemas atinentes à disciplina e hierarquia das duas corporações ficariam adstritos às chefias dos respectivos estados-maiores sob o comando, respectivamente, de um general e de um almirante. Nessas atribuições essencialmente militares não se imiscuiriam os titulares civis designados para as duas pastas. Em seu livro "Pela Verdade", que constitui a defesa irretorquível do seu Governo, Epitácio apresenta as seguintes razões da inovação que introduziu, indiferente à celeuma e às ameaças do militarismo republicano da época: "Divulgada a resolução em que eu iria nomear civis para as pastas militares, logo a intriga começou a imputá-la a prevenções que eu trazia contra as Classes Armadas, e, com grande e para mim dolorosa surpresa, fui informado de que no seio destas, principalmente da Marinha, se pronunciava forte agitação subversiva contrária àquela escolha.

Era um triste sintoma. Contra o direito que ao Presidente assegura a Constituição de escolher com inteira liberdade os seus ministros, conspiravam, em conciliábulos de que a política me trazia ao corrente, oficiais esquecidos de seus deveres de obediência, imbuídos do espírito de casta, impelidos por filiciosas ambições. Na véspera da minha posse, às 11,30 horas da noite, em minha residência, um dos mais prestigiosos generais da Armada me aconselhava a recuar daquele propósito para não expor o País às vicissitudes de um movimento armado. Respondi-lhe como devia: "Amanhã a imprensa publicará a nomeação de um civil para a pasta da Marinha; a Armada, digo mal, os indisciplinados da Armada que tomem a responsabilidade de perturbar a ordem constitucional da República pelo fato de não querer o Presidente, no uso incontestável de seu incontestável direito, reconhecer-lhes títulos de propriedade sobre uma das pastas do Governo. Resistirei e veremos por quem se pronuncia a Nação".

Permitam-me, Srs. Deputados, que eu me detenha um instante nessas palavras do grande Presidente. Jamais houve no Brasil um Chefe da Nação para falar às Forças Armadas com essa autoridade moral e constitucional. Assim falando, o Presidente da República não as desafiava com propósitos ilegais ou atentatórios ao papel que a elas cabe constitucionalmente. Assim falando, o Presidente da República estava apenas impondo o respeito e a obediência à Carta Magna, aos seus direitos como Chefe do Governo e comandante supre-

mo das Forças Armadas do País. Mas. . . para falar assim, era preciso ser um Epitácio, Sr. Presidente. Era preciso ser aquela superior encarnação da autoridade, de que raros são os exemplos em nossa história republicana. Em declarações que prestou à imprensa no dia da lavratura das duas nomeações, fri-sou o Chefe do Executivo: "Agora que está instituído o sorteio militar e a mocidade brasileira é chamada ao serviço das armas, a classe militar não é uma classe à parte, é a Nação inteira. Todos podemos ser chamados a passar pelas fileiras e, desse modo, vir a ser militares, e os que, sendo hoje soldados volta-rem amanhã a ser civis, podem de novo, em caso de guerra, tornar às armas. De sorte que todo o País deve cuidar dessas questões como de sua própria vi-da, pois a defesa da sua vida depende da organização militar.

Epoca de tranquilidade e relevo, no passado do Brasil, foi o reinado de D. Pedro II. O reinado de seu pai e as regências seguintes foram períodos agi-tados de formação. Pois bem, em quase cinquenta anos daquele reinado, o elemento civil deu uma colaboração muito eficaz à administração militar. A pasta da Guerra teve quase tantos ministros civis como militares, e é de notar quemuitos destes eram homens políticos. A pasta da Marinha, nessa época, es-teve quase sempre entregue a civis, que foram ministros em número de mais de trinta, enquanto os militares não foram mais de cinco. O período mais tor-mentoso de então foi o de quatro anos e meses da guerra contra Lopez. Du-rante todo esse tempo, só por pouco mais de cinco meses a pasta da Guerra passou pelas mãos de generais; a Marinha esteve sempre com os civis.

O que se dava entre nós antigamente é o que se observa ainda hoje nos países de melhor organização militar em terra e mar, como a França e a In-glaterra. Com raras exceções, os Ministros da Guerra franceses e os Minis-tros da Marinha ingleses são civis. O mesmo poderíamos dizer, até certo pon-to, da Itália, o que é mais da própria Alemanha. Nos Estados Unidos essa prática é constante e, talvez, invariável".

Entendia ele que, entregue a civis a parte administrativa das pastas mili-tares, haveria, no Exército e na Marinha, uma continuidade de ação, cuja fal-ta todos os oficiais faziam sentir. Os estados-maiores e comandos gerais pas-sariam a ter importância e autonomia inconfundíveis. O cargo, por excelên-cia, na administração militar seria o de Chefe do Estado-Maior, como respon-sável pelo preparo técnico da tropa e por sua utilização imediata. Seria de enorme vantagem que ele ficasse nas mãos do mesmo general o maior núme-ro de anos possível, até porque, em tempo de guerra, esse general seria naturalmente o comandante indicado das forças, atribuições que cabem aos ministros, os quais ficariam demasiadamente expostos a pressões de natureza política, prejudiciais ao serviço militar. O receio de errar, o desejo de ouvir o conselho de todos os competentes, o firme propósito de não fazer injustiças, seriam as preocupações principais dos ministros civis.

E adiantava: "Malgrado as razões acima animosidade contra as classes mi-litares; mas estas, como era de se esperar, não tardaram em perceber a explo-ração e logo rodearam os ministros civis de todo o acatamento e prestígio".

Com efeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Epitácio Pessoa nunca revelou e nem sentiu animosidade pelas Forças Armadas; ao contrário, admirava-as, exaltava-as em suas saudações quando na chefia do Executivo. Um mês depois de empossado, dizia para os alunos da Escola Militar: "O Exército precisa ser um modelo de dignidade nacional, por isso mesmo que é a mais bela e característica representação dos brios e da honra da Nação."

Reza o ditado popular, Srs. Deputados, que quem é bom já nasce feito. Podemos tirar desse adágio ilações mais amplas; podemos igualmente dizer que o descortino e a amplitude de vistas de um homem público não são conquistas da maturidade, antes de se afirmar na fase da juventude. Em 1891, com apenas 26 anos de idade, Epitácio concebe a solução do problema das secas do Nordeste com o mesmo realismo patriótico com que o enfrentou como Presidente da República em 1920.

No seu discurso como Deputado Federal em 1891, Epitácio critica a prática adotada para socorro das populações flageladas: a distribuição gratuita de gêneros alimentícios, feita como uma esmola, que atraindo os imigrantes para os centros populosos, os conserva na ociosidade e no vício e despovoava os sertões, prolongando, em última análise, os efeitos da seca. Epitácio quisera que o auxílio fosse dado em troca de serviços de utilidade pública, colocação de linhas férreas ou telegráficas, construções de qualquer natureza aptas a dar aos indigentes ocupação decente nas próprias regiões de sua habitação.

Esse discurso do Deputado de 26 anos, Sr. Presidente, tem o mesmo fundamento, o mesmo senso prático, a mesma diretriz do pronunciamento que fez, vinte e oito anos depois, quando na Chefia da Nação: "A assistência do Estado aos flagelados do Nordeste — declarou o presidente Epitácio — essas assistências, por muitos anos, manifestou-se esporadicamente, em medidas de socorro pessoal, ordinariamente tardias e que, não raro, se confundiam com as iniciativas da caridade pública".

Anteriormente, isto é, em 1917, ao saudar o Conselheiro Rodrigues Alves por sua candidatura pela segunda vez à Presidência da República, dizia Epitácio aludindo às obras contra as secas: "Salvo algumas obras empreendidas em administrações passadas, e, sobretudo, no período vigente, o que se tem feito até aqui, sem plano, sem continuidade, desordenado e desconexo, pouco tem contribuído para melhorar as tristes condições daquela região. Fala-se com desconfiança ou decepção nos dinheiros gastos com as secas: Não é o quantum das despesas que deve merecer reparo, mas a desorientação com que têm sido feitas. Mas, muito mais do que isso, se tem despendido no resguardo de interesses menos vitais de outros pontos do território nacional; mais, infinitamente mais, valiam para a prosperidade do País as vidas e os patrimônios que desapareceram na fornalha abrasadora do tórrido flagelo".

Foi ele, inegavelmente, como Presidente da República, quem pôs em execução, pela primeira vez, um plano arrojado para combater e solucionar os efeitos das secas no Nordeste, com a aquisição, inclusive, de maquinaria e equipamentos custosos e moderníssimos para a época.

A imprensa do Rio e de São Paulo denunciava os “gastos excessivos” com essa área do País, mas Epitácio não só prosseguia em seus esforços em favor da região que vinha sendo de longa data esquecida, como saía em campo para defender as medidas adotadas pelo seu Governo. E argumentava com destemor: “As obras colossais do Nordeste, espalhadas por oito Estados da República e distribuídas por três anos de Governo, custaram ao Tesouro 304.040 contos, o preciosíssimo material que aí está e que só por si, importou em 187.770 contos. Mas só a Estrada de Ferro Central do Brasil, que não serve a oito, mas a três Estados, absorveu dos meus orçamentos, de 1920 a 1922, para mais de 400 mil contos. E ninguém tugiú, nem mugiu”.

O Sr. Tarcísio Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. RAUL DE GÓES — Recebo com satisfação o aparte do meu ilustre colega.

O Sr. Tarcísio Maia — Nobre Deputado, estou ouvindo com especial agrado a oração que V. Ex^a pronuncia, e que começa pelo roteiro sentimental de Epitácio pelas ruas de Recife, quando regressava da Europa e chegava à sua Pátria. E depois, examina a vida do grande brasileiro, do grande líder como parlamentar, como político, como estadista. Eu esperava que Vossa Excelência alcançasse exatamente o ponto a que chegou neste momento, quando examina a situação do Nordeste. Sabia que não podia faltar ao discurso de V. Ex^a esta parte. Embora grande brasileiro, eminente homem público, Epitácio foi para nós, da região, o grande homem do Nordeste.

Na verdade, aquela região, que sofre periodicamente a crise da seca, teve em Epitácio Pessoa o primeiro batalhador pela sua solução. Se tivesse tido seguidores, se as tarefas iniciadas no seu Governo tivessem tido continuadores nos Presidentes futuros, decerto não teria a atual sorte a região nordestina. Ao invés de um terço da população brasileira viver numa região subdesenvolvida, e cada nordestino exibir uma renda per capita de um terço da do brasileiro da região Centro-Sul, se Epitácio Pessoa tivesse tido continuadores, repito, certamente os problemas do Nordeste teriam sido resolvidos. Realmente, no seu Governo, o combate às secas foi encaminhado objetivamente. Despesas foram feitas, e V. Ex^a acaba de citar algumas delas, de montante relativamente elevado. Se não me falha a memória, no Governo Epitácio Pessoa, a Nação gastou mais de 10 por cento de sua receita nas obras de combate à seca do Nordeste. Infelizmente, logo no ano seguinte, essa percentagem baixava para menos de 1 por cento, e aquela maquinaria, a que V. Ex^a se refere em seu discurso, ficou armazenada nos depósitos da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, destruindo-se pela ferrugem e pela imobilização. O meu aparte, pois, tem o sentido de prestigiar e apoiar as homenagens que se prestam no momento em que se comemora o centenário do grande brasileiro Epitácio Pessoa, mas tem, sobretudo, o objetivo de que não falte, neste instante, uma palavra, por mais humilde que seja, de um paraibano, representante do Rio Grande do Norte, apartando V. Ex^a, potiguar, digno representante da Paraíba. Trago estas minhas palavras para que elas constem do discurso de V. Ex^a, como homenagem sincera do povo norte-rio-grandense, nas comemo-

rações que se fazem por ocasião do centenário do ilustre nordestino, do grande paraibano e eminente brasileiro, Epiácio Pessoa.

O Sr. RAUL DE GÓES — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que tem para mim grande valia, pois V. Ex^a; filho dos sertões do Nordeste e com raízes de família também nordestina — raízes mais do que seculares — conhece bem esse problema e as calamidades que afligiram durante anos a nossa região.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a, permite uma ligeira interferência no seu discurso?

O Sr. RAUL DE GÓES — É um prazer para mim ouvir a palavra autorizada de V. Ex^a.

O Sr. Humberto Lucena — Lamentei profundamente não estar presente, por ocasião do requerimento que deliberou sobre a homenagem que ora se presta à memória do inolvidável brasileiro Epiácio Pessoa. É que pretendia também, como V. Ex^a, ocupar esta tribuna para dizer algumas palavras a respeito desse nosso grande conterrâneo. Entretanto, o discurso proferido por V. Ex^a, como estou certo, aquele que pronunciará o Deputado Jandui Carneiro, representarão o pensamento de toda a bancada paraibana, nesta comemoração do centenário de Epiácio Pessoa. Aliás, V. Ex^a, não falará apenas em nosso nome, mas em nome de todo o povo paraibano que, a esta altura, convocado pelo seu Governador e por providências também do Presidente da República, acorre às ruas da Capital do nosso Estado, para prestar todas aquelas homenagens que, realmente, devem ser tributadas a Epiácio Pessoa.

O Sr. RAUL DE GÓES — Agradecendo o aparte do meu nobre colega de bancada, Deputado Humberto Lucena, quero relembrar que, durante o período presidencial de Epiácio Pessoa, governava a Paraíba a figura admirável de Solon de Lucena — admirável inteligência, pelo equilíbrio e pela dignidade. O Presidente Solon de Lucena, que era avô do Deputado que me aparteia, o meu prezado amigo Humberto Lucena, muito ajudou o Presidente Epiácio Pessoa, no início da execução das obras do Nordeste, principalmente na área paraibana. Sendo amigo fraternal e homem de mais absoluta confiança de Epiácio Pessoa, o Dr. Solon de Lucena com a sua experiência e visão, pode apresentar sugestões magníficas e oportunas ao Chefe da Nação e exerceu, de algum modo, uma ação fiscalizadora, discreta e eficiente, nos serviços que começavam e que tinham como objetivo a redenção da nossa pobre e abandonada região.

Continuando na mesma ordem de considerações, adianto, Sr. Presidente, que Epiácio, já fora do Governo, afirmava: “As obras do Nordeste hão de prosseguir, mais cedo ou mais tarde. É questão de tempo. As obras hão de fazer-se, porque os naturais do Nordeste não são filhos do Brasil somente para pagar-lhe o tributo do seu trabalho, do seu dinheiro e do seu sangue e sim também para ter direito ao bem estar ou, pelo menos, à vida”.

Era assim que defendia essa política de salvação, convicto de que seu trabalho não seria interrompido pelos seus sucessores, porque se tratava, “antes de tudo, de redimir um crime da Nação”.

O erro da sabedoria popular, Srs. Deputados, está em generalizar os seus conceitos. Por exemplo: o provérbio que diz: longe dos olhos, longe do coração, encontrou o mais eloquente desmentido no amor que Eritácio dedicava à sua terra natal, aquela privilegiada nesga de terra nordestina que eu tenho a honra de representar nesta Casa. Entretanto, a Paraíba esteve sempre longe dos seus olhos. Neste século, ele só a visitou raríssimas vezes. Visitas rápidas e triunfais. Visitas de um Eritácio mitológico para a imaginação adolescente dos que hoje, como eu, vão se distanciando do meio século de vida. . . Mas, Sr. Presidente, se Eritácio viveu sempre geograficamente afastado da Paraíba, nunca um paraibano foi mais ligado do que ele, espiritualmente, afetivamente, ao rincão onde nasceu. Mas, amando particularmente a terra de seu nascimento, abrangia, nessa afeição telúrica, todo o Nordeste. Os seus mais belos e emocionantes discursos, improvisos geniais, recolhidos pelo lápis dos taquígrafos da época; as suas mais célebres manifestações oratórias tiveram por tema o Nordeste como drama climático e fornalha moral de civismo. O primeiro desses discursos foi o pronunciado, em setembro de 1921, no Teatro Municipal de São Paulo. Foi o discurso, que um escritor nosso classificou de um misto de Castro Alves e Euclides da Cunha, aquele em que defendeu a ação do seu Governo em defesa das populações flageladas. O outro, pronunciado em Janeiro de 1930, foi a saudação dirigida a uma caravana da Aliança Liberal que partia do Rio para o norte do País.

Nessas duas orações memoráveis, Eritácio Pessoa extravasou o seu enterrecimento pela região nordestina, sem distinção de Estados. Sim, Srs. Deputados, porque, para a consciência e para o coração do grande brasileiro, cujo centenário de nascimento comemoramos agora, amar o Nordeste, era dar maior amplitude, era dar uma moldura maior ao seu amor pela Paraíba". (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas).

DO LIVRO "PARAIBANOS ILUSTRES" DE LIBERATO BITTENCOURT

"ERITÁCIO PESSOA (E. da Silva P.) — Magistrado, político, professor e orador de extraordinário valimento, conhecido e admirado no Brasil inteiro. Nasceu no Umbuzeiro a 23 de maio de 1865, sendo em 1874, já órfão de pai, admitido no Ginásio Pernambucano, como pensionista da Província. Ali fazia o curso de humanidade com tal aproveitamento e distinção que, sendo em 1878 suprimido pelo congresso Legislativo a verba destinada à educação de vinte órfãos naquele ginásio, o governo paraibano resolveu que fosse ele o único dos vinte a continuar gratuitamente seus estudos. Matriculou-se na academia de Direito do Recife em 1882, quatro anos depois bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, com distinção em todas as cadeiras de todos os anos do curso. Para fazer tão brilhante estágio acadêmico, desenvolveu grande atividade, como professor e como jurista: explicava particularmente diversas disciplinas e executava trabalhos jurídicos que lhe confiavam exímios advogados.

Nomeado promotor de importante comarca pernambucana, aí apurou seus grandes talentos de orador, brilhantemente revelados quando estudante, nas defesas criminais que aceitara. Por questões políticas deixou a promotoria, indo para o Rio de Janeiro em fins de 1889. Meses depois voltava a sua terra natal, como secretário do governo, logo após ao feito de 15 de novembro. E entrou definitivamente na política. Eleito deputado à Constituinte por seu estado, onde soubera arregimentar as convicções e a dedicação de um grande partido, seu papel naquela assembléia foi brilhantíssimo, sendo seus discursos considerados dos mais notáveis na eloquência parlamentar brasileira. Suas orações sobre o estado de sítio de 10 de abril de 1892, a guerra civil do Rio Grande do Sul e o Governo do Marechal Floriano Peixoto, na profundeza dos conceitos e no brilho da argumentação, fizeram épocas em todas as camadas. Basta lembrar a respeito a seguinte notícia do Jornal do Brasil de 23 de junho de 1893, jornal então redigido pelo jornalista máximo - Ruy Barbosa - "O jovem representante do Estado da Paraíba pronunciou ontem na Câmara dos Deputados um notabilíssimo discurso sobre os negócios do Rio Grande do Sul. Testemunhas do Grande sucesso oratório, exprimindo-se com a maior imparcialidade, pois raríssimas vezes a tribuna parlamentar tem sido tão engrandecida entre nós. Prestando uma justa homenagem ao notável orador brasileiro, cuja mocidade é ainda um título de maior realce à lucidez de um brilhantíssimo espírito, publicamos hoje na íntegra a grande peça oratória que, certamente, os nossos leitores receberão uma demonstração do esforço com que procuramos corresponder ao acolhimento que nos tem sido feito".

Nas legislaturas seguintes não foi eleito, implantada na Paraíba desde os fins de 1891. Voltou então ao exercício de sua cadeira de suplente catedrático na academia do Recife. Em 1894 e 1897 fez excursões pela Europa, observando e estudando os países do velho mundo. Serenadas as grandes paixões de 1893 e 1894, era natural que o ilustre brasileiro, por suas qualidades e virtudes, encontrasse a colaborar na obra hercúlea da reorganização do país. O governo Campos Sales deu então ao laureado parlamentar a pasta da Justiça. Contava apenas com 33 anos de idade. E revelou-se na alta administração o mesmo espírito bem orientado, o mesmo trabalhador criterioso e incansável, procurando praticar todos os melhoramentos que a situação comportava e atendendo, quanto possível, a todas as necessidades do público interesse. Graças aos seus esforços não foi a capital do país assolada por terrível mal indiano. Fiel ao seu programa, crente de que o principal problema brasileiro é o da educação, depois de acurado estudo, durante o qual foram ouvidos os mais ilustres representantes do magistério, decretou o Código do Ensino, belo trabalho de sistematização de estudos elogiado ainda pelo conselheiro Ruy Barbosa, nessa época em terrível oposição a Campos Sales e aos seus auxiliares do governo.

Dentro de alguns meses o Código Civil será uma realidade: tal resultado em boa parte deve o Brasil a sua poderosa e feliz iniciativa, confiando o trabalho de tamanho fôlego a um jurista emérito, qual Clóvis Bevilacqua. Deixando a Pasta em 1901, foi em 1902 nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal

e Procurador Geral da República, meses depois. Este cargo exerceu com grande proficiência e brilho, porventura ainda não observados. Entre os notáveis pareceres que então proferiu, contam-se verdadeiras monografias, quais as que se referem ao recurso extraordinário, aos terrenos da Marinha, de sentenças estrangeiras, à responsabilidade civil do Estado e muitas mais. Firmou no Supremo Tribunal os créditos de jurisconsulto emérito e juiz integérrimo. Durante o decênio em que serviu à Suprema Corte, nunca o seu voto, como relator de causas, deixou de ser aceito pela maioria dos seus pares.

Em 1907 foi nomeado pelo saudoso Barão do Rio Branco para representar o Brasil na IV Conferência Panamericana: por motivos particulares, porém, não pode desempenhar a comissão. Em 1909 aceitou a missão de Delegado do Brasil na Junta Internacional de Jurisconsulto, incumbida da codificação do Direito Internacional, escrevendo então um PROJETO DE CÓDIGO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, obra de largo fôlego, grandemente elogiada e aceita pela Junta para base dos seus trabalhos. Em 1911 presidiu a Junta Internacional, reunida no Rio de Janeiro, dando máximo realce à representação brasileira. Incumbido então de realizar um PROJETO SOBRE EXTRADIÇÃO, teve a satisfação de ver o seu trabalho integralmente aceito pela Junta. Em 1912 aposentou-se no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo meses depois eleito Senador Federal pela Paraíba. E na Câmara Alta, às últimas sessões, em dezembro de 1912, levava para a tribuna do senado, um brilhantíssimo discurso sobre a lei das acumulações, a sua palavra arrebatadora e fluentíssima.

Homem de regular estatura e constituição, na inteligência máxima, uma erudição jurídica profunda, na capacidade de trabalho inimitável, este ilustre brasileiro, de grande popularidade e saber, se apresenta aos olhos do observador imparcial e competente como um dos maiores cidadãos da Grande Pátria brasileira, porventura um dos maiores paraibanos em contígua e proveitosíssima atividade intelectual e política. Com André Vidal de Negreiros, o Rei da Ação; com Arruda Câmara, o genial naturalista e com Pedro Américo, o dominador das artes, ele forma o sólido embasamento do domínio paraibano nas ciências, nas artes, na política e na ação.”.

Este registro de Liberato Bittencourt não só vale como elemento de consulta, através das páginas do seu livro onde centenas de “paraibanos ilustres” estão devidamente assinalados, como sobretudo, porque a partir de sua publicação, em 1912, continuou Epitácio a sua trajetória ascendente até à Chefia da Nação, em 1922, prosseguindo a sua presença na vida brasileira de modo fascinante.

Liberato Bittencourt tinha antenas e funcionavam. A sua pesquisa sobre a vida de Epitácio ia indicando roteiros amplos a uma grande vida.

É farta a bibliografia sobre Epitácio, e como aqui incluímos uma das mais antigas escrita quando nem assumira ainda a Presidência da República, a de Liberato Bittencourt é, sem dúvida, de interesse incorporar a este esboço, a mais recente.

Aqui está, extraída do livro “Brasil – História – Os Presidentes do Brasil – Sínteses Biográficas”, do professor Pereira Reis Júnior, do Colégio Pedro II, e editado pela Divulbrás Editora Livros Ltda.

Convém ressaltar que este livro é recomendado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo que o considera “obra excelente, que honra a capacidade de pesquisa e de exposição do seu eminente autor”.

São 35 Presidentes que mereceram do professor Pereira Reis Junior, não uma fotografia para álbum histórico, mas a colocação de cada um na época, nos acontecimentos, nos fatos. A gestão presidencial dos biografados é página histórica. A soma destas páginas nos dá “um instrumento informativo auxiliar do estudo da História do Brasil, a partir da instauração da República”.

E, entre os biografados, avulta-se Epitácio Pessoa num Governo trepidante, discutido, controvertido, combatido, negado, deturpado, mas afirmativo de autoridade, de obras, de legalidade, apesar do processo histórico já apresentar as suas conotações de profundas transformações na vida brasileira, que já se avizinhavam.

Eis a síntese biográfica do professor Pereira Reis Junior:

“A solução permanente e definitiva de nosso problema financeiro está, com efeito, no desenvolvimento das nossas forças econômicas e no aproveitamento de nossas riquezas naturais. Isto é tão evidente que chega a ser um truismo. Para chegarmos a este resultado, precisamos resistir à raça o vigor e a capacidade de trabalho que as doenças lhe tiraram, estimular a nossa agricultura e a nossa pecuária, aumentar nos Estados devastados pelas secas a zona de produção, facilitar a circulação da massa formidável de produtos que hão de ser os frutos dessa política patriótica. Escusado é dizer que tal política só poderá medrar num ambiente de paz e tranquilidade, que a nossa preparação militar nos assegurará”.

EPITÁCIO DA SILVA PESSOA

26/7/1919 a 15/11/1922

Epitácio da Silva Pessoa nasceu a 23 de maio de 1865, na fazenda Marcos de Castro, em Umbuzeiro, pequena localidade da província da Paraíba. Seus pais foram o Coronel José da Silva Pessoa, senhor de engenho, e sua segunda esposa Henriqueta de Lucena. Órfão aos oito anos de idade, parentes o levaram para Recife onde estudou as primeiras letras. Como era pobre, foi matriculado, gratuitamente, em 1876, como interno, no Ginásio Pernambucano, onde realizou seu curso secundário. Em 1882, ingressou na tradicional Faculdade de Direito do Recife, terminando o curso a 13 de novembro de 1886, com distinção do primeiro ao último ano. Pagava os seus estudos com o dinheiro que lhe advinha das aulas que ministrava. Em 1887, foi nomeado Promotor da Comarca do Cabo, um arrabalde de Recife. Dois anos após, viajou para o Rio de Janeiro, onde chegou na véspera da proclamação da República. Epitácio era sobrinho de Henrique Pereira de Lucena, mais conhecido por

Barão de Lucena, ex-Presidente de várias províncias, compadre e amigo do Marechal Deodoro. Lucena intercedeu, junto ao Chefe do Governo Provisório, por Epitácio, fazendo-o Secretário-Geral do primeiro Governo republicano do Estado da Paraíba, Venâncio Neiva. Em 1890, foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte. Tinha apenas 25 anos. Na Câmara fez forte oposição a Floriano Peixoto em discursos violentos. Nomeado Ministro da Justiça de Campos Sales, deixou o Ministério em 1901, por dissentir do Presidente sobre questões de ensino, mas, em fins desse ano, Campos Sales o nomeou Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aposentando-se, por motivo de saúde, em 1912, voltou ao seu Estado natal e, ainda nesse ano, elegeu-se Senador. Em 1919, é convidado para chefiar a Delegação Brasileira à Conferência da Paz, em Versalhes. No dia 25 de fevereiro, recebeu, na Europa, a comunicação da mesa da Convenção Nacional participando a indicação de seu nome à Presidência da República. Visitou a Itália e os Estados Unidos e voltou ao Brasil.

No dia 26 de Julho de 1919, assumiu a Presidência da República. Constituiu dos seguintes nomes o seu Ministério: Guerra: Pandiá Calógeras; Marinha: Raul Soares; Relações Exteriores: José Manuel de Azevedo Marques; Viação e Obras Públicas: Pires do Rio; Justiça, Interior e Instrução Pública: Alfredo Pinto Vieira de Melo; Fazenda: Homero Batista; Agricultura, Indústria e Comércio: Ildefonso Simões Lopes. Nomeou Prefeito do Rio de Janeiro, o engenheiro Carlos Sampaio.

Epitácio era um homem de alta inteligência e forte energia. A nomeação de civis para as pastas militares causara certa indisposição nas classes armadas. Mas ele sabia querer. Ao assumir o Governo não o iludiu a situação econômica em que encontrou o Brasil. A prosperidade do país, após a guerra era, para ele, fictícia. A realidade não demorou a surgir. Diminuíram sensivelmente, as exportações. As importações foram maiores, em 1920, chegando a consignar déficit. O preço do café começou a cair e, como nosso principal produto, atingiu a economia nacional. Era necessário imediata deliberação do Governo. São Paulo pressionou-o. E o Presidente lançou mão de um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas. Com esse empréstimo, comprou parte dos estoques e determinou sua retenção nos nossos portos de embarque. A operação deu lucros e valorizou o café. Fez mais dois empréstimos externos: um de 50 milhões de dólares que se destinava às obras contra as secas, e outro de 25 milhões para a eletrificação da Estrada de Ferro Central e para o setor ferroviário. A eletrificação não teve início em seu Governo.

O primeiro caso político que teve que resolver foi o da sucessão do Governo da Bahia. Dois candidatos estavam em luta: José Joaquim Seabra, apoiado pelo Governador Antonio Muniz, e o Juiz Federal, Paulo Fontes, apoiado pela coligação oposicionista, sob a chefia de Rui Barbosa. Rui pugnou por essa candidatura, realizando comícios em todo o seu Estado. A luta entre os candidatos foi terrível. No dia 25 de março, o comício dos oposicionistas, em Salvador, foi dispersado a bala pelos correligionários de Seabra. A situação ficou intranquilha. A campanha foi tão brilhante sob a direção de Rui,

que era voz corrente a vitória de seu candidato. Mas Seabra venceu a eleição. A máquina eleitoral do Governo da Bahia sempre funcionou bem naquela época. A posse não foi fácil. Os coronéis oposicionistas mobilizaram-se com seus jagunços, ameaçando impedir a posse de Seabra. Horácio de Matos, temido nas Lavras Diamantinas, era o chefe. O povo em tumulto nas ruas, e a polícia impotente para manter a ordem, assombrada com a possível presença dos jagunços, modificaram a fisionomia da cidade. O Governador, Antonio Muniz pediu a intervenção federal no dia 17 de fevereiro de 1920. O Presidente quis pacificar a política baiana com um terceiro candidato. Seabra não aceitou, ou melhor, renunciaria em favor do Presidente do Senado Estadual, Frederico Costa. A oposição não concordou. Epitácio interveio ordenando ao comandante da Região, General Cardoso de Aguiar, que desse posse a Seabra no Governo da Bahia.

No dia 1º de julho de 1920, morria, em Santa Rita do Sapucaí, o Vice-Presidente da República Delfim Moreira, sendo eleito para essa função, no dia 5 de setembro desse ano, o Senador pelo Estado de Minas, Francisco Alves Bueno de Paiva.

Em 1921, ainda em seus primeiros meses, os políticos começaram a agitar, como era de praxe, o problema sucessório. Surgiu o nome do então Presidente de Minas, Artur Bernardes. O Partido Republicano Mineiro lançou-o à sucessão de Epitácio Pessoa e telegrafou ao Governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, pedindo sua adesão a essa candidatura. Borges respondeu que não podia aceitar um candidato sem lhe conhecer o programa de Governo. O Presidente Epitácio Pessoa, que não queria intervir na escolha de seu sucessor, aceitou a candidatura Bernardes. Minas e São Paulo pediram-lhe que indicasse o Vice-Presidente da República. Epitácio recusou o oferecimento. Desejava manter-se afastado, mas frisou que, no caso, a Vice-Presidência devia pertencer a um Estado do Norte. Surgiram, inesperadamente, dois candidatos: Governadores José Joaquim Seabra, da Bahia, e José Bezerra, de Pernambuco. Essa contenda entre dois Governadores, pela Vice-Presidência, ambas apoiando a candidatura Bernardes, gerou intranquilidade nos arraiais da política mineira e paulista. Epitácio tentou harmonizar a situação, falando com os dois Governadores, mas foi em vão. Chegou a lembrar o nome de Urbano Santos da Costa Araújo que havia sido Vice-Presidente da República no Governo de Wenceslau Brás. Preteridos nos seus intentos José Joaquim Seabra e José Bezerra uniram-se à oposição. Nilo Peçanha, que havia chegado da Europa, apoiou logo a candidatura Bernardes, mas as forças oposicionistas que se colocaram contra o Presidente de Minas lançaram Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra à Presidência e Vice-Presidência da República. Essas forças partidárias tomaram o nome de "Reação Republicana". Os Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e oposicionistas de São Paulo e da Bahia ficaram com a candidatura Nilo Peçanha. A Convenção da maioria homologou a chapa Artur da Silva Bernardes e Urbano Santos da Costa Araújo. Meses depois, morria Urbano Santos, sendo substituído por Estácio Coimbra que, no Governo Marechal Hermes, assumira, como Presidente da Câ-

mara Estadual de Pernambuco, o Governo do Estado, mas teve que abandoná-lo, na fase das Salvações, por sentir-se sem garantias, aliás prometidas pelo Exército, em meio à luta cruenta, ali travada, pela sucessão estadual. A campanha presidencial foi, toda ela, intranquã. A oposição contra Artur Bernardes, nos comícios, na imprensa e no Congresso foi violenta e infamante.

Em junho de 1921, foi eleito Presidente do Clube Militar, o Marechal Hermes da Fonseca. Nessa ocasião, surgiu um fato que veio aumentar, extraordinariamente, a insidiosa oposição contra Artur Bernardes: as cartas falsas. “Nada havia anteriormente ocorrido que pudesse separar Bernardes dos militares. Na verdade, não se conhecia nenhum fato”. (69) Realmente. Mas a inimizade surgiu, criminosa, do bico de uma pena. Embora seja longo o trecho que se segue, desejamos citá-lo: “Como sempre, as fases de sucessão presidencial eram intervalos críticos em que as mazelas do regime vinham à tona, travestidas naturalmente como questões partidárias apenas, de luta pelas posições ou competições pessoais. No fundo, entretanto, estavam as contradições da sociedade brasileira, traduzindo-se em forma compatível com a época. Essas contradições envolviam a ascensão burguesa em processo, trazendo a primeiro plano sua vanguarda, a pequena burguesia urbana, que assumia função política eminente. Acontece que nessa camada social estava a maioria do público da imprensa: esse público influa nos jornais e era influenciado pelos jornais e essa relação, na época, não era perturbada pelas forças econômicas que, mais adiante, tanto pesariam na orientação dos periódicos; a venda avulsa pesava, por outro lado, e muito, na vida deles, mais do que a publicidade: um grande jornal era, quase sempre, aquele que tinha tiragem grande. A sucessão, presidencial, agora, encontrava outras condições para o seu processo e, de forma alguma, se desenvolveria sem a participação apaixonada da pequena burguesia. Tudo isso correspondia, em suma, ainda que os protagonistas não se dessem conta, à deterioração do regime, que se aproximava de intransferível crise. No caso, estavam colocadas duas candidaturas, e eram sempre duas, não mais, quando havia luta, em alguns casos resumindo-se tudo em candidatura única, quando não havia luta: a de Artur Bernardes, do lado das forças partidárias tradicionais, e a de Nilo Peçanha, do lado de forças partidárias também tradicionais, mas agora cindidas e antagonizadas com as primeiras. A vitória de Bernardes anunciava-se tranqüila, dentro das estreitas normas do jogo eleitoral; Nilo Peçanha só teria sucesso, se algum fator estranho fosse introduzido no quadro”. (70) Houve “um fator estranho”: o envolvimento do Exército nessa campanha presidencial. Mesmo assim, a candidatura Nilo Peçanha não logrou êxito. O envolvimento do Exército teve como causa as cartas atribuídas a Bernardes. Dois cidadãos inescrupulosos, Pedro Burlamaqui e Oldemar Lacerda dirigiram-se a Belo Horizonte e conseguiram, na Imprensa Oficial do Estado, numa visita que fizeram a essa repartição, folhas de papel com o timbre do Gabinete da Presidência do Estado de Minas. No Rio de Janeiro, depois de ter verificado que seu amigo Jacinto Guimarães, também aventureiro, era um hábil falsificador, um imitador de caligrafias. Oldemar entregou-lhe as minutas de suas cartas de Artur Bernardes. É necessário dizer

que Jacinto, através de Oldemar, passou a conhecer a caligrafia de Bernardes, pois Oldemar "conseguiu retirar da 1ª Pagadoria do Tesouro Nacional uma procuração do próprio punho de Bernardes quando Deputado Federal (1915 - 1918) outorgando poderes ao Coronel Domingos José Machado para receber seus subsídios". (70A) Uma dessas cartas, com insultos ao Exército, teve tremenda repercussão no país. A minuta da carta de 3 de junho de 1921, supostamente assinada por Bernardes, foi de Irineu Machado; a idéia de que a carta fosse em papel timbrado do Palácio do Governo de Minas Gerais foi de Irineu Machado; a carta foi entregue a Mário Rodrigues, redator político do "Correio da Manhã" no Senado, por Irineu Machado, que o chamou em sua casa, no dia 8 de outubro, para publicá-la no dia 9. A carta que tumultuou a Nação, foi esta, porque atingiu o Exército. A outra não teve ressonância. Foi contra Nilo Peçanha:

Belo Horizonte, 3/6/1921

Amo Raul Soares

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse Sargento sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Eptácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina, e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Eptácio com medo não atender, use de diplomacia, que, depois do meu reconhecimento, ajustaremos contas.

A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os bordados e galões.

Abraços do

Artur Bernardes.

(69) Paulo Amora, Bernardes, o Estadista de Minas na República, pág. 48. São Paulo, 1964

(70) Nelson Werneck Sodré, A História da Imprensa no Brasil, pág. 410, Rio, 1966

(70A) A história dessas cartas nos é contada com todas as minúcias, como até então não o fora, por Bruno de Almeida Magalhães, no seu livro "Bernardes, Um Estadista da República". Rio, 1973.

Influenciado por amigos, tranqüilo por não ser responsável pela carta. Bernardes aceitou a sugestão de entregá-la ao Clube Militar para ser julgada. O Clube Militar, ao recebê-la, designou uma comissão para proceder ao seu exame pericial e concluiu pela sua autenticidade. A intranqüilidade aumentava. A oposição se incumbiu do resto. Percorreu todo o país, agitando o povo e atacando o candidato da situação em linguagem virulenta. Padiá Calógeras repor-

tou-se à campanha da “Reação Republicana” nestes termos: “Foi conduzida com absoluta falta de escrúpulos e de senso moral”.

Artur Bernardes foi convidado para um banquete político, no “Clube dos Diários”, no qual estavam presentes todos os líderes políticos de sua candidatura. Nesse banquete, ia ler a sua Plataforma quando atravessava a Avenida Rio Branco, foi vaiado estrepitosamente. Essa vaia estava na pauta da oposição, que a premeditara no seu calendário de ataques ao grande nacionalista. No dia 19 de março de 1922, depois de um período de intensa agitação, foram realizadas as eleições em todo o país. As urnas deram ao Brasil o resultado: Artur Bernardes 466.000 votos; Nilo Peçanha 317.000 mil. A vitória coube a Bernardes pela maioria de 149.000 votos. Não estava, porém, terminada a luta com o resultado das urnas. A “Reação Republicana” lançou protestos público, não se conformara com o resultado. O Presidente do Clube Militar, Marechal Hermes, propôs ao Senador Antonio Azeredo, em carta, um tribunal de Honra, para julgar as eleições realizadas, pois a verificação pelo Congresso não satisfazia aos militares. Outra proposta foi alvitrada por Nilo Peçanha, Seabra e Borges de Medeiros: uma Comissão de Arbitramento com número idêntico de delegados das duas correntes para julgar o pleito. O Presidente Epitácio ficou apreensivo e convocou uma reunião no Catete. Dela fizeram parte “alguns líderes mineiros e paulistas, o Vice-Presidente do Senado e seus Ministros das pastas militares, para expor-lhes a gravidade da situação do país, que se lhe afigurava extrema, e resolverem sobre a proposta da Comissão de Arbitramento. Esta foi logo rejeitada, mas a atitude e as palavras do Presidente Epitácio prestaram-se, depois, a interpretações diversas. Teria ele alvitrado a renúncia de Artur Bernardes para a escolha de um terceiro nome capaz de apaziguar a Nação. Podia assegurar, por sua parte, a posse pacífica do seu sucessor, mas não sabia o que poderia acontecer nas primeiras horas do novo Governo. Mais tarde, em discurso no Senado e, em livro, Epitácio Pessoa negava que houvesse proposto tal renúncia”. Entretanto, em carta a Bernardes, dando-lhe o relato da reunião, Raul Soares afirmava que ante a exposição do Presidente da República sobre as perigosas condições do país, lhe indagara se, na impossibilidade de dissolução do Exército, era a solução única a desistência do Presidente eleito. Epitácio respondera “Exatamente, a desistência do Bernardes seria a solução”. (71)

Respondendo a Raul Soares sobre o relatório que lhe enviou dessa reunião, diz Bernardes, em longa carta, com data de 4 de maio de 1922, entre outras coisas: “Mas negar o reconhecimento pelo Congresso, mediante o compromisso de uma renúncia ulterior — e isso sob pressão revolucionária — seria ato que toda a Nação profligaria com um arranjo político, em que se afogavam as liberdades públicas, e se subtraía o mandato presidencial das mãos do povo, para as dos promotores da desordem” (72)

No dia 9 de junho, o Congresso Nacional reconheceu e proclamou Artur Bernardes e Urbano Santos, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da República. Tendo falecido Urbano Santos, José Joaquim Seabra impetrou Habeas-corpus ao Supremo Tribunal Federal para empossar-se na Vice-Pre-

sidência. O Tribunal negou. Para essa alta função foi indicado e eleito Estácio Coimbra. Após a sucessão da Bahia, surgiu a de Pernambuco. O Governador José Bezerra havia falecido. Governava Pernambuco, Manuel Borba. Duas correntes estavam em luta. De um lado, o Governador e o Senador Rosa e Silva com seu candidato José Henrique Carneiro da Cunha, e, do outro, Estácio Coimbra, líder da maioria do Governo, na Câmara Federal, apoiando Eduardo de Lima Castro. Aliaram-se a este candidato parentes de Epitácio Pessoa. Dizia-se que o Presidente ordenara ao comandante da Região colocar forças do Exército à disposição do candidato oposicionista que era pessoa amiga de seus parentes. A luta foi violenta durante alguns dias. A cidade do Recife foi tumultuada por grupos de desordeiros e reações a bala, com várias mortes. O Presidente ordenou que as forças do Exército permanecessem nos quartéis e desmentiu qualquer intromissão sua na política de Pernambuco. O Clube Militar entrou indevidamente na questão. Passou um telegrama ao comandante da Região, assinado pelo Marechal Hermes, seu Presidente, dizendo-lhe “que desviasse a força armada do seu destino”. O Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, interpelou-o sobre a autoria do telegrama. E o Marechal confirmou que era seu. O Presidente mandou repreendê-lo no boletim do Exército, decretou o estado de sítio e determinou que o Marechal Gabriel Botafogo o prendesse, por 24 horas, no 3º Batalhão de Infantaria. Em seguida, mandou fechar o Clube Militar. A luta em Pernambuco tivera um desfecho surpreendente: os dois candidatos, governo e oposição, renunciaram e foi eleito Governador Sérgio Loreto, Juiz Federal daquele Estado.

No dia 5 de julho, um dia após a prisão do Marechal Hermes e do fechamento do Clube Militar, surgiu um levante que visava dois objetivos: depor o Presidente e impedir a posse de Bernardes. O Forte de Copacabana disparou alguns tiros anunciando a revolta. A Escola Militar sublevada, com o Coronel Xavier de Brito à frente, dirigiu-se para a Vila Militar com o fim de se unir às tropas que diziam estar de acordo com o movimento e que viriam sob o comando do Marechal Hermes, mas o detiveram antes de realizar o seu intento. Pouco antes de chegar à Vila, a Escola foi repelida por forte fuzilaria do 1º e do 2º Batalhão de Infantaria. Os cadetes reagiram com bravura, mas foram derrotados. O Forte de Copacabana, comandado pelo Capitão Euclides da Fonseca que, diziam, contava com o Forte do Leme, teve de resistir só. Havia muitos boatos em torno de adesões ao movimento. Se as houve, falharam. Navios da esquadra se movimentaram para o local de vários batalhões do Exército fiéis ao Governo, sob o comando do Coronel Nepomuceno Costa, se deslocaram para Copacabana. O Forte foi bombardeado e intimado a render-se. O Capitão Euclides chamado pelo Ministro da Guerra para com ele entender-se não voltou ao Forte. Lá ficaram seus companheiros que, numa atitude de heroísmo, comandados por Siqueira Campos, decidiram reagir até a morte. Dentre eles, se destacaram o Tenente Newton Prado, o Tenente-Aviador Eduardo Gomes, o Capitão Mário Carpenter, alguns soldados e o civil Otávio Correia. Deixaram o Forte com seus fuzis e vieram bater-se contra poderosa tropa em Copacabana. Com exceção de Siqueira Campos e Eduardo

Gomes, que foram gravemente feridos, os demais morreram. Eram os “Dezoito do Forte”, como passaram à História. (*) O Presidente manteve a ordem no país.

No dia 7 de setembro de 1922, Eptácio comemorou o primeiro centenário da Independência do Brasil, com maravilhosa Exposição Internacional na Esplanada do Castelo, onde se ergueram seis pavilhões. Foi uma festa de luz e de beleza. Estiveram presentes às comemorações do centenário do mais belo fasto político do Brasil o Secretário de Estado norte-americano Charles Hughes, o Presidente de Portugal, Antonio José de Almeida, magnífico orador, vários Embaixadores e o povo que acorria ao local, diariamente, em grande número.

Entre as realizações do Presidente Eptácio Pessoa podemos citar: a construção de 205 açudes e 220 poços artesianos; a nacionalização da pesca; a abertura de quinhentos quilômetros de estradas de ferro no Nordeste; a inauguração da primeira Estação de Rádio Emissora do Brasil, a Tupi Difusora; a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas; a construção de estradas de rodagem e de portos; o desenvolvimento das indústrias fabris; a fundação da primeira Universidade brasileira, a do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro; a promulgação do decreto legislativo nº 4.494 que determinava a mudança da capital federal para um dos locais escolhidos pela Comissão Cruls, nomeada, em 1892, por Floriano Peixoto; a construção de inúmeros quartéis; a aquisição de farto material bélico; a incrementação das indústrias de guerra; a revogação do banimento da família Imperial pelo decreto de 3 de setembro de 1920. Os restos mortais do Imperador Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina, repatriados pelo couraçado “São Paulo”, chegaram ao nosso país no dia 9 de janeiro de 1921 e foram conduzidos ao Panteão da Catedral de Petrópolis. Em setembro de 1920, o Presidente recebeu a visita do Rei Alberto, da Bélgica, acompanhado da esposa e do Príncipe herdeiro, aos quais proporcionou magnífica hospitalidade.

Atacado violentamente, criticado em seus atos políticos e administrativos, o eminente Presidente combateu, energicamente, todas as tentativas de perturbação contra o seu Governo que, de certa forma, foi tumultuado pela candidatura do seu sucessor.

Eptácio Pessoa pelo brilho de sua inteligência e vasta cultura, aliadas à firmeza de suas ações, foi dos maiores vultos que passaram pela Magistratura Suprema da República.

(*) No discurso que proferiu como paraninfo da Turma de 1974 da Escola de Aeronáutica, em Pirassununga, o Brigadeiro Eduardo Gomes afirmou que foram 11 os heróis do Forte de Copacabana.

ravam desde os contrafortes da serra da Borborema, espalhando-se pelo vale do rio Espinhharas para limitar-se às cabeceiras do vale do Píancó. Compreendia Patos, a área central do Estado — pleno sertão — integrada por muitos distritos que são hoje municípios, como Salgadinho, Santa Terezinha, São José de Espinhharas, Gerimium, Quixaba, Passagem e Cacimba de Areia. Era o verdadeiro império do sertão paraibano. Como sede de zona eleitoral, Patos é o terceiro colégio do Estado e da maior importância política; sendo o primeiro, João Pessoa, o segundo, Campina Grande; e o quarto, Sousa.

Por aí se vê: o destino de Ernani Sátiro estava trágico.

O político absorveria, senta totalmente, mas fortemente, o literato, o advogado, o fazendeiro, 90º pelo menos.

Estudante da velha Faculdade de Direito do Recife, com atuação marcante na vida universitária, tendo sido Presidente do Diretório, integrante do grupo que mantinha a revista "Agitação", de grande penetração não só aos círculos estudantis, mas, sobretudo, literários de Pernambuco, Ernani Sátiro logo se firmava entre valores intelectuais que tanta projeção deram à vida recifense, na década de 1930. Companheiro e contemporâneo de Otacílio Alecrim, Gil de Metódio Maranhão, Evaldo Coutinho, Aderbal Jurema, Eraldo Gueiros, Esdras Gueiros, Arnóbio Graça, Aloysio Campos, Paulo Gracindo, Nêhemias Gueiros, Ernani Sátiro não se desvinculava, entretanto, da vida paraibana. A ancestralidade política fala bem alto à sua alma. Logo ingressou no seu "campus", mal se formara e, ainda, calouro na vida forense. Bacharel em 1933, já em 1934, estava se empossando como Deputado Estadual Constituinte do Estado da Paraíba, de onde largou para uma vida política movimentada e de muito relevo, quer no plano estadual, quer no federal.

Chefe de Polícia do Estado, Prefeito da Cidade de João Pessoa — Governo Argemiro de Figueiredo — passou ao cenário nacional com as eleições de 1945, como Deputado Federal pela União Democrática Nacional. Toda a sua atuação na Câmara dos Deputados foi marcada com intensidade. Dos debates de plenário, as comissões da Legislação Social, Justiça e Orçamento, das quais foi membro dos mais distinguidos. Na vice-liderança de oposição, aos governos de Getúlio Vargas, Eunício Dutra e Juscelino Kubitschek, Ernani Sátiro, emprestava todo o calor de um temperamento arrebatado por vezes, mas ao nível parlamentar alto que o levou mais tarde a Líder do Governo do Presidente Arthur da Costa e Silva, Juiz, no Superior Tribunal Militar e, em seguida, Governador da Paraíba, de 1971 a 1975, agora Ernani Sátiro não se deixa ficar na tranquilidade de uma aposentadoria funcional, nem no equilíbrio de uma situação financeira sólida, escrevendo na imprensa da Paraíba e do Rio de Janeiro, como também de Brasília, com vitalidade e conhecimento, e num estilo inconfundível, polêmico às vezes no debate de temas políticos, crítico literário seguro e sóbrio na análise das publicações mais recentes de Gilberto Freyre, Luiz Viana, Castelo Branco e Hélio Silva, etc.

QUE PERTO NÃO LHE PASSE, CAVALO COM ARREIOS...

E, no meio a toda esta atividade cultural, reservando boas manhãs, no Le-

"A Paratiba isenta não lhe nega as nobres qualidades pessoais nem os incontáveis serviços de Governo. Este reconhecimento crescerá com a perspectiva serena que não tarda".

(De Celso Mariz)

Do intelectual ao político, foi um pulo... Vocação para as letras, vocação para a política. Inteligência não lhe faltava e muito menos tradição de família, que lhe sobrava. irmão mais novo de Firmínio Leite, médico que nunca saiu do sertão mas de sensibilidade literária e um dos melhores conhecedores do veredicto, Ernani Satyro não podia ser indiferente nem marginal às letras. Filho do velho chefe político, Miguel Satyro, que por muitos anos tanto se misturou com a vida patoense que toda gente dizia: "Os patinhos do Major Miguel"... "Os Patos do Major Miguel", "A terra de Miguel Satyro". Os inimigos e todos os têm, se contrapunham logo dizendo: "Os patinhos de nós todos", "Os patinhos de nós todos"...

Filho de quem foi, estava escrito, teria que ser político e político bem apurado, refinando todas as tendências e traços de uma hereditariedade que não se encontrou só em Ernani Satyro, mas também se localizou no Dr. Clóvis Satyro, homem de boa tempera para a vida do sertão e para o exercício, ali, de uma liderança política (foi prefeito de Patos por 3 vezes).

Contam que um dia Clóvis Satyro, as voltas com problemas do Exército, em Recife, criados por um homônimo que desertara das fileiras, espantecendo em um cabaré (década de 1930), ao ser provocado por uma "lady", foi logo dizendo: "Minha filha, deixe primeiro que eu me desentrasque de umas coisas por aqui... Primeiro as obrigações, depois os deleites..."

Até 1930 o velho "coronel" Miguel Satyro mandou em Patos. Totalmente. E Patos era o grande Patos, com léguas e mais léguas de terra que se esti-

ERNANI LAYRES SÁTYRO E SOUZA

“A Paraíba isenta não lhe nega as nobres qualidades pessoais nem os incontáveis serviços de Governo. Este reconhecimento crescerá com a perspectiva serena que não tarda”.

(De Celso Mariz)

Do intelectual ao político, foi um pulo. Vocação para as letras, vocação para a política. Inteligência não lhe faltava e muito menos tradição de família, que lhe sobrava. Irmão mais novo de Firmino Leite, médico que nunca saiu do sertão mas de sensibilidade literária e um dos melhores conhecedores do vernáculo, Ernani Sátyro não podia ser indiferente nem marginal às letras. Filho do velho chefe político, Miguel Sátyro, que por muitos anos tanto se misturou com a vida patoense que toda gente dizia: “Os patinhos do Major Migué”... “Os Patos do Major Migué”, “A terra de Miguel Sátyro”. Os inimigos e todos os têm, se contrapunham logo dizendo: “Os patinhos de nós todos”, “Os patinhos de nós todos”...

Filho de quem foi, estava escrito, teria que ser político e político bem apurado, refinando todas as tendências e traços de uma hereditariedade que não se encontrou só em Ernani Sátyro, mas também se localizou no Dr. Clóvis Sátyro, homem de boa tempera para a vida do sertão e para o exercício, ali, de uma liderança política (foi prefeito de Patos por 3 vezes).

Contam que um dia Clóvis Sátyro, às voltas com problemas do Exército, em Recife, criados por um homônimo que desertara das fileiras, espaiecendo em um cabaré (década de 1930), ao ser provocado por uma “lady”, foi logo dizendo: “Minha filha, deixe primeiro que eu me desenrasque de umas coisas por aqui... Primeiro as obrigações, depois os deleites...”

Até 1930 o velho “coronel” Miguel Sátyro mandou em Patos. Totalmente. E Patos era o grande Patos, com léguas e mais léguas de terra que se esti-

ravam desde os contrafortes da serra da Borborema, espalhando-se pelo vale do rio Espinharas para limitar-se às cabeceiras do vale do Piancó. Compreendia Patos, a área central do Estado — pleno sertão — integrado por muitos distritos que são hoje municípios, como Salgadinho, Santa Terezinha, São José de Espinharas, Gerimum, Quixaba, Passagem e Cacimba de Areia. Era o verdadeiro império do sertão paraibano. Como sede de zona eleitoral, Patos é o terceiro colégio do Estado e da maior importância política; sendo o primeiro, João Pessoa; o segundo, Campina Grande; e o quarto, Sousa.

Por aí se vê: o destino de Ernani Sátiro estava traçado.

O político absorveria, senão totalmente, mas fortemente, o literato, o advogado, o fazendeiro, 90º pelo menos.

Estudante da velha Faculdade de Direito do Recife, com atuação marcante na vida universitária, tendo sido Presidente do Diretório, integrante do grupo que mantinha a revista “Agitação”, de grande penetração não só aos círculos estudantis, mas, sobretudo, literários de Pernambuco, Ernani Sátiro logo se firmava entre valores intelectuais que tanta projeção deram à vida recifense, na década de 1930. Companheiro e contemporâneo de Otacílio Alecrim, Gil de Metódio Maranhão, Evaldo Coutinho, Aderbal Jurema, Eraldo Gueiros, Esdras Gueiros, Arnóbio Graça, Aloysio Afonso Campos, Paulo Gracindo, Nehemias Gueiros, Ernani Sátiro não se desvinculava, entretanto, da vida paraibana. A ancestralidade política falava bem alto à sua alma. Logo ingressou no seu “campus”, mal se formara e, ainda, calouro na vida forense. Bacharel em 1933, já em 1934, estava se empossando como Deputado Estadual Constituinte do Estado da Paraíba, de onde largou para uma vida política movimentada e de muito relevo, quer no plano estadual, quer no federal.

Chefe de Polícia do Estado, Prefeito da Cidade de João Pessoa — Governo Argemiro de Figueiredo — passou ao cenário nacional com as eleições de 1945, como Deputado Federal pela União Democrática Nacional. Toda a sua atuação na Câmara dos Deputados foi marcada com intensidade. Dos debates de plenário, às comissões da Legislação Social, Justiça e Orçamento, das quais foi membro dos mais distinguidos. Na vice-liderança de oposição, aos governos de Getúlio Vargas, Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek, Ernani Sátiro, emprestava todo o calor de um temperamento arrebatado por vezes, mas ao nível parlamentar alto que o levou mais tarde a Líder do Governo do Presidente Arthur da Costa e Silva. Juiz, no Superior Tribunal Militar e, em seguida, Governador da Paraíba, de 1971 a 1975, agora Ernani Sátiro não se deixa ficar na tranqüilidade de uma aposentadoria funcional, nem no equilíbrio de uma situação financeira sólida, escrevendo na imprensa da Paraíba e do Rio de Janeiro, como também de Brasília, com vitalidade e conhecimento, e num estilo inconfundível, polêmico às vezes no debate de temas políticos, crítico literário seguro e sóbrio na análise das publicações mais recentes de Gilberto Freire, Luiz Viana, Castelo Branco e Hélio Silva, etc.

QUE PERTO NÃO LHE PASSE, CAVALO COM ARREIOS...

E, no meio a toda esta atividade cultural, reservando boas manhãs, no Le-

blon, para leituras meditadas do que já se publicou e o que se vem publicando, atualiza-se, cada dia, no campo literário, sabendo dizer, sabendo narrar, sabendo apreciar, sabendo julgar.

Entretanto, não está à margem do que se passa na terra paraibana. Recebe jornais, diariamente, de telefone ligado, frequentemente, para Patos, João Pessoa e Campina Grande, entendendo-se com deputados, prefeitos, amigos e correligionários, Ernani Sátiro está de olho aberto às curvas do caminho. Costuma dizer que não é daqueles para “deixar o cavalo passar arreiado, sem pular na sela...”

É um bom aviso aos navegantes! Nem repousa o velho guerreiro, nem dorme o sono da glória do que já foi. Vivo e bulindo, Ernani Sátiro tem as vistas voltadas para os horizontes que não se limitam apenas nas aspirações de um mandato de deputado ou senador..., mas vão até aos umbrais da Academia Brasileira de Letras, cujo assento acha que lhe cai bem, juntamente quando chegar a hora do ócio com dignidade.

Não são poucos os homens públicos da Paraíba que em vilegiatura pelo Rio ou por Brasília, perguntam como quem não quer querendo, “o que o Ernani Sátiro pensa em fazer ou ser...” O que ele pensa em fazer ou ser, presume-se, mas não é difícil saber o que ele não quer, não deseja nem pechincha: remanso, com o capim crescendo à sua portai

AUTENTICIDADE

Paradoxalmente, Ernani Sátiro mesmo visceralmente político, não é homem de povo, no sentido demagógico a que tanto nos entregamos, que buscamos a popularidade fácil e que encaram a política não como arte, na expressão aristotélica, para exercê-la engenho, somente com a habilidade da prestidigitação psicológica.

De convívio não fácil, para os que o conhecem superficialmente, sem os salamaleques do agrado costumeiro, viril nas afirmações, ainda que desagradem os que lhe cercam, impõe-se, entretanto, pela sua autenticidade.

Contam-se fatos que já vão às raias da lenda, na divulgação maliciosa dos seus adversários políticos e até inimigos pessoais. Quem não os têm e até os chamados “inimigos íntimos”?

Saudando o Senador Jarbas Passarinho, na época Ministro da Educação e ingressando na Academia Brasileira de Letras, esqueceu-se por vezes que era Governador da Paraíba, falando mais o crítico literário independente, foi dizendo:

“Terra Encharcada não é um grande livro, mas não é uma obra acabada...”

Num almoço em João Pessoa, na praia de Tambaú, homenageado por tradicional família paraibana, com a feijoada cobrindo já o prato, ao ser convocado pela dona da casa - Presidente de uma Maternidade num município paraibano - para assegurar a ajuda financeira ao empreendimento, foi logo dizendo:

“Se soubesse que o almoço era para pedidos, não teria vindo. . .” Até o mar se encapelou!

No Clube dos Engenheiros, também em Tambaú, ao sentar-se à mesa para o almoço de homenagem, aceito o convite com o compromisso de não haver discurso, foi deparando com um dos circunstantes que já estava puxando a peça do bolso. Não titubeou:

"Com discurso, vou-me embora. . ." Guardou-se o discurso e a peixada continuou.

No aeroporto do Galeão, entre figuras da maior importância política da Paraíba, conversando com um e com outro, antes da convocação para a viagem, chamou dois amigos para um papo reservado. Uma alta figura, seu amigo dileto, reaproximou-se e foi logo ouvindo:

"Não amigo velho, com você já conversamos tudo e não há mais novidade. Deixe que aproveite o tempo com esses com quem ainda não conversei. . ."

O esquema do deputado federal Álvaro Gaudêncio era a sua candidatura a Prefeito de Campina Grande, Manoel Gaudêncio para o seu lugar na Câmara Federal e para deputado estadual na vaga que se abria com a ascensão de Manoel, iria Noaldo Dantas, Secretário de Divulgação e Turismo do Governo Ernani Sátiro. Vindo de Brasília num dos momentos de séria crise política, com o Presidente Médici vetando a candidatura de Álvaro Gaudêncio a Prefeito de Campina Grande, sem poder ou sem saber como começar a dizer da atitude frontal do Presidente da República, foi olhando para Noaldo Dantas, na presença de Álvaro, Manoel Gaudêncio, em jantar numa churrascaria carioca:

"Noaldo, você em hipótese alguma irá para a Assembléia Estadual. . ." Todos entenderam rápido e o Álvaro não foi candidato a Prefeito.

A um líder bem situado na política paraibana, em meio a uma das crises em série que ocorreram no seu Governo com o ex-ministro João Agripino, num almoço de muitos amigos, no Rio, foi dizendo:

"Você se tivesse mais caráter e mais capacidade de afirmação política, ampliaria suas bases com todo o meu apoio. . ."

Na eleição do General Ernesto Geisel para Presidente da República, achando-se em Brasília, estava na expectativa de uma bem lançada edição de *A União* (o órgão oficial do Estado) sobre o acontecimento, especialmente porque o novo Presidente havia começado a sua vida na Paraíba, onde tinha sido Comandante de uma Bateria de Dorso e Secretário da Fazenda. Veio a grande "barriga" *A União* publicando a notícia em primeira página, com o nome do General Ernesto Geisel trocando para Orlando Geisel. Repercussão negativa em toda a parte. Regressando a João Pessoa, logo no aeroporto, disse para o Secretário de Divulgação e Turismo, ao qual estava subordinada *A União*, que fosse ao Palácio imediatamente. Apresentando-se o Secretário, disse que precisava explicar e dar-lhe conta das providências. . . Não conseguiu terminar, pois o Governador já foi logo dizendo:

"Eu pensei que você já vinha-me trazer o seu pedido de demissão. . ." E foi demitido, mesmo sem pedido. . .

Quando Governador da Paraíba, recebeu o Diretor local da Polícia Federal que lhe vinha solicitar o avião do Estado para pesquisar contrabandistas no litoral. Respondeu que não podia dar por vários motivos, entre eles o de que o piloto era civil e contratado para missões pacíficas e ainda porque o avião era executivo também para missões pacíficas. O policial falou então em tom de quase censura, dizendo que era a Revolução que assim o exigia. A resposta foi fulminante:

“A Revolução aqui no Estado da Paraíba sou eu que a governo por indicação do Presidente da República e ratificação da Assembléia Legislativa do Estado”.

Por várias vezes recebeu do órgão de intervenção local, vetos sobre determinadas figuras a serem convocadas para a Administração ou sobre as que já exerciam funções públicas no seu Governo. Conhecendo bem a terra e as pessoas dos seus quadros dirigentes, nunca se intimidou e as manteve ou as nomeou livremente sem maiores aborrecimentos.

Numa oportunidade, quando a Reforma Agrária era assunto permanentemente em pauta nos conselhos de Governo e em toda a imprensa, numa mesa larga no restaurante Night And Day, no Hotel Serrador, entre deputados e jornalistas, disse em alto e bom som:

“Sou contra e neste problema como em muitos outros sou reacionário mesmo de verdade!”

O então deputado José Joffily, seu conterrâneo da Paraíba, louvou a atitude dizendo:

“Poucos homens sinceros como o Ernani Sátiro que não adula ninguém, nem corteja elogios nem quer ser bom moço, afirmando corajosamente o que é realmente.”

Agora mesmo, quando a palavra distensão está em todas, diz por escrito, fala aos amigos e não esconde o seu pensamento:

“Sou contra. Não conheço Revolução que se entregue aos adversários, pacificamente. Aos que se mostram surpreendidos comigo, lembrando-me que fui um liberal da União Democrática Nacional, respondo sempre que não tenho compromissos com o passado, pois o que vejo é o comunismo vencendo no Vietnã e botando a cabeça de fora no velho Portugal. Esse tal de Kissinger pode ser um gênio para o bate-papo internacional, mas a verdade é que não venceu até agora, uma só batalha na guerra fria. Não contesta, sempre cede...”

Diálogo áspero, contundente até, teve Ernani Sátiro com o Presidente Jânio Quadros, numa recepção no Palácio Alvorada, quando eram recebidos parlamentares. Em massa, a Arena, na época UDN. Um outro parlamentar do MDB, PSD no momento. Um deputado pessedista aproximou-se de Ernani Sátiro e pediu-lhe para levá-lo ao Presidente. Era só para um cumprimento.

Ao cumprimentar o Presidente, o deputado disse que ali estava só para esta cortesia, pois não tinha nada a pedir, a não ser a elevação de quotas de importação para o seu Moinho de Trigo.

O Presidente chamou José Aparecido, seu secretário, e disse-lhe:

“Tome nota, Aparecido, o que é o Congresso Nacional!”

Ernani Sátiro disse para o Presidente que aquilo não era o Congresso Nacional. Jânio insistiu para Aparecido tomar nota, quando Ernani segurando o braço de José Aparecido e em tom quase gritando e olhando firme para Jânio Quadros, disse:

“Não, José Aparecido, isto não é o Congresso Nacional, não é não, Aparecido! . . .

O Presidente Jânio Quadros se misturou a outros grupos e Ernani Sátiro nunca mais foi à Presidência da República.

Assim, é o Ernani Sátiro. Não guarda nada. Conveniência não é o seu forte. Sobretudo quando se trata de definições, de decisões, de pronunciamentos. Se fala alto mesmo, se fala para ser ouvido por quem queira ou não, se tem pulmões fortes, tudo isto é dele mesmo, do seu próprio temperamento, pois não é dos que preferem a derrota no silêncio, mas só se este o conduza à vitória. Entre guardar e perder, prefere ganhar sem guardar.

Considera-se, com muita felicidade para ele, confessa, a soma das virtudes e também dos defeitos, de duas tradicionais famílias sertanejas. Os Sátiro e Sousa, de Patos, descendente de portugueses, e os Ayres, do Piancó (Catingueira), de onde procedia sua mãe D. Capitulina Ayres Sátiro e Sousa. De Miguel Sátiro, diz ter herdado a sua possível vocação jurídica, política e literária, e de D. Capitulina, a também possível energia e resistência diante das dificuldades das lutas sertanejas. É — acrescenta ele — a união da “soberba do Piancó” com “a tranquilidade das Espinharas”. A guerra e a paz, numa concepção tolstoliana de vida.

O REALIZADOR

Por ser quem é, e com esse temperamento, evidente que Ernani Sátiro no Governo da Paraíba teria que ter opositores e muitos. Não só é um polêmico como não fica calado nunca, ainda que possa sacrificar jogadas cartas no futuro. Como político, cem por cento político, a sua candidatura teve adversários que o julgavam só e exclusivamente político e afirmavam que no Governo — numa época de planejamento e de tecnicismo — não se ajustaria às demandas sócio-econômicas, mergulhando no poço do compadrio político. Hoje, ainda os mais rancorosos adversários, reconhecem que fez bom Governo. O ex-governador João Agripino, seu adversário impenitente, entre as críticas mais contundentes ao seu companheiro da Arena, reconhece que ele fez muito pela Paraíba, queixando-se justamente do contrário do que poderia se esperar de Ernani Sátiro, não prestigiar todos os correligionários paraibanos.

Um homem como Celso Mariz, com 90 anos e uma das inteligências mais lúcidas e mais esclarecidas da Paraíba e que nunca se deslumbrou por Governos nem em Governos, disse dele:

“Movimentadíssimo e brilhante foi este período governamental de Ernani Sátiro, a findar, na Paraíba. Aliás, de inegáveis relevos tem sido toda a sua longa carreira pública.

Começou defrontando adversários igualmente fortes em pugnas eleitorais de Patos. Deputado à Assembléia Legislativa, Prefeito e Chefe de Polícia em sua fase inicial no Estado, já formou essas iniciativas, exerceu aquele mandato e ocupou os outros cargos com arrojo, inteligência e capacidade. Nosso representante da Câmara Federal, eleito em 1945, estava filiado à União Democrática Nacional, a famosa UDN de orientação oposicionista, que vinha de Otávio Mangabeira, Eduardo Gomes e José Américo e se prolongava com Afonso Arinos, Prado Keley, Baleeiro, Pedro Aleixo, José Agripino e outros desse escalão intelectual e moral. Ernani não tardou a aparecer nesse grupo, nos debates, naquela casa do Congresso e na movimentação do grande partido, de que foi, com o tempo, secretário geral e presidente. Mais tarde, com a Revolução de 64, foi o líder parlamentar da maioria e do governo Costa e Silva.

Essas posições, só por si, indicavam caráter, lucidez política, inteligência e dotes de bom orador. Por outro lado, as finas qualidades de espírito o levariam cedo a derivar com sucesso, para a imprensa e as letras, para o jornal, o romance e a poesia. Gêneros todos em que tem conquistado louvores de gente como Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Armando Fontes, Virgínius da Gama e Melo, Adonias Filho, Wilson Marins, Temístocles Linhares, Sergio Millet e outros de repercussão nacional.

Afeito ainda ao estudo e conhecimento do Direito e da Jurisprudência pátria, aceitou ser Ministro do Superior Tribunal Militar, magistratura em que se aposentou para volver ao antigo campo, seu predileto, da competição política.

Culminando suas conquistas com o Governo da Paraíba, exerceu o mandato sob grande trepidação política e de trabalho. Veio armado, por todas as forças que o escolheram, de todos os poderes de direção e entendeu de os fazer válidos desde a primeira hora em programa própria e ação a que impunha também o seu cunho pessoal. Não se resguardou, não fugiu dos choques, que sobreviveram, antes alguns os terá provocado sob o fundamento de auto-defesa e previdência. O seu período foi assim todo cheio de casos que lhe vieram dividir as forças de apoio dentro de seu próprio partido. Lutou contra várias frentes, a da dissidência da ARENA, a da oposição emedebista e também a dos que não compreendiam ou de qualquer modo se diversificavam na imprensa ou entre o povo. Reagiu diante ou contratado que lhe pareceu afetar a personalidade, diminuir-lhe a liderança, obscurecer-lhe e esforço em benefício do Estado. Sua coluna "Sempre aos domingos" na "A União" foi um posto em que, afora as fugas de seu gosto para a literatura, noticiava, explicava, rebatia, vibrantemente, aos ouvidos do público. Considera ter vencido todos os golpes e óbices, mantendo a sua cerviz erguida, provando os resultados de sua atuação de administrador, influenciando na escolha de seu substituto, elegendo seus candidatos preferidos nas últimas eleições.

Dado o seu temperamento abundante e extrovertido que à primeira vista se afigura de pressa à irreflexão, surpreendeu nele a capacidade de admi-

nistrar e produzir. Aí está, entretanto, um acervo fantástico de obras, abrangendo todos os quadrantes do território e todos os setores da vida do Estado. Hospitais, colégios, quartéis, estradas, eletrificação, barragens.

Vindo para o governo, após o período “diferebte”, dinâmico e fecundo de João Agripino, que deixara atrás como lastro de ouro a BR-230, o Anel do Brejo e o Hotel Tambaú, avultando ainda no falado milhar de obras menores não eram pequenos o desafio e a responsabilidade que se lhe depararam.

Ernani não desprezou o exemplo, passando a agitar a imaginação e o desejo próprios, multiplicando-se no empenho de conquistar mais recursos do Estado e de créditos, ajudas e convênios da União e do exterior para realizar o máximo que pudesse nos anos de sua gestão. Daí como exemplos principais, a Redenção do Vale e as pequenas redenções vicinais e de ligação, o prédio da Assembléia, as adutoras, as centrais de abastecimento e os estádios de João Pessoa e Campina, o Centro de Estudo de Solo, de Areia, e o esplendoroso Centro Administrativo, edifícios monumentais para instalação total das repartições pública, que há dias se inaugurou na Capital.

A crítica não o pouparia como nunca poupou a quem quer que se salientasse na vida. Crítica nem sempre baseada em observações sensata de interesse público ou em diferença respeitáveis de critérios, planos, opiniões e sim muitas vezes por impressões ligeiras, inconcontentamentos pessoais ou apaixonada visão. Nada com força de abater ou empanar e conjunto de suas realizações que ficará registrado como contribuição das mais dinâmicas, eficazes e brilhantes ao desenvolvimento da Paraíba.

Mas Ernani que por esses dias deixa o Palácio da Redenção pode partir tranqüilo. Os aplausos são maiores que objeções e as injustiças. A Paraíba isenta não lhe nega as nobres qualidades pessoais nem os incontáveis serviços de governo. Este reconhecimento crescerá com a perspectiva serena que não tarda. Assim, também partirá Antonieta, a esposa nobilíssima e personalidade simples, modesta e singular que só estima, simpatia e respeito inspirou como primeira dama”.

PROBIDADE

O Tribunal de Contas do Estado, órgão composto das melhores e mais dedicadas figuras ao agripinismo da frente arenista paraibana, aprovou todas as suas contas, unanimemente.

E não poderia ter sido diferente. Probo, moralizado, zeloso pelo bem público e ainda por cima rico de nascimento, de atividades e de parcimônia nos gastos pessoais, com família criada e bem criada, manteve no Governo da Paraíba aquela tradição acentuada por José Lins do Rego:

“Não se conhece a figura do malversador entre governantes paraibanos!”

Ainda agora, chovem escândalos aqui e ali, uns verdadeiros, outros imaginários, na Paraíba nem chuva nem neblina, é sol limpo, sol terra feliz cujo slogan turístico é: “Visite a Paraíba, onde há doze meses de sol...”

E o que ficou deste administrador, de pedra e cal, nem a ação do tempo derruba e nem a crítica demolidora dos homens acaba. São dois estádios de

futebol (João Pessoa e Campina Grande); é o Centro Administrativo de João Pessoa, centralizando toda a administração; são hotéis por vários municípios; quartéis da Força Policial; centrais de abastecimento (João Pessoa e Campina Grande); ginásios e outras unidades escolares pelos municípios; ampliação do abastecimento d'água da Capital; duplicação de esgotos sanitários em 12 cidades paraibanas; pavimentação das estradas Patos-Piancó-Itaporanga, Cajazeiras — Antenor Navarro, Itabaiana — BR-230; adutora do abastecimento d'água de Campina Grande; eletrificação rural; centro de pesquisa do solo, em Areia.

SALÁRIO MORAL

Quem não confiava no político, agora acredita no realizador, cujo julgamento mais sereno, apontará seu nome para resguardo na história, num futuro bem à vista, antes o que já se começa a se dizer dele. Outro dia, num joguinho local, no estádio de João Pessoa, Treze e Botafogo, a renda foi a duzentos e setenta mil cruzeiros. No passado, em campos de futebol pobres, pequenos e desconfortáveis, a maior renda não chegava a vinte mil cruzeiros...

E a justa vaidade do pessoense cresce, como a dos campinenses que não tinham onde colocar um "Treze" para brilhar, em gramados da terra, perante um clube de fora. Crescem vaidade e entusiasmo, alcançando-se no meio desses sentimentos, o seu realizador.

Na verdade, o grande salário moral é aquele que é pago pela admiração do povo. Se este tem memória fraca, como já se disse por aí, não é tão fraca para esquecer um João Pessoa que, ainda hoje, desperta tumulto, só com os arreganhos dos que não souberam esquecer as lutas do passado, em favor de uma massificação isenta dos que realmente fizeram e escreveram a sua história.

O ROMANCISTA

Sobre Emani Sátiro romancista, prefiro fazer minhas, as vozes dos maiores, no plano da literatura brasileira. São vozes autorizadas e da maior expressão, romancistas de gabarito e críticos literários de categoria primeira. Aqui estão:

"... Emani Satyro, feliz autor desse livro belo e claro que é O QUADRO NEGRO, que já li três vezes, e sempre com prazer maior. Adorei Maria Augusta, adorei o Mourisco Solertíssimo. Felicito o autor com entusiasmo e alegria".

JOÃO GUIMARÃES ROSA

"O QUADRO NEGRO" não me pareceu apenas um romance a mais, entre tantos outros, mas uma obra literária em que o dom de fixar o mundo exterior se alia a uma fina percepção do mundo interior, resultando daí uma impressão de verdade artística. Personagens e meio são vivos, e, como a composição equilibrada, recomendam o escritor, a quem felicito com a maior simpatia intelectual".

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

"A grande força deste romance está nos homens nas suas paixões, nos seus gestos, nos seus impulsos. As figuras que Sátyro nos grava vão ficando conosco. Só o Juiz Adriano, admirável retrato, nos dá o grau da força criadora de ERNANI SÁTYRO".

JOSE LINS DO REGO

"Todos os fuxicos, as encencas que se armam dos pequenos egoísmos de cada um, os melindres que se geram das pequenas vaidades, as maledicências em que se desafogam as imaginações contrafeitas pela rotina de uma vida sem horizontes da vida, tudo o autor retrata em episódios de uma invenção por vezes maravilhosa".

OLÍVIO MONTENEGRO

"O QUADRO NEGRO nos fez esperar e desejar a publicação de outras obras de ERNANI SÁTYRO, pois ele demonstrou saber manejar a arte do romance e deu uma boa prova de que encara com seriedade a missão de recriador de vidas, que Deus lhe confiou".

ARMANDO FONTES

"Nem a aventura, nem a tentativa. É um escritor que escreve, e que escreve um romance. E, desde agora, não se pode mais falar de romance brasileiro sem falar em O QUADRO NEGRO, para dizer o que ele vale. Esse romance, muito mais humano do que telúrico, surge com um destino cujas dimensões ultrapassam as visões atualistas de muitos de seus críticos de hoje".

MAURO MOTA

"Temos, com ERNANI SÁTYRO, um raro criador de tipos. Foi com entusiasmo que conclui a leitura de O QUADRO NEGRO".

ADONIAS FILHO

"Com o romance do Sr. ERNANI SÁTYRO, parece caracterizar-se definitivamente na literatura brasileira uma evolução de que fui o primeiro, segundo penso, a indicar os sinais: trata-se do que se poderia chamar a "universalização do romance regional".

WILSON MARTINS

"Não foi sem forte dose de prevenção que começamos a ler o romance O QUADRO NEGRO do Sr. ERNANI SATYRO, deputado que agora se revela romancista. E coisa surpreendente, romancista autêntico. Romancista tão bom que as suas qualidades e merecimentos de deputado, reconhecidas até aqui, estão correndo o risco de parecer ou ser abafados".

TEMÍSTOCLES LINHARES

"ERNANI SATYRO escreveu com elegância, numa língua sóbria e preciosa. Nunca desce a concessões demagógicas, nunca se entrega a esse sentimentalismo fácil, comum em nossos romances regionalistas, inclusive em alguns dos melhores autores".

SÉRGIO MILLET

O PENSADOR

A síntese sempre foi expressão de inteligência, resumindo, em poucas palavras, teses e conceitos filosóficos. O poder de síntese revela profundidade de conhecimentos, experiência, cultura.

Colhi de Ernani Sátiro, frases que muito significam e bem expõem o homem de letras, ainda que nas roupagens de político, do jurista e do tribunal.

Não foi sem razão, o marechal Castelo Branco, ainda na Presidência da República, dedica-lhe "Iracema", em edição comemorativa de luxo, nestes termos:

"Amigo Deputado Ernani Sátiro — Estive em Fortaleza para, entre outros atos, assistir ao lançamento desta edição comemorativa de IRACEMA.

Penso que este exemplar trazido por mim está bem entre suas mãos, as de um autêntico escritor nordestino e destemido homem público brasileiro. 7-7-65".

Dos seus pensamentos soltos aqui e ali temos:

"Ninguém faz ninguém. Ninguém destrói ninguém. O mais que se pode fazer é ajudar ou prejudicar".

"Pensamento e forma são como corpo e alma. Só sabemos dizer o que realmente temos a dizer".

"Minha estrela pode não ser brilhante, mas é constante".

"Os sofrimentos de uma campanha eleitoral são como a dor do parto. No dia seguinte ao pleito, os políticos dizem como as mulheres: nunca mais! Pouco tempo depois, já estão em plena atividade, preparando-se para novas fregas. A dor foi esquecida".

"Na mais pequenina réstea nós vemos inteira a face do sol".

"O juiz não é um escravo da lei. Ele está condicionado pelo Direito, que quase sempre rompe as linhas limitadas da lei".

"Tudo quanto faço na vida é com os meus nervos e meu sangue, minha sensibilidade e minha inteligência. Em suma, com todo o meu ser".

"Quando perco uma eleição, não apresento desculpas, quando ganho não as aceito. Só existem duas classes, depois de uma batalha, como de uma eleição: ganhadores e perdedores, ou sejam vencedores e vencidos".

"Grande é a vida. O que parece ter grandeza, depois da morte, ainda pertence à vida".

"Quando temos dúvida sobre se estávamos dormindo ou acordados, determinado momento, podemos ficar certos de que dormíamos. Do contrário, nós estaríamos lembrados".

"O livro ou o trabalho que escrevemos, depois de publicados, não é mais nosso. É como o filho emancipado: não mandamos mais nele".

"Não aceito o cangaceiro como símbolo do homem nordestino. Se querem uma figura simbólica, eis o vaqueiro. Ali está o nosso avô, o nosso pai, o nosso irmão, o nosso amigo. O cangaceiro deixou de pertencer à família".

O POETA

Para completar uma biografia, faltava-me conhecer, no Ernani Sátiro, o poeta. E estas poesias me vieram através do livro de Manoel Bandeira, "Antologia de Poetas Brasileiros Bissexto Contemporâneos". É o próprio Manoel Bandeira que diz no prefácio: "aparece esta antologia em formato de bolso, trazendo aos leitores as surpresas de encontrarem nela os nomes de Armando Fontes e Ernani Sátiro, famosos pelos seus romances, mas inusitados como capazes de escrever poesias. Pois são bons bissextos, como se verá aqui, e não duvido nada que passem a contumazes..."

Destacam-se neste livro de edição esgotada, o poema *Recife*, onde Ernani Sátiro canta a velha cidade, de todos nós nordestinos que a tinham como a capital cultural da região, da rua da Aurora das pensões de estudante, dos *Jornal do Comércio* e *Diário de Pernambuco*, rio Capibaribe, do luar de Olinda.

Para uma amostra, aqui vão dois dos poemas de Ernani Sátiro, catalogados na antologia de Manoel Bandeira:

A HORA DA MORTE

Pavor.

Mas não é da morte — é da Hora da Morte.

É por isso que te peço, ó Morte,

Que venhas quando quiseres,

De noite ou de dia.

Mas não me deixes nunca pressentir a Chegada.

O medo é da Hora.

Não é do teu mistério, Morte,

Que o mistério da vida é maior.

O que eu temo é a Hora — o ar das pessoas na Hora da Morte.

Tu primeiro te apoderas das testemunhas,

Que aceitam e começam a ser cúmplices.

Tu desanimas e abates os que assistem

Para então desferires o golpe

Vem, antes ou depois.

Na Hora da Morte, não!

LOUVAÇÃO DE MARIA

Maria, simplesmente Maria.

Nem do Carmo, nem das Dores,

Nem da Luz e nem da Guia.

Só Maria!

Nem do Céu e nem de Lourdes,
Nem sequer da Conceição
Simplesmente só Maria:
— O resto é no coração.

Simplesmente Marial
Nem Maria Anunciada
Nem Maria Aparecida.
Só Maria, sem mais nada,
Só Maria, toda a vida.

Só Maria,
Mas, Maria noite e dia.

FALANDO FRANCAMENTE

De Emami Sátyro, o amigo leal que chama os seus companheiros de “amigo velho”, vieram respostas bem concisas ao questionário de rotina que dá corpo a este livro.

Leia-se. Todas elas são espontâneas e sem outros comprometimentos senão com a verdade.

Falou.

RUMO AO RIO

1 — Vim para o Rio de Janeiro em 1946, como deputado federal constituinte, quando da chamada reconstitucionalização do Brasil. Viera à antiga Capital do País outras vezes, a passeio ou a serviço da minha profissão de advogado.

2 — Devo confessar, sem modéstia nem vaidade, antes com espírito de verdade, que me senti bem em todas as funções públicas que exerci, a começar pela de advogado, que não deixa de ser uma função pública, ou um múnus público, dado o seu relacionamento com a justiça, de que é, não por eufemismo, mas, de fato, auxiliar. Tenho repetido muitas vezes que tudo quanto faço é com os meus nervos, e meu sangue, o meu espírito — com todo o meu ser.

Assim, com o mesmo entusiasmo, fui advogado, deputado estadual, chefe de polícia, prefeito (embora por poucos dias), deputado federal, ministro do Superior Tribunal Militar, vice-líder, secretário geral, líder e presidente da União Democrática Nacional, presidente do Bloco Parlamentar Revolucionário, líder do Governo e da Arena, Governador do meu Estado. Creio que a todos esses cargos dei o melhor de minhas energias, estudando, atuando nos setores cabíveis, falando escrevendo, proferindo pareceres ou votos. Também sempre exerci atividades na imprensa, embora não como profissional, e sim como colaborador.

Escrevi também meus romances, ensaios literários, crônicas ou artigos da mais diversa natureza. Tudo isso faz parte de minha vida pública, no seu mais amplo sentido. Fica, pois, bem esclarecido, que sempre estive em quanto fiz

nos meus erros, nos meus acertos, nas decisões, nas indecisões, nos arrebatamentos como nas horas de não rara serenidade.

PAIXÃO PELO EXECUTIVO

Perguntando, porém, de todas essas facetas da atividade pública, qual a aquela em que mais me integrei, não hesito um só instante: Foi no governo. Chego a adiantar que o político que não exerceu o poder executivo, não se realizou. Pode ter brilhado na tribuna, na imprensa, na diplomacia, na cátedra, no pretório. Mas não plantou, não cavou a terra, não semeou, não levantou paredes, não aprisionou águas, não libertou populações através das estradas, não construiu escolas, não levantou hospitais. O executivo é o senador, embora muito do que plantou venha a ser colhido por outros. Isso não importa. É lei da vida. Governo é continuidade, embora cada um prossiga renovando, com o seu tom próprio, com a marca da própria personalidade.

OS MAIORES

3 — Conheci muitos, ao longe. Outros, de perto. Fui ou ainda sou amigo pessoal de alguns. Essas comparações são defíceis, porque há muito subjetivismo no julgamento. Em alguns aspectos, por exemplo, o maior foi Castelo Branco, em outros, Rodrigues Alves, e assim por diante. Não posso esquecer Costa e Silva, pelo muito que lhe devo, pelo muito que vi e admirei no seu imenso coração. Se tenho, porém, que eleger um, como a expressão maior de minha admiração, não hesito: é Epiácio Pessoa. Desde menino que lhe venero o nome. Era amigo de meu pai. Tenho diversas cartas dele, dirigidas ao cel. Miguel Sátiro e Sousa, deputado estadual e chefe político do município de Patos. Mas não é só por este laço afetivo que admiro Epiácio. Sempre apreciei nele o nordestino, identificado com os problemas de seu povo, o orador, o jurista, o polemista, o homem bravo, o chefe de família, o cidadão pobre e honrado. O que fez pelo Nordeste, embora não tenho a sorte de concluir as obras, só isso vale por uma legenda. Tudo isto, que agora digo em resumo, está mais bem exposto no prefácio que escrevi para o "Pela Verdade", na coleção das obras completas de Epiácio, editadas pelo Instituto Nacional do Livro.

O CONSPIRADOR

4 — Foram muitos. Não vale recordá-los. Pertencço a uma geração — se é que cabe a palavra, de que não gosto de abusar — pertencço a uma geração que assistiu a quase todas as crises da República, exceptuadas as primeiras ou sejam as da implantação e consolidação. Assim é que, menino embora, porém já sabendo ler, recordo os levantes de 22 e 24. Acadêmico, participei da campanha da Aliança Liberal e fui pelo menos testemunha da Revolução de 30, já que, tendo feito discursos, não peguei em armas. Fui partidário da Revolução Paulista, em 1932. Deputado estadual opositorista, tive meu mandato truncado em 1937. Queda de Getúlio, volta e suicídio de Getúlio. Queda de Café Filho e Carlos Luz, Governo Juscelino, construção de Brasília, eleição e renúncia de Jânio Quadros, regime parlamentar, plebiscito, governo (ou des-

governo) de João Goulart, Revolução de 31 de Março de 1964, os Atos Institucionais, trepidação do Congresso Nacional. Será possível, com exatidão, fixar, em todo esse mural histórico-político, o episódio mais marcante, mais expressivo? Para mim é difícil. Em muito disso, com atuação maior ou menor, fui parte. No segundo ou no terceiro pleno, estive presente a muita coisa. Poderei dizer, no entanto, que minha maior emoção política foi e continua a ser a Revolução de 1964. A ela permaneço fiel. No que de mim depender, nunca mais entregaremos o poder a nossos inimigos, que tanto podem estar no MDB quando na Arena. Hoje, mais do que nunca, as sombras do comunismo ameaçam o mundo. Não podemos encarar os problemas do mundo com o espírito liberal de 1945, quando tivemos de varrer uma ditadura pessoal. Praticar o liberalismo, o estado de direito, a abertura preconizada por muita gente — uns, maliciosos, outros, inocentes úteis, poucos, sinceros, seria escancarar as portas ao inimigo. Sou, pois pela permanência da Revolução, com abertura, sem abertura, com segurança e desenvolvimento. Esta é a minha posição, de que me não afasto.

PARAIBA, BERÇO DE GIGANTES

5 — Epitácio. No entanto, outros grandes nomes devem ser mencionados, como João Pessoa, José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo, Oswaldo Trigueiro, Ruy Carneiro. Para falar nos mais antigos, da chamada primeira República, evocarei Venâncio Neiva e Álvaro Machado. De um modo geral, foram dignos e operosos os paraibanos que dirigiram os nossos destinos. Os dois últimos não conheci pessoalmente.

ALMA LITERÁRIA

6 — Sempre senti, desde menino, irresistível atração para a literatura. O primeiro livro que li foi “Iracema”, de José de Alencar. Certa vez falei sobre isso ao Presidente Castelo Branco, numa das várias vezes que almocei com ele, no Palácio Alvorada. Isto me valeu, meses depois, a dedicatória que aqui transcrevi.

Gosto de ler ficção, poesia, ensaios literários. Pelo meu curriculum pode ver-se qual tem sido a minha atividade literária, exercida ao longo de toda a minha vida, senão com dedicação exclusiva, pelo menos com certa constância, ao lado da advocacia, da política, do mandato legislativo, da judicatura, do exercício do poder executivo. Mesmo como Governador, mantive, durante quase todo o meu governo, uma seção semanal em “A União”, órgão de certo modó oficial do Estado. Esses artigos eram freqüentemente publicados, no todo ou em resumo, em outros diários da Paraíba, e lidos na Rádio Tabajara.

Os críticos de minha obra literária nela descobrem acentuada influência de Machado de Assis. Mas, sobre essa questão de influência, melhor podem falar os outros que os próprios autores. Fui realmente um devorador da obra de Machado de Assis. Tenho suas obras completas. Creio poder dizer que li praticamente tudo quanto dele saiu em livros. Também li muito Eça de Queiroz,

Aluizio Azevedo. Tenho igualmente as obras completas de ambos. Até um certo tempo, podia dizer que raro era o escritor brasileiro, de real presença na literatura, que eu não conhecesse, pelo menos em parte. E muitos estrangeiros. Hoje, isso é impossível, principalmente para quem não dispõe, nem de tempo, nem da mesma capacidade de leitura. Também gosto muito de História, principalmente da Paraíba, de biografias e memórias. Em princípio, considero que não existe gênero melhor do que um outro. Todos são válidos. Em matéria de memórias, por exemplo, tenho dito mais de uma vez que a importância, o valor da obra está no que vem de dentro para fora, e não de fora para dentro. Quero dizer — o que vale é a qualidade do memorialista, seu mérito de artista, e não o repositório de fatos e testemunhos que possa trazer. Isso, é claro, em termos literários. Os outros memorialistas, não escritores, não artistas, pertencem a mais ao domínio da História, e não da literatura. Como grandes memorialistas, artistas da palavra escrita, poderia citar Joaquim Nabuco, Gilberto Amado, Afonso Arinos e Pedro Nava. Isso não implica em ignorar outros de valor.

Também senti pendor pelo Direito, especialmente penal, civil e constitucional. Não gosto de direito tributário nem de direito trabalhista a não ser, neste, daquilo que tem de comum com o direito civil, e não é pouco. O mesmo digo do direito comercial.

Pratiquei a advocacia com entusiasmo e amor. Fui, durante alguns anos, senão um grande advogado, pelo menos um advogado atuante, dedicado e pontual. Só me lembro de ter perdido prazo uma vez, e isso mesmo por motivo inteiramente estranho à minha vontade, ou seja, ausência forçada por perseguição política. Advoguei de preferência no civil e no crime. Tive como companheiros, ou adversários, no foro de Campina Grande, Patos e outros municípios, os maiores advogados da época, na região: Argemiro de Figueiredo, Acácio Figueiredo, José Pinto, Otávio Amorim, Ascendino Moura, Hiaty Leal, Napoleão e outros. Minha atividade profissional, na capital do Estado, foi muito pequena. Lembro-me de uma defesa que fiz no júri ao lado de Antonio Botto de Menezes.

Durante os meus quase 24 anos de deputado federal, não fiz advocacia profissional, mas fui muitas vezes à tribuna dos Tribunais (O Supremo, o Tribunal Superior Eleitoral), em defesa de amigos ou de causas da União Democrática Nacional. Durante muitos anos fui delegado desta junto ao TSE.

7 — Afastei-me da Paraíba, como se sabe, no dia 15 de Março, quando o transmiti o exercício do cargo de Governador ao ilustre paraibano e meu prezado amigo Ivan Bichara Sobreira.

8 — Muitos e muitos. A maior parte ficou pelo meio do caminho. No primário, no ginásio, no próprio curso superior. Citei apenas um, que foi amigo e confidente, enquanto viveu. Fomos colegas e amigos desde o Colégio Pio X, Liceu Paraibano, até o último dia de sua vida. Formamo-nos juntos, na Faculdade de Direito do Recife. Advogamos juntos. Fomos, reciprocamente, padrinhos de casamento. Deixei-lhe muitos serviços. Presei-lhe alguns. Guardo-lhe

o nome como símbolo de uma amizade sem estremecimentos, sem invejas, sem negação de São Pedro ao canto do galo: Ascendino Virginio de Moura.

TEMPERAMENTO DE LUTA

9 — Não posso nem devo destacar nenhum serviço prestado à minha Pátria. Já afirmei, mais de uma vez, inclusive neste depoimento, que tudo quanto faço, é como todo o meu ser. Sempre procurei servir bem ao interesse público, em todos os meus cargos ou mandatos. Sei que errei muito. A consciência não me acusa, porém, de jamais ter praticado qualquer ato de maldade contra ninguém. Se a muitos ofendi, foi no fragor da luta, sempre pela frente, com o vigor ou mesmo a violência exigidos pelo combate. Também nunca fiz nada que pudesse ser acoimado de atentatório aos princípios da honestidade e da probidade. Falam muito de meu temperamento. Agradeço a Deus o temperamento que tenho. Nunca me levou a cometer um desatino, a sacrificar um interesse público, a perder uma causa. Os meus erros não são frutos de meu temperamento, e sim da própria limitação de minha capacidade intelectual e de meus conhecimentos.

Não me considero um homem realizado. O homem realizado é um homem vencido. Se não posso mais ter ambições, ainda tenho aspirações. Só deixarei de lutar por alguma coisa, quando morrer, ou quando não tiver forças. A Pátria, o trabalho intelectual, a família, os amigos, tudo isso são motivos para estarmos sempre em atividade, cada um de acordo com a sua vocação.

CURRICULUM

ERNANI AYRES SÁTYRO DE SOUSA, nascido em Patos, Paraíba, a 11 de setembro de 1911, filho de Miguel Sátyro de Sousa, antigo chefe político e deputado estadual e Capitulia Ayres Sátyro e Sousa. Casado com dona Antonietta Sátyro, de quem tem três filhos, todos bacharéis em Direito: Berthodo Sátyro, Silede Sátyro de Sá Ribeiro e Gleide Sátyro Sales. Tem 7 netos.

CURSOS

Fez o curso primário na cidade de Patos, sendo seus professores, entre outros, Maria Nenes, Alfredo Cabral, Rafael Correia de Oliveira e Renato Alencar. O curso secundário foi feito no Colégio Diocesano Pio X e Liceu Paraibano. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 7 de dezembro de 1933.

CARGOS E COMISSÕES

Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, em 1933; Deputado Estadual Constituinte, na Paraíba, eleito em 1935; Advogado militante até quando foi eleito Deputado Federal; Chefe de Polícia, na Paraíba, de 1939 a 1940; Prefeito de João Pessoa, em 1940; Deputado Federal eleito em 1945, para a Assembléia Nacional Constituinte, conservando o mandato, ininterruptamente, até assumir suas funções no Superior Tribunal Militar. Na Câmara dos Deputados pertenceu às Comissões de Legislação Social, Justiça, Orçamento, Polígono das Secas, além de outras comissões especiais. Na

União Democrática Nacional, a que pertenceu como fundador, até a sua extinção, ocupou os seguintes postos: Membro do Diretório Municipal de Campina Grande, do qual foi Vice-Presidente; Membro do Diretório Regional da Paraíba e do Diretório Nacional; Vice-Líder, Secretário-Geral, Líder e Presidente do Partido Nacional. Líder do Governo e da Arena na Câmara dos Deputados. Foi o primeiro Presidente do Bloco Parlamentar Revolucionário, em 1964. Delegado da União Democrática Nacional perante o Tribunal Superior Eleitoral, durante muitos anos. Delegado do Brasil à Conferência da O.E.A., realizada no Rio de Janeiro, em 1965. Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Membro e Presidente da Comissão Julgadora do Prêmio Ficção Governo do Distrito Federal, da Fundação Cultural do Governo de Brasília. Presidente da antiga Comissão Especial de Reforma Eleitoral, da qual era redator o deputado Gustavo Capanema, então líder do Governo. Membro da Comissão Especial de Reforma do Código Penal Brasileiro, na qualidade de Relator do Direito das Coisas. Orador Oficial dos intelectuais brasileiros, no banquete comemorativo do 80º aniversário de nascimento de Gilberto Amado, realizado no Rio de Janeiro, em 1967. Foi, durante muitos anos, seguidamente colocado, por votação dos arenistas de imprensa do Brasil, entre os dez (10) melhores deputados brasileiros. Ministro do Superior Tribunal Militar por Decreto de 25 - D.O. de 22.04.69. Posse e exercício em 09.05.69. Membro da Academia Brasileira de Letras, tendo como patrono José Lins do Rego. Membro da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Paraíba.

TRABALHOS PUBLICADOS

“O Quadro Negro” e “Mariana”, romances editados pela Livraria José Olympio Editora. Discurso sobre o poeta e escritor paraibano Carlos Dias Fernandes, quando da posse na Academia Paraibana de Letras. Publicou, em plaquete, vários trabalhos forenses, destacando-se: “O Novo Conceito da Legítima Defesa”, trabalho esse elaborado logo após o Código Penal de 1940. Colaborou em vários jornais e revistas do país. Dez poemas seus figuram na “Antologia Brasileira de Poetas Bissexto Contemporâneos”, de Manoel Bandeira. Autor de ensaios sobre Cervantes, Rousseau, Dickens, Machado de Assis, José Lins do Rego, Luiz Jardim e outros, publicados em suplementos literários e revistas especializadas, no Rio de Janeiro. Tem três livros inéditos: “Dia de São José”, romance; “O Canto do Retardatário”, poemas; “Passagem pelo Superior Tribunal Militar”. Publicou o seu primeiro trabalho literário na Revista Pío X, de que era Diretor o Padre José Coutinho, no ano de 1924, mediante concurso, em que tirou o primeiro lugar. É autor do prefácio das Obras Completas de Epitácio Pessoa, editadas pelo Instituto Nacional do Livro, mediante projeto de lei de sua autoria e do Deputado Adroaldo Mesquita da Costa, encontrando-se seu estudo no volume “Pela Verdade”. Como Governador mantém uma coluna dominical no Jornal “A União”, em que versa sobre assuntos políticos, administrativos e literários. Conferências perante o EMFA, João Pessoa, 1972, e a ADESG, João Pessoa e Campina Grande,

1972 - 1973, respectivamente.

CONDECORAÇÕES

Medalha do Mérito - Militar; Medalha do Mérito - Aeronáutica; Medalha de Pacificador (Exército); Medalha Santos Dumont (Aeronáutica); Medalha Tamandaré (Marinha); Cidadão da Cidade de João Pessoa e Campina Grande (decisões unânimes); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar. Doutor Honoris Causa pela Universidade Regional do Nordeste, de Campina Grande.

Empossado no cargo de Governador do Estado, em 15.03.1971.

FELICIANO DOURADO

“Na época colonial, destacaram-se na Paraíba, Vidal de Negreiros, Arruda Câmara e Feliciano Dourado, cujo nome é pouco conhecido dos nossos historiadores, não obstante o relevante papel que desempenhou na metrópole portuguesa como emissário de El-Rei, junto às embaixadas da França, Holanda e do próprio Vaticano. Seu trabalho poderia iniciar com o nome deste ilustre paraibano, de inteligência privilegiada e grande saber”.

(Trechos da carta dirigida ao autor, por Wilson Nóbrega Seixas, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).

Em “Paraibanos Ilustres”, Liberato Bittencourt assinala que se trata de um diplomata de grande saber. Focaliza-o como nascido no primeiro quartel do século XVII, com as primeiras letras na Paraíba e, por fim, doutorando-se na Universidade de Coimbra. Registra a sua indicação como representante de Portugal na Holanda e como Secretário da Embaixada na França, dizendo textualmente que era “grande na inteligência e de saber profundo, pleno de virtudes máximas e diplomata de grande mérito”.

Do livro “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, do Beneditino D. Domingos do Loreto Couto, publicado pela Biblioteca Nacional em 1903, nos seus Anais, sob a direção do Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva, obra escrita, entretanto em 1700, encontra-se amplo registro sobre Feliciano Dourado. Talvez seja o que melhor e mais completo se escreveu sobre ele, que tendo vivido no estrangeiro quase toda a sua existência, não andou presente aos historiadores oficiais.

Vale assim a pena, transcrever na íntegra o que D. Domingos do Loreto Couto Diz.

Aqui está:

“85. O Doutor Feliciano Dourado, natural da cidade da Paraíba, foy filho do doutor Gaspar Fernandes Dourado, e de sua primeira mulher D. Isabel Nunes de Bulhões, filha de Amador Velho de Bulhões, e de sua mulher D. Catharina de Mello de Miranda, pessoas de qualificada nobreza. Ao esplendor do nascimento correspondeo a perspicácia do juizo, admirando-se já na tenra idade o talento, com que se fez venerado na adulta. Instruido nas primeiras letras resolveo seu pay fosse estudar na Universidade de Coimbra, onde fez celebre o seu nome pelos acelerados voos, com que se remontou o seu penetrante engenho a investigar as difficuldades de hum e outro direyto. O seu profundo talento, grande capacidade, e summa prudencia constituirão hum dos mais celebres políticos, que respeitou a sua idade, tendo por theatros das suas negociações as cortes de França, Holanda, onde com o carácter de enviado da magestade del Rey D. João o IV, e da raynha regente D. Luiza, representou não só a justiça do seu soberano elevado ao trono de Portugal, mas triumphou com artificiosa sagacidade dos ardiz dos castelhanos, e das cavillações dos Olandezas, e concluhio tratados, de que resultou igual glória, que conservação a monarchia portugueza. O primeiro emprego, com que sahio de Portugal, foy de secretário da embayxada, que fez a França Francisco de Souza Coutinho, que vendo era necessário passar e Lisboa a communicar a El Rey os muitos, e diversos accidentes, que fazião duvidosa a amizade de França muito precisa para a conservação de Portugal, voltou para o reyno, e ficou assistindo em Paris o doutor Feliciano Dourado, como agente dos negocios do seu principe. Logo que o embayxador, e ficou elle encarregado de todas as dependencias da coroa, crescerão de qualidade as controversias de Pariz, que intentando os duques de Orleans, e de Beaufor na caza do parlamento, que os Ministro delle se unissem para a exclusão do cardeal Massarino, pedirão elles para resolverem oito dias de prazo, sem admitirem em outra forma a proposição dos duques. Enfadados elles de não conseguirem e seu intento, sahirão do parlamento, comoverão o povo que acomettendo a caza do parlamento, e achando-a cerrada, juntarão lenha, e lhe puserão fogo. Os do parlamento vendo-se nesta extremidade lançarão por huma janella bandeira branca, apagou-se o fogo depois de muitas mortes, e para mitigar o poderoso impulso do povo, obrigou a raynha e o cardeal, a que passasse a Alemanha.

Feliciano Dourado conhecendo que a guerra civil de França era um risco da conservação de Portugal, usava neste tão grande empenho, de todos os meynos possíveis, que lhe dictava o seu profundo talento, para concordar os animos alterados.

N'este tempo se havia juntado em Pariz hua congregação dos bispos de França e tratar gravissimos negocios ecclesiasticos. Tendo El Rey D. João noticia, não quiz perder occasião de justificar có o pontifice o dano, que padecião as igrejas de Portugal a sua justiça na forma que lhe procurava o remedio.

e a sua obediência nas repetidas vezes, que havia solicitado, que admitisse os seus embayxadores que forão a darlha. Propoz Feliciano Dourado na congregação dos bispos a justiça do seu soberano, apontou os meynos que poderia ter para facilitar os embaraços, que em Roma se offerecião fomentados pela industria dos castelhanos para conseguir o fim pretendido de conceder o sumo pontifice as igrejas de Portugal os muitos prelados, que nellas faltavão, com tanto cabedal de eloquência com tanta efficácia de razoens, e satisfação tão adequada, e claríssima a todas as duvidas, que persuadidos os prelados, que se achavão na congregação, de tão justo requerimento, mandarão a Roma a Christovão bispo bellemitano a tratar este importante negocio.

Antes que o bispo partisse para Roma escreveu a El Rey hũa carta do theor seguinte:

O estado ecclesiastico de França achando-se em congresso geral em Pariz, e sendo perguntado pelo embayxador de Vossa Magestade sobre o estado da igreja de Portugal, conduendo-se do seu desamparo, tratou com ardente zelo, e procurou meynos, com que pudesse ajudar a sua irmã caríssima, que lhe pedia socorro. Escreveu ao sumo pontifice, fez muitos officios com o nuncio; e sendo agora finalmente perguntado segunda vez em nome de Vossa Magestade, resolveo enviar hum bispo a Roma, o qual em nome do clero de França trate prezentemente com sua santidade este tão grande negocio, com aquella reverencia, prudencia, e zelo, que convem, e cuidadosa e deligentemente lhe faça as instancias necessárias, athe que proveja as igrejas deste reyno. E acordou o estado dos bispos eleger-me para esta função, e pôr sobre meus hombros, posto que fracos, o pezo de toda esta negociação. Eu pois sereníssimo rey, que sou aquelle, que muito tempo ha choro o dezemparo de tantas igrejas, e os danos, que delle se podem seguir as almas, acceitey com grande gosto, o que para bem deste negocio, me era mandado; como quem achando-se o anno passado em Roma, não reiciou representar a sua santidade hũa e muitas vezes este prejuizo das almas. E se só com o impulso da caridade christãa fuy tão solícito do que convinha as igrejas de Portugal, com quanto mais esforço agora que sou mandado a isto mesmno presseguirey empreza de tanta importancia. Tenho por certo que lhe escusado encarecer mais esta verdade. Presente he ao embayxador de Vossa Magestade quando em Pariz trabalei por vencer as difficuldades, que se offereção, e quão sinceramente me houve nestes particulares.

Com toda verdade digo em poucas palavras, que guardey em tudo a inviolável fé que devo a Vossa Magestade, e que não perduarey a cuidado algum ou trabalho athe que minha embayxada abre o desejado effeito, e eu faça notoria minha fedelidade não só com palavras, senão também com obras. Parti de Pariz a 6 deste mez para que com mais brevidade possa executar os mandados de Vossa Magestade, que em Roma espero receber.

Sou com tudo constringido para evitar os embaraços, com que os empenhoes poderião impedir meu caminho a fazer mais larga jornada, passando com a brevidade possível as altíssimas montanhas dos grysoens, esperando ser em Roma pelo fim da quaresma. O autor de todos os bens, em cuja mão está

o direito de todos os reynos seja servido de favorecer aos desejos de Vossa Magestade, para que o futuro, que espera da minha deligencia, possa eu com o favor, e virtude do mesmo senhor publicar para glória sua, consolação de Vossa Magestade, paz de todo o reyno de Portugal, e bem espiritual das almas. Escrita etc. a 20 de Fevereiro de 1652.

Conseguida esta negociação, continuou Feliciano Dourado a assistencia de França, por não voltar de Lisboa o embayxador Francisco de Souza Coutinho, e posto que o tempo era contrario as conveniencias de Portugal, valendo-se da sua profunda política e sagaz actividade, triunfou dos ministros castalhanos, e francezes. Da inclusão de Portugal na paz, que se tratava entre as duas potencias a solicitou com zelo ardente.

Retirando-se o Duque de Aveiro de Portugal para Castella, fazendo transito por França, o seguinte este ministro, e achando o Duque em Bordeos, teve com elle várias conferencias, para o persuadir a deixar seus errados intentos mas conhecendo que era infrutuosa toda sua deligencia, sahio de Bordeos, e se recolheu a Portugal depois de assestir em França nove annos, não para descansar de suas laboriosas fadigas, mas para exercitar o seu talento em novos empregos.

No principio de anno de 1659 nomiara a raynha regente embayxador da Olanda a D. Fernando Fellis de Faro, entendendo que devia fiar sa sua capacidade commissão tão importante, e de tantas consequencias, como a embayxada de Olanda; mas elle com a maior maldade, que inventou a vileza humana confundindo os segredos do seu principe, faltando a fé, e a verdade deixou a occupação, e passou por Itália a Castella, onde o fez W El Rey de Hispanha Conde de Arada, que o acabou de infamar a sua memoria. Admirado Luis Ribeiro secretário desta emvayxada da treição de D. Fernando deu conta a raynha, que promptamête mandou a Olanda por enviado Feliciano Dourado, confiando da sua profunda capacidade felizmente desempenharia as obrigaçoens do seu cargo; fiando juntamente do seu zelo, e prudencia a emanda dos desacertos de D. Fernando, e a concordia dos desabrimetos, que havia introduzido nos ministros dos estados, por ser a sua fidelidade a melhor triaga para superar o veneno, que o infiel embayxador havia introduzido. D. Fernando foy sentenciado ao degolarem em estatua, queimando-se com o theatro, e se lhe fez a execução no mez de agosto do anno de 1659, e mandava a sentença que se lhe arrasassem, e salgassem as cazas, pondo-se nelas hum padrão para eterna memoria do seu infame delito. Feliciano Dourado por este, e outros relevantes serviços não obteve mais premio, que o de concelheiro ultramarino, onde experimentarão as conquistas os effeitos das suas prudentes máximas.

E se o beneditino Domingos do Loreto Couto conclúi o seu registro sobre Feliciano Dourado, afirmando que, como conselheiro ultramarino, "experimentarão as conquistas os effeitos das *suas prudentes máximas*", Wilson Nobrega Seixas me dá noticias preciosas sobre estas máximas, quando em carta, diz:

"Posso lhe adiantar que os arquivos de Lisboa (Histórico Ultramarino) tra-

zem farta documentação a respeito de Feliciano Dourado, inclusive seus brilhantes e impecáveis pareceres quando à frente do Conselho Ultramarino de Lisboa, cargo no qual revelou elevados conhecimentos e experiências no campo da política e da diplomacia. Dele guardo um parecer que emitiu, regendo-se à escolha dos capitães-mores das capitanias das conquistas do Brasil que deviam recair em nomes para os quais concorram três requisitos:

- 1 — O da qualidade para que lhe tenham respeito;
- 2 — Ricos e abastados para não destruírem, e tiranizarem as capitanias, em lugar de as governar como bens, e fazer-las crescer e aumentar, assim nas rendas reais, como nas particulares;
- 3 — E que tenham tal suficiência que saibam governar aqueles povos, fazendo-lhes justiça e dando inteiro cumprimento às ordens e regimentos de S. Alteza, para que não haja vexações, nem queixas, que é o de que necessita com as conquistas, e de experiência tem que por esta falta se acham tão arruinadas e empobrecidas”

Já o mestre saudoso, Coriolano de Medeiros, em artigo publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, em 1910, volume 2, página 291, traz novas luzes sobre a vida de Feliciano Dourado, e, sobretudo, de suas caminhadas diplomáticas.

Vê-se, por exemplo, ainda corroborando com o que afirmou o beneditino Loreto Couto, o que diz Coriolano de Medeiros:

“Em 6 de fevereiro de 1652 partiu de Paris em missão especial junto ao Vaticano, a tratar de interesse de igreja católica em Portugal e numa carta escrita ao Rei dizia:

“Sou contudo constrangido, para evitar os embaraços com que os espanhóis poderiam procurar impedir meu caminho, a fazer mais larga jornada passando com a brevidade possível as altíssimas montanhas dos Pyreneus, esperando ser em Roma pelo fim da Quaresma”.

Coriolano de Medeiros até exclama:

Vê-se quanto era, naqueles tempos, complicada e trabalhosa a vida de um diplomata!”

Vê-se por Coriolano de Medeiros que Feliciano Dourado era o homem da maior confiança da Corte Portuguêsa, pois bem não resolvia problemas em Roma, já estava em Paris “a trabalhar pela paz de Portugal, conseguindo triunfar sempre, a despeito dos diplomatas francêses e castelhanos”. E mal resolvia problemas em França, já era designado para a difícil missão de corrigir a traição de um embaixador de Portugal junto ao Governo da Holanda, D. Fernando Telles Faio, que traía a sua Pátria, desertando para a Espanha. Ainda é Coriolano de Medeiros que reforça as notícias daqui e dali, dizendo:

“Portugal enviou imediatamente Feliciano Dourado, confiando da sua profunda capacidade, felizmente desempenhada as obrigações de seu cargo; fiando juntamente do seu zelo, e prudência a emenda dos desacertos de D. Fernando, e a concordia dos desabrimentos, que havia introduzido nos ministros dos Estados, por ser a sua fidelidade a melhor triaga para superar o veneno, que o infiel embaixador havia introduzido”.

O mestre Coriolano de Medeiros conclui por afirmar que “é que Feliciano Dourado, punha a servir a Pátria acima de qualquer honra ele o fez com desinteresse, coragem e inteligência e a Paraíba deve orgulhar-se por ter, ainda no período de sua formação, visto nascer um dos mais hábeis diplomatas do século XVII”

É de toda oportunidade a transcrição, na íntegra, deste artigo do historiador paraibano, o que faço com a certeza de ilustrar este capítulo, com palavras próprias do homem próprio a traçar perfil de tanta importância histórica:

Dr. FELICIANO DOURADO — Dentre as famílias notáveis que se ocuparam em desenvolver a colonização da Capitania da Paraíba e família Dourado tem destaque, não somente pelo auxílio a conquista, como pelo grau de inteligência de muitos dos seus membros. Quem consultar as sesmarias deste Estado encontrará diversas datas que lhes foram concedidas, especialmente na linha extrema norte demandando o Quinturará.

Salvador Quaresma Dourado, procurador da Fazenda Real, era tio de Feliciano Dourado de Brito, exímio poeta e do irmão deste Manoel de Brito Gramacho, o sargento mór de engenheiro que delineou as fortificações da Ilha Fernando de Noronha. Salvador Quaresma teve um filho natural Luiz Quaresma Dourado, que se distinguiu nas armas, chegando a Governador do Ceará, e era filho de Luiz Quaresma e D. Maria Dourado, esta sobrinha do Dr. Feliciano Dourado, o membro mais ilustre, do qual me vou ocupar inspirado pelo trabalho de D. Domingos Loreto Couto — “Desagravos do Brasil”.

Embora não se conheça bem a data do seu nascimento é justo conjecturar-se que Feliciano Dourado nasceu na segunda década do século XVI e era filho de Gaspar Fernandes Dourado e de sua primeira mulher D. Isabel Nunes de Bulhões. Tendo completado o curso primário na sua terra natal, seguiu para Coimbra onde se celebrizou pela argúcia do seu talento, tornando-se mais tarde político muito sagaz, de suma inteligência e de respeitada prudência. Estas qualidades chamaram a atenção do Rei D. João IV e da rainha D. Luíza e assim foi despachado secretário da Embaixada que Francisco de Souza Coutinho fez à França, numa época muito melindrosa. Regressando Coutinho a Portugal, ficou Feliciano Dourado encarregado dos negócios de seu país, posição que sustentou com toda correção e habilidade, numa ocasião em que a França se debatia na guerra civil, luta que muito favorecia os interesses da Espanha, e contrariava a paz Lusitana. Em 6 de fevereiro de 1652 partiu de Paris em missão especial junto ao Vaticano, a tratar de interesse da igreja católica em Portugal e numa carta ao Rei dizia:

“Sou contudo constrangido, para evitar os embaraços com que os espanhóis poderiam procurar impedir meu caminho, a fazer mais larga jornada passando com a brevidade possível as altíssimas montanhas dos Pyreneus, esperando ser em Roma pelo fim da Quaresma”.

Por este trecho vê-se quanto era naqueles tempos complicada a vida de um diplomata!... Obtidas as negociações que o levaram a Roma, regressou à França onde continuou a trabalhar pela paz de Portugal, conse-

guindo triunfar sempre, a despeito dos diplomatas franceses e castelhanos. Depois de nove anos regressou a Portugal mas não para o descanso, pois apareceu-lhe uma das mais difíceis missões. D. Fernando Telles Faio, nomeado em 1659 embaixador de Portugal junto a Holanda, traiu seu país e desertou para Espanha. O secretário desta Embaixada, Luiz Alvares de Ribeiro, deu conta ao Reino do proceder do seu ministro. Portugal enviou imediatamente Feliciano Dourado “confiando da sua profunda capacidade, felizmente desempenharia as obrigações de seu cargo; fiando juntamente do seu zelo, e prudência a emenda dos desacertos de D. Fernando, e a concordia dos desabrimentos, que havia introduzido nos ministros dos Estados, por ser a sua fidelidade a melhor triaga para superar o veneno, que o infiel embaixador havia introduzido”.

Entretanto, pelos grandes serviços que prestou, serviços inestimáveis como este da Holanda, onde conseguiu dissipar os maus efeitos espalhados pelo embaixador que o procedera, não conseguiu outro prêmio que não fosse o título de Conselheiro Ultramarino.

É que Feliciano Dourado, punha a servir a Pátria acima de qualquer honra ele o fez com desinteresse, coragem e inteligência e a Paraíba deve orgulhar-se por ter, ainda no período de sua formação, visto nascer um dos mais hábeis diplomatas do século XVII

Morreu Feliciano Dourado em Portugal, em época não pude descobrir e o seu nome ficará como modelo de virtudes cívicas e servidas por uma superior mentalidade.

FRANCISCO DE PAULA DA SILVEIRA LOBO

“Lobo, Francisco de Paula da Silveira
Parafba, 1826 – Minas Gerais, 24.04.1886

CARGOS ELETIVOS:

03.05.1857 a 16.09.1860 – Deputado – 10^a Leg. 20^o D. MG
03.05.1861 a 12.05.1863 – Deputado – 11^a Leg. 1^o D. MG
03.05.1864 a 16.09.1866 – Deputado – 12^a Leg. 1^o D. MG
22.05.1867 a 20.07.1868 – Deputado – 13^a Leg. MG
08.06.1869 a 24.04.1886 – Senador

CARGOS NO EXECUTIVO:

27.06.1865 a 01.08.1866 – Ministro 21 Gab. II Império-Marinha
17.02.1866 a 01.08.1866 – Ministro 21 Gab. II Império-Marinha
04.03.1866 a 06.03.1866 – Ministro 21 Gab. II Império-Fazenda
03.11.1866 a 09.05.1867 – Presidente Província – PE
06.05.1878 a 04.01.1879 – Presidente Província – MG”

(Do Livro “Parlamentares do Império”, de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo – Edição Senado Federal – Comemorativo do Sesquicentenário da Instituição Parlamentar)

Mais um que, emigrando para o Sul do País, projetou-se, numa escalada que só o talento propicia, e aí estão os postos que assumiu, tanto no Legislativo como no Executivo, constituindo um *curriculum* de primeira ordem. As convocações que recebeu do Imperador Pedro II, para governar Minas Gerais

e Pernambuco e para os Ministérios da Marinha (duas vezes) e da Fazenda, indicando projeção invulgar de personalidade.

Sobre sua passagem pelo Ministério da Marinha, juntamente numa das fases em que a Marinha de Guerra do Brasil participava da Guerra do Paraguay, alguns dias depois “de haver a nossa esquadra em operações, sob as ordens do ínclito Barroso, alcançado a soberba vitória do Riachuelo”, como assinalam os historiadores, fala melhor a documentação da própria Pasta.

Entrava para um Ministério em momentos de glória, em mais aumentando a sua responsabilidade, quanto a de dar continuidade aos triunfos conquistados, como de mantê-la em desenvolvimento, para estar à altura de sua convocação junto com o Exército que Caxias e Osório conduziam gloriosamente, entre duas pelepas, na defesa e resguardo da soberania nacional.

Recorrendo ao Serviço de Documentação Geral da Marinha, obtive do Vice-Almirante Levy Araújo de Paiva Meira, todo o histórico não só de atuação ministerial de Francisco de Paula da Silveira Lobo, como traços da sua vida, inclusive a parlamentar.

E ali está escrito que “pela primeira vez um paraibano entrava a figurar na vasta galeria dos Ministros de Estado do Império”. E foi um batismo em grande gala, pois como disse Liberato Bittencourt, em seu “Paraibanos Ilustres”, “era homem de grande talento e muito saber”, corroborado por A. Tavares de Lyra que, em “Os Ministros de Estado da Independência à República”, enfatiza a sua personalidade:

“Homem de um só parecer e de uma só fé, não sabia mercadejar seus princípios e opiniões. Liberal por convicção e por tradição de família, um dos mais belos exemplares de honradez e coragem cívica”.

Continuamos, pois, a vida de Francisco de Paula da Silveira Lobo, através de esboço biográfico que nos veio do Ministério da Marinha, que revela guardar com zelo e carinho os nomes dos seus titulares:

“MINISTROS DA MARINHA

LXXI

CONSELHEIRO DR. FRANCISCO DE PAULA DA SILVEIRA LOBO

Aos 12 de maio de 1865, sob a presidência do Marquês de Olinda, subia ao poder o 21º gabinete ministerial do segundo Império.

Sobrançando a pasta da Marinha figurava o Deputado José Antonio Saraiva que, a 27 de junho do referido ano, transmitia o elevado cargo ao seu colega de Parlamento. Dr. Francisco de Paula da Silveira Lobo, cuja personalidade procuraremos focalizar, baseados, infelizmente, em parca documentação que logramos reunir.

Nasceu o ilustre titular em o município de Mamanguape, província da Paraíba do Norte, em 1826, quando sustentava o Brasil diuturna guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Nada conseguimos saber de sua filiação. O meu ilustre conterrâneo, General Liberato Bittencourt, em seu precioso trabalho “Homens do Brasil”,

em o volume dedicado à Paraíba, informa-nos que Silveira Lobo retirou-se muito cedo da província natal em companhia de seu progenitor.

Ignoramos também onde fez ele seus estudos primários e de humanidade. Foi aluno distinto da Academia de Direito de Olinda, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais.

De posse do seu diploma, seguiu para a província de Minas Gerais, nomeado Juiz Municipal da cidade de Mariana. Montou, em seguida, naquele foro banca de advogado, “demonstrando grande talento e muito saber”.

Naquela cidade ligou-se pelos laços matrimoniais a distinta senhora D. Luiza, filha do Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Senador do Império.

Filiou-se, politicamente, ao partido liberal. Graças aos seus serviços ao partido e, naturalmente, à influência do sogro, os eleitores do 2º distrito eleitoral de Minas, cuja sede era Mariana, sufragaram-lhe o nome para Deputado geral em legislatura de 1857 - 1860.

“Quando ele apareceu no Parlamento — escreve Timon em os “Estadistas e Parlamentares” — depois da reforma eleitoral empreendida pelo Marquês do Paraná e executada pelo mesmo ministério sob a presidência de Caxias, era (Silveira Lobo) moço, cheio de muitas ilusões, de audácias e crenças nas idéias e no partido liberal. O Sr. Silveira Lobo vinha precedido de certa nomeado academica. . . estreou bem na legislatura de 1857 ao lado de Fernandes da Cunha, Landulpho, Paulino de Souza Teixeira Junior, Junqueira, Bezerra Cavalcanti e outros. A Câmara via nele se não um orador parlamentar, ao menos um homem apto a discutir com vantagem negócios graves”.

Como orador apresentava “um aspecto imponente na tribuna, voz forte, gesticulação um pouco desordenada. No começo de sua carreira foi um argumentador lógico e dextro”.

Em sessão de 1859, “representou um papel saliente; foi um inexorável intransigente contra o gabinete “Abaeté”. Orador de temperamento bilioso, de vontade imperiosa, tenaz na luta, atirou-se aos Ministros, Salles Torres, Paranhos e Sérgio de Macedo, como um destemido couraceiro. Nas supremas impaciências dos perigos. Silveira Lobo resplandecia de heroísmo. Os sarcasmos, as violências de gesto, a intemperança de linguagem, a coragem que não esmorece, tudo ele pôs ao serviço da oposição, sem o cálculo dos egoistas. Hável no debate, enérgico e petulante na réplica, o deputado mineiro foi, com o Sr. Martinho Campos, o “enfant terrible” daquela sessão”.

“Enquanto o Sr. Saraiva capitaneava a oposição e traçava o plano de combate; enquanto o Sr. Octaviano dirigia as manobras e o Sr. Fernandes da Cunha, com o ardor dum paladino das cruzadas, esmagava o gabinete sob a veemência de uma palavra impetuosa, esplendida de uma eloquência, ora viril ora imaginosa — o Sr. Silveira Lobo, na primeira linha dos combatentes, de machado em punho, dava golpes mortíferos e apavorava as falanges ministeriais”.

Combatia-se, então, a reforma bancária do Ministro da Fazenda Salles Torres Homem, futuro Visconde de Inhomirim.

“As simpatias públicas — comenta o mesmo autor — animavam os esforços da oposição e revestiam a luta de crescente interesse. Relewa notar que foi uma das raras ocasiões em que, neste país, a opinião pública sustentou a opinião acentuada e enérgica do Parlamento que se mostrou sobranceiro ao poder e chegou a dominá-lo. A glória deste feito ainda não se apagou na memória dos contemporâneos”.

O Deputado Silveira Lobo, “o homem de um só parecer e de uma só fé”, foi, sucessivamente, reeleito pelo primeiro distrito da nova divisão eleitoral, para as legislaturas de 1861 — 1863, 1864 — 1866.

Durante esta última legislatura foi, como vimos acima, chamado a gerir a pasta da Marinha (gabinete Olinda), tomando posse do cargo em junho, dezesseis dias depois de haver a nossa esquadra em operações, sob as ordens do inclito Barroso, alcançando a soberba vitória do Riachuelo.

Pela primeira vez, ao que sabemos, um paraibano entrava a figurar na vasta galeria dos Ministros de Estado do Império. (1)

Aos 15 de maio de 1866 o Dr. Silveira Lobo apresentava à Assembléia Legislativa o “Relatório” do departamento naval. Passando sobre ele um ligeiro golpe de vista, vejamos quais as idéias e sugestões apresentadas e quais os melhoramentos preconizados. Quanto à Secretaria de Marinha achava que a experiência não justificava ainda a necessidade de uma nova e radical reorganização no sistema administrativo. Os defeitos encontrados eram, no seu parecer, decorrentes do não cumprimento das leis existentes. Mostrava a necessidade de corretivo e a certeza de destituição para os funcionários que, atendendo mais ao seu interesse particular, deixavam de cumprir a lei com a dedicação inerente a consciência do dever. O melhoramento visado seria, embora difícil, o pessoal pouco numeroso, mas idoneo e bem pago. Quanto ao Conselho naval achava inútil a seção técnica, baseado em que “as questões transcendentais de construção naval, e as demais especialidades dependentes da engenharia, chegam ao nosso conhecimento já estudadas e desenvolvidas nas publicações estrangeiras. . .” Achava que devíamos “aproveitar o bom do labor estrangeiro, e evitar o mau. . .”

Quanto ao Quartel — General, cujos chefes continuavam como Ajudantes de ordens do ministro (! ! !), achava que não devia designar os comandos dos navios, como se procedia outrora sem a intervenção do ministro. “Nomear os subalternos para embarque, — escrevia — e não os comandantes, é quanto razoavelmente convém permitir à uma repartição, que não partilha a responsabilidade política, nem tem a obrigação (!) de conhecer as razões, algumas vezes de estado, que determinam as supremas deliberações do poder”.

Com referência ao Quartel d’Armada achava que com ele era possível guarnecer-se 50 navios, que não havia necessidade de aumento, mas assim a boa distribuição do pessoal aos serviços. Mostrava o inconveniente de aplicar-se oficiais de primeira classe em comissões sedentárias. “Nada mais regular — dizia — do que chamar à embarques os Oficiais distraídos na sua ocupação natural, qualquer que seja a importância dessa ocupação. É o que, na atual conjuntura de atividade militar (estávamos em guerra contra o tirano do Para-

guay), tenho feito na maior escala que me tem sido possível. Afim de dar a esta medida a máxima ampliação, autorizei o Comandante em Chefe das nossas forças navais em operações no Sul, conhecedor como é do pessoal da Armada, a reclamar nominalmente qualquer oficial que, porventura, não esteja no teatro da guerra, e cujos serviços lhe pareçam ali necessários”.

“Longe está das minhas intenções hostilizar os oficiais empregados em terra; reconheço em muitos merecimento real, e dou testemunho de seus bons serviços” — dizia:

“Desejo, porém, que o Oficial de Marinha antes de procurar as comodidades que lhe proporcionam tais empregos, desempenhe o compromisso, que contraiu com o Estado, na escolha que livremente fez da sua profissão, e não possa gozar aquelas vantagens senão depois de haver pago o devido tributo ao oceano. Estabelecida esta regra, deixariam os empregados em terra de ser objeto de recriminações, até certo ponto justas, dos oficiais que embarcam”.

Apresentavam também a sugestão de em vez de alargar o quadro de oficialidade fazer-se a supressão dos postos de Chefe de Divisão e de Capitão de Fragata, aumentando os demais postos de Chefe de Esquadra e de Chefe da Divisão se fundiriam no de Contra-Almirante.

Entendia que os soldos dos Oficiais da Armada deviam ser aumentados em uma proporção digna de seus relevantes serviços, e correspondente à sua categoria.

“O soldo de terra de um Almirante — explicava — é apenas de Cr\$ 300,00 mensais. Essa insignificante quantia nem ao menos coloca um veterano da Armada, ordinariamente onerado de família em pé de igualdade com muitos empregados civis da própria repartição de Marinha, os quais, depois de exercerem empregos, que lhes permitem gozar as comodidades da vida, têm de mais a mais aposentadoria vantajosa. “Há nisto manifesta desigualdade, ou mesmo injustiça. Todas as compensações não são demasiadas para aqueles que servem ao país, arrostando à furia dos elementos, expondo-se a perigos, e arriscando a vida na defesa da honra da nação. Os soldos devem ser aumentados de modo que o General que dedicou a vida ao seu país, e lhe pagou o relevante tributo de seus serviços, muitas vezes notáveis, possa concluir o resto de seus dias ao abrigo de privações”.

Acreditava ser possível diminuir, sem transtorno para o serviço, a classe ativa dos oficiais gerais. Lembrava que a legislação francesa consagrava, se longo tempo, o princípio da disponibilidade obrigatória para o general que excedesse à idade de 60 anos.

Sobre as operações navais nas águas do Paraguai, mostrava que “os belos feitos da nossa Marinha realçam pela aprovação insuspeita das grandes potências”.

A respeito da vitória do Riachuelo dizia: “A história discutirá a importância dessa vitória, que, a não ser nossa, daria aos paraguaios o domínio do Rio da Prata, até que lenta e dificilmente obtivéssemos a desforra. Não entrarei nessa averiguação, que terá sido objeto de vossa esclarecida meditação. Desejo e devo unicamente por em relevo o grande merecimento dos nossos homens

de guerra, que nas campanhas do Uruguai e do Paraguai ligam seus nomes a combates decisivos, ou a belos feitos d'armas, cuja narração nenhum brasileiro ignora."

"Prenuncia-se muito em breve a destruição de Humaytá; a tomada de Asunção e o resgate de Matto Grosso. Tudo está calculado e previsto. O bravo Vice-Almirante comandante em chefe da esquadra, justifica-se plenamente das sofregas e irrefletidas censuras, que se fazia à sua pretendida demora longe do teatro da guerra, provando pelos fatos que, na deficiência dos elementos que organizou inteligentemente, sem o poderoso auxílio dos encouraçados, seriam menos eficazes, na execução e resultados, os planos concebidos e deliberados contra o inimigo".

Referindo-se ao Corpo de Imperiais Marinheiros, dizia o ilustre titular: "Se faltassem provas brilhantes para justificar a existência desta instituição nacional, sobejas têm sido dadas, honrosas para a Marinha, e de glória para a Nação, na memorável guerra que temos sustentado ao Sul do Império".

Mostrava a dificuldade de atrair adultos dedicados à indústria marítima; "mas, — dizia — há abundância de jovens que, educados convenientemente (nas Companhias de Aprendizes Marinheiros) suprirão em pouco tempo tal deficiência, ao menos para a Marinha de Guerra. Não temos maruja porque não temos marinha mercante; mas nas grandes forças vitais do país, na vastidão dos seus recursos, existem os germes fecundos para uma e outra Marinha. Tudo depende da oportuna escolha dos meios e modos de explorá-los. A mocidade nos fornecerá marinheiros, logo que a navegação dos rios, a liberdade do comércio, a cabotagem acessível a mais antigos cultores do elemento marítimo patenteando recursos desconhecidos e apascentando a emulação, der-nos o comércio do mar em grande escala, e com este comércio com o pavilhão nacional. Tenho esperança e fé, só receio os cálculos errados da timidez. A natureza nos impele a grandes destinos; é preciso acompanhá-la, sem pretender cortar de chofre os obstáculos que demoram o progresso, nem ceder aos que já são e foram sendo superáveis.

Quanto ao Batalhão naval mostrava a necessidade de sua existência; entretanto achava que devia "ter oficiais propriamente seus. Para afirmá-lo não busco o exemplo de outras nações; bastam as indicações do estudo e reflexão. A dificuldade reduz-se ao saber de onde devem sair tais oficiais: do Exército ou da Marinha". Não me parece impossível, anotava o Ministro, que eles venham habilitados da Escola Militar".

Para o serviço de máquinas da esquadra houve necessidade de recorrer ao engajamento de estrangeiros. "Tem até hoje a esquadra realizado as mais difíceis operações sem que os chefes e comandantes digam senão elogios dos maquinistas que servem sob suas ordens".

Verifica-se também a insuficiência do pessoal médico, no Corpo de saúde, que relevantes serviços prestava no teatro da guerra. Dizia deles o Ministro: "No desempenho de dupla missão de glória do país e alívio da humanidade, dignamente partilham das fadigas da campanha e das também a calma e a sere-

nidade, de que dão prova no meio dos perigos e no mais afanoso de sua árdua tarefa”.

Voltando suas vistas para a Escola de Marinha, mostrava que o programa de estudos pedia notáveis alterações. “Não é só na escolha e limitação das doutrinas que deve considerar a reforma, conforme sugeria seu Diretor. Ela depende essencialmente do método de ensino, e do programa de cada curso em particular”.

“A Escola de Marinha — escrevia — limita-se a preparar oficiais da Armada. Conviria que os oficiais de artilharia, de que necessita o Batalhão Naval, os construtores navais, e os próprios maquinistas, procedessem de estabelecimentos científicos nossos, para que não continue a dar-se a necessidade de recorreremos às escolas estrangeiras, para formar em diversos ramos o pessoal de Marinha, quando em geral, todas as profissões têm Academias no Império”.

Quanto ao Arsenal de Marinha do Rio, mostrava que a “considerável esquadra de operações que temos no Rio da Prata, atesta em geral, e nos mais minuciosos detalhes, que o nosso primeiro estabelecimento naval correspondeu, quanto era possível, às exigências da situação. De tudo temos ensaios mais ou menos adiantados. Resta aumentar em escala as forças produtivas, ou os recursos que possuímos a fim de que as já importantes oficinas do Arsenal dispensem auxílio estranho e bastem para as necessidades do serviço naval”. É muito conveniente que maquinistas e diversas aplicações, motoras, ou instrumentos de guerra, quaisquer que sejam as dimensões e proporções a que devam atingir, possam, em breve, ter o cunho da procedência nacional. A maior dificuldade está vencida: “o resto depende de método e perseverança”. Os demais Arsenais e oficinas, como os da Bahia, Pernambuco, Pará, Mato Grosso e estabelecimento naval de Itapura, limitavam-se a reparos gerais e a modestas construções.

Durante sua gestão estiveram a seu lado desempenhando o cargo de Ajudantes de ordens encarregados do Quartel — General de Marinha o Chefe de Divisão Antonio Leocadio do Couto, o Capitão de Fragata Antonio Affonso de Lima, como Ajudante, e o Chefe de Esquadra graduado João Maria Wandenolk.

No seu impedimento, de 27 de janeiro a 17 de fevereiro de 1866, esteve à testa da Pasta o então Ministro da Guerra, Conselheiro Saraiva.

“Durante o seu ministério — conta-nos Timon — eficazmente concorreu para dar ao general Osório o comando em chefe do Exército no Paraguay, por indicação de Silveira Martins, que, todo dia, na imprensa encarecia os méritos do general e flagelava o Ministro da Guerra (Barão de Uruguaiana), que lhe era hostil, chegando por esse motivo a renunciar a nomeação de presidente da Paraíba”.

A 3 de agosto de 1866 afastava-se o nosso ilustre biografado do poder, com a queda do ministério, transmitindo a pasta ao deputado Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde Ouro Preto.

Nomeado Presidente de Pernambuco, o nosso ilustre biografado adminis-

trou aquela província com bastante elevação, de novembro de 1866 a abril de 1867.

Voltando à Câmara dos Deputados, presidiu-a entre 1867 a 1868. Com o falecimento do Marquês de Itanaen, entrou em lista senatorial por Minas Gerais alcançando 1.578 votos. Por carta imperial de 22 de julho do mesmo ano foi escolhido Senador, tomando posse de sua cadeira a 8 de junho do ano seguinte. Na Câmara Alta foi “um dos mais extenuos membros da minoria liberal”.

Assumiu a 6 de maio de 1878 a presidência da província de Minas Gerais, onde pouco se demorou, pois, rompendo “por questões de dignidade e moralidade” com o ministério de 5 de janeiro, presidido pelo Visconde de Sininbú, conforme afirmou da tribuna, “fez-lhe uma guerra das mais violentas e desabridas, de que há memória” — mostra-nos E. Deiró.

“Daquele não em diante, — comenta um dos seus biógrafos — descrente dos antigos correligionários, atacou-os com igual senão maior virulência, acabando por condenar, em pleno Senado, os dois partidos constitucionais do Brasil e com eles o regime imperial. Já então o esforçado lidador padecia de penosa enfermidade a que teve de sucumbir sete anos mais tarde.

Quaisquer que tenham sido os erros e excessos do Conselheiro Silveira Lobo, em sua agitada vida pública, sejam quais forem as lacunas ou fraquezas de que possa ser arguida sua mentalidade, ninguém justiça lhe negará os mais belos predecados de caráter, amor da pátria, do direito e da liberdade; sentimento de dever, coragem cívica, consciência, escrupulosa e reta; coração bondoso; honradez inflexível em todas as circunstâncias”.

Em 1883, “doente e fatigado, a tribuna o encomoda; orador, perdeu muitas de suas excelentes qualidades, mas tem ganho grande supremacia moral no juízo público; todos o respeitam como um homem de bem e de uma só fé” — escrevia Timon, a melhor fonte em que venho me abeberando.

Recolhendo-se à sua fazenda de Ponte Nova, lá faleceu aos 24 de abril de 1886. Era o ilustre titular irmão do Dr. Demosthenes da Silveira Lobo, de Julio da Silveira Lobo e do Dr. Aristides da Silveira Lobo, que fez parte do primeiro ministério da República, em 1889.

Dizia o “Jornal do Comércio”, ao fazer-lhe o necrológico: — “Sincero em suas crenças, de inexcusável lealdade, de procedimento ilibado, homem de antes quebrar do que torcer, não sabia transigir com princípios; por isso não poucas vezes rompeu com os correligionários políticos, aos quais tratava então com mais aspereza que aos adversários. Ultimamente declara-se republicano”.

Até bem pouco figurou em os quadros navais, da ativa, um dos seus descendentes, o Capitão — Tenente Octavio Borges da Silveira Lobo.

O retrato do ilustre titular do Império figurava na galeria dos Ministros da Marinha do nosso antigo Museu Naval .

FERNANDO CARNEIRO DA CUNHA NÓBREGA

“Caiu conosco em 1930, e nunca vacilou um instante no momento da desgraça”.

De Ariano Suassuna

Conheci Fernando Nóbrega como amigo dileto de meu pai, o velho advogado Geminiano Jurema Filho, com escritório de advocacia em Recife. Apesar da diferença de idade, entre os dois, era grande a amizade, e meu pai tinha por ele a maior confiança, entregando-lhe todas as causas da Paraíba.

Meu pai o chamava de “Fernando” e ele de “Dr. Jurema”, mas horas e horas conversavam e numa intimidade que neutralizava os cabelos pretos de um e os cabelos brancos do outro. E, o meu pai me dizia: “O ‘Fernando’ é uma das melhores pessoas que conheço e de um caráter que imprime confiança total e absoluta”. Como profissional, impecável, acrescentava o velho Jurema.

E a vida foi correndo. Fernando Nóbrega, Deputado Federal. Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio. Ministro Interino dos Negócios da Agricultura. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

O mesmo Fernando Nóbrega, modesto, pobre, espirituoso e amigo dos amigos, residente no Edifício Montese, da Rua Gustavo Sampaio, no Leme. O Fernando Nóbrega que havia sido, na mocidade, secretário particular do Presidente João Suassuna, com apenas 20 anos de idade. As alturas não modificavam o antigo Curador Geral de Órfãos da Comarca de João Pessoa, em 1928. O Presidente do Instituto dos Advogados da Paraíba, Secretário-Geral do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados da Paraíba, o Representante da Paraíba no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, o Prefeito de João Pessoa, o Secretário da Fazenda do Governo da Paraíba e o Secretário da Interventoria Federal já em 1945.

O jovem Deputado Constituinte de 1935, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça na Assembléia Legislativa da Paraíba, por essa década, não mudara, não alterara os seus hábitos nem sua personalidade, ainda que ocupando os mais altos cargos da República.

É o mesmo sempre, a vida toda, numa constância que indica personalidade própria, inconfundível. E quem diz bem é o Ariano Suassuna, não só com a sua autoridade de velho amigo de família, como pelo seu conhecimento de menino a homem, convivendo com Fernando Nóbrega, entre altos e baixos, na mesma afetividade.

Aqui estão as palavras de Ariano Suassuna:

O MINISTRO FERNANDO NÓBREGA

“Um dos amigos mais fiéis da minha família, é o paraibano Fernando Nóbrega, que foi ministro do Trabalho e é, atualmente, ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Ele foi secretário particular de meu pai durante o governo deste, na Paraíba. Caiu conosco, em 1930, e nunca vacilou um instante no momento da desgraça. Uma das lembranças que guardo do ano de 1930 é do dia em que tivemos que fugir da Paraíba, eu, minha mãe e meus oito irmãos, para escapar à perseguição implacável do governo e da multidão, açulada por policiais contra nós. Meu pai estava fora do Estado, e foi Fernando Nóbrega que nos acompanhou até Natal. Depois da morte de meu pai, foi ele o advogado que teve coragem de nos defender na Paraíba, num tempo em que isso importava em grande risco e, no dia da morte do presidente João Pessoa, a multidão enfurecida, conduzida por policiais e por assassinos que tinham sido soltos da cadeia expressamente para isso, incendiou uma pequena torrefação de café que Fernando Nóbrega possuía e que era a principal fonte de seus rendimentos.

Acontece que, a todas essas qualidades, Fernando Nóbrega ainda ajunta outra, a de ser um correspondente exemplar. Não esquece o aniversário de amigo nenhum, de modo que eu, como sempre, vivo em dívida para com ele. Mas não estou aqui somente para fazer uma mea-culpa meu e um elogio indiscriminado aos amigos: Fernando Nóbrega, ao lado das qualidades que fazem dele um dos grandes homens de quem tenho a honra de ser amigo, tem dois defeitos: gosta de nos atormentar com picuinhas, dando a entender que é mais amigo nosso do que nós dele, e é ciumento como um mouro nas suas amizades. De todos nós, Suassunas, o que mais gosta de Fernando e é mais estimado por ele, é meu irmão Lucas. Pois bem: de vez em quando, Fernando chega junto de minha mãe que tem, por ele, uma admiração e uma gratidão verdadeiramente fanáticas — e faz uma queixa dele, Lucas, por pura perversidade. Minha mãe escreve a Lucas que, através de cartas quilométricas, manda mil explicações e declarações de amizade a Fernando, o qual lê tudo deliciado, divertindo-se imensamente com isso.

Outro dia, ele veio com uma história dessas para meu lado. Ele mora no Rio, e como, naquele tempo, eu pertencia ao Conselho Federal de Cultura e viajava para lá quase todo mês, começou a queixar-se a minha mãe de que eu

o visitava pouco durante essas viagens, dando mais importância a seu irmão, Humberto Nóbrega, do que a ele. Aí, na viagem que fiz ao Rio logo depois disso fui à casadele e disse-lhe: — “Olhe, não pense que eu sou Lucas não! Você, de vez em quando, atormenta Lucas com esse tipo de histórias. Lucas escreve cartas e mais cartas, fica em tempo de se acabar, e você faz tudo isso somente para ter o prazer de vê-lo reafirmar uma amizade com a qual você já sabe que conta, porque qualquer um de nós mata e morre por você!” Fernando Nóbrega, rindo às gargalhadas, disse que era assim mesmo. Confessou que era ciumentamente mouro em suas amizades e que não lhe bastava saber dessa fidelidade dos Suassunas a ele não, queria ouvir isso de nós de vez em quando, fosse oralmente fosse por carta.

CARTÃO DE ANIVERSÁRIO

Apesar disso, porém, se pensam que ele renunciou a me atormentar, estão muito enganados. Mesmo sabendo que eu conheço como ele é, aí foi que resolveu me escrever, mesmo. Mandou-me umas duas cartas e finalmente agora, mais recentemente, em junho, mandou-me um cartão de aniversário, escrito em termos escolhidos de propósito para me deixar com a consciência ruim. Vejam mesmo com que afeto, com que maldade disfarçada, mistura de bondade, o miserável encontrou palavras para me atormentar. O cartão foi o seguinte:

“Meu caro Ariano: Ainda uma vez eu vou perder meu tempo mas não posso reprimir o ímpeto de enviar-lhe um afetuoso abraço pela data de hoje. Para tranqüilidade minha e sua, fique logo desobrigado de qualquer agradecimento ou resposta. A você, cabe, exatamente, uma frase lapidar do Mestre Alcides Carneiro: “Fugir ao comum é próprio dos homens incomuns”. Com as saudades de FERNANDO NÓBREGA”.

A insídia e a malícia contidas nesse pequeno cartão são verdadeiramente diabólicas: ele só podia ter sido escrito, mesmo por um político paraibano, isto é, por alguém de tal modo traquejado nas artimanhas e emboscadas florentinas do Poder, que consegue insinuar, em poucas linhas, veneno que não consigo reunir num artigo inteiro. Vejam com que astúcia Fernando Nóbrega se faz de modesto, como se me considerasse a mim, mais moço, em escala superior, só para ressaltar a bondade fiel dele e fazê-la constatar com minha suposta indiferença e dureza de coração! Mas a maldade de Fernando Nóbrega, não se contenta com isso: ele mandou o cartão para o endereço de minha mãe, porque sabe que o coração que eu levo por causa disso não é deste mundo. Mas, desta vez, o tiro saiu pela culatra: estou respondendo a um cartão de cinco linhas com um artigo de quatro laudas. De modo que, se Fernando Nóbrega quiser apurar amizade e fidelidade comigo através de linhas escritas, vai ter, agora, no mínimo, de escrever um artigo do tamanho deste sobre A Pedra do Reino. Capacidade não lhe falta, ele escreve muito bem, bem demais.”

E se Ariano Suassuna diz que Fernando Nóbrega escreve bem, “bem demais, até”, aqui estão trechos de artigos em que fala do padre Zé Coutinho

que a Paraíba toda conheceu e reverenciou na sua morte, com um sepultamento à altura dos maiores homens de sua vida político-social. Padre Zé Coutinho era realmente uma figura apostolar e quem melhor o diz, é Fernando Nóbrega em "Milagre no céu", publicado no *O Norte*, de João Pessoa, na semana da morte do padre Zé Coutinho.

Começa assim:

"Há uma passagem na "Carta aos Corintos" que se tornou famosa: "Se eu falasse a língua dos homens e dos anjos, mas não tivesse a caridade, não passaria dum metal sonoro ou duma campainha de tinir. E, se tivesse o dom da profecia; se penetrasse em todos os mistérios e possuísse todos os conhecimentos, se tivesse toda a fé a ponto de transportar montanhas, mas não tivesse a caridade nada seria. A caridade é paciente, é benigna, não é enfatuada, não é interesseira, não guarda rancor, não folga com a injustiça, mas alegra-se com a verdade, tudo suporta, tudo espera, tudo sofre — a caridade jamais acaba". Tais palavras de São Paulo significam a apoteose da Caridade.

Pois bem, a caridade chamava-se na Paraíba: José Coutinho, com aquela paixão dos verdadeiros missionários à suprema virtude da vida. Ele era um irmão que eu tinha. Chorei, porque não confessar, quando recebi a notícia, para mim inesperada, de sua morte. Sente-se que o mundo terreno ficou despojado de um ser humano que, na realidade, foi um autêntico revolucionário no mais amplo sentido, pois sua meta ultrapassava a rotina do sacerdote para se constituir na entrega total ao mais puro altruísmo, ao esquecimento de si mesmo em favor dos desafortunados. É notável que essa existência exemplar realizou uma obra fecunda inspirada pelo amor sem a preocupação dos métodos prudentes da ação ordenada. Zé Coutinho foi um madrugador do estilo novo da Igreja Católica. Sacerdote de virtudes indiscutíveis sentiu que não é somente rezando que se alcança o Reino do Céu. Mas, sobretudo, praticando a caridade porque é ela filha primogênita e preferida do Senhor. Ninguém lhe arrebatará jamais esse pioneirismo. O Instituto São José abrigando pobres e doentes de toda a espécie, é albergue, é hospital, é ambulatório, é pouso de estudante sem recurso, naquele rústico abrigo do casarão mal assombrado da Ordem Terceira do Carmo e nos pavilhões improvisados de Mandacaru.

Zé Coutinho não precisa de estátuas nem de monumentos na Paraíba. O Instituto São José, na perenidade do seu destino, lembrará pelas gerações afora o nome, a obra e, principalmente, a benemerência do seu fundador".

Aqui está o estilo mais uma vez, falando o coração de Fernando Nóbrega sobre Zé Coutinho:

"Zé Coutinho deu nova dimensão à vida pela eficácia do amor, e com esse legado da terra abriu a porta do Céu. Não muitos, talvez como eu, tenham tido o privilégio de uma estreita aproximação afetiva com o Padre Mestre. Frequentador diário de nossa casa da rua Nova, na adversidade política de 1940, recolhi fatos de sua vida nessa longa e fraterna convivência. Posso, hoje, prestar o meu depoimento.

A desorganização era a sua força. Vá outro imitar o Padre Zé e fracassará fatalmente. Tinha uma matemática própria como administrador. Fugia das normas técnicas, porque a sua contabilidade provinha do coração.

Nos últimos tempos, recostado em uma cadeira de rodas, o povo temia a sua varinha mágica mais do que o Exército, do que o Governo, do que a Polícia.

Não repetirei o conceito de que a fé remove montanhas, mas Zé Coutinho extraía dinheiro até das pedras.

Monsenhor Odilon, figura proecta, austera mesmo, de um conservadorismo intransigente, tio de Zé, era diretor do Colégio Diocesano Pio X, e este ecônomo do modelar estabelecimento de ensino. Certa vez, chamou o sobrinho e perguntou-lhe: "como vão as finanças?" Zé respondeu: "não sei porque não escritura nem o que recebo e nem o que pago, mas o colégio tem saldo no cofre".

Era inteligente como poucos. Dizem, até, que foi uma das melhores figuras do Seminário do seu tempo.

No Colégio Diocesano fui seu aluno de Trigonometria e lembro-me de o ter saudado no encerramento das aulas. Isto foi o meu primeiro discurso na década de 1920."

Evidente que o político se superpôs ao intelectual, ou melhor ao literato, como mais tarde o juiz aboliu o político. Esta descrição do padre Zé Coutinho, bem revela que, como aconteceu com outras vocações perdidas, a literária de Fernando Nóbrega, também se perdeu através de exercício de cargos públicos. Ei-lo de novo com humor e forma, na fixação de um tipo humano inconfundível:

"De tanto trabalhar para os outros, para a população indigente da cidade, cansou afinal seu coração que tinha sido tão grande para os pequeninos.

Parece que estou vendo a chegada de Zé Coutinho no Céu. Irrequieto, gordão, batina surrada, colarinho na mão, sapato rasgado, indagador, torturando São Pedro com perguntas, as mais indiscretas e diversas. Logo se familiarizando com os santos velhos de sua devoção e tomando liberdade com as almas que conhecera no mundo. Dando notícias de tudo e de todos.

Embora sabendo pelos Evangelhos que é mais fácil um camelo entrar pelo fundo de uma agulha do que um rico no reino dos Céus, Zé Coutinho deve estar por lá procurando um rico, a fim de lhe pedir esmolas para os seus pobres da terra. E vai encontrar. Será o primeiro milagre no Céu. Por um parai-bano."

Eis um Fernando Nóbrega telúrico, sem surpreender-se com a transferência do Tribunal Superior do Trabalho para Brasília, em face de sua nordestinidade:

— "Oriundo que sou de cidade pequena, onde a vida é um constante sacrifício: um sacrifício que se vê, um sacrifício que se sente, um sacrifício que se sofre.

— "Sou um nordestino, filho daquela árida região predestinada ao mar-

tírio e à grandeza. É que o destino nos marcou para os atritos com a Natureza, — como a história nos elegeu para a epopéia das insurreições liberais. Sou um irmão daqueles que desbravaram o inferno verde; que ajudaram a erguer esta soberba cidade do futuro, com as mãos calejadas dos candangos que aqui construíram uma legenda heróica, no seu tenaz esforço de crepúsculo. E agora mesmo rasgam os flancos inóspitos da terra brasileira, dando ao Brasil um imenso pedaço de Brasil, através da construção da Transamazônica, a grande artéria por onde correrão, estuantes, a vida e o progresso daquela vasta região ignorada”.

Fernando Nóbrega, o juiz, o advogado e o homem de sensibilidade social, exprime-se em traços seguros nesta apreciação sobre o campo trabalhista:

— “Se o ideal do Direito é a paz, a estabilidade das relações jurídicas, esse ideal assume uma perspectiva de singular dimensão na área dos conflitos entre empresários e trabalhadores. É no choque dos seus interesses que avulta o significado do nosso papel e, digamos, sem falsa modéstia, tem sido exercido pela Justiça do Trabalho em nosso país, com a visão humana que busca um traço de equilíbrio e proteção compensatória.

Sem radicalismo, sem dogmatismo, sem preconceitos ideológicos, os nossos Tribunais examinam a realidade dos pleitos e procuram subordinar essa realidade aos princípios de uma legislação considerada uma das mais avançadas do mundo livre.

Na sociedade democrática, o Direito do Trabalho alcança outro horizonte quando se afasta das diretrizes conservadoras do Direito Civil e do Direito Comercial. Adquire novo aspecto quando disciplina e coordena as relações entre as duas forças da produção; quando subordina o comportamento de patrões e trabalhadores aos interesses da comunhão social, cuja sobrevivência depende do seu convívio harmônico.

Tão acelerado tem sido esse processo de reforma, que o próprio Direito do Trabalho não esperou para a sua formulação a lenta fixação do costume, como ocorrera aos velhos ramos clássicos do Direito; surgiu logo, na letra da lei; acompanhou, no mesmo ritmo, a velocidade da civilização tecnológica e procurou apagar os desníveis que a sociedade ostentava, gerados pela disparidade de forças atuantes nas empresas capitalistas. Consolidou-se, assim, esse novo Direito, com ímpeto capaz de corrigir as profundas injustiças, estabelecidas nas surpreendentes relações de trabalho surgidas da Revolução Industrial.

Hoje, o direito tem de se nortear por caminhos humanitários e solidaristas, firmados na sabedoria política e na equidade cristã. O juiz não é mais uma máquina de julgar. Ele, como disse Délio Maranhão, cria o Direito, no tumulto dos dias que vivemos.

Felizmente, diante de nós se abre uma cortina à atividade judiciária do País. O Código de Processo do Trabalho, cujo anteprojeto foi confiado ao saber, equilíbrio e experiência do Ministro Mozart Vitor Russomano, está se preparando para entrar em fase de tramitação legislativa.

E outros Códigos que também reclamavam a adaptação ao roteiro do mundo moderno estão em idêntica posição. Em breve, eles enriquecerão o acervo de nossa cultura jurídica.”

Atualizado, Fernando Nóbrega em saudação a um Ministro que se despidia do Tribunal Superior do Trabalho afirmava:

— “O Estado, indiferente ao clamor da luta entre os fortes e os fracos, ce-deu lugar ao Estado dinâmico, presente, sempre presente, ao grande conflito do nosso século. É do seu equilíbrio, sendo de medida e exata dosagem, que resulta o remédio eficaz”.

— “Em qualquer atividade, temos que participar do drama que o Brasil está vivendo, na ânsia de tornar-se uma Nação poderosa. Cada um de nós terá de trazer a sua contribuição a este objetivo, que significa para as novas gerações, um belo sonho: o sonho de um Brasil realizado, no qual não se assista ao espetáculo de miséria e analfabetismo que tanto agride o sentimento da solidariedade humana.”

E nesta saudação, de novo lá vem o velho advogado, lembrando o que se diz pelo fórum de que “mais vale um mau acordo do que uma boa questão”:

— “Leva V. Ex^a deste Tribunal uma arma para enfrentar os escolhos que fatalmente lhe terão de surgir à frente: a conciliação a alma do processo trabalhista. Deve ser o instrumento de suas novas decisões. V. Excia. mesmo aconselhou que conjugássemos o verbo conciliar em todas as suas formas, “com a teimosia de um estribilho”.

Em outro pronunciamento, Fernando Nóbrega volta a ser o apaixonado pela justiça:

— “Soldado deste ideal, apóstolo e às vezes mártir desta fé, o jurista opõe à tecnologia desumanizante uma tecnologia mais alta, a que defende a criatura como ser livre, na sua função social e política, portadora que é de um destino e de um sonho. Os países mais desenvolvidos economicamente são aqueles onde florescem as maiores culturas jurídicas. Veja-se o exemplo da Alemanha com os seus civilistas, da Itália com os seus criminalistas, dos Estados Unidos com os seus publicistas”.

— “A tarefa do Juiz é árdua, complexa e difícil. É terrível a missão de julgar — todos o reconhecem. Mas só os que cumprem essa tarefa, os que desempenham essa missão, podem dizer, de ciência própria, de quantos atributos necessita um homem para ser um verdadeiro julgador. Desde o saber até experiência, a compreensão, a resistência, a serenidade, sem esquecer a austeridade — requisito tão necessário quanto indefinível. Austeridade não é atitude, não é preparação, não é exterioridade. É qualidade inata, é maneira de ser, é, pode-se dizer, predestinação”.

— “Quem nasce juiz nasceu austero, como nascem bravos os guerreiros, e sentimentais, os poetas”.

— “A austeridade é prenda da vida, que a disciplina e a boa formação incorporam ao patrimônio moral e espiritual do Juiz. Ela é mais que compostura, porque se confunde com majestade”.

Na advertência aos juízes, Fernando Nóbrega é feliz quando cita:

— “Palavras testamentárias são as do Conde Henrique, na versão de Castilho: — “Não se distinga entre grandes e pequenos: todos são grandes para se lhes guardar o direito, todos são pequenos para não haver covardia em os punir”.

Num ato de contrição, Fernando Nóbrega se expande:

— “Filho de magistrado, não podia encerrar a minha vida noutra profissão. É verdade que é penoso o itinerário do Juiz. Requer e exige renúncia, desprendimento e sobretudo destemor para proclamar a verdade. O bom juiz não é aquele que satisfaz os que ganham: é aquele que sabe convencer os que perdem. A missão do juiz é contrariar a metade do mundo; quem não tiver medo dessa missão será digno do respeito dos homens e da complacência divina. O juiz é aquele de quem o mundo exige maior soma de virtudes, exatamente porque a ele incumbe a mais alta de todas as tarefas: distribuir justiça, pois, a justiça, como se sabe é a filha primogênita de Deus. Quem escolhe um juiz deve fazê-lo com prudência, cuidado e zelo de quem na esfera familiar adotasse um filho, ou na esfera religiosa designasse um santo”.

Sobre Álvaro de Carvalho, um homem público discutido e que substituiu, em hora dramática da Paraíba e do Brasil, a João Pessoa, quando do seu assassinato em Recife, em 1930, em carta ao desembargador Aurélio de Albuquerque, entre outras coisas singelas, diz:

— “Medito, neste momento para o paradoxo que de quando em vez, nos deparamos pelos caminhos da vida; ele, sendo um agnóstico, foi ao mesmo tempo, um santo, sendo um ateu, foi um puro”.

E, Fernando Nóbrega, ainda apresenta espírito crítico literário, pois, em carta, a Ariano Suassuna, sobre o seu livro “Pedra do Reino”, diz:

— “Pedra do Reino” não é um romance. É uma enciclopédia. Sente-se que na genialidade da imaginação fervilha um mundo de acontecimentos e de personagens que ele foi até levado a resumir. “Pedra do Reino” é um misto de prosa e poesia. Da mais autêntica poesia, porque emana das inspirações populares. Tem de tudo. Mas, é, especialmente, a epopéia do sertão. Rachel de Queiroz ficou indecisa: — “É romance, odisséia, poema, sátira, apocalipse?” E conclui: “Só comparo Suassuna no Brasil a dois sujeitos: Villa-Lobos e a Portinari”.

— “Ariano Suassuna engloba santos, poetas, mártires, profetas e guerreiros. O seu romance é romance de todo um sertão que a estrada de ferro e a rodovia acabaram”.

PÁGINA DE SAUDADE

Este pronunciamento de Fernando Nóbrega, sobre uma das mais austéras e admiradas figuras da vida paraibana de um passado não muito remoto — Walfredo Guedes Pereira — não só revela reconhecimento aos que serviram à Paraíba, como saudade dos que se foram.

Aqui estão trechos de discursos que pronunciou na Casa da Paraíba:

— “Se observamos os fatos contemporâneos da Paraíba, no ângulo de suas

solicitações sociais, buscando fixar os nomes daqueles que mais se credenciam à reverência pública, sem dúvida, o de WALFREDO GUEDES PEREIRA cresce logo aos nossos olhos.

-- Ninguém nesse sentido realizou mais do que ele através de uma prolongada existência, quase toda dedicada aos nobres sentimentos da solidariedade humana. Como médico, como administrador e, afinal, como apóstolo.

— O tempo de que dispomos para falar neste pedaço da terra paraibana, que é no Rio, a Casa da Paraíba, sobre o Dr. Guedes Pereira não comporta delongas nem detalhes. Procuraremos realçar em rápidas palavras a sua vida e a sua obra.

— Filho de agricultor, do velho Coronel Segismundo Guedes Pereira — cujo nome pronuncio com respeito e saudade — ele não quis as atividades da terra em plena inflação do preço do café, preferindo exercer a medicina, embora naquela época pouco rendosa e muito ingrata. Já era, porém o destino traçando o roteiro do seu apostolado futuro. Foi como um predestinado exercer a clínica médica na Capital do nosso Estado. Daqui do Rio levou os ensinamentos de Francisco de Castro, seu mestre e seu amigo. Do Lar feliz e honrado dos seus genitores, no Engenho Gamélas do município de Bananeiras, levou os princípios de uma moral pura, que soube manter sem ostentação, é verdade, mas também sem desvios nem veredas.

— O Dr. Guedes Pereira naqueles tempos que ficaram distantes, foi o iniciador na Paraíba, da especialização da medicina. O médico ou fazia clínica geral ou cirurgia e parto. Guedes Pereira foi pediatra. A criança foi sempre a eterna preocupação do seu espírito.

— Os métodos usados eram empíricos para se chegar ao diagnóstico das doenças. O tato era usado para se conhecer as moléstias do abdomen e a audição para as dos aparelhos circulatório e respiratório. Guedes Pereira fundou um laboratório de análises.

— Quando estava no ponto alto de suas atividades clínicas em 1920 assume o governo de nossa terra um seu fraternal amigo, filho também de Bananeiras, o preclaro e saudoso paraibano, Dr. Solon Barbosa de Lucena. E Guedes Pereira foi logo nomeado Prefeito da Capital. Revelou-se o administrador. Foi incalculável no resguardo do interesse público. Hoje podemos dizer que a ele devemos o verdadeiro plano de urbanização de João Pessoa. Rasgou avenidas novas e largas. Dando outra fisionomia a Cidade, criou o Bairro do Montepio e o Parque Arruda Câmara. A Lagoa não era conhecida senão pelos mosquitos saídos dos pântanos que ali se formavam na estagnação daquelas águas ou como centro pervertido de desocupados e de desordeiros. Graças, sobretudo a Guedes Pereira — a quem já chamamos da tribuna da Câmara, quando lhe fizemos o necrológico do Pereira Passos de João Pessoa — hoje o Parque Solon de Lucena é o mais belo recanto da Cidade.

— Quereis ainda outra realização de porte da sua passagem pela Prefeitura da Capital? Guedes Pereira foi o fundador da Assistência Municipal.

— Fez mais. Teve a coragem de enfrentar a campanha da tuberculanização do gado leiteiro. Sofreu ameaças dos proprietários dos estábulos prejudicados. Não tomou conhecimento. O gado tuberculoso morreu para Guedes Pereira salvar a vida de uma população que se contaminava impiedosamente. Deus porém sabe o que lhe custou não transigir nem recuar.

— Para nós, Guedes Pereira, foi sobretudo, um apóstolo da caridade. Nenhum sentimento aproxima mais a terra do Céu, nem o homem de Deus. É a suprema virtude cristã. Não dizemos caridade como simples favor dos que estão felizes aos que sofrem, um bem da abundância à pobreza, da alegria à mortificação. Mas, a caridade no sentido do dever de iguais para iguais, que todos nós somos realmente, na prática de um princípio que evolui das idéias de Cristo às formulas coletivas dos tempos modernos. Foi sob essa inspiração que Walfredo Guedes Pereira fundou, na Paraíba, o Instituto de Assistência e Proteção à Infância e o dirigiu até pouco antes de sua morte. Ele ali não foi somente um administrador material dos recursos e benefícios da Instituição. Foi a alma de quase quarenta anos, um expoente, um integrador desse período de ação, em que a nobreza é calculada pelas dores que se acalmam, pelas lágrimas que se enxugam, pelas crianças que se salvam.

— A poeira do tempo pode contaminar tudo e acabar com tudo. Só não terá forças para arrefecer na Paraíba o culto de gratidão à memória de Walfredo Guedes Pereira, porque o Instituto de Proteção e Assistência à Infância será monumento gigantesco que perpetuará o nome e a benemerência do seu grande fundador”.

Fernando Nóbrega responde às minhas perguntas:

A PARAIBA NOS SONHOS

- 10) Deixei de residir na Paraíba em 1946, quando me investi no mandato de Deputado Federal. Depois, passei a exercer a direção de cargos públicos, cuja sede era no Rio de Janeiro. Confesso que, ainda hoje, sonho terminar meus dias na Praia Formosa. Reconheço, porém, que é difícil neste outono da vida, carregado de netos, todos residentes no sul. E os netos prendem demais a gente, embora o nosso sociólogo Viana Moog tenha me dito certa feita e com muito espírito, que os netos são contraditórios: dão alegrias quando chegam e dão alegrias quando saem.

FASCÍNIO PELA JUDICATURA

- 20) A função pública que mais se ajustou ao meu temperamento e mesmo mais me apaixonou foi a de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Pode-se pensar que a política me fascinava. Fascinava. E ainda me atrai a sua atividade. Gosto de sua movimentação, embora não tenha mais nenhuma aspiração em exercer mandato legislativo, tanto que o meu domicílio eleitoral permanece no Rio. Passei da idade. Sou, sobretudo, pela renovação de valores, pelo domínio da gente moça. À juventude que aponta nas perspectivas da vida pública cabe a missão de conduzir e orientar o Brasil e a Paraíba do futuro. Se falhar é porque estamos irremediavelmente perdidos.

Minha vocação, porém, sempre foi a de magistrado. Devo a meu pai essa atração irresistível, porque ele foi Juiz a vida toda. E Juiz de verdade. Achava invejável a sua postura de magistrado. Sereno, inflexível, austero, independente, forte para os fortes, humano para os humildes.

Quando advogava na Paraíba e o fiz cerca de vinte anos, alimentava a esperança de chegar ao cargo de Desembargador pelo terço destinado aos profissionais do Foro. Mal sabia eu que uma poltrona do Tribunal Superior do Trabalho aguardava-me um dia. Aí, então fui Juiz. Meus ouvidos trancaram-se às solicitações. Os autos eram a minha única inspiração. Acho admirável aquele epitáfio que Alcides Carneiro recomenda para se iluminar a laje do seu túmulo: "Foi Juiz. Se absolveu por compaixão, não condenou por fraqueza".

O MAIOR PRESIDENTE: JUSCELINO KUBITSCHKE

- 3º) O Presidente da República que mais me impressionou, pelo destemor de suas atitudes e pelo acervo das realizações do seu governo, foi Juscelino Kubitschek.

Como Ministro do Trabalho, Previdência Social, Indústria e Comércio, jamais levei uma irregularidade administrativa a seu conhecimento que não aceitasse sugestão de um inquérito e conseqüente punição dos culpados. Foi um período para mim agitado, delicado e difícil. Diversas vezes tive de agir com energia. Jamais usarei os processos da violência.

AUSTERIDADE DE HOMEM PÚBLICO

Na minha passagem pelo Ministério do Trabalho, somente no antigo Saps foram instaurados cento e trinta inquéritos. Decreei mais de uma prisão administrativa. Foram abertos inquéritos no Sesc, na Equitativa, no Ipase, na Cofap, na Fundação dos Garimpeiros, em quase todos os institutos que até então se dividia a Previdência Social. De uma sindicância na Delegacia Regional de São Paulo, foram demitidos a bem do serviço público, quatro ou cinco Inspetores ali lotados. Tudo isso foi feito em silêncio. Mineiramente.

Por outro lado devo realçar, a figura humana do Presidente Kubitschek. Relembro em episódio digno de registro. Formara-se em Medicina um filho do Deputado Nestor Duarte. Quando freqüentava o quarto ano do curso superior foi acometido de paralisia infantil. Vivía numa cadeira de rodas. Nestor, meu velho amigo mas combativo parlamentar opositor, vai ao meu gabinete e pede o lugar de hematologista do Hospital do Ipase, que vagara e era a única função que, na realidade, o filho poderia exercer. Nobremente, fez-me a seguinte advertência: "Se o meu filho for aproveitado continuarei com o mesmo ardor oposicionista". No primeiro despacho levei o fato ao inteiro conhecimento do Presidente. Ouviu-me e apenas perguntou: Trouxe o ato? Com a minha resposta afirmativa, assinou-o. Fez-me, então, a seguinte recomendação:

“Entregue esta portaria a Nestor Duarte e diga-lhe que ele não me deve nada; quem a assinou não foi o Presidente da República, foi um pai de família.

Não posso deixar também de exaltar, Getúlio Vargas, como gênio político que a Nação conheceu. Até na tragédia de sua morte foi um político. O maior de todos.

FOLCLORE POLÍTICO PARAIBANO

- 4º) Bem, devo distinguir dois acontecimentos que marcaram a minha vida pública e de forma indelével. Um na esfera estadual e o outro na federal.

O primeiro prende-se a denominada “Guerra do Poço”.

O Governador Argemiro de Figueiredo mandara punir disciplinarmente um bravo oficial da Polícia Militar, talvez o que mais se destacara contra os rebeldes de Princesa, o Major João Costa. Acompanhado de sargentos expulsos daquela corporação, o mencionado oficial entrincheirou-se, devidamente e municiado, numa casa da Praia do Poço. A notícia corrente era a de que o Major João Costa e seus companheiros levariam ao extremo o seu gesto. Foi organizada uma verdadeira expedição para prendê-lo, comandada por um outro Major da Polícia. A tropa partiu do quartel em três caminhões. A nota, vamos chamá-la de pitoresca, foi o comandante colocar no primeiro dos veículos, um conjunto de cometeiros, tocando estridentemente durante o trajeto percorrido. Talvez por cautela para avisar aos amotinados, evitando o choque que se avizinhava. As ordens do Governador eram terminantes. João Costa não cedia. A tropa não fechava o cerco ordenado, de jeito nenhum. O quadro varou a madrugada, sem qualquer desfecho. A verdade é que ninguém queria brigar. Foi quando nos reunimos, José Mariz, Secretário do Interior e Raul de Góis, Chefe do Gabinete Civil e tomei, com o apoio de ambos, a iniciativa de dar fuga ao Major João Costa. Seria um atrito inútil e sangrento, que traria para o Governo uma impopularidade incalculável, sobretudo se João Costa fosse mortalmente baleado. Convidei a comparecer ao Palácio, o Diretor do Tesouro, Romualdo Rolin, amigo de João Costa e do Coronel José Maurício. Assumindo todos os riscos, porque Argemiro estava irredutível, solicitei de Romualdo Rolin que conseguisse do Coronel José Maurício uma ida ao Poço para oferecer fuga ao Major João Costa, pela beira do mar até a Praia do Bessa, onde um caminhão já o esperava, a fim de transportá-lo e aos seus companheiros ao Recife. Ao mesmo tempo, mandei avisar ao comandante da tropa pelo oficial da ligação. Deu tudo certo.

No dia seguinte, chegando ao Palácio, tive a notícia de que Argemiro estava uma fera comigo. Imediatamente fui procurá-lo. Ainda hoje guardo na lembrança o quadro desagradável. Fui encontrá-lo no último dos quartos do Palácio, pálido, mordendo os lábios, balançando-se numa re-

de. Ao me avistar, sem qualquer cumprimento, rispivamente foi interpellando: "Quem deu fuga a João Costa?". Surpreendeu-se com a minha resposta pronta e incisiva: "Fui eu, para resguardar e servir melhor o seu governo. E se acha que traí sua confiança, mande lavar o ato de minha demissão". Era eu o Prefeito da Capital. O Governador levantou-se comovido e me abraçou dizendo: Um amigo como você não pratica uma deslealdade.

Nesse dia chegava ao Recife o General Dutra, Ministro da Guerra. Arge-miro deu-me logo uma missão de confiança. Mandou-me que o visitasse em nome do Governo da Paraíba. Aí surge novo imprevisto. Dirigindo-me ao Grande Hotel, onde o Ministro estava hospedado, logo na portaria, fui recebido pelo Major João Costa, com efusão indisfarçável. Até me abraçou. Assim terminou a "Guerra do Poço". Guerra sem luta, sem sangue, sem disposição belicosa.

O SAMARITANO DOS TRABALHADORES

Vamos, agora, ao outro acontecimento de âmbito nacional e de consequências além de perigosas, imprevísiveis.

Indiscutivelmente, o maior perigo da minha vida de homem público foi quando tive de enfrentar dez mil trabalhadores, em São Paulo, arregimentados para se dirigirem ao Rio, pela via Dutra, na tão decantada "Marcha da Fome". Era o começo da subversão da ordem pública. Ou melhor, o estopim da Guerra Civil. O Exército, sediado nos municípios do Vale do Paraíba, com a sua tropa armada e municuada, já se preparava para ocupar a margem da estrada por onde passariam os ônibus e os caminhões, e impedir, de qualquer forma, a desordem planejada.

Fui a São Paulo dialogar com os trabalhadores. Reunidos no amplo salão do Sindicato dos Metalúrgicos, adverti-os de que não estava ali para atritos e incompreensões. Trazia um apelo do Governo para que São Paulo oferecesse ao Brasil tranqüilidade social. Insisti para que meditassem na delicadeza da situação, não subvertessem a Nação e muito menos derramassem o sangue brasileiro. Venci a exaltação e, em pouco tempo estava sendo redigida e assinada a ata do acordo salarial, em bases propostas pelo Governo, senão justas, pelo menos razoáveis. Dissolvida a assembléia, retirei-me sob a aclamação dos trabalhadores paulistas compreensivos e ordeiros e decepcionada ficou a minoria atuante dos pregoeiros e profissionais da desordem.

No dia seguinte fui recebido pelo Governador Jânio Quadros, no Palácio dos Campos Elyseos, com uma guarda de honra da Polícia formada no pátio externo e fardada em grande gala, para prestar-me continência. E o Chefe de Estado aguardava-me no seu gabinete com estas palavras: "Não costumo receber as autoridades que me visitam dessa forma. É uma homenagem especial. É, Senhor Ministro, o agradecimento de São Paulo".

EVOCÇÕES

- 5º) - Na vida pública paraibana a figura que mais ficou na minha recordação e mais se firmou no meu conceito foi a do Presidente João Suassuna. Um homem público admirável pelo talento, pela coragem pessoal, pela pureza de costumes.
- 6º) - As minhas preferências literárias são pela história e pela biografia.
- 7º) - Jamais me afastei da Paraíba. Visito-a todo ano. Tenho pela minha terra uma espécie de amor físico. A Paraíba vive, a todo instante, presente nos meus pensamentos, nas minhas recordações, nos meus estremecimentos pelo seu destino.
- 8º) - Destaco entre os meus amigos, como o mais antigo, o mais constante, o mais fraterno, Alcides Carneiro. Estudantes da Faculdade de Direito do Recife, moramos juntos quatro anos, na mesma república da Rua da União, no mesmo quarto sem a mais leve desinteligência. Uma autêntica afinidade de temperamento e de sentimentos. E essa afeição tão estreita, até hoje vem resistindo às turbulências do tempo. Nele resumo outros e excelentes amigos.
- 9º) - Reconheço que não prestei serviços à Paraíba. Ela é que foi para mim excessivamente dadivosa. Aliás, aos filhos não surpreendem os enternecimentos do amor materno.
- 10º) - O personagem histórico de minha predileção é André Vidal de Negreiros.
- 11º) - O fato militar que mais admirei foi a invasão da Normandie.
- 12º) - Nasci em João Pessoa, na Avenida General Osório, 180, quando ainda se chamava Paraíba e Rua Nova. Até o número mudou: era 29. Tenho também a cidadania de Bananeiras por decisão unânime de sua Câmara de Vereadores, título que sobremodo me desvanece.

TRABALHOS PUBLICADOS EM OPÚSCULOS

- O Poder Judiciário no Projeto de Constituição de 1946;
- As Eleições Municipais na Paraíba e o Governo Oswaldo Trigueiro (1947);
- O Panorama Financeiro do Brasil (1948);
- O Impeachment (Defesa na Câmara dos Deputados da Política Financeira do Governo Getúlio Vargas - 1954);
- O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio perante o Senado Federal (1959);
- A Mocidade e a Reconstrução Social (Discurso de Paraninfado - 1960);
- A Lição de Minha Experiência (Discurso de Paraninfado - 1972).

CURRICULUM

Nascimento: 20 de agosto de 1904 em João Pessoa na Paraíba.

Filiação: Francisco Gouveia Nóbrega e Maria da Cunha Nóbrega.

CURSOS

Primário no Colégio D. Ana Borges e Grupo Escolar Tomás Mindelo
Secundário no Colégio Diocesano Pio X e Liceu Paraibano
Superior na Faculdade de Direito do Recife onde colou grau em 11.08.1927.

CARGOS PÚBLICOS EXERCIDOS EM SEU ESTADO

Secretário Particular do Presidente João Suassuna (1924)
Curador Geral de Órfãos da Comarca de João Pessoa (1928). Exonerado desta última função, por extinção do cargo, dedicou-se exclusivamente à advocacia por longos anos.
Presidente do Instituto dos Advogados da Paraíba;
Secretário-Geral do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados da Paraíba;
Representante da Paraíba no Conselho Federal da Ordem dos Advogados;
Prefeito de João Pessoa (1939);
Secretário da Fazenda (1940);
Secretário da Interventoria Federal (1945).

MANDATOS POLÍTICOS

Constituinte e Deputado Estadual (1935);
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça na Assembléia Legislativa da Paraíba;
Deputado Federal (1946 a 1953), onde fez parte da Comissão de Finanças, sendo Relator do Orçamento do Ministério da Fazenda e da Comissão de Constituição e Justiça.

CARGOS PÚBLICOS EXERCIDOS NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1951/1958);
Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (1958);
Ministro Interino dos Negócios da Agricultura (1960);
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (1960);
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho (1969/1971).

CONDECORAÇÕES

Legião de Honra do Governo da Bélgica;
Grande Oficial do Mérito Naval;
Grande Oficial do Mérito Aeronáutico;
Medalha do Mérito Jurídico Militar;
Medalha da Ordem do Mérito Jurídico do Trabalho;
Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

FLORIANO DE LIMA BRAYNER

“ Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1975

Exmo Snr. Marechal
Floriano de Lima Brayner
Rua Paula Freitas, 61 Apto 202
Copacabana
Rio de Janeiro, RJ

Prezado Marechal Lima Brayner:

A Delegação Americana da Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos recebeu certificados agraciados pela Escola de Comando e Estado – Maior do Exército Americano (U.S. Army Command and General Staff College) em Fort Leavenworth, Kansas, aos Oficiais Aliados Diplomados que alcançaram posições da maior relevância em suas carreiras militares, a serviço de seus respectivos países.

A Escola de Comando e Estado – Maior do Exército Americano criou uma “Galeria de Oficiais Aliados Célebres” com o objetivo de homenagear as realizações de seus diplomados no campo militar. O certificado que a Escola gostaria de oferecer a Vossa Excelência em breve representa este reconhecimento que além disso atesta a brilhante carreira militar desempenhada como soldado e chefe militar.

A Delegação Americana da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos sente-se honrada e tem a grata satisfação de participar da entrega deste certificado a Vossa Excelência, portanto, neste ensejo, gostaríamos de formular um convite a Vossa Excelência para comparecer, juntamente com membros de sua família e amigos, à cerimônia de entrega que será realizada às 16,30 horas no dia 3 de junho de 1975, no 15º andar do Palácio Duque de Caxias ex-Ministério do Exército).

Agradeceríamos muitíssimo a amabilidade de um contato com este gabinete (Telefone: 243-7672 ou 253-8055 ramal 207) a fim de informar se Vossa Excelência aceita este Certificado e poderá nos honrar com a sua presença.

Aguardamos esta ocasião com entusiasmo pois teremos a oportunidade de manifestar nossas melhores congratulações a Vossa Excelência pela justa homenagem devida a seu brilhante desempenho profissional.

Enquanto aguardamos o pronunciamento de Vossa Excelência, em futuro próximo, solicitamos que aceite as afirmações da mais elevada estima e consideração.

Cordialmente,

MAURICE W. KENDALL

General-de-Divisão, Exército dos EUA

Chefe da Delegação Americana e Representante

do Chefe do Estado — Maior do Exército dos EUA

na CMMBEU”

Começa muito bem este capítulo. A carta acima é documento que consagra a vida militar. O.U.S. Army Command and General Staff College, com sede em Fort Leavenworth, Kansas, condecora assim oficiais que “alcançaram posição da maior relevância em suas carreiras militares, a serviço de seus respectivos países” e “atesta a brilhante carreira militar desempenhada como soldado e chefe militar”.

REPERCUSSÃO NO SENADO DA REPÚBLICA

E o seu significado chegou até o Senado da República, onde o Senador Ruy Carneiro, coadjuvado pelo próprio Presidente da mais alta casa de parlamento brasileiro e por um dos seus membros mais conspícuos, Senador Gustavo Capanema. Não só fê-la transcrever nos anais, como abordou a figura do marechal paraibano num perfil que se ajusta inteiramente aos nossos fins.

Não terei que ir buscar outras palavras, pois as do Senador paraibano são luvas justas e ajustadas, e o seu objetivo em pronunciá-las no Senado da República foi as de fazê-las ecoar pela Nação. E este registro se fará para a história, pois este livro não tem outro propósito senão ampliar a projeção histórica da Paraíba, no contexto brasileiro.

Tem a palavra, aqui, o Senador Ruy Carneiro:

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por cessão, ao nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO (MDB — Paraíba. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Na sua presença pelo Brasil, a Paraíba se situa muito bem em todos os campos de atividades. Os seus valores se espalham entre intelectuais, artistas, ju-

ristas, profissionais da medicina, políticos e militares.

E o que orgulha, o que envaidece, o que estimula a nós outros paraibanos, que procuramos honrar esta tradição, ainda que na modéstia de uma participação ativa na vida pública do País, é a sua contribuição em todos os movimentos cívicos que integram a nossa formação e a nossa história.

O saudoso poeta e historiador paraibano, Eudes Barros, em conferência realizada por ocasião das comemorações ao Sesquicentenário de nossa Independência, em João Pessoa, após enumerar passagens de relevo da Paraíba, nas lutas pela nossa libertação política, cita palavras de Pedro I, em junho de 1822, que muito nos sensibiliza:

— “A Província da Paraíba do Norte é aquela que tem sido firme, certa e constante”.

Certa e constante, firme e resoluta tem sido a Paraíba ao longo da vida nacional. Temos heróis nas lutas contra invasores nos tempos coloniais, quando um Vidal de Negreiros se destaca como uma das maiores figuras da história. Temos vultos do porte de um Epitácio Pessoa, na vida republicana. Surge em José Américo de Almeida no processo de renovação política do País, em 1930.

Na última guerra, entre paraibanos que integraram a FEB, como General Delmiro de Andrade, General Edson Ramalho, Coronel Roberto Pessoa Ramos, Coronel Aluysio Guedes Pereira, Coronel Manoel Rodrigues Carvalho Lisboa e outros valorosos “pracinhas”, o General Aurélio de Lyra Tavares — também da primeira linha dos que lutaram na Itália — em prefácio ao seu livro “História da Engenharia Militar, no Brasil”, diz:

— “E a Paraíba está, também, ligada à história da Força Expedicionária Brasileira, em cujas fileiras figurou um apreciável contingente de 1.497 paraibanos, conforme assinala o Marechal Mascarenhas de Moraes, no livro “A FEB pelo seu Comandante”. Nele se incluem, ao lado de numerosos oficiais, o próprio Chefe do Estado — Maior, Coronel Floriano de Lima Brayner e o Comandante do glorioso 11º Regimento de Infantaria, o Coronel Delmiro Pereira de Andrade”.

E se não bastassem os títulos que já ostenta o eminente paraibano Marechal Floriano de Lima Brayner, cuja fê de ofício se inicia com a declaração de Aspirante-a-Oficial, em fevereiro de 1917, percorrendo a hierarquia militar até atingir as de Marechal em 1968, desempenhando com integridade as altas funções de Ministro do Supremo Tribunal Militar; tendo sido professor e subdiretor da Escola Militar, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola do Estado — Maior do Exército; com cursos das Escolas de Oficiais Superiores da França e do Estado — Maior e Comando de Leavenworth, nos Estados Unidos; conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola de Guerra Naval e do Estado-Maior da Aeronáutica; Comandante da 1ª e 7ª Região Militar do I e do III Exército; Chefe do Estado — Maior do Exército; e por último, na Campanha da Itália, Chefe do Estado — Maior da FEB e, posteriormente, Adido Militar em Paris, Londres, Roma e Madrid. Se não bastasse todo este curriculum vitae, dos mais brilhantes que um soldado pode apresentar,

ainda é o autor de “Noções de Tática de Infantarias”, “A Verdade Sobre a FEB” e “Luzes sobre Memórias”.

Agora, muito recentemente, o Marechal Floriano de Lima Brayner vem de receber comunicação do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos, incluindo-o na “Galeria dos Chefes Militares Célebres” da Academia de Comando e Estado — Maior de Leavenworth. Nesta Galeria figuram somente os chefes que cursaram aquela Escola de Altos Estudos Militares e se destacaram na paz e na guerra.

Esta honra excepcional não só distingue o Marechal Floriano de Lima Brayner, como sensibiliza a todos os paraibanos, pelo que passarei a ler a mensagem a respeito do General-de-Divisão do Exército dos Estados Unidos, Maurice W. Kendall, Chefe da Delegação Americana e representante do Chefe do Estado — Maior do Exército dos Estados Unidos na Comissão Militar Brasil — Estados Unidos.

Quero, assim, que os Anais do Senado da República inscrevam páginas da maior significação para a vida de um ilustre paraibano, Marechal Floriano de Lima Brayner.

O Sr. Gustavo Capanema (ARENA — Minas Gerais) — Rogo a V.Ex^a licença para um aparte.

O SR. RUY CARNEIRO (MDB — Paraíba) — Ouço com muita honra o aparte do ilustre colega.

O Sr. Gustavo Capanema (ARENA — Minas Gerais) — Conheci o Marechal Lima Brayner em duas grandes oportunidades: quando ele era Coronel do Exército e Oficial integrante da FEB naqueles tormentosos dias da Segunda Guerra Mundial, e quando ele foi o chefe do Gabinete Militar do Presidente Nereu Ramos, em pleno exercício da Presidência da República. No primeiro momento era eu Ministro da Educação e Saúde do Presidente Vargas e no segundo eu era o líder do Governo na Câmara dos Deputados. Pude, assim, de uma e outra posição conhecer o ilustre militar cujo nome V.Ex^a celebra. Pude ver nele, no primeiro momento, a figura militar cheia de serviços ao País, figura de que ele próprio deixou a imagem no seu livro “Luzes sobre Memórias”, e, no segundo momento, a figura política, exemplarmente esclarecida e correta. Solidarizo-me, deste modo, com a homenagem que V. Ex^a lhe presta no excelente discurso que está pronunciando e o Senado ouve com o maior apreço.

O SR. RUY CARNEIRO (MDB — Paraíba) — É com grande prazer que incorporo ao meu discurso o aparte do eminente Senador Gustavo Capanema, o qual vem ratificar integralmente os conceitos aqui expendidos sobre o ilustre militar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A presidência associa-se às justas homenagens prestadas ao Marechal Lima Brayner pelo eminente Senador Ruy Carneiro. O homenageado merece de todos nós respeito e admiração. Soldado ilustre, patriota, com uma vida inteiramente dedicada à Nação Bra-

sileira, o Marechal Floriano de Lima Brayner, paraibano dentre os mais notáveis, merece o alto apreço não só de seus conterrâneos, como o Senador Ruy Carneiro, como de todos nós brasileiros.

Eis a razão deste registro da Presidência, com o qual, estou convencido, o Senado Federal concorda.

DEPOIMENTO AMARGO

Das respostas que recebi dos personagens deste livro, ao questionário que distribuí com o fim de levantar a imagem de cada um, com a ajuda de suas próprias palavras, a mais amargurada, a mais sofrida, a mais abalada por profunda melancolia, foi a do Marechal Floriano de Lima Brayner.

E ela custou a chegar! Em carta de 20.02.75, dizia-me:

“Considere interessante os objetivos da missão que lhe foi outorgada, dada a sua grande vivência nas atividades públicas de nosso país, nos últimos vinte anos. Desejo-lhe todo êxito. A Paraíba está mesmo, muito necessitada de uma ação promocional, tal a situação de emissão e subordinação política a que a conduziram no cenário político, econômico e militar de nosso país. Basta lembrar que é o único Estado da Federação que não tem um estádio esportivo, nem se faz representar nos campeonatos. O único Estado sem aeroporto. É subsidiário de Pernambuco (Recife), onde os aviões despejam cargas e passageiros. Infelizmente não me considero uma personalidade para figurar com destaque no Cenário Paraibano, embora tenha sido Chefe do Estado Maior do Exército, Ministro do Exército, Chefe do Estado — Maior da F.E.B., Ministro do Superior Tribunal Militar, Chefe da Casa Militar e, principalmente, único Marechal paraibano. Mas, a Paraíba, tradicionalmente não gosta de militares. A mim, apesar dos meus 61 anos e 4 meses de serviço público, a Paraíba sempre ignorou. Não vejo como meu nome aparece entre os nomes de grandes servidores. Os próprios paraibanos se surpreenderiam”.

O repórter não deve desistir ante os primeiros percalços. Insisti com uma carta em que dizia “permita que discorde das conclusões de sua atenciosa carta, pois a sua personalidade independente de seu ponto de vista, está na história, posição honrosamente conquistada ao longo de mais de 60 anos de vida pública”.

Acrescentava ainda: “Como passar à margem do Eminente Contrerrâneo, quando se não bastassem todos os seus títulos conquistados pela força da inteligência e da cultura, do patriotismo e da dignidade funcional, bastaria o fato de ter sido ex-combatente da gloriosa F.E.B., com os galões mais altos de Chefe de seu Estado — Maior e, ainda por cima, o escritor da participação dos soldados brasileiros na luta pela salvação da democracia no mundo?”

Por fim, vencidas as últimas resistências, veio o depoimento, absolutamente autêntico, dando o Marechal nome aos bois, enquanto, sem abafar mágoas, justas umas e injustas outras, descreve a sua escalada do “sítio Camboim”, em João Pessoa, ao marechalato, experimentando duros momentos que mais dão forma e conteúdo ao seu vulto que hoje se situa entre os paraibanos mais ilustres.

A PARAÍBA E OS MILITARES

Gostaríamos apenas de ressaltar, que tanto a Paraíba não é “tradicionalmente contra os militares” que, neste livro, dois outros não menos ilustres paraibanos que se fizeram na carreira das armas, Aurélio de Lyra Tavares e Jayme Portela de Mello, surgem com honra e orgulho para seus conterrâneos. Vidal de Negreiros, o herói das lutas subterrâneas e campanhas contra os holandeses, é hoje patrono do antigo 15RI, por decreto presidencial. O General José Pessoa tem avenida, em João Pessoa, com o seu nome. O General Silveira Castor da Nóbrega, é outro militar de muito conceito para os paraibanos, assim como o brigadeiro Adamastor Cantalice, todos de tradicionais famílias da Paraíba. O General Delmiro de Andrade, também um dos integrantes da F.E.B., com altas condecorações, está sempre nas evocações paraibanas. O General Manoel Rodrigues Carvalho Lisboa, igualmente febiano, não é esquecido pelos paraibanos. O General Roberto Pessoa Ramos, do grupo de caça que atuou na Itália, é outro vulto militar que a Paraíba reverencia. O almirante José Londres, além de pertencer a uma família das mais ilustres do Estado, é lembrado. E, assim, inúmeros militares, das três armas, compõem uma representação das mais luzidas da Paraíba, nos quadros gerais da Nação.

De um General de Exército, a Paraíba já o fez Presidente do Estado, como Francisco Camilo de Holanda que, nos traços biográficos levantados por Liberato Bittencourt, em “Paraibanos ilustres”, encontramos:

“Médico e político. Nasceu na cidade da Parahyba, a 10 de setembro de 1862, formando-se depois em Medicina e entrando para o corpo médico do exército, como tenente, em 1889. Foi promovido a capitão em 1890; a major em 1907. Em 1893, bons serviços prestou à causa legal e em 1897 esteve em serviço na guerrilha de Canudos. Foi deputado Federal pela Paraíba de 1900 a 1902 e de 3 de Maio de 1909 até à presente data (este livro foi editado em 1912). Prestou em tempo seus serviços à abolição”.

Em 22 de Outubro de 1916, o General Francisco Camilo de Holanda assumia a Presidência do Estado da Paraíba.

Generais que serviram nos comandos de unidades locais, quer em João Pessoa, quer em Campina Grande, voltam sempre aos pagos de adoção, nas férias, em busca afetiva de renovação de amizade e recordação de tempos sadios em que lá serviram. Na época em que o Marechal Floriano Brayner escreveu, lamentando a falta de estádio de futebol, Ernani Sátyro construiu dois, um em Campina Grande, outro em João Pessoa, e, hoje, já se realizam jogos de campeonato de futebol e com uma afluência popular que os valores de renda indicam vultosa. O aeroporto “Castro Pinto” lá está pronto, em João Pessoa, em condições de receber até jatos. Como a sua localização próxima de Recife e Natal, a sua função é reduzida a aeroporto de alternativa. Quanto à projeção dos paraibanos, este livro, através dos seus 34 personagens, inclusive o Marechal Floriano de Lima Brayner, é documentário irrepensável.

Já houve época, não muito longínqua, que a Paraíba comandava a Câmara

dos Deputados, com dois líderes paraibanos, um do Governo e outro da oposição. Em ocasiões próximas, paraibanos ocupavam concomitantemente altas funções, na Câmara dos Deputados (Presidência), no Ipase (Presidência), na Chefia da Casa Civil da Presidência da República, na Companhia Álcalis (Presidência), no Conselho Superior das Caixas Econômicas (Presidência), na Companhia de Navegação Costeira (Superintendência).

Se mais gerais não deu à Paraíba, deve-se ao fato de não termos colégio militar que drenaria vocações às mais diferentes armas da Defesa Nacional. Há coisas curiosas, como acontece, por exemplo, na Polícia Militar, com os seus quadros de oficiais dominados por filhos de município de Teixeira, terra de gente valente e de soldados!

No mais, o marechal Lima Brayner falará sem contestação a não ser dos leitores que, obviamente, têm ampla liberdade de opinião e de crítica. O que me coube, neste livro, foi a colocação de valores da galeria. E, isto, penso que fiz, com "Presença da Paraíba no Brasil".

Eis o depoimento do soldado paraibano de duas guerras e ostentando galardões dos mais altos na hierarquia militar brasileira:

MARECHAL FLORIANO DE LIMA BRAYNER

QUESTIONÁRIO

1 — Como e porque se fastou da Paraíba?

De pensamento e de coração, jamais me afastei da minha terra natal. Meu pai, militar de carreira, não podia se fixar na pequena guarnição militar da Paraíba. Saía e voltava constantemente, tanto assim que eu e mais cinco irmãos nascemos na cidade, hoje João Pessoa, no sítio Camboim, residência dos meus avós maternos. Depois que ingressei no exército como Oficial, servi na guarnição da Paraíba no ano de 1927. Depois o curso do meu destino só me permitiu voltar em 1953, como General de Divisão, para tentar o QG da 7ª D.I. que seria aí sediado. Infelizmente o Governo não confirmou essa decisão. Várias vezes voltei a minha terra, como passeio, em visita aos parentes e por amor ao torrão natal. Na mesma condição pretendo voltar outras tantas vezes.

2 — Da vida Pública, qual o cargo ou função que mais se ajustou à sua personalidade ou que mais o apaixonou?

Na profissão das armas os cargos ou funções são ocupados em função da hierarquia. Nos meus verdes anos de Tenente e Capitão, nada me encantava mais do que as funções de Instrutor da Tropa ou das escolas de Oficiais (Estado-Maior ou Aperfeiçoamento). Como Coronel, fui Chefe do Estado Maior da Força Expedicionária Brasileira, na campanha da Itália, único Oficial Brasileiro que exerceu tal função em guerra externa, jamais supreei nos meus ombros o peso de tamanha responsabilidade. Escolhido pelo Marechal Mascarenhas, entre Coronéis do mais alto gabarito, supreei os mais rudes combates, não pela presença do inimigo poderoso, mas, pelo desdour de cartas companheiras que me criavam dificuldades.

Com a ajuda de Deus, consegui chegar a “Porto e salvamento” como disse o poeta, com as mais honrosas referências do General Mascarenhas.

Todavia, no âmbito da minha carreira as funções mais imponentes por mim exercidas foram, na alta administração, sem dúvida, as de Chefe do Estado-Maior passando a figurar na galeria dos mais ilustres e prestigiados Chefes do Exército. Sua jurisdição sobre a totalidade do Exército, nos problemas de instrução e preparação para a guerra, empolgou-me e exigiu de mim os mais denotados esforços, no coroamento de minha carreira. Durante cerca de três anos, eu dei ao Exército toda a minha experiência, de paz e de guerra. Antes, por curto prazo, exerci o comando do III^o Exército, no Sul do País, a mais bela e complexa missão de Comando, do Organismo Militar brasileiro.

Encerrei minha carreira militar, como Ministro do Superior Tribunal Militar durante sete anos. Desse exercício alimentava uma grande expectativa. Todavia, só colhi decepções. Cheguei a me ombrear com ilustres penalista que sabiam honrar a toga, como Cardoso de Castro, Murgel de Resende, Austra Dourado; e entre militares lá estavam Alencar Araripe, José Espíndola, estudiosos e austeros. Sonhei com um grande Tribunal, mas...

3 – O Presidente da República que mais o impressionou?

Admirei e aplaudi Epitácio Pessoa, como expressão de inteligência e destemor no exercício da Suprema Magistratura da Nação. Orador potenteso, sabia dizer com justeza e desassombro, ao Povo brasileiro, as verdades que ele precisava ouvir. Ouvi-o muitas vezes embrevicado. Acompanhei muito de perto o período crucial da Ditadura de 15 anos de Getúlio Vargas. Noite escura que se prolongou até mergulhar o Brasil na Guerra monstruosa que devorava o mundo. E lá fomos nós, os 30 mil do Cruzeiro do Sul, sem a sanção do Povo brasileiro, pois, não possuíamos Parlamento, derramar o sangue generoso do Brasil, pagando rudezmente o crime de nossa imaturidade política.

Entretanto, do panorama político – constitucional do Brasil, dois presidentes deixaram uma impressão imorredoura: Arthur Bernardes e Eurico Gaspar Dutra. O primeiro foi a encarnação mesma do princípio de autoridade. Entretanto, quando se levantou no Clube Militar, em 1921, a questão das célebres cartas falsas, cuja a autoria se atribuía a Bernardes, eu acreditei, como uma grande parte do exército, fui contra ele e sofri as consequências. Os tempos passaram. Ele fez um governo com pulso de ferro, salvando o País do caos e da desordem. Em 1948, quando da questão da tentativa da internacionalização da Amazônia, eu, como sub-chefe do E.M. do Exército, levantei o meu protesto contra a Convenção de Iquitos. Bernardes, Deputado Federal, estendeu-me a mão e levou a questão para o parlamento, numa memorável campanha que derrubou o famoso instrumento de traição ao Brasil. Trocamos correspondência sobre o assunto. Eu tenho em meu poder algumas dessas cartas memoráveis com as quais salvamos a integridade da Amazônia. Mais tarde, em 1958, ele veio a minha casa para me conhecer pessoalmente. Comoveu-me profundamente ao dizer-me: “passo-lhe o bastão na direção dessa luta, porque estou nos meus últimos dias”. De fato, pouco tempo depois,

ruía o velho Jequitibá. Eu venero a sua memória.

Todavia, eu considero o mais impressionante dos Presidentes, o Marechal Eurico Gaspar Dutra. Não foi um candidato militar. Embora, não fosse propriamente um político de carreira; foi eleito pelo Partido Social Democrático (PSD). Empossado, declarou imediatamente: “Eu quero ser o presidente de todos os brasileiros”. Chamou o partido de Oposição ao convívio do Governo, dando-lhe Pastas Ministeriais. Foi o governo da Constituição, de realizações memoráveis e do Império absoluto da Lei. Quando eu ingressei no Exército, como Cadete na Escola Militar de Realengo, ele era 1º Tenente e estava no serviço de Oficial do Dia. Data desse dia, a nossa amizade. Pelos exemplos que deu de austeridade, de fidelidade e respeito à Lei e aos adversários políticos, pela intransigente defesa do Regime e das Instituições, eu o considero o mais perfeito dos Presidentes da República. Teve defeitos, sem dúvida; mas, as suas qualidades e o equilíbrio de seu governo, superaram de muito as deficiências que se lhe possam apontar.

4 – Os momentos mais difíceis e árduos da vida pública e funcional?

Considero que a profissão das armas é a que evolui dentro de um ciclo preciso tendo uma atividade permanente, certa e definida, que é a preparação para o Comando, na escola ascendente de hierarquia, desde os primeiros postos a até os mais elevados que logre alcançar. Em todo esse ciclo, a preparação para o Comando tem uma finalidade básica: a preparação para a guerra. Para evitar que se torne rotineiro, o militar profissional tem que evoluir constantemente, através dos Cursos e Escolas de responsabilidade crescente, compatíveis, com a idade e o nível de Comando, até que, pela reforma, a Nação julgue desobrigado de seus compromissos.

Eu concluí o curso normal do ciclo profissional, até a ocorrência de uma guerra externa, aliás, eu alcancei as duas grandes guerras. A primeira 1914 a 1918 alcançou-me como Cadete da Escola Militar e 2º Tenente. A segunda foi mais longe. arrastou-me à voragem dos campos de batalha europeus.

E como a guerra, se ela ocorre durante o ciclo de atividade militar, é o ponto alto da vida profissional, eu me considero inteiramente realizado, por ter feito um ciclo muito expressivo de que muito me orgulho, inclusive pela participação, cem por cento, da II Guerra Mundial, onde fui buscar os últimos argumentos para o acesso ao Generalato.

Foi, justamente, nas funções de Chefe do Estado Maior da 1ª Divisão Expedicionária que eu me defrontei com os momentos mais difíceis e transcendentes da minha vida pública e funcional, quer na fase da organização da F.E.B., quer na Conduta das Operações em toda a Campanha da Itália, durante dois anos (1943 – 1945).

5 – A figura que mais se firmou nas suas recordações, na admiração e no conceito da convivência paraibana?

Eu não tive, a rigor, uma convivência paraibana, dada a circunstância de ter vivido sempre longe de minha terra natal, por impostas atividades profissionais – Professor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comandos e Estado Maior, Cursos Especializados no Exército Francês e na Esco-

la de Comando dos Estados Unidos, Adido Militar na França, Inglaterra, Itália e Espanha, Campanha da Itália. E depois que ingressei no Generalato ainda mais longe, fisicamente, fiquei da Paraíba, embora ela estivesse sempre presente na minha lembrança e nas relações de minha família. É verdade que, depois de 3 de outubro de 1930, eu guardei, na minha sofrida memória, a recordação do assassinato do General Lavanere Wanderlei, Comandante da 7ª R.M., no interior do Quartel do 22º B.C., na cidade da Paraíba (hoje João Pessoa), crime de gigantesco porte que maculou indelevelmente os seus autores. Embora ocorresse na interior de uma caserna e praticado por militares, enodou as boas tradições dessa Paraíba de André Vidal de Negreiros. Ficou impune, no rol das violências desnecessárias que se praticam em nome de uma revolução que não encontrava resistência ponderável naquela área.

Na minha doce infância eu fiquei na minha recordação, aquela figura maravilhosa do Capitão Arlindo Eduardo Camboim, pai adotivo de minha mãe, pequena estatura, gigantesco na ação, era mutilado de uma perna que perdera na Campanha do Paraguai.

Muitas vezes, na inocência dos meus quatro anos eu lhe perguntei: “Vovô, porque o Sr. usa uma perna de pau?” “Porque, a que era sã o Lopez roubou no Paraguai.” Respondia com um sorriso amargo.

Emérito cavaleiro, ele percorria a sua grande propriedade, a galope, amado por todos, ainda hoje o guardo no escrínio da minha memória, como verdadeira preciosidade.

Depois da morte de meu pai, morto também já era meu avô, a Paraíba e os paraibanos, fecharam-nos as portas na orfandade. Caminhei sozinho para o meu destino. Eu e Deus.

Meu convívio com paraibanos se intensificou depois do regresso da Guerra e já em pleno generalato.

No meio militar, com raras exceções, a representação paraibana sempre foi medíocre. As minhas observações levaram-me a concluir que a Paraíba não gosta de militares. Não os acolhe com afeição, nem lhes dispensa maior atenção.

A profissão militar não é competitiva. Normalmente, militar não deve disputar ao paisano as pastas em que se reparte o seu mundo, salvo circunstâncias excepcionais, para o amparo de grandes causas. O militar que penetra na lição das competições do mundo civil, geralmente se inferioriza e perde substância. A Paraíba não gosta de militares; nunca os chama ao primeiro plano. Conserva-os à distância.

Aqui no Rio, o espírito de aglutinação entre paraibanos tem o seu expoente na pessoa de Drault Emany, médico, hábil político, industrial progressista. Sente-se o prazer um certo orgulho com que ele chama os paraibanos ao seu convívio. A mim, sempre teve a preocupação de ressaltar, perante seus convidados, como o “único Marechal paraibano!”

De uma certa feita, como Chefe do Estado Maior do Exército, parti em inspeção aos grandes Comandos do Nordeste: Fortaleza (10ª R.M.), João Pessoa (1º Grupamento de Eng.), Recife (7ª R.M.) e Salvador (6ª R.M.). Como au-

toridade Militar, somente o Ministro de Guerra estaria acima de mim.

No Ceará, Paracifal Barroso recebeu-me no Aeroporto e ofereceu-me um almoço recepção. No Recife, o Governador Cid Sampaio ofereceu-me uma portentosa recepção, com a presença da sociedade pernambucana. Na Bahia, o Governador Antonio Balbino, ofereceu-me idêntica homenagem, com a presença do Mundo Oficial.

Na Paraíba, minha terra, o Governador Pedro Gondim convidou-me para um jantar íntimo numa salinha do Palácio, com seis convivas apenas, num ambiente silencioso e constrangedor, sem qualquer brinde ou saudação ao Chefe Militar Paraibano.

Por isso, prossegui na minha missão sem me despedir do Governador. Por que aquela indiferença, quase hostilidade, se eu era rigorosamente apolítico?

6 – Suas Preferências Literárias?

Como é natural, em se tratando de um militar que percorreu todo o ciclo de sua carreira profissional rigorosamente dentro de sua profissão, a minha literatura predileta é preferencialmente militar, continuo apresentando as conclusões que os historiadores procuram chegar sobre a personalidade de Napoleão Bonaparte, desde o “Memorial de Santa Helena”, do Conde Emmanuele Di Las Cases, passando por “Os Bonapartes”, do escritor italiano Paolo Ettore Santangelo.

Las Cases acompanhou Napoleão ao cativeiro de Santa Helena e, durante um ano, foi seu companheiro de missão; ele colheu as memórias que o homem genial lhe ditava, dia a dia, caminhando em seu quarto, de um lado para o outro, tornou-se por isso mesmo a mais agradável companhia para o infeliz corso.

Mais de vinte mil livros já se escreveram sobre Napoleão e a fascinante indagação continua. Entre os modernos, agradam-me, particularmente, o “Napoleon”, de G. Lacour-Gayet, membro do Instituto de França, prefaciado pelo Marechal Joffre; o “Napoleão”, de Emil Ludwig e, entre os mais recentes, o “Napoleon”, de Gustavo Autry e “Itinerário de Napoleão Bonaparte”, de Louis Garras. Toda a literatura que emergiu dos Campos de Batalha das duas grandes guerras, não vale a grandiosidade do panorama que abrangeu a vida do Corso genial. A literatura militar brasileira apresenta a obra extraordinária do General Tasso Fragoso que procurou dar grandiosidade à nossa pequena História Militar.

Quase nada se escreveu sobre esse glorioso “mazombo” paraibano André Vidal de Negreiros, que salvou a integridade do Nordeste, praticamente entregue pela covardia lusitana aos holandeses.

Mesmo sobre o nosso grande Caxias, afora o livro muito deficiente do Padre Pinto de Campos, não há uma literatura à altura.

No panorama literário brasileiro, sou afeiçoado à obra de Machado de Assis, Capistrano, Euclides da Cunha. Na poesia, sou ainda dos parnasianos. Encanta-me a sonoridade de Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira. Ou-

ção com desvanecimento a heróica lira de Castro Alves, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e todos que cantaram com embevecimento as belezas e o amor à terra em que nasceram.

7 — Dos amigos de infância, de colégio e de academia, os amigos de que mais se recorda?

Esta pergunta que, no fundo, tem um aspecto sentimental e evocativo, cabe, principalmente, entre paraibanos que viveram nos bancos escolares da “pequenina e heróica”. Não é o meu caso. Aos 9 anos ingressei no Colégio Militar do Rio de Janeiro, cujo curso de sete anos eu percorri até a última etapa, em internato, sob as vistas carinhosas do meu saudoso pai. O falecimento deste, assassinado miseravelmente em Maceió (Alagoas), em 1912, obrigou-me a seguir o curso da Escola Militar de Realengo, contrariando o seu sonho de me encaminhar para a Marinha. Tanto no Colégio como na Academia, éramos um grupo de amigos e companheiros, sempre juntos. Ao terminarmos o Curso do Colégio Militar, éramos 45, todos transferidos para a Escola Militar. Ao terminar o Curso da Academia éramos apenas vinte e cinco, sendo que, nove somente na Infantaria, graduaram-se Oficiais. Desses, um único, Oswaldo Barros Castro, sobreviveu. Quando nos encontramos, depois de 51 anos de ingresso na Academia, recordamo-nos com tristeza dos episódios da vida acadêmica e com imensa saudade do tempo passado no Colégio Militar, cujo Subcomandante, o então Major Espiridião Rosas, era paraibano e muito amigo e parente de meu pai. A ele fiquei devendo o êxito tranqüilo dos últimos momentos passados no Colégio, até ser encaminhado à Escola Militar de Realengo, órfão de quinze anos, completamente desamparado e de bolsos vazios. Não tinha ideais nem aspirações; somente pensava em encontrar, fora do humilde lar materno, uma outra pousada e uma mesa que tivesse a obrigação de me sustentar, com o compromisso de bem servir à Pátria. Foi o Realengo, esse novo lar reúnio, que me abriu as portas para a carreira que meu pai não queria para mim e que nos causou, a ambos, tantas e tão amargas decepções.

No humilde lar materno, os outros oito órfãos ficavam cobertos de necessidades, à mercê de Deus. A Paraíba continuou nos ignorando esquecida daquele fogueiro Tenente João das Neves Lima Brayner, que pediu demissão do Comando da Polícia Estadual para seguir com o seu Batalhão, o 27º de Infantaria (Paraíba), para combater ao lado de Floriano Peixoto e, mais tarde, para Canudos, com o General Arthur Oscar.

8 — Serviços ao Brasil que mais o deixaram realizado?

Já ressaltei que a profissão das armas tem o seu ponto alto, seu apogeu, na eventualidade de uma guerra; se ela ocorrer durante o tempo de serviço ativo, o militar terá se realizado. Se for feliz, com mais forte razão estará completamente quites com os compromissos assumidos com a Pátria.

É o meu caso; quis o destino que eu fosse o escolhido, entre os Coronéis que se especializaram nos Estados Unidos — Henrique Lott, Estillac Leal e Lima Brayner — para Chefiar o Estado Maior da F.E.B., na Campanha da Itália. Fui feliz; tudo acabou bem. Apesar da ação dos despeitados e invejosos,

considero este serviço, pelas suas características especiais, o ápice da trajetória de minha vida. Outros serviços de alta expressão: Chefe do Estado-Maior do Exército, Ministro da Guerra Interino, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Adido Militar na Itália, na França, na Inglaterra e na Espanha. Nessas funções mereci, em determinadas circunstâncias, um louvor especial do Presidente da República, Marechal Eurico Dutra. E no balanço destes serviços, o Governo dos Estados Unidos, atendendo ao que eu fiz no Curso da Academia de Leavenworth, a juízo do Estado Maior Americano, fez-me incluir na "Galeria dos Chefes Militares Célebres" existente naquela Academia. O honroso diploma expedido foi-me entregue em solenidade recente. Os conceitos emitidos pelo General Maurício Kendall estão no documento anexo.

Uma particularidade: sou o único Chefe Militar brasileiro que mereceu tal honraria com ampla publicidade.

Todas essas situações me deixaram totalmente realizado. Nenhuma delas chegou a impressionar os homens públicos da Paraíba. Não me queixo, não me surpreendo. Compreendo perfeitamente. Nunca fui político, não tenho qualquer expressão política. Tenho horror à política de Campanário.

Trouxe para o meu lar de Ministro do Superior Tribunal Militar, que integrou aquele órgão durante sete anos, uma aposentadoria de 60 anos, 4 meses e 17 dias de serviço público, recorde no serviço da Nação, em qualquer escalão. Não é bastante?

9 e 10 – Em que ano e em que cidade da Paraíba nasceu?

CURRICULUM

Nasci na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa, em 1898. Ingressei no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1906. Cursei em seguida a Escola Militar de Realengo, ingressando no Oficialato do Exército em 1º de fevereiro de 1918, quando declinava a 1ª Guerra Mundial. Em dois de outubro de 1934, fui promovido a Major por merecimento; Tenente General em março de 1940; Coronel em 1943, tudo por merecimento. Alcancei o Generalato de Brigada em Janeiro de 1947; General de Divisão em setembro de 1952; General de Exército em 25 de novembro de 1958; Marechal em dezembro de 1968, encerrando o ciclo hierárquico, sendo que o Marechalato foi alcançado por sentença do Supremo Tribunal Federal respeitada e cumprida pelo Governo da Revolução, a despeito de contrários a Lei Castelo Branco que, desde agosto de 1966 proibia as promoções para a Reserva. Foi uma conquista excepcional que não se estendeu a ninguém mais.

Tive orgulho de ver o Poder Executivo, pelos seus órgãos de cúpula, se curvarem ante a magnitude de meu direito, que uma lei iníqua não foi capaz de impedir.

PRINCIPAIS COMISSÕES

Ao despontar o posto de Capitão, em 1929, conquistando o 1º lugar entre sessenta companheiros no Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, dirigida pela Missão Militar Francesa, fui nomeado Instrutor da mesma Esco-

la. Após dois anos ingressei na Escola do Estado Maior, cujo Curso terminei em 1933 e, da mesma forma, fui nomeado Professor da mesma Escola. Em seu exercício fui promovido a Major por merecimento em outubro de 1934.

Em maio de 1935, o Ministro da Guerra General João Gomes chamou-me para Oficial de Gabinete. Em dezembro de 1936 o novo Ministro da Guerra, General Eurico Dutra, enviou-me para estagiar no Exército Francês e fazer Cursos Especiais, durante o ano de 1937, às vésperas da 2ª Guerra Mundial.

Ao regressar, recebi referenciais tão honrosas que o Ministro da Guerra mandou transcrever na minha Fé de Ofício na própria língua original, Francês.

Em 1938, fui nomeado Instrutor-Chefe da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1940 fui designado Sub-Comandante e Subdiretor de Ensino da Escola Militar. Em 1941, fui nomeado Professor Chefe da Escola do Estado Maior. Em 15 de abril de 1943, fui promovido a Coronel e, em junho enviado aos Estados Unidos para um Curso Especial, com outros onze oficiais, para constituir os Estados Maiores da Força Expedicionária Brasileira.

Dos três Coronéis que fizeram o Curso Leavenworth (Lott, Estillac e Brayner), fui eu o escolhido para Chefiar o Estado Maior do General Mascarenhas. Nomeado Chefe do Estado Maior da F.E.B., em outubro de 1943. Em junho de 1944 segui para a Guerra, onde regressei (Itália) em julho de 1945, vitorioso.

Em outubro de 1945, nomeado Adido Militar na Itália. Em janeiro de 1947, promovido a General de Brigada, comandeia a Guarnição de Natal. Permaneci um ano neste posto, a dois passos de João Pessoa. Nunca fui convidado para visitar o governador da Paraíba. . . Entretanto, diziam que eu era “Herói de Guerra”...

Em 1948 fui nomeado Subcomandante do Estado Maior do Exército.

Em março de 1949, fui nomeado Adido Militar em Paris e Londres. Regressei ao Brasil em 1951 (junho). Em 1952 fui designado para Cursar a Escola Superior de Guerra. Em 1953, fui designado Comandante da 7ª Divisão de Infantaria com sede em João Pessoa. Não consegui instalar o Quartel General naquela cidade, por absoluta falta de um imóvel. Ninguém o quis ceder, mesmo para aluguel. O Ministro da Guerra cancelou aquela sede e eu fui nomeado Comandante da 2ª Divisão de Infantaria em São Paulo.

Em 1954, fui nomeado Diretor Geral do Serviço Militar.

Em novembro de 1955, fui designado Chefe da Casa Militar do Presidente Nereu Ramos.

Em 1956, nomeado Comandante da 1ª Reg. Militar (Rio).

Em 1958, Comandante do III Exército (R.G. do Sul).

Em outubro de 1958, nomeado Chefe do Estado Maior do Exército.

Em junho de 1961, nomeado pelo Presidente Jânio Quadros, Ministro do Supremo Tribunal Militar, permanecendo nesta função até 2 de janeiro de 1967, quando me aposentei.

Em dezembro de 1968, promovido ao posto de Marechal, pelo Presidente

Costa e Silva, acatando decisão e acórdão do Supremo Tribunal Federal.

Em 1966, junho, presidi a Delegação que em nome do Presidente da República inaugurou o Monumento Militar de Pistóia (Itália).

CONDECORAÇÕES:

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Nacional
Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar
Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (Itamaraty)
Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Aviz, de Portugal
Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, Argentina
Grã-Cruz da Ordem do Mérito do “Cedro”, do Líbano
Grande Oficial do Mérito Naval (Brasil)
Grande Oficial do Mérito Aeronáutica (Brasil)
Grande Oficial Al-Mérito da República Italiana
Grande Oficial da Ordem Ayacucho (Peru)
Grande Oficial da Ordem do Libertador, da Venezuela
Grande Oficial da Ordem da Coroa da Itália
Grande Oficial da Ordem do Mérito do Paraguai
Grande Oficial da Ordem de Aviz de Portugal
Comendador de Alta Distinção do Mérito Jurídico Militar
Comendador da Legião Mérito dos Estados Unidos
Grande Oficial da Ordem de D. Pedro I
Medalha Especial de S.S. o Papa Paulo VI
Medalha Estrela de Bronze dos Estados Unidos
Comendador da Legião da França
Cruz de Guerra Com Palma da França
Comendador da Ordem da Coroa Britânica
Placa de Prata da Ordem do Mérito de Christo de Portugal
Placa de Mérito da Escola de Estado Maior
Cruz de Combate de 2ª Classe
Medalha de Curso c/Estrelas de Platina (Serviço Militar)
Medalha da Campanha da Itália
Medalha de Guerra do Brasil
Medalha Marechal Hermes (aplic. e estudo 1º lugar)
Medalha de Pacificador
Medalha Presidente Gronchi (Itália) - Rep. Italiana
Medalha Imperatriz Leopoldina
Medalha Marechal Hermes - Relevantes Serviços
Medalha Anchieta
Medalha Souza Aguiar
Medalha Maria Quitéria
Medalha Curso de Leavenworth e **Diploma Honorífico**
Medalha do 5º Exército — Campanha da Itália
Medalha Colégio Militar do Rio de Janeiro

Medalha Sesquicentenário das Forças Policiais do Brasil
Medalha Comemorativa do 150^o Anos do Arsenal de Guerra do Rio
Medalha de Ouro — Duque de Caxias
Medalha de Distinção e Gratidão do Estado da Guanabara
Medalha de Ouro Especial do Grande Oriente do Brasil
Medalha do Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial
Medalha ao Mérito Expedicionário (do III Exército)
Medalha Cavaleiro da Legião de Honra da França

Seguem-se mais de dez medalhas conferidas em circunstâncias comemorativas, do País e do estrangeiro. A essas se juntam Punhais de Prata, lavrada, conferidos pelo III Exército e pela 6^a Divisão de Infantaria (R. Grande do Sul).

E mais, os punhais simbólicos do Comando do Exército Português e da Chefia do Estado Maior do Exército Italiano.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Toda a minha vida pública transcorreu rigorosamente dentro do organismo Militar, mesmo quando chefei o Gabinete Militar do Presidente Nereu Ramos e, no fim de minha carreira, integrei, como Ministro Efetivo, o Superior Tribunal Militar, como representante do Exército.

Na minha patente de Marechal está escrito que eu servi à Nação durante 60 anos, 4 meses e 17 dias ininterruptos, na paz e na guerra, no País e no exterior.

IMPRESSÕES GERAIS SOBRE O MOMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL:

O Brasil vem mantendo uma situação interna equilibrada, com a Ordem Pública mantida, graças as vigilâncias das Forças Armadas que procuram garantir a tranqüilidade em todos os setores, para assegurar a produtividade em todos os Centros de atividades do País. Nação em Curso de consolidação, o Brasil dispõe de uma pequena elite em certos ramos de altos interesses sociais, financeiros e econômicos.

Não tem líderes no campo político. Os que se apresentam no momento, não chegam a ser ídolos de “pés de barro”. Despreparados, procuram, antes, consultar e render graças ao Poder Central. Estamos distantes de uma normalização política.

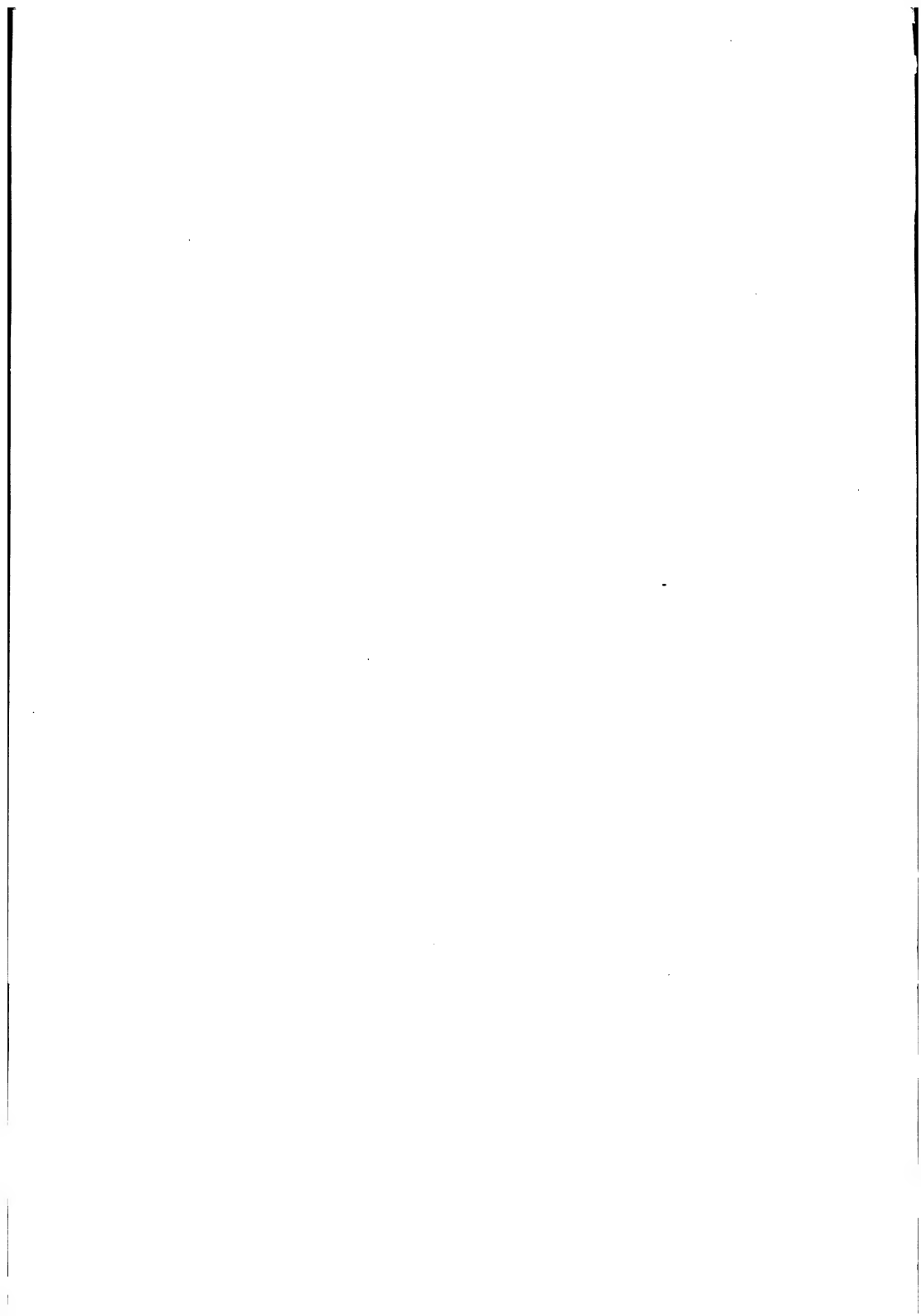
No campo internacional, o Brasil, a despeito das complicações no campo econômico, consegue manter uma situação equilibrada e um “status” de grande Nação em desenvolvimento que procura encontrar a boa corrente de seu destino.

Sofrendo do mal de grandeza, sua riqueza distribuída desigualmente desperta a cobiça, felizmente contida, das nações ricas e poderosas. Em todo o caso, no panorama internacional, é necessário muita cautela. O destino é uma interrogação.

DO LIVRO: "ANAIIS DO CENÁRIO BRASILEIRO
DE LETRAS E ARTES 1973"

"MARECHAL FLORIANO DE LIMA BRAYNER -- Nasceu na Paraíba a 2 de janeiro de 1890. Cursou a Escola Militar de Realengo, sendo declarado aspirante a Oficial em fevereiro de 1917. Percorreu os postos da hierarquia militar, atingindo o de General de Brigada em 1947, de General de Divisão em 1952, de General de Exército em 1958, de Marechal em 1968. Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar em 1961, aposentou-se em 1967. Foi professor e subdiretor da Escola Militar, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola do Estado Maior do Exército, Cursou as Escolas de Oficiais Superiores da França e do Estado Maior e Comando de Leavenworth, nos Estados Unidos. Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola de Guerra Naval e do Estado Maior da Aeronáutica, Comandante da 1ª e da 7ª Região Militar do I e do III Exército, Chefe do Estado Maior do Exército. Na campanha da Itália, foi Chefe do Estado Maior da F.E.B. Adido Militar em Paris, Londres, Roma e Madri. Publicou: NOÇÕES DE TÁTICA DE INFANTARIA, A VERDADE SOBRE A F.E.B., E LUZES SOBRE MEMÓRIAS. Tem a lançar: PORQUE A FEB VENCEU e um livro de contos.

Residência: Rua Paula Freitas, 61 apto 202 -- Copacabana - Rio - RJ"



GEMINIANO MONTEIRO DA FRANCA

“A exaltação do nome de Geminiano Monteiro da Franca, figura cujo itinerário na vida temporal ficou assinalada pela constante de servir à Justiça, proporciona um conforto e um alento a quantos mourejam em busca da maior dimensão do mister de fazer Justiça”.

(Palavras do Ministro Djacy Falcão, nas comemorações do seu primeiro centenário de nascimento, promovidas pelo Supremo Tribunal Federal, em 31 de janeiro de 1970).

O discurso citado é a biografia do paraibano Geminiano Franca. Biografia de Juiz, traçada por outro juiz. Biografia de paraibano, levantada por outro paraibano. Biografia de um Ministro do Supremo, escrita e lida por um seu colega da mais Alta Corte de Justiça do País. O hoje Presidente Djacy Falcão, paraibano de Monteiro, fala de Geminiano Monteiro Franca, paraibano de João Pessoa. As suas palavras completam realmente a vida de quem teria que fazer um esboço biográfico, e o que de mim poderia faltar para traçar tão fiel retrato, sobre o Ministro Djacy Falcão, não só dos elementos que reuniu como do espírito do homem que deixou, no Supremo Tribunal Federal, conforme consta dos seus anais, imagem de “magistrado consciente da missão política reservada à Suprema Corte, no cenário em que emprestou a sua colaboração com dignidade e devoção”.

Aliás, já o Procurador-Geral da República, prof. Xavier de Albuquerque, naquela mesma solenidade, dizia que a designação do Presidente da Corte não havia sido casual: — “Ao pensar na figura do Ministro Djacy Falcão, para exaltação da memória do Ministro Geminiano da Franca, considerou, certamente, o eminente Presidente que ambos foram filhos da mesma Paraíba, bacharéis

da mesma Faculdade, e portadores de vidas voltadas para a mesma suprema e nobilíssima função de julgar”.

E aqui, repito as palavras do Procurador-Geral — “Nem melhor do que já disse o eminente Senhor Ministro Djacy Falcão sobre os atributos morais, pessoais, intelectuais e culturais do homenageado, fora possível acrescentar nesta sessão” —, reproduzindo, na íntegra, o pronunciamento do atual Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre Geminiano Monteiro da Franca:

“Convocou-me o eminente Ministro Presidente da nossa Corte para reverenciar a memória do Ministro Geminiano Monteiro da Franca, no momento em que se comemora o centenário de nascimento desse nobre lidador da seara do direito. Aos meus sentimentos de nordestino e de magistrado de carreira nada poderia ser mais desvanecedora do que falar de uma figura da mesma região e que também abraçou a função de julgar.

Filho do major José Vicente Monteiro da Franca e D. Virginia Alexandrina Bastos da Franca, nasceu Geminiano a 31 de janeiro de 1870 na capital da Província da Paraíba. Estudou no velho casarão da Praça Dezesete, na cidade do Recife, onde conquistou o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1892, integrando uma turma que brindou a nação com vultos ilustres nas letras jurídicas e na política, como por exemplo — João Chrisostomo da Rocha Cabral, Professor de Direito na Universidade do Rio de Janeiro; Solidonio Attico Leite, Político, advogado de boa cepa, autor de obras jurídicas; Sérgio Loreto, Juiz Federal em Pernambuco, que pelos seus méritos foi convocado ao Governo do Estado; Estácio de Albuquerque Coimbra, eminente político, que galgou o Governo do Estado de Pernambuco e a Vice-Presidência da República.

Pernambuco e São Paulo tomaram-se tradicionais como centros de irradiação da cultura superior brasileira no sec. XIX. Daí afirmar o mestre Clovis Bevilacqua que não só circunstâncias ligadas à posição territorial, clima, facilidade no abastecimento de viveres, etc., destacadas ao tempo pelo Deputado baiano Luiz José de Carvalho e Mello, depois Visconde de Cachoeira, mas também o desenvolvimento cultural de Pernambuco e São Paulo, proporcionaram a instalação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, nos idos de 1827 (História da Faculdade de Direito do Recife, v. I, pág. 12 à 16).

No verdor acadêmico Geminiano colaborou, ao lado de Epitácio Pessoa, Castro Pinto e Aquino de Souza no “Estado da Paraíba”. Bacharel em Direito buscou outra região e outro cenário, indo para São Paulo em 1893, chamado pelo destino. Sim, chamado pelo destino, eis que poderia ter permanecido no torrão natal, com outras figuras da Província, que jamais desfrutaram da projeção e das glórias de que seriam merecedoras.

Ingressou no Ministério Público, no termo de Tieté, onde pouco se demorou, passando a Delegado da Polícia da Cidade de Niterói. Aí não se quedou, eis que foi nomeado, sucessivamente, Juiz Municipal das Comarcas de São Francisco e Bom-Jardim, no Estado do Rio de Janeiro; Pretor Juiz de Direito do Distrito Federal (1906) e Desembargador da Corte de Apelação (1913),

cargos em que demonstrou o pendor do espírito de juiz, através de decisões que guardavam o tom do saber jurídico, a lucidez e a segurança do julgar, qualidades de “bom juiz”, proclamadas pelo ilustre advogado Justo de Moraes, na oportunidade em que Geminiano da Franca tomou posse no Supremo Tribunal Federal, a 22 de novembro de 1922.

Como desembargador, a convite do Presidente Epitácio Pessoa, exerceu a Chefia de Polícia do Distrito Federal, onde se houve com proficiência num período delicado da vida política do País. Viveu momentos de apreensões e lealdade ao lado do bravo Epitácio, o Consolidador da Ordem Civil. Vale rememorar a visita do Presidente ao “Minas Gerais”, em fevereiro de 1922, a convite de Veiga Miranda, então Ministro da Marinha, quando corriam rumores de conspiração na Armada, visando a sua renúncia na oportunidade da visita, ou a sua morte na hipótese de recusa. Conta-nos Laurita Pessoa, o seguinte diálogo entre Geminiano e Epitácio:

“Era alta noite quando Geminiano da Franca transmitiu essa denúncia ao Presidente: “E que pensa o Chefe de Polícia? Perguntou Epitácio.

“O Chefe de Polícia cumpre as ordens do Presidente da República”, respondeu Geminiano da Franca.

“Pois, então, replicou Epitácio, entre sério e risonho, informe ao Chefe de Polícia que o Presidente da República estará amanhã às 10 horas no Arsenal da Marinha, em demanda ao Minas Gerais”.

Geminiano, com a liberdade que as suas relações de ex-colegas de Faculdade permitiam, aventou:

“Mas, não será imprudente, Epitácio?”

E Epitácio, com malícia:

“Se você quizer não vá, “seu” Geminiano, eu vou”.

(Epitácio Pessoa, vol. I, pág. 454).

A visita concretizou-se normalmente, recebendo Epitácio grandes ovações de parte da guarnição, ao deixar o “Minas Gerais”.

Impõe-se um pequeno reparo, é que Geminiano não foi colega de Epitácio, pois este concluiu o curso jurídico em 1886, enquanto aquele ingressou na tradicional Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1888.

Amadurecido no trato das letras jurídicas trouxe para esta Corte o préstimo do seu saber, enriquecido pelo sentimento de justiça, com que procurou humanizar a ordem jurídica inscrita no direito positivo. Aqui proferiu votos caracterizados pela propriedade da palavra, pelo estilo límpido, sem pedantismo ou linguagem rebuscada. Sem desconhecer a afirmação do eclético Victor Cousin, de que “o raciocínio é um instrumento tão bom para o erro, como para a verdade”, procurou manter uma linha de coerência interpretativa, de modo a não dar azo à crítica da multiplicidade de soluções encontradas na jurisprudência para os mesmos fatos. Assim, em relação ao *habeas corpus* guardou uma linha de coerência, ao se afastar da corrente que o erigia em procedimento único a tutelar de todos os direitos, para se filiar àquela que tinha no instituto um meio de assegurar e defender o gozo das liberdades outorgadas pela Constituição.

Participou dos grandes julgamentos do período de 1922 a 1930, como *verbi gratia* – *habeas corpus* impetrado pelos Drs. Raul Fernandes e Artur Costa, objetivando assumir os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Estado do Rio de Janeiro, versando a tese da dualidade de Assembléias e Governos estaduais; recurso em torno da queixa crime por calúnia e injúria, por meio de imprensa, contra o ex-Presidente Epitácio Pessoa, sendo querelado o Dr. Mário Rodrigues, diretor substituto do Correio da Manhã; *habeas corpus* em favor do Dr. Edmundo Bitencourt e do Correio da Manhã; Recurso do Procurador da República em torno do processo crime decorrente do movimento revolucionário de 5 de julho de 1924, de que nos dá notícia o eminente Ministro Edgard Costa, no trabalho “Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal” (Vol. I).

Não vamos, aqui, analisar o acerto ou desacerto das teses jurídicas que espousou, mas enaltecer a posição do magistrado consciente da missão política reservada à Suprema Corte, no cenário em que emprestou a sua colaboração com dignidade e devoção.

O eminente jurista, a quem se rende esta homenagem, também contribuiu para o enriquecimento da doutrina pátria. Assim, colaborou na Revista Forense e na Revista de Direito com interessantes trabalhos, dos quais merecem destaque: a) – “O Ministro de Estado e suas funções nos atos privativos do Chefe da Nação”, no qual analisa o tema em face da legislação comparada, invocando além da prata da casa Pimenta Bueno e Barbalho, as figuras de Esmein, Cooley, Young e o sempre lembrado Marshall, para concluir no sentido de que no regime presidencial o Presidente da República não podia delegar as suas funções privativas aos Ministros de Estado. b) – “O Instituto Jurídico da Graça”, onde numa linguagem simples e penetrante, marcada pelo sentimento ávido de Justiça, dá-nos o conceito da anistia, do indulto e do perdão. E um trabalho de fôlego em que estuda a evolução desses institutos não é demais afirmar, desde a infância da humanidade, invocando passagens do Livro dos Reis, o direito romano, o direito bárbaro, o sistema feudal, a assembléia constituinte francesa, a legislação portuguesa, sem perder vista os sistemas inglês, alemão e italiano, para chegar ao seu alevantado alcance em nosso direito. Ao escrevê-lo, por volta de 1933, quando tomavam alento os Estados totalitários, o tom do seu espírito democrático alteia-se nestas palavras:

“Uma das causas mais frequentes de desarmonia no transcorrer da vida institucional de um povo, e que pelo acirramento de ódio, incitamento de paixões, abate-lhe o estímulo, enfraquecendo-lhe a energia e conduz a graves acontecimentos que retardam-lhe o progresso, é, sem dúvida, a intolerância das opiniões políticas. Se hoje, geralmente, não tem o caráter bárbaro e cruel de eras remotas, onde os suplícios cruéis eram os argumentos com que se impunham a excelência da fé religiosa ou a magnitude do credo político, e se faziam cessar as dissensões e emudecer a crítica, contudo, os extremos a que se entregam os corifeus da intolerância são terríveis pesadelos, que oprimem

as sociedades políticas modernas e provocam dissídios temerosos. A sentença de Turgot tem ainda nos tempos que correm inteira aplicação: “A intolerância é a herva daninha que se liga às religiões e aos Estados, prendendo-os e devorando-os”.

E, como um corolário desse entendimento, expressou também a sua condenação tanto aos violentos, como aos apáticos, quer aos soberbos, seja aos amorfos.

c) — “Os sistemas legais da imprensa”. Outra matéria que versou com distinção. Discorreu sobre os sistemas da liberdade absoluta, da ausência de liberdade e da liberdade relativa, proclamando a superioridade do último, por mais se ajustar aos fins do Estado e por constituir garantia dos interesses da sociedade. Repeliu, com acerto, a insídia dos invejosos e a ira dos maldizentes. Após fazer o elogio do papel reservado à imprensa nas sociedades modernas, quando “governada pela verdade” e “inspirada em grandes ideais”, arremata com esta sentença feliz:

“Não carece de impunidade para engrandecer-se e nobilitar-se, nem para ser instrumento eficiente da regeneração de costumes, e de moralização política. A sua força ela tira das virtudes e da nobreza dos homens que a exercitam, da independência e elevação de suas opiniões, da imparcialidade e justiça de suas críticas, da sua finalidade moral e impessoal, da justiça incorruptível e abnegação de suas campanhas”.

Eis aí uma afirmação modelar, de conteúdo perene, pela verdade que encerra em resguardo da dignidade profissional do próprio homem de imprensa e, sobretudo, como garantia dos altos interesses da sociedade e do Estado. Esposava, ao que se vê, a liberdade da imprensa, necessária à sua força e à sua grandeza, mas refreada nos seus excessos pela sanção legal. A tônica do seu pensamento é irrepreensível, pois no Estado democrático impõe-se a liberdade de expressar o pensamento, desde que o seu exercício seja “compatível com a preservação de outras liberdades essenciais à democracia e garantidas pela nossa Constituição”, como diria Frankfurter. Do contrário ter-se-á o abuso do direito da liberdade de opinião, suscetível de afetar até a estabilidade das instituições. Impõe-se conciliar a liberdade com a ordem que deve presidir o convívio na sociedade organizada, sob pena de não se ter esses dois atributos do Estado democrático.

d) — “Expulsão de estrangeiros”. Aí cuidou da condição de estrangeiro desde os povos antigos, quando se apresentava humilhante e precária até a instituição de garantias concernentes à liberdade, à segurança pessoal e à propriedade asseguradas na legislação dos povos cultos, dando ênfase ao sopro renovador do direito da América Latina, que procurou assimilar o elemento estrangeiro, “tão necessária à grandeza e ao progresso das nações novas”.

Após exame retrospectivo do instituto da expulsão, demonstrando a sua importância para a vida política das nações, defendeu a imperiosidade da adoção da lei que fixasse critério objetivo, definidor das causas de expulsão, sem eiva de arbitrariedade, com arrimo nos ensinamentos de juristas e sociólogos,

e como arrematou: — “Que vise estreitar os laços da solidariedade entre os povos na perseguição eficaz dos malefícios, que intoxicam a sociedade e solapam o edifício das instituições políticas”. Neste final sente-se a atualidade e a elevada preocupação do jurista e do homem que cultivou, de modo singelo, o amor à pátria, como muitos juristas o fazem, sem “patriótica”.

Finalmente, digno de relevo é o estudo que nos legou, sob o título “O Poder Judiciário no Brasil”, onde em síntese magnífica, de palpitante interesse, aponta a sua evolução através do “Período Colonial”, do “Primeiro Império”, do “Período Regencial” e do “Segundo Império”. Partindo dos donatários, com poderes absolutos e arbitrários, passando a administração do Ouvidor Geral, aos Tribunais da Relação, à Casa de Suplicação, dando realce à vitaliciedade dos juizes de direito assegurada pela Constituição de 1824, à instalação do Supremo Tribunal, à regulamentação tardia das garantias referentes aos magistrados, faz menção aos albores da organização judiciária, à legislação processual e seu desenvolvimento. Relata episódio em que críticas injustas foram assacadas contra a magistratura, trazendo à luz a palavra do Marquez de Inhambupe, no Senado, ao rebater acusações infundadas, sobreleva a coragem com que esta Corte soube repelir “investidas arbitrárias dos outros Poderes” Conta-nos:

“Entre muitos é de salientar o ocorrido em 1888. O Ministro da Justiça autoritariamente, expediu um aviso, no qual chamava a atenção dos magistrados para a observância de certos preceitos legais, que na sua opinião, estavam sendo esquecidos. Era, evidentemente, uma reprimenda infligida à magistratura nacional. O Supremo Tribunal não tragou em silêncio a afronta. Ao ter conhecimento do ato, imediatamente, reuniu-se e, por proposta do Ministro Andrade Pinto, lavrou o seguinte protesto:

“O Supremo Tribunal de Justiça, por si, e como o mais elevado órgão do poder judiciário, protesta solenemente contra o aviso circular que foi ontem dirigido ao seu presidente pelo Ministro da Justiça, por ser atentatório da soberania e independência do mesmo poder, não reconhecendo superioridade no executivo, de igual categoria política e com separada esfera de atribuições, para receber deste poder os juizes e tribunais judiciários censuras e ordens, sobre o modo por que devem eles exercer as funções de sua exclusiva competência e com única inferioridade de hierarquia judiciária”.

E o Visconde de Sabará como Presidente do Tribunal, assim acusou o recebimento do aviso:

“Depois do mais refletido exame considero-me no indeclinável dever de pedir a V. Exa. a reconsideração sobre o aviso incluso, que não pode ter aplicação no Supremo Tribunal de Justiça, o qual, no desempenho de suas atribuições, que lhe confere a Constituição, não tem instituto superior que legalmente possa reprovar ou censurar os atos praticados no exercício de sua privativa e suprema jurisdição”.

“Era uma lição de civismo e de altanería que esses velhos, já próximos do título, davam às gerações vindouras”.

Por tudo isso percebe-se que Geminiano da França, quer ao exercer a função de juiz, seja ao escrever sobre temas jurídicos, mostrou-se de ânimo empolgado pelas conquistas e pela força moral do Poder Judiciário. Com suporte nesses sentimentos, com segurança interior em busca do bem, soube no seu lugar e em sua hora desempenhar a missão de Juiz.

Como se vê, viveu numa época em que o labor judicante não tomava ao juiz desta Corte todas as suas horas, em que lhe restava tempo para versar, com tranqüilidade e maestria problemas jurídicos doutrinários. Não viveu nesta ambiciosa sociedade industrial, fruto de uma civilização tecnocratzada, sem maior grandeza no horizonte espiritual, desviada de certos valores éticos. E, por isso mesmo, fomentadora de ambições desmedidas, propícia à liberdade egoística, sem alma, geradora da frágil filosofia da licenciocidade, de uma sociedade cheia de conflitos, muitos deles chegando até nós juizes, e a exigir rápida solução, nem sempre possível, à mingua de um mecanismo judicante atualizado. Nessa Corte, por exemplo, há um esforço sobre-humano. Mais não se pode fazer. Isso traduz, é bom que se repita, a necessidade de reforma na estrutura do Poder Judiciário, da competência à organização Judiciária, ao lado da atualização dos diplomas processuais. Isso nos preocupa porque, como é de saber correntio, à Justiça é reservado um papel relevante na estabilidade política das nações. E essa preocupação avulta na hora que vive o nosso continente.

A exaltação do nome de Geminiano Monteiro da Franca, figura cujo itinerário na vida temporal ficou assinalada pela constante de servir a Justiça, proporciona um conforto e um alento a quantos mourejam em busca da maior dimensão do mister de fazer Justiça.

HINO À IMPRENSA

Magistrado durante quase toda a sua vida, não lhe diminuíram as canseiras da árdua e nobilitante profissão, os pendores para a investigação científica, de que constituem prova seus artigos e trabalhos sobre "*Expulsão de Estrangeiros*", "*Os Sistemas Legais da Imprensa*", "*O Ministro de Estado e suas Funções nos Atos Privativos do Chefe da Nação*", "*O Poder Judiciário no Brasil*", "*O Instituto Jurídico da Graça*" (*Anistia - Indulto - Perdão*), todos publicados no "*Arquivo Judiciário*", e, finalmente, o livro "*A Imprensa e a Lei*", tendo escrito especialmente para o 8º aniversário da "*Gazeta Judiciária*", o seguinte sobre o dever do jornalista:

"A imprensa, nos tempos atuais, é a instituição que maior influência exerce nas deliberações coletivas e nas consciências dos povos.

A missão de jornalista, diante da confusão de idéias, que domina o mundo, é sobretudo preventiva. Cabe-lhe apontar, com superioridade, os erros e desmandos que ameaçam a estabilidade da ordem e das coisas públicas, os vícios que corroem a saúde moral do povo, os desvarios que pervertem os bons costumes.

No desempenho desta nobilitante missão, deve o jornalista, como verdadeiro evangelizador, marchar itemerato, desprezando as imprecações dos despeitados, as observações dos tímidos, as seduções do interesse marcantil. Com os olhos fitos no bem comum, só o deve preocupar a verdade, para lhe dar autoridade; a moralidade, para conseguir regeneração; a justiça para evitar a maldade”.

Faleceu o Ministro Geminiano da Franca, no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1935.

GEMINIANO DA FRANCA

Nascido na capital da Província da Paraíba, em 3-1-1870, fez o curso jurídico na Faculdade de Direito do Recife, onde recebeu o grau de bacharel em 1892. No ano seguinte exerceu por algum tempo a promotoria pública de Tieté, em São Paulo, que deixou para ser delegado de polícia de Niterói, justamente em meio à agitação causada pela revolta ali irrompida em 6 de setembro de 1893. Voltou às funções judicantes na qualidade de juiz municipal de São Francisco e Bom Jardim, no Estado do Rio de Janeiro, passando a pretor, juiz de Direito do Distrito Federal (1906), desembargador da Côrte de Apelação (1913) e chefe de polícia do Distrito Federal (1919), quando foi nomeado Ministro do S.T.F., em 1-11-1922. Por força do Dec. nº 19.711, foi aposentado em 18-2-1931, falecendo a 18-12-1935, no Rio de Janeiro. (Do livro de Aliomar Baleeiro, “O Supremo Tribunal Federal, Esse Outro Desconhecido”).

HORÁCIO DE ALMEIDA

Na rua Rodolfo Dantas, em Copacabana, com “boites” e inferninhos por todos os lados, no número 87, o apartamento 703 é um oásis de seriedade e de cultura. Livros por toda parte. Toda a história da Paraíba ali está, como todos os livros escritos sobre ela ou por filhos dela.

É que ali vive Horácio de Almeida. Conferências, palestras, artigos, tudo toma forma sem estardalhaço, com um objetivo único: reconstituição do passado paraibano.

Sua bibliografia toma vulto e desperta o maior interesse, estando em preparo, o volume II da História da Paraíba e o Dicionário Bibliográfico Paraibano.

Para quem tanto tem cuidado das coisas da terra, tanto interesse em pesquisá-las, tanto empenho em descobri-las, tanta dedicação em coronogramá-las e perpetuá-las, há que se lhe dar retribuição, que ele não a reclamava, vamos fazer, pelo menos, a aposição do seu retrato nesta galeria de homens que já tem merecido dele, em grande parte, estudos conscienciosos e profundos.

A quem tanto se dedica aos outros, há que surgir quem a ele também se dedique. Evidente que não há preço para trabalhos intelectuais pois “mais vale um gosto do que sete vinténs” e Horácio de Almeida nunca expôs trabalhos em busca do maior lance.

Desambicioso, e creio que até infenso aos bens materiais, vivendo como um asceta, debruçado nos livros e nos arquivos, conversando dia e noite na mais viva intimidade com personagens históricos, o seu contentamento se extravasava muito mais se completar uma obra literária ou um capítulo da História da Paraíba, do que mesmo com honorários advocatícios.

Quando lhe dei as primeiras notícias do meu intento, na preparação deste livro, seu riso era aberto de quem se sentia feliz em ter mais um companhei-

ro para pesquisar os que fizeram o passado e realizam o presente da Paraíba.

Não se escondeu por trás dos seus livros, egoisticamente, como dono do segredo da história e, quanto mais precisava de esclarecer fatos para vestir pessoas, mais se prontificava a me fornecer elementos que pudessem tirar dúvidas e fixar verdades. Mandeí na sua biblioteca. Vasculhei-a toda. Tudo me foi entregue com a maior boa vontade.

Por isso é que surge, neste livro, e com toda força de um historiador, apresentando-me a uns e outros de longínquo passado, como um introdutor, deixando-me à vontade no meu convívio com os que passam, marcando sinais luminosos de vida e de ação.

Não se sente zelador de mortos nem de vivos. Não me guardou segredos, mas nunca insinuou simpatias que pudessem alterar minhas indagações ou modificar interesse.

A sua carta, discordando da seleção, com argumentos respeitáveis, bem revela a sua categoria. Guardo-a como fonte de orientação. É uma posição. Na balança deste livro não há contra-pesos. Não tenho a veleidade de ter dado a última palavra na catalogação de paraibanos de presença efetiva no cenário nacional. Já disse dos motivos na abertura.

Não é possível ignorar a presença de Horácio de Almeida neste meu esforço, na reconstituição de vidas, no registro de acontecimentos, quando ele próprio é personagem tão importante que conduz não vários dos que desfilarão por estas páginas.

Aqui está o seu depoimento, sincero, franco. E o seu curriculum espelha o homem e a obra.

Como e porque se fastou da Paraíba?

Resposta: Afastei-me porque a Paraíba não me queria mais. Foi a impressão que senti. Enquanto morei lá, combati e fui combatido. Por isso mesmo, tornei-me um homem marcado. Depois, cometi a aventura de participar da Política, lá pelos idos de 1946, e nisso encontrei a minha ruína. Perdi o que tinha e deixei a terra a troco de nada.

Da vida pública qual o cargo ou função que mais se ajustou à sua personalidade ou que mais o apaixonou?

Resposta: Nenhum, porque, em verdade, nunca tive emprego público por mais que tentasse grangeá-lo. Essa sorte não chegou para mim. As funções que exerci na Paraíba foram todos em comissão, umas a título gratuito, como a de membro do Conselho Consultivo do Estado, outros com remuneração apenas simbólica, como a de membro do primeiro Tribunal Regional de Justiça Eleitoral. Fiz da advocacia a minha profissão, o sustentáculo da minha vida.

O Presidente da República que mais o impressionou?

Resposta: Epitácio Pessoa, não tanto por ser paraibano ou por seu proclamado talento, mas pelas qualidades másculas reveladas no exercício do cargo,

principalmente pelo propósito de resgatar uma dívida de 400 anos que o Brasil tinha com o Nordeste.

Os momentos mais difíceis e árduos da vida pública e funcional?

Resposta: Tais momentos, posso dizer sem exagero, cobrem toda a minha existência.

A figura que mais se firmou nas suas recordações, na admiração e no conceito, da convivência paraibana?

Resposta: Na realidade, poucos homens influíram na minha vida. Cultivei boas amizades enquanto morei na Paraíba, como a de Álvaro de Carvalho, Matias Freire, Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, mas influência propriamente não recebi nenhuma.

Suas preferências literárias?

Resposta: Os prosadores acima dos poetas, os historiadores acima dos romantistas. Mas leio tudo, desde os trovadores medievais aos ensaístas modernos. Só não sou muito chegado a leituras de ficção histórica.

Dos amigos de infância, de colégio e de faculdade, os de quem mais se recorda?

Resposta: A rigor, não conquistei a amizade de nenhum, pois sempre fui o pior aluno em todos os cursos.

Serviços ao Brasil que mais o deixaram realizado?

Resposta: Lá no campo das letras prestei algum serviço, mas ainda não dei o que poderia dar. Tenho alguns livros publicados e dois em preparo. Os que já saíram estão todos esgotados. Jamais pensei em reeditá-los. Não sou como muitos que se repetem e ficam boiando nos sebos.

Em que ano e em que cidade nasceu na Paraíba?

Resposta: Nasci na cidade de Areia, Paraíba, a 21 de outubro de 1896.

CURRICULUM

HORÁRIO DE ALMEIDA

Nasceu na cidade de Areia, Paraíba, a 21 de outubro de 1896, filho de Rufino Augusto de Almeida e Adelaide Gondim de Almeida. Iniciou os seus estudos primários na cidade natal, mas forçado a abandoná-los aos dez anos de idade a fim de acompanhar os pais que se mudaram para o Engenho da Várzea, no mesmo município. Ali permaneceu até os 22 anos de idade. Em 1919 deixou a bagaceira do engenho, em busca de melhor destino. Saiu sem eira nem beira para a capital do Estado, a velha Paraíba. Hoje João Pessoa. Penosos sacrifícios lhe custou essa aventura. Mesmo sem primário, matriculou-se no Liceu Paraibano, onde alinhavou o curso parcelado de preparatórios de 1919 a 1921. Como não foi possível prosseguir, digo, conseguir um emprego por humilde que fosse, um irmão mais velho lhe deu uma pequena ajuda para vencer essa jornada. Toda sorte de privações experimentou nessa quadra da

vida. Mesmo assim, fez algumas incursões pela imprensa e foi um dos fundadores da melhor revista que teve a Paraíba até então — “Era Nova” — lançada em março de 1921.

Terminados os preparatórios, abandonou os estudos para mourejar novamente na agricultura, em Areia. Ao cabo de cinco anos, vendo inúteis seus esforços, retomou os estudos, matriculando-se na Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu formado em 1930.

Casou-se em Areia, onde nasceram seis dos seus sete filhos. Enquanto estudava, fundou um jornalzinho na cidade natal, denominado “O Luzeiro”, de tendência espírita, que circulou durante o ano de 1927. Depois de bacharelado em Direito, mudou-se para a Capital do Estado, onde abriu banca de advogado. Militou na advocacia de 1931 a 1946. Nesse meio tempo exerceu algumas funções de caráter transitório, tais como membro do Conselho Consultivo da Paraíba, membro do primeiro Tribunal Regional da Justiça Eleitoral, membro Administrativo do Estado, Secretário do Interior e Segurança Pública, etc. Fundou em João Pessoa a revista “Reação”, em 1933, colaborou em outros jornais e foi diretor de “O Estado da Paraíba”.

Em 1946 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a exercer, sem maiores possibilidades de êxito, a profissão de advogado. Nunca teve um emprego público em toda sua vida, nunca foi professor de coisa nenhuma, nunca fez versos.

É membro fundador da Academia Paraibana de Letras; membro efetivo da Academia Carioca de Letras; membro vitalício da Federação das Academias de Letras do Brasil, de que foi presidente; presidente da Sociedade dos Homens de Letras do Brasil; ex-presidente do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes; membro fundador do Sindicato dos Escritores no Rio de Janeiro; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; sócio correspondente do Instituto Histórico Paulista.

OBRAS PUBLICADAS:

- Bacharéis de 1930 — Album de Formatura — Recife, 1930.
- A Mulher perante as leis do país — João Pessoa, 1933.
- Pedro Américo — Notícia Biográfica — João Pessoa, 1943.
- Pedro Américo — Centenário do seu Nascimento, João Pessoa, 1944.
- Brejo de Areia — Memórias de um Município — Rio, 1958.
- Augusto dos Anjos — Razões de sua Angústia, — Rio, 1962.
- Augusto dos Anjos — Um tema para debates — Rio, 1970.
- História da Paraíba — tomo I — João Pessoa, 1966.
- Bibliografia Paraibana — Rio — 1972.

Em preparo:

História da Paraíba — completa.

Dicionário Bibliográfico Paraibano.

HUMBERTO COUTINHO DE LUCENA

“Só acredito no homem público que
tenha a emoção da causa pública”
(De Agamenon Magalhães)

Com pouco mais de 30 anos era Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, na Câmara dos Deputados. Visceralmente político, desde quando vestia calças curtas, no velho Lyceu Paraibano, integrou, menino ainda, a Ala Estudantil do antigo PSD. Foi seu Diretor na Rádio Tabajara da Paraíba; quando, juntamente com Fernando Milanez, formava a melhor dupla de locutores e especialmente destacados para as irradiações de solenidades cívico-políticas, pela facilidade de improvisação da palavra, nas descrições dos acontecimentos.

Aos 23 anos, já era Deputado à Assembléia Legislativa da Paraíba, tendo sido vice-líder e líder da bancada da Coligação Democrática Paraibana e do Partido Social Democrático, entre 1951/1958.

Meticuloso, organizado, organizador, sobrececho que antecipa anos à frente, obstinado, pertinaz, com metas políticas definidas, Humberto Lucena não dá um passo que não seja dentro de roteiros prefixados, sem nunca esquecer as suas origens tradicionais. Filho de político nato, Severino de Lucena que toda uma vida foi Presidente, em exercício, do antigo PSD paraibano, neto de ex-Governador de Estado, Solon de Lucena, persegue tenazmente uma ascensão que o conduza às culminâncias políticas a que atingiram seus antepassados.

Com apenas 37 anos já disputava ao Chefe do Partido, Senador Ruy Carneiro, em dramática reunião em 1965, a indicação como candidato ao Governo do Estado da Paraíba. Ruy Carneiro saiu vitorioso na luta convencional e perdeu as eleições para João Agripino, pela diferença mínima de pouco mais de 2 mil sufrágios. Logo em 1970, voltava a alçar grandes vôos, disputando

uma Senatória com apenas 41 anos, contra candidatos da Arena apoiados pelo Governo do Estado.

OBSTINADO

Não desanima, recolhe-se a empresas privadas mas sem largar, por um só momento, a vida política paraibana, contactando-se, estreitamente, com seus antigos correligionários e chefes políticos, de modo a reingressar à Câmara Federal, em 1974, com a maior votação sobre os seus companheiros do MDB.

De novo na Câmara dos Deputados, já é Presidente da Comissão de Comunicações e está sempre presente na Paraíba, em todas as atividades sociais e políticas com vistas voltadas para o alto. O Governo do Estado ou uma Senatória, são objetivos permanentes de Humberto Lucena.

Orador sóbrio, sem perder-se em grandes gestos, é um argumentador de categoria, desempenhando-se das missões que lhe caiba ainda que das mais difíceis, com inteligência e forte poder de convencimento.

POLÍTICO CLÁSSICO

Apesar de poucos cabelos brancos, é um político clássico, acreditando mais nas articulações, nos cochichos, no saber ouvir, nas conversas, nos favores pessoais, na assistência ao eleitor, na presença física em toda parte, na mobilização do Poder quando no seu exercício e na contestação ao Poder quando fora dele, do que em programas e festas comiciais. Sem esquecer o Velho Otávio Mangabeira que dizia que “política é conversar”, nem o austero Nereu Ramos que afirmava que “política é a arte de engolir sapos”, tão pouco a Benedito Valadares que achava que “reunião de mais de um é comício”, Humberto Lucena não se marginaliza aos problemas atuais e aí está a sua vida parlamentar movimentada, tanto em Comissões internas da Câmara dos Deputados, como em Seminários, Congressos e Conferências, com participação efetiva e brilhante.

Na coerência de suas atitudes, assenta-se boa e substancial parte do seu sucesso sempre em crescendo, em todas as eleições proporcionais que tem disputado. E o índice claro deste prestígio formado nesta base de firmeza e objetividade, está na votação maciça na Capital, em João Pessoa, e nos demais grandes centros populacionais do Estado. É deputado de muitos votos e de muitos colégios eleitorais, o seu nome é sufragado em todos os municípios do Estado, maciçamente ali, regularmente acolá, mas num picotado que indica, sem dúvida, não só atuação febricitante, como poder de catequese e de aglutinação, num trabalho beneditino de paciência e de engenho e arte.

Eis aí um político na mais ampla acepção da palavra. Às 24 horas do dia, política e só política. Emocionalmente, vive dentro dos seus meandros e não

há outras diversões que o afastem de uma reunião de correligionários, nem o melhor dos livros que o desliguem do seu desiderato político, nem o mais aprazível dos lazeres que o afastem de uma convocação do MDB.

PRATO PREDILETO: POLÍTICA

Ocorre-me o que me contaram de Agamenon Magalhães, um dos mais completos políticos que a revolução de 1930 deu a este País. Recebendo figuras esponsorizadas do antigo PSD, para conversa de gabarito e de importância para a solução de problemas sucessórios, quando Ministro da Justiça no Governo Vargas, tendo, no decorrer da reunião, jantado com todos, voltara-se para a sua esposa, D. Antonieta, dizendo: “Minha velha, ponha o jantar para os amigos”. Surpresa, D. Antonieta lhe responde: “Meu filho, você e seus amigos não acabaram de jantar?...”

Tão empolgado estava Agamenon Magalhães, que nem tomara conhecimento do jantar que acabara de ser servido. Comera maquinalmente, sem sentir gosto nem apetite, só por comer, pois o que o alimentava mesmo, era política, só política...

Humberto Lucena é assim. Jantar, almoçar por almoçar. O prato mesmo apetitoso, para o seu paladar, é política, só política.

Certa vez, Agamenon Magalhães declarara a João Cleofas, um dos líderes pernambucanos de maior conteúdo eleitoral e seu competidor ao longe da vida partidária de Pernambuco, que jamais perderia para ele (Cleofas), nas eleições do Estado.

Indagado por que, Agamenon disse simplesmente:

“Enquanto você dedica a terça parte de sua vida à política, porque as suas usinas de açúcar lhe devoram dois terços, eu vivo as 24 horas do dia politicamente...”

Nesta busca incansável do êxito político, Humberto Lucena se projeta, sem dúvida, imprimindo uma personalidade que já figura na galeria dos paraibanos que dão continuidade à presença da Paraíba no Brasil.

Seu nome, revestido de probidade e de consciência sadia de homem público, está na imprensa diária através de pronunciamentos que provocam debates úteis à vida nacional, além de ser convocado sempre para posições de relevo, com repercussão numa opinião pública que o conhece e o classifica bem entre os líderes autênticos.

A sua passagem, apesar de jovem, pela Liderança do MDB, na Câmara dos Deputados em momentos de dificuldades políticas, foi marcante, numa atuação que dá grande expressão ao seu curriculum.

FALA HUMBERTO LUCENA

O seu depoimento para este livro, diz bem de Humberto Lucena, fixando instantes de interesse para os leitores, mas também de significação ao levan-

tamento das figuras que, nascidas na Paraíba, emprestaram inteligência e ação a serviço da nacionalidade:

1 — Eleito Deputado Estadual em 1950, fui reeleito em 1954, como o mais votado da Paraíba. Senti-me, assim, em condições de pleitear a minha promoção a Deputado Federal, na eleição de 1958, sob a legenda do Partido Social Democrático.

Acho que em política dificilmente alguém alcança êxito sem correr alguns riscos calculados.

2 — A função que mais se ajustou a minha personalidade?

Sem dúvida alguma, pela importância da missão, foi a função de Líder da Oposição, na Câmara dos Deputados, no período de 1969 a janeiro de 1971. Era uma fase difícil da vida brasileira, com o Congresso Nacional retornando às suas atividades, após o recesso compulsório decorrente do Ato Institucional nº 5.

3 — O Presidente de minha maior admiração?

O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que, pelo dinamismo de sua gestão, revolucionou a economia brasileira, iniciando a nossa arrancada para o desenvolvimento, sem prejudicar o pleno exercício das instituições democráticas.

4 — Os momentos críticos?

Na política paraibana, o primeiro deles foi quando não pude apoiar a candidatura do Ministro José Américo, em 1958, ao Senado Federal, apesar da grande admiração que sempre lhe devotei e, bem assim, das atenções que lhe fiquei a dever durante o seu governo que me concedeu o maior prestígio que já desfrutei como homem público, na esfera oficial. É que ele concorreu com o Senador Ruy Carneiro, meu amigo e correligionário, sendo, inclusive, o Presidente do P.S.D. — Secção da Paraíba. Mais adiante, em 1965, vi-me, também, num momento difícil, talvez o mais crucial das minhas lutas políticas na província, ao ter que disputar, involuntariamente, com o Senador Ruy Carneiro, a indicação como candidato ao Governo do Estado, pelo ex-P.S.D. da Paraíba. É que a luta era com o Deputado Teotônio Neto, já que o Senador Ruy Carneiro não admitia a sua candidatura. Surpreendentemente, com a desistência do Deputado Teotônio Neto, o Senador, mesmo a contragosto, foi obrigado, pelos amigos, a concorrer. Eu, de minha parte, diante da radicalização da disputa com o referido colega de Câmara, tive que aceitar os votos, para fortalecer a minha posição e conseguir, como consegui — só Deus sabe como — reunir todos os amigos correligionários que me apoiavam e levá-los a hipotecar solidariedade numa hora em que os próprios adversários — depois vim a sabê-lo — esperavam tranqüilamente a minha adesão a ex-U.D.N.

Depois, em 1970, como líder do M.D.B. e, portanto, da Oposição, na Câmara dos Deputados, vivi outro momento penoso. Procurado para um acordo geral na política paraibana, o que importava numa chapa única para o Senado, para a Câmara e a Assembléia, de modo a que não houvesse disputa en-

tre os dois partidos nas eleições parlamentares de 15 de novembro daquele ano, senti que me faltavam condições morais e políticas para apoiar aquela composição, numa hora em que o M.D.B., pela sua direção nacional, pregava a democratização do País. Seria, para mim, uma incoerência imperdoável. Discordei dos companheiros em carta à direção regional do partido na Paraíba, dizendo que preferia enfrentar a luta com todos os riscos e sacrifícios.

No plano nacional, um dos momentos mais difíceis foi quando deixei de atender a apelos de correligionários do ex-P.S.D., não comparecendo à reunião do Congresso Nacional que referendou as escolhas do Presidente Castelo Branco e de José Maria Alkimim para Presidente e Vice-Presidente da República e, bem assim, quando me despedi de alguns amigos e correligionários daquela legenda, em 1965, para fundar o Movimento Democrático Brasileiro (M.D.B.).

5 — Os maiores praibanos?

No passado, foi o Presidente João Pessoa, pela sua coragem cívica e pela sua conduta na administração do Estado. No presente, foi o Ministro José Américo, pelo seu talento excepcional e pela sua grandeza moral e política.

6 — Quais as minhas preferências literárias?

Sempre preferi leituras de obras literárias voltadas mais para temas econômicos e sociais. Talvez por ser nordestino e, por isso mesmo, buscar sempre explicação e um remédio para o sofrimento de minha gente.

7 — Onde resido mais?

Há cerca de 17 anos resido no sul por força do exercício de sucessivos mandatos de deputado federal. Nunca, porém, me afastei da Paraíba e do seu povo.

8 — Os paraibanos de minha amizade?

João Pedro de Almeida Neto, Carmelo dos Santos Coelho, Maurílio Almeida, João Mousinho, Pedro Leite, Miguel Levino de Oliveira Ramos, Josias Pereira do Nascimento, Juarez Batista, Jackson de Barros, Vanildo Cabral, Germano Coelho, Hélio Santiago, Antonio Lustosa Cabral, Solyr Lins de Miranda Pontes, Geraldo Egídio de Holanda Cavalcanti, para falar apenas dos mais chegados.

9 — Paz de consciência?

Tenho a consciência de haver prestado à Paraíba, ao Nordeste e ao Brasil uma razoável soma de serviços, nos limites de minhas possibilidades. São tantas as realizações no meu Estado, que seria difícil enumerar. Entretanto, desejo lembrar que o que mais me satisfaz, sempre, foi poder atender às reivindicações de caráter geral. Nesse sentido, não só consegui encaminhar assuntos relacionados com a execução de importantes obras públicas, nas áreas estadual, municipal, como também transformar em lei justas aspirações de servidores públicos, de trabalhadores, de estudantes e empresários da indústria, do comércio e da agricultura.

O ECLETISMO PARLAMENTAR

O que impressiona na vida parlamentar, independente do sensacionalismo de plenário quando das discussões de temas palpitantes, com galerias cheias e repórteres ávidos de boas manchetes, é o ecletismo dos seus integrantes que, ora têm que discorrer sobre assuntos de finanças, de serviço público, de política internacional, de café, de rodovias, de ferrovias, de pecuária, da agro-indústria, dos direitos humanos, ora sobre assuntos regionais, ora sobre a vida política do País.

Na verdade, ali chegam em sua maioria bacharéis. São os técnicos de idéias gerais. Aparecem médicos, engenheiros, dentistas, de raro em raro economistas e comerciantes, industriais e agricultores. É uma colmeia. Um "melting-pot". O mosaico popular ali está. As suas comissões técnicas dispõem de assessores, claro, mas a idéia força, a motivação, o pensamento, o roteiro, o plano, tudo isto tem que partir do parlamentar. Os dados estatísticos, os elementos de informação, os detalhes técnicos, apesar de serem colhidos por assessores, são manuseados pelos parlamentares. É impressionante, por exemplo, ver um homem simples como o Senador Agenor Maria que mesmo confessa "que, antigamente, tocava de ouvido e que agora quer tocar de partitura", por isso estava se matriculando na Faculdade de Direito de Brasília; como é surpreendente assistir à inteligência nativa de Dinarte Mariz, provocar debates acalorados entre juristas, no Senado, e comentários dos mais contundentes na imprensa brasileira.

A caminhada ao parlamento é dura. O funil é apertado. Para lá chegar, já estão purgados os pecados do mundo numa luta eleitoral que cada vez mais se torna áspera e difícil. Quem se senta no parlamento, já veio filtrado pela vontade popular. Ou tem valor, mesmo, ou não volta mais, pois os bambúrios não se sucedem atoa, e são freqüentes as quedas de ídolos de barro que nunca mais ressurgem.

Do meu depoimento de ex-Líder da Maioria na Câmara dos Deputados, posso incluir uma apreciação válida, fruto da experiência e de problemas de todos os dias: Parlamentar que não dá "full-time" ao seu trabalho, dificilmente se reelege e isto mesmo a duras penas. O trabalho parlamentar é obsessivo e absorvente, dentro e fora do Parlamento. São os parlamentares antes de comunidades, captando suas necessidades e reclamos, pondo-os nos conselhos de Governo e dando éco que atinja a quem tem poderes para resolvê-los.

Veja-se, a versatilidade do parlamentar, por esta manifestação de Humberto Lucena, Presidente da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados. Começa abordando a filosofia da comunicação. Passa à história das comunicações. Entra nos meios modernos de comunicação. Aborda a sua influência sobre as massas. E por fim, ei-lo, como mestre, falando das:

AS COMUNICAÇÕES NO BRASIL

"O Brasil, até 1962, vivia isolado, mudo, atrasado uns vinte anos no que

diz respeito a esse setor. Os serviços telefônicos iam de mal a pior porque não acompanhavam o ritmo de desenvolvimento do País. As cidades cresceram e as populações se multiplicaram, enquanto estes serviços pouco se desenvolviam.

Os correios, no Brasil, nasceram em 1663. Com a vinda da Família Real Portuguesa foram reorganizados, e no reinado de Pedro II ficaram indelevelmente gravados na história da filatelia universal, por ter sido o nosso o segundo país do mundo - o primeiro, fora a Inglaterra - a adotar o uso do selo e o terceiro a emití-lo. Serviço tão antigo, herdeiro de erros e problemas acumulados durante toda a sua vida, não poderia superar suas maiores barreiras - deficits crônicos, serviços precários e insuficientes - a curto prazo.

Apesar de termos dado um passo pioneiro na transmissão de mensagens pelo telégrafo sem fio, o Padre Landell de Moura, e de ter sido D. Pedro II figura de importância na divulgação do telefone, o Brasil, no momento em que se inaugurava a Era Nuclear, ainda engatinhava no campo da telefonia. Apesar de homens como Mauá, que projetou a instalação do cabo submarino entre o Brasil e a Europa, realizada em 1874, e de Rondon, que implantou mais de três quilômetros de linhas telegráficas, ainda somos deficitários no terreno da telegrafia.

Em 1962, porém, é dado o primeiro grande passo para tirar o Brasil de seu isolamento: a aprovação pelo Congresso do Código Brasileiro de Telecomunicações, que deu origem à formação do CONTEL - Conselho Nacional de Telecomunicações, e ao DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações.

Competia ao CONTEL orientar a política e fixar as diretrizes nacionais, cabendo ao DENTEL executar e fiscalizar a aplicação das normas específicas. Dificuldades financeiras, técnicas e de mão-de-obra representam sérios obstáculos a serem superados.

A primeira grande oportunidade oferecida às Comunicações no Brasil foi a criação, em 1967, do Ministério das Comunicações, cuja área de ação compreende as telecomunicações e os serviços postais. Os objetivos deste Ministério são: formulação, orientação e controle da política de comunicações do Governo Federal, Integração Nacional, Segurança Nacional e Desenvolvimento Nacional.

A EMBRATEL, criada em 1965, deu início ao programa de integração das regiões brasileiras. Tem por objetivos principais a implantação e a exploração dos meios de comunicação que constituem o sistema interestadual e internacional do País.

Os programas da EMBRATEL visam a dotar o País de uma infra-estrutura, no campo das telecomunicações, que lhe permita amplo desenvolvimento político e econômico, além de lhe proporcionar a possibilidade de se colocar entre as nações mais avançadas tecnologicamente.

Faltando, ainda, alguns meses para completar dez anos de existência, a EMBRATEL já conseguiu que o Brasil merecesse a atenção de todo o mun-

do. Em agosto de 1974 ganhou uma concorrência internacional, junto ao "International Communications Satellite Consortium", que nos deu direito ao uso de mais de 360 canais. Na utilização do Intelsat somente os Estados Unidos e o Reino Unido têm mais canais de telecomunicações que o Brasil.

Em 1972, apesar de todos os esforços, era evidente o grande deficit telefônico ainda existente no Brasil. Tornou-se imprescindível a criação de uma empresa com atribuições para planejar e coordenar as telecomunicações de interesse nacional, obter recursos financeiros necessários à implantação e expansão de sistemas e serviços de telecomunicações e controlar a aplicação desses recursos mediante participação acionária das empresas encarregadas da operação desses sistemas e serviços.

Criou-se então a TELEBRÁS — Telecomunicações Brasileiras S.A. —, empresa de economia mista, com participação majoritária da União em seu capital, e com a finalidade de disciplinar o desenvolvimento dos serviços públicos de telecomunicações internacionais.

Hoje, temos, além das notórias realizações no setor, metas ambiciosas, como o investimento de cinquenta bilhões de cruzeiros, nos próximos cinco anos, conforme previsto no OO PND, "para consolidação e expansão do sistema de comunicações do País, incluindo desenvolvimento e modernização dos sistemas de comunicações telefônicas urbanas, interurbanas e rurais, os serviços postais, e os meios de radiodifusão"; e a "intensificação da pesquisa científica e tecnológica do interesse do setor, visando, principalmente, ao desenvolvimento de protótipos industriais de centrais de computação eletrônica, comunicação por amostragem, comunicação por "laser" etc".

Por outro lado, seria uma injustiça não mencionar o imenso esforço dos concessionários de televisão e rádio no Brasil, no sentido de acompanhar o processo de modernização dessas duas áreas de comunicação de massa, implantado pelo Governo, em face do notável progresso da ciência e da tecnologia, no campo da eletrônica. Destaque especial merece a colorização de nossa televisão, num prazo tão curto que se chegou mesmo a considerá-la prematura e — o que é mais importante — através de um sistema próprio, cujo excelentes resultados vêm despertando a atenção de vários países da América Latina, que se mostram interessados em estudá-lo, com vistas inclusive à importação de nosso know-how, o que, para nós, tem alto significado.

A COMISSÃO DE COMUNICAÇÕES

Nessa luta nacional pela atualização no setor das comunicações Sr. Presidente, nobres colegas, inscreve-se também, como não poderia deixar de acontecer, a Câmara dos Deputados. E uma de suas contribuições foi a criação da Comissão de Comunicações, que temos a honra de presidir, e à qual compete, nos termos do art. 28, § 3º, do Regimento Interno, "opinar sobre: a) comunicações telegráficas, telefônicas e postais; b) telecomunicações".

Essa competência, além de traduzida em termos redundantes, está longe de abranger todo o campo das comunicações; e esta limitação a que nos referimos. Pretendemos encaminhar à Mesa Projeto de Resolução alterando o Regimento Interno, para incluir naquela competência os assuntos relacionados com os meios de comunicação de massa, de modo geral. Assim, caber-nos-ia — e aqui repetimos pronunciamento que fizemos no seio da Comissão — estudar os múltiplos problemas ligados não só às comunicações postais, telegráficas e telefônicas, ao rádio e à televisão, mas também aos jornais, aos livros, às revistas, ao teatro, ao cinema”.

CURRICULUM

Nome: HUMBERTO COUTINHO DE LUCENA

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: João Pessoa — Paraíba

Data de Nascimento: 22 de abril de 1928

Estado Civil: Casado

Identidade: Carteira da OAB nº 330, Secção da Paraíba

Instrução: Superior

Títulos Universitários: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em 22 de dezembro de 1951.

Cargos e funções desempenhados, no período de 1951 a 1975: Deputado à Assembléia Legislativa da Paraíba, nas seguintes legislaturas: 1951/1954 e 1955/1958;

Vice-Líder da Bancada da Coligação Democrática Paraibana na Assembléia Legislativa da Paraíba;

Vice-Líder da Bancada do Partido Social Democrático, na Assembléia Legislativa da Paraíba;

Membro da Comissão de Redação de Leis, da Assembléia Legislativa da Paraíba;

Membro da Comissão de Constituição da Justiça da Assembléia Legislativa da Paraíba;

Deputado Federal pela Paraíba, nas seguintes Legislaturas: 1958/1962 (Partido Social Democrático); 1963/1967 (Partido Social Democrático e Movimento Democrático Brasileiro), 1968/1971 (Movimento Democrático Brasileiro); 1975/1979 (Movimento Democrático Brasileiro);

Vice-Líder da Maioria na Câmara dos Deputados;

Vice-Líder da Bancada do Partido Social Democrático, na Câmara dos Deputados;

Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, na Câmara dos Deputados;

Membro da Comissão de Serviços Públicos da Câmara dos Deputados;

Membro da Comissão Finanças da Câmara dos Deputados;

Membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados;

Suplente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados;

Suplente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;

Suplente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados;

Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;

Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado da Paraíba;

Atualmente, Presidente da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados.

Atividades no Exterior: Observador Parlamentar Junto à ALALC, em Montevideo, em 1961, como integrante da Delegação do Brasil;

Observador Parlamentar, como integrante da Delegação do Brasil à 27ª Assembléia Geral da ONU, realizada em Nova Iorque, em 1967;

Membro da Delegação do Congresso Nacional que visitou a URSS, em 1963, a convite oficial;

Convidado oficial do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, visitou aquele país, em 1964.

Participação em Seminários, Congressos e Conferências: 1º Congresso Inter-Estadual de Assembléias Legislativas, realizado em São Paulo, como integrante da Delegação da Assembléia Legislativa da Paraíba;

Trabalhos apresentados: Pareceres, projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo, na Assembléia Legislativa da Paraíba e na Câmara dos Deputados;

Discursos Parlamentares.

Medalhas e Comendas: Medalha de Santos Dumont;

Medalha de Tamandaré.

Vida Associativa: Ordem dos Advogados do Brasil, Secções da Paraíba e da Guanabara.

Empresas Privadas onde já prestou serviços: COSEP — Consultoria e Planejamento S/A, à Rua Buenos Aires, 41, 2º andar, Rio de Janeiro - Guanabara;

RIQUE S/A Crédito Financiamento Investimento à Rua do Carmo, 22, 2º andar, Rio de Janeiro - Guanabara;

Membro da Assessoria Geral de Administração e Diretor Assistente da Presidência, dos Diários e Emissoras Associados, à Rua do Livramento, 189, 7º andar, Rio de Janeiro - Guanabara.



Este volume foi composto, diagramado,
fotolitado nas oficinas gráficas do jornal
O MOMENTO e impresso na Editora Universitária
da UFPb em dezembro de 1985

